

FORUM

Sociológico

CESNOVA · G.T. MUNDOS SOCIAIS, TRAJETÓRIAS E MOBILIDADES

SÉRIE II Nº 21 · 2011



TRANSFORMAÇÃO URBANA EXPERIÊNCIAS LOCAIS

ORGANIZAÇÃO Patrícia Pereira e Luís Vicente Baptista

Editorial

Patrícia Pereira, Luís Vicente Baptista e João Sedas Nunes

- 1 Neste número da *Forum Sociológico* avulta o dossiê “Transformação Urbana: Experiências Locais”. Ele resulta do encontro científico internacional com o mesmo nome, que decorreu em Novembro de 2010 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A iniciativa teve como objectivo contribuir para o debate em torno das Dinâmicas Urbanas e do Território, uma das linhas de investigação do Grupo de Trabalho: Mundos Sociais, Trajectórias e Mobilidades do CESNOVA.
- 2 Reuniram-se investigadores de diferentes disciplinas cujos trabalhos abordam transformações urbanas, analisadas a partir de experiências de pesquisa à escala local, em diferentes cidades e regiões metropolitanas. Ainda no âmbito deste evento, decorreu uma reunião de trabalho durante a qual estudantes de doutoramento tiveram a oportunidade de apresentar os seus projectos de investigação em curso, recebendo críticas e sugestões por parte dos conferencistas do dia anterior. Desse trabalho resultaram três textos que se publicam igualmente neste dossiê, dando corpo a uma iniciativa que promove o encontro entre o ensino ao nível pós-graduado e a investigação.
- 3 Pretendeu-se estimular a reflexão focalizada na escala local, mas que remete para outras escalas a partir das quais também tem de ser lida a realidade social urbana: a da metrópole, da região, do país ou ainda a da “armadura” de cidades com relações entre si. A correspondência entre tendências globais e, ao nível local e regional, a reestruturação dos espaços urbanos tem vindo a constituir um dos elementos mais destacados pela pesquisa das últimas décadas sobre a realidade urbana e metropolitana.
- 4 Os principais desafios das cidades e metrópoles contemporâneas são, por um lado, a concorrência a nível mundial para que estas se tornem atractivas como locais de residência e lazer para populações privilegiadas e como localização de empresas multinacionais e lugares centrais para os circuitos turísticos mundiais. A contrapartida desta dinâmica é igualmente crucial, lidar com a tendência para a segregação urbana e evidenciação das desigualdades sociais.
- 5 Da leitura atenta dos artigos coligidos no dossiê ressaltam diferentes elementos de uma mesma reflexão em torno destas questões e dos efeitos da desindustrialização, da

globalização e da intensificação dos fluxos (de pessoas, mercadorias, informação/saber) na forma de conceber, (re)construir, transformar, gerir e viver no quotidiano os espaços da cidade.

- 6 Tim Sieber e Maria Centeio retratam o Dudley Street Corridor, um bairro de Boston habitado por uma população etnicamente diversa e de fracos recursos socioeconómicos, onde, através da acção de uma associação local, os preços da propriedade imobiliária se têm mantido em níveis estáveis, promovendo-se dessa forma a estabilidade social. O artigo “Em defesa da comunidade local e da consolidação da democracia numa cidade em processo de globalização: um exemplo de Boston” mostra como a mobilização popular pode proporcionar recursos aos residentes que lhes permitam controlar o espaço do bairro, defendendo-o da fragmentação e alienação por parte de interesses e forças exteriores.
- 7 Em “Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures”, Rita d’Ávila Cachado aborda igualmente um contexto residencial, mas submetido a pressões de outro tipo: a erradicação de barracas e o realojamento das populações afectadas. O olhar sobre as práticas quotidianas dos residentes possibilita a transição para a escala da cidade alargada e a reflexão sobre questões associadas à porosidade das fronteiras urbanas, como a segregação residencial e as condições para a mobilidade.
- 8 A Marvila retratada no artigo João Pedro Silva Nunes em co-autoria com Ágata Dourado Sequeira apresenta-se como território residencial em transição pós-industrial mas também como área periférica passível de ser gentrificada pela acção criativa e cultural. “O Fado de Marvila. Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa” procura dar a conhecer a forma como a memória colectiva é construída pelos residentes, como estes participam no destino dos seus espaços de vida quotidiana, e ainda como agentes dos poderes locais e associações implicadas nos circuitos culturais lisboetas operam na transformação do lugar.
- 9 De seguida, a partir de um evento cultural, artístico e político que transformou momentaneamente um espaço público estigmatizado num local de encontro e debate, Catharina Thörn, em “SpotCity: a arte e a política do espaço público”, foca o seu interesse na análise da Gotemburgo pós-industrial e pós-política. Um dos argumentos principais da autora é que a arte tende a estimular dois tipos de dinâmicas no desenvolvimento urbano: contribuindo para a imagem de marca da cidade, para a publicidade positiva que anula as desigualdades e que representa o espaço público como sendo harmonioso e seguro mas também contribuindo para a construção de um espaço público alargado, um espaço de política, onde as diferenças e os conflitos ganham visibilidade pela criação de uma publicidade crítica.
- 10 Transportando-nos para a Covilhã, Domingos Vaz discute também a imagem da cidade, mais especificamente a mobilização do capital simbólico da montanha para a estruturação urbana da cidade nesta fase contemporânea, caracterizada pelo declínio da actividade industrial ligada aos lanifícios. Em “Reinventar a relação cidade-montanha na Covilhã: uma discussão para a criação de uma nova marca urbana” apresenta-se ainda uma reflexão em torno das representações literárias e pictóricas da cidade enquadrada na montanha.
- 11 No seu artigo “Urbanizando pelo lazer: o caso do Algarve”, João Martins pretende analisar os processos através dos quais o Algarve se orientou económica, social e culturalmente para a satisfação dos anseios de lazer de um conjunto de viajantes.

- Apresenta igualmente uma reflexão sobre os efeitos que a introdução deste fenómeno trouxe à região e às suas populações, materializando uma nova realidade urbana.
- 12 Alicerçado na observação de um bairro de habitação social da Área Metropolitana de Lisboa, o Bairro Amarelo em Almada, cujas génese e transformações nos são brevemente narradas, o artigo de Leda Barbio, intitula-se “Jovens (sub)urbanos: o impacto do *hip hop* na produção de identidades sociais”. Aborda o *hip hop* enquanto movimento social juvenil e forma de produção artística mas também como um conjunto de práticas quotidianas de jovens no contexto do seu bairro e das suas ruas, territórios investidos de valor simbólico elevado, patente nas próprias letras das músicas que criam, cuja apropriação se verte em reconhecimento e *status*.
 - 13 O dossiê fecha com um artigo da autoria de Victor Meirinhos sobre a baixa de Lisboa, local de confluência de movimentos pendulares de acesso à capital, e onde, contrariando a tendência geral de diminuição do número de vítimas rodoviárias, se têm registado elevados níveis de acidentes envolvendo peões. Em “Mobilidade metropolitana: níveis de motorização e padrões de sinistralidade pedonal da cidade de Lisboa”, o autor apresenta como hipótese explicativa a ligação dessa zona da cidade a actividades de lazer nocturno, jovem e menos jovem, geralmente associadas à presença de consumidores de álcool e drogas.
 - 14 A propósito do Encontro de que o dossiê, procede, notar-se-á ainda que contou com participação de Joan Pujadas, professor e investigador na Universidade de Rovira i Virgili (Tarragona), colaborador de longa data. Embora não tenha sido possível incluir a sua comunicação nestas páginas, é-lhe devido um agradecimento pela participação e a interessante intervenção sobre o bairro do Raval em Barcelona.
 - 15 A par dos textos que integram o dossiê, este número contempla mais quatro estimulantes contributos.
 - 16 No primeiro deles, intitulado “Associações científicas portuguesas: mapeamento e caracterização”, Ana Delicado, Luís Junqueira, Raquel Rego, Cristina Conceição e Inês Pereira focam-se nas associações citadas, mostrando que estas são permeadas por lógicas plurais: se, por um lado, produzem equivalências e similitudes entre actores com a finalidade de delimitarem e identificarem interesses que carecem de representação, ao mesmo tempo abrem para a polimorfia e heterogeneidade ao admitirem regularmente como sócios profissionais científico-técnicos com perfis diversos, estudantes e mesmo cidadãos sem (re)conhecida ligação à actividade científica; se, por outro lado, se constituem como espaços de intercâmbio de experiências entre pares de ofícios científicos, cumprem também a função de entreposto entre a esfera da prática científica e outras esferas de vida social, designadamente a mediática.
 - 17 Ana Paula Gil e Ana Alexandre Fernandes, no texto seguinte, denominado “‘No trilho da negligência...’ Configurações exploratórias de violência contra pessoas idosas”, centram-se na vulnerabilidade que afecta os idosos, encarando-a numa dupla mas complementar perspectiva: as modalidades de atropelo à humanidade comum (se se quiser: de exploração dessa fragilidade) de que são objecto os idosos e a relativa indeterminação semântica que vai persistindo, entre os especialistas e nos instrumentos de medida que eles fabricam, acerca do que significa a *violência contra pessoas idosas*. Esta indefinição conceptual estorva a produção de um conhecimento não controverso acerca da dimensão real do problema, em consequência minando a possibilidade de concepção e

desenvolvimento de políticas públicas plenamente eficazes de protecção das pessoas idosas.

- 18 Por seu lado, António Pedro Does, num texto que assume a forma de ensaio a que significativamente dá o nome de “Da ética artificial e da moral de Estado”, desafia a prática sociológica – ou mais rigorosamente: a teoria (do) social – a comprometer-se mais com o mundo social em vez de se insular no conforto da torre de marfim (académica). Para o autor essa exigência acrescida radica nas mudanças que o mundo social experimenta, mudanças das quais já nem é mais possível dar conta preservando o velho paradigma axiológico da ciência moderna. Rechaçada por uma prática científica que o autor crê timorata, essa translação será essencial sob pena de a ciência social, através das ferramentas cognitivas que mobiliza, se acantonar em esfera de vida social idealizada e fechada em si mesma, alheia ao mundo social, muito especialmente às violências institucionais e às formas de promover socialmente sentimentos de justiça.
- 19 Por último, Filomena Santos, em “Perfis de coabitação em Portugal”, propõe-nos restituir a coabitação conjugal segundo quatro ideais-tipo: o moderno, o de transgressão, o de experimentação e o de tradição, caracterizando-os em termos das variáveis tradicionais da abordagem sociológica – género e classe social –, mas também dos percursos biográficos dos protagonistas da coabitação e da (as)simetria de género vertida nas práticas e nos quadros normativos de referência pelos casais. O interesse deste texto reside tanto nesse apuramento diverso quanto no vinco que lhes confere equacionando os perfis desenhados em termos dinâmicos – ao longo dos percursos conjugais é possível ir de um a outro, inclusive sem rupturas críticas – e de clivagens de género quanto a essas mesmas dinâmicas.

EM DEFESA DA COMUNIDADE LOCAL E DA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NUMA CIDADE EM PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: UM EXEMPLO DE BOSTON¹

Tim Sieber

■ Departamento de Antropologia, Universidade do Massachusetts Boston (tim.sieber@umb.edu)

Maria Centeio

■ Harvard College (mdcenteio@gmail.com)

Resumo

Boston, Massachusetts, EUA, exhibe, em escala reduzida, as principais particularidades de uma “cidade mundial”, evidenciando os efeitos da globalização econômica. As tendências incluem o crescente controlo económico estrangeiro, a crescente “deslocalização” do espaço da cidade, a gentrificação intensiva e novas vagas de imigrantes que engrossam os níveis mais baixos do sector terciário. Um bairro, o Dudley Street Corridor, resiste com sucesso à globalização a nível local, através da manutenção dos preços da propriedade imobiliária em níveis estáveis, mesmo aquando do colapso do mercado da habitação, da estabilidade social enquanto comunidade multiétnica e do controlo local do espaço urbano. O sucesso do bairro, em termos de autoprotecção, reflecte o trabalho da sua organização de planeamento local, a Dudley Street Neighborhood Initiative (DSNI), usando um fundo de terrenos comunitário e um modelo de organização de partilha de espaço que cria laços de solidariedade entre populações de diferentes etnias e promove a democracia local unindo todos os residentes. A “democracia profunda”, nas palavras de Appadurai, e os habitantes urbanos reclamando o seu “direito à cidade”, nas palavras de LeFebvre, são disso o resultado.

Palavras-chave: globalização, espaço urbano, organização comunitária, fundo de terrenos

Abstract

Boston, Massachusetts, USA, exhibits on a small scale cardinal features of a “world city,” showing effects of economic globalization. Trends include growing foreign economic control, increasing “delocalization” of city space, intensive gentrification, and new immigrant waves filling lower rungs of a service economy. One neighborhood, the Dudley Street Corridor, successfully resists globalization at the local level, by maintaining stable real estate prices during housing market collapse, social stability as a multi-ethnic community, and local control of urban space. The neighborhood's success at self-defense reflects the work of its local planning organization, the Dudley Street Neighborhood Initiative (DSNI), using a community land trust, and a place-oriented organizing model that builds solidarity across ethnic lines and promotes local democracy uniting all residents. “Deep democracy”, in Appadurai's terms, and urban inhabitants claiming their “right to the city”, in LeFebvre's terms, are the result.

Keywords: globalization, urban space, community organizing, land trust

Introdução: Boston como uma cidade em processo de globalização

Durante a era de globalização e de crescente integração económica aos níveis nacional, regional e global que presentemente atravessamos a cidade americana de Boston viu a sua economia ser cada vez mais absorvida por redes globais mais alargadas, uma vez que as suas elites locais privilegiam este destino tentando tornar Boston o que eles chamam uma cidade “de nível mundial” atractiva ao investimento estrangeiro. Com efeito, Boston tem vindo a transformar-se numa versão em pequena escala do que Saskia Sassen há muito referiu como a “cidade global”. De facto, em 2008, a revista *Foreign Policy* classificou Boston como a 29.^a entre as 60 mais importantes cidades globais a nível mundial, tomando como base a avaliação do seu comércio internacional, a qualidade da formação e do investimento no capital humano, a importância da cidade como centro de troca de informações, a sua oferta de actividades culturais e o seu grande envolvimento político a nível nacional e global. Numa dimensão, educação e formação da força de trabalho local, a cidade foi classificada como a número sete no mundo (Kearney, 2008). Possui um grande número de profissionais e gestores altamente treinados, muitos possuindo elevados graus académicos e, nos EUA, é a cidade com o maior número desses trabalhadores qualificados. Na força de trabalho de Boston, 58% da totalidade dos trabalhadores pertence a indústrias baseadas no conhecimento, o dobro da média total dos EUA (Frug e Barron, 2007).

O investimento estrangeiro e a propriedade privada entraram em muitos sectores-chave da economia, tais como a biotecnologia, as indústrias transformadoras, as tecnologias de informação e *software*, as actividades ligadas ao imobiliário, as pescas e, como não podia deixar de ser, o comércio de importação-exportação. Por exemplo, as subsidiárias de empresas de capital estrangeiro na zona de Boston dão agora emprego a cerca de 200 000 trabalhadores e controlam 11% de todos os postos de trabalho na indústria transformadora (Smith, 2010). No sector financeiro, a integração é ainda maior, com quase um terço de todos os depósitos bancários na posse de estrangeiros e sendo três dos quatro maiores bancos da cidade estrangeiros, sediados em Espanha, no Reino Unido e no Canadá, com interesses bancários britânicos e franceses por parte de grandes investidores nos negócios locais e no sector do imobiliário (Kerber, 2008).

Inserindo-se num padrão comum no Norte Global, a globalização de Boston, durante os anos de 1990 a 2000, gerou um dramático aumento na gentrificação, à medida que cada vez mais profissionais e gestores trabalhando nos florescentes

sectores financeiros e dos negócios escolhem essa cidade para local de residência, impulsionando os valores da propriedade e as rendas e fazendo deslocar muitas pessoas pobres e da classe trabalhadora para subúrbios afastados. Estas tendências têm vindo, de facto, a acentuar-se nos últimos 50 anos, à medida que a cidade se desindustrializou, perdeu a sua base, que assentava na indústria transformadora, e a sua economia se voltou cada vez mais para os serviços às empresas, a medicina, a alta tecnologia, as finanças e o imobiliário (Bluestone e Stevenson, 2002; Sieber, 2001). Estas deslocações na economia urbana levaram também à perda do controlo local sobre uma grande parte do espaço público, durante o processo que Saskia Sassen designou como deslocalização (Sassen, 1996: 210).

Só nos últimos 15 anos, 80 000 habitações a preços aceitáveis e acessíveis à maior parte dos residentes desapareceram devido à crescente passagem de habitações para as mãos de privados. Falando da crise na acessibilidade à habitação em Boston, o Center for Urban and Regional Policy (Centro para a Política Urbana e Regional), na Northeastern University (Universidade do Nordeste), fez notar que “enfrentamos o equivalente a um desastre natural, tal como um furacão destruidor ou umas cheias” (Bluestone et al., 2001: i). A Boston Tenants Coalition (Coligação dos Inquilinos de Boston) comentou que desde há uma década que, em Boston, para se pagar a renda média pedida para um apartamento com duas divisões, \$1400 por mês, um agregado familiar precisaria de ganhar \$62 000 por ano; no entanto, dois terços dos agregados familiares de Boston ganhavam menos de \$40 000 por ano. Não é de admirar que a Coligação de Inquilinos tenha concluído que “Boston está a perder a capacidade de alojar famílias trabalhadoras e pessoas com baixos rendimentos” (Boston Tenant Coalition, 2000: 13). Presentemente a situação é ainda mais grave e a cidade está ainda mais gentrificada.

Outra das importantes tendências que se deve ter em conta prende-se com o fluxo cada vez maior de novos imigrantes na cidade ao longo dos últimos 20 anos. Boston foi a última das maiores cidades dos EUA a tornar-se uma cidade com maioria de minorias, ou seja, com os brancos a constituir uma população minoritária. Boston há muito que é a capital e a metrópole dos seis estados da região de Nova Inglaterra, uma das regiões mais homogeneamente branca da nação, com uma população em contracção e envelhecida. Novamente em consonância com um padrão comum no Norte Global, incluindo várias zonas da Europa, o Estado de Massachusetts e Boston tornaram-se novamente o destino para um florescente tipo de novos imigrantes vindos de África, Ásia e da América Latina (Melnik, Dyer-Blake e Lima, 2009).

Presentemente, cerca de um terço da população são imigrantes, muitos deles ocupando postos de trabalho em serviços do nível mais baixo, que sustentam as classes média e alta em crescimento que estão a gentrificar a cidade. A desigualdade de rendimentos na área metropolitana de Boston e no estado do Massachusetts situa-se entre a mais dramática de todos os Estados Unidos (Sieber, 2001).

O Dudley Street Corridor e a DSNI

Certamente que todas estas tendências implicariam que um bairro no interior da cidade composto por pessoas de baixos rendimentos, sobretudo de minorias raciais e étnicas, e incluindo muitos imigrantes, muito dificilmente se sustentaria a si próprio, exerceria controlo sobre o seu próprio espaço urbano ou teria possibilidades de preservar habitação acessível e de qualidade a curta distância do centro financeiro desta cidade rica – no entanto, tal zona urbana existe de facto, sendo este o caso que aqui vamos estudar. Trata-se do Dudley Street Corridor, localizado nos bairros de Dorchester e Roxbury, em Boston, uma zona tradicionalmente pobre e de classes trabalhadoras, uma área que acolhe imigrantes desde há mais de 100 anos, cuja população é hoje em dia composta em 95% por minorias raciais. Este bairro tem sido capaz de se defender das especulações imobiliárias e da gentrificação e de melhorar a qualidade de vida, em todas as frentes, dos seus 23 000 residentes das mais diversas raças e, na maior parte, de baixos rendimentos. O segredo deste sucesso assenta na notável organização do bairro, agora com 25 anos, que fez com que os residentes locais ganhassem controlo sobre o planeamento e sobre o espaço do seu próprio bairro. Esta organização chama-se Dudley Street Neighborhood Initiative, normalmente denominada pelo seu acrónimo, DSNI.

A DSNI foi formada há 25 anos por uma coligação de residentes e de prestadores de serviços locais para a defesa e revitalização de um dos bairros mais degradados de Boston, que tinha ficado sujeito ao abandono, a práticas discriminatórias, a negligência e fogo posto durante os anos 70 e o início dos anos 80. Em 1984, um total de 1300 lotes de terreno – cerca de metade do total – tinham sido reduzidos a pedras, a terrenos vazios, muitos deles transformados em locais de depósito ilegal de lixo tóxico a céu aberto. Através do desenvolvimento de uma abordagem abrangente que sustentasse a revitalização do bairro e dando particular atenção a intervenções ao nível físico, ambiental, económico e social, a DSNI conduziu um extraordinário plano de reconversão da zona. Tornou-se o primeiro bairro dos Estados Unidos, controlado por uma organização, a obter o direito de expropriação de terrenos abandonados e a coordenar o planeamento de reconstrução

de centenas de novos lotes para habitação a preços acessíveis, para parques comunitários e espaços verdes e para dezenas de novos pequenos negócios detidos pelas minorias (ver Medoff e Sklar, 2003, para uma história inicial dos êxitos da DSNI).

Métodos de pesquisa e exemplo de entrevista

A DSNI foi objecto de estudo enquanto parte de um projecto mais alargado que investiga a integração dos imigrantes nas comunidades urbanas do Massachusetts. A pesquisa do autor teve lugar durante 2008-2009 e pretendeu explicar o modelo de organização da DSNI como sendo um conjunto de “boas práticas” para a construção de uma comunidade em bairros urbanos dos Estados Unidos, cada vez mais diferenciados e com uma intensa ocupação de imigrantes. A DSNI foi um colaborador activo na pesquisa, sendo que uma das investigadoras, Maria Centeio, era na altura membro do conselho da juventude e residente na área. Durante Julho e Agosto de 2008, foram conduzidas pelos autores vinte e sete entrevistas, com a duração de uma a três horas, a indivíduos indicados pelos responsáveis da DSNI como sendo conhecedores e actores importantes da história e desenvolvimento da “Initiative” em Boston. Dos vinte e sete indivíduos entrevistados, seis eram funcionários actuais (incluindo três que também eram residentes na comunidade) e outros dezoito eram residentes no bairro, incluindo membros da direcção, membros do comité e outros que, no passado, tinham exercido funções nas actividades da DSNI. O actual director executivo, John Barros, foi entrevistado, tal como o anterior director executivo, Gus Newport (Berkeley, Califórnia), e o fundador e anterior presidente da direcção, Nelson Merced (Washington, D. C.). Três dos entrevistados eram líderes religiosos residentes na comunidade que estiveram envolvidos na DSNI e na organização do bairro, o Rev. Paul Bothwell, um pastor da Igreja Baptista, o Padre Walter Waldron, pastor da Igreja de St. Patrick, e a Irmã Margaret Leonard, das Little Sisters of the Assumption (Irmãs-zinhas da Assunção) e directora executiva do Project Hope (Projecto Esperança), uma organização-chave fundada na comunidade que apoia as mulheres de baixos rendimentos e as sem-abrigo do bairro. Ao todo, a distribuição étnica dos entrevistados foi: afro-americanos, 22 por cento; cabo-verdianos, 37 por cento; latinos, 11 por cento; brancos, 22 por cento; e, outros, 8 por cento. Dez eram do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Os entrevistados tinham idades entre os 15 e os 85 anos. A pesquisa incluiu também a participação activa nas actividades comunitárias da DSNI durante 2008, assim como o estudo de material documental da organização e da literatura publicada sobre as suas realizações,

particularmente as relacionadas com as áreas dos estudos urbanos, organização comunitária e o trabalho social. O resultado aqui apresentado inspira-se, portanto, não só nesta mistura de trabalho etnográfico em primeira mão, como também em fontes de arquivo e fontes secundárias.

Resistência à globalização e conservação do controlo local

Dois pilares fundamentais da organização e do planeamento estratégico da DSNI são a chave que explica o seu sucesso na conservação do controlo local sobre o espaço urbano e na resistência face às pressões da globalização, mais do que em quaisquer outros bairros e zonas urbanas de Boston. O primeiro destes dois pilares prende-se com a criação de um fundo de terrenos comunitário que detém e gere os terrenos do bairro, e o segundo deve-se ao facto de ser um modelo de organização de comunidade que funciona para construir colaboração e comunhão que liguem as grandes diferenças culturais e linguísticas; disto resultou a unidade e a capacitação dos residentes, especialmente através da afirmação do controlo do bairro face às forças externas que o afectam.

1. *O fundo de terrenos da comunidade: Dudley Neighbors, Inc.* Entre 1985 e 1990, com quase metade das propriedades do bairro abandonadas pelos seus proprietários e a maior parte destas parcelas de terreno contendo casas incendiadas ou destruídas, ou tendo-se transformado em locais de depósito ilegal de lixo tóxico, a DSNI procurou com sucesso a obtenção de direitos para expropriar a maior parte destes terrenos abandonados, num total de cerca de 13 hectares. Uma vez obtido o controlo dos terrenos por parte da DSNI, esta cedeu-os a um *fundo de terrenos* comunitário sem fins lucrativos (Dudley Neighbors) que os conserva, controlando-os através de um conselho de direcção cujos membros foram eleitos de entre os residentes locais.

Existem mais de 200 *fundos de terrenos* comunitários nos Estados Unidos, em 44 estados e no Município de Columbia, que muitas vezes entraram na posse de substanciais áreas de terrenos através da compra, de ofertas ou expropriação. Os *fundos de terrenos* são organizações controladas por residentes locais, sem fins lucrativos e com isenção fiscal, que são constituídos para preservar terrenos para parques, zonas selvagens, terrenos tribais para os grupos indígenas, terrenos agrícolas e, por vezes, terrenos urbanos – isolando-os das pressões do mercado, identificando-os como reserva comum e colocando-os sob o controlo democrático local (Peterson, 1996; Davis, 2010). Tudo isto evita que as forças do mercado inflacionem o seu valor e os

transformem em recursos que possam entrar na posse de estranhos, particularmente de especuladores imobiliários. A deslocalização do controlo do espaço urbano que nos é familiar, que Saskia Sassen (1996) observa como sendo característica das cidades em processo de globalização, aqui simplesmente não acontece. Nos EUA, os exemplos dos *fundos de terrenos* comunitários são semelhantes aos bancos agrícolas europeus, têm as suas raízes históricas nos *fundos de terrenos* de Gandhi na Índia e foram introduzidos na América do Norte como ferramenta organizadora do Movimento Afro-Americano para os Direitos Civis.

Num cenário urbano como a Rua Dudley, os *fundos de terrenos* são uma forma de a população local ganhar o controlo democrático dos terrenos do seu próprio bairro para bloquear a especulação externa e para proteger a acessibilidade de preço de qualquer habitação que aí seja construída. Quando são construídas habitações nos terrenos, os proprietários compram apenas o edifício, não o terreno em si, e devem concordar em revendê-lo de acordo com as disposições que asseguram a acessibilidade de preço. Na zona da Rua Dudley, mais de 400 unidades habitacionais foram construídas nos terrenos cujo proprietário é o fundo. Durante a recente contracção económica, quando os valores das hipotecas para a habitação em Boston subiram precipitadamente, especialmente nas áreas de rendimentos mais baixos, como por exemplo Roxbury, nenhuma hipoteca de casa construída em propriedade do fundo de terrenos foi executada apesar de a taxa ser de 15% ou superior noutras zonas vizinhas (Sklar, 2009). Através do controlo da especulação e dos empréstimos predatórios nesta zona, o fundo de terrenos promove o controlo e a estabilidade do bairro e a coesão social entre os vizinhos.

2. *O Modelo Organizacional da DSNI: Controlo de Residentes e Integração da Diversidade.* Seguidamente, é importante referir o modelo organizacional da DSNI e, especialmente, a forma como conseguiu trazer unidade para o bairro, embora este seja bastante diversificado em termos étnicos, linguísticos e raciais. A sua estratégia organizativa conseguiu transformar potenciais barreiras culturais em pontes e produziu uma enorme força de apoio popular no bairro, tendo ganho o respeito do governo, de fundações, de grupos académicos e do sector empresarial privado. O princípio fundamental da estratégia organizacional da DSNI é garantir uma governação residente forte e o controlo da organização e dos seus projectos para o bairro. Num bairro urbano tão heterogéneo e com acentuadas diferenças culturais, como o de Dudley, estas condições poderiam parecer colocar um desafio difícil, mas, como iremos ver, para a DSNI constituiu um desafio bem-sucedido.

Uma iniciativa pouco usual baseada no lugar: que inclui todos os que aí vivem e trabalham. Na sua génese, os princípios da DSNI emanaram de uma iniciativa baseada no lugar e o seu compromisso fundamental formou-se a partir da participação democrática. Os limites da DSNI são definidos em termos de proximidade geográfica e o princípio primordial que lhe está associado é que todas as pessoas aí residentes – literalmente “todas as pessoas” – são membros da DSNI, reais ou potenciais. O controlo do residente em termos de governação, as votações, a representatividade e as tomadas de decisão são cruciais. O conselho directivo da Initiative, ao contrário do que acontece na maioria das organizações sem fins lucrativos, está limitado a pessoas que vivem ou trabalham no bairro. Os funcionários não têm de ali viver, embora isso aconteça com a maioria, e não lhes é permitido votar as decisões a não ser que também sejam residentes. A definição do seu âmbito geográfico, tal como o faz, obriga a DSNI a ser inclusiva em relação a todos os tipos de pessoas neste bairro onde tão profundamente se misturam cor, religião, etnia e classe.

Controlo do Residente. O foco nos “residentes” e o seu direito a terem uma palavra a dizer quanto ao desenvolvimento do seu bairro sempre foi uma das intenções da estratégia organizacional da DSNI. Tal como explicou o afro-americano Renay Peters, membro da direcção do fundo de terrenos comunitário Dudley Neighbors: “As pessoas que constituem a direcção vivem na comunidade. Como é que se pode falar do assunto se não se vive lá? Têm mais orgulho nela, estão mais preocupadas com ela e realizam mais coisas.”

Como disse May Louie, funcionária há muito tempo, sobre o seu trabalho de formação junto do Resident Development Institute (Instituto para o Desenvolvimento do Residente), o princípio do controlo pelos residentes significa “procurar o compromisso de quem está envolvido e a residir no bairro no diálogo directo sobre o que está a acontecer. Eu preservo o conceito de que os residentes estão primeiro. Eu transporto isso para onde quer que vá: que outro modo haverá para se conseguir sentar à mesa as vozes autênticas?”

Nunca foram feitas distinções entre as gentes locais com base no estatuto de cidadania ou imigração, mesmo tendo em conta que o bairro foi tradicionalmente receptor de imigrantes, presentemente estimando-se em 41%, sempre com uma mistura de estatutos, incluindo pessoas sem documentação. Intencionalmente e a fim de unir o bairro, a organização nunca usou a retórica da “cidadania” ou da “acção do cidadão” para descrever a sua base de apoio popular. Foi escolhido o “controlo do residente” por ser um conceito mais inclusivo. Em contraste com as agências ou organizações directamente ligadas ao estado, existe uma notável

falta de atenção nas actividades da DSNI relativamente ao estatuto dos imigrantes: ser cidadão dos EUA, residente condicional ou permanente, ou ser portador ou não de documentação é perfeitamente irrelevante para definir o seu sentido de pertença à comunidade. Tal como referiu Joceline Fidalgo, uma jovem participante de 15 anos: “Aqui, eles não tratam os imigrantes e os não-imigrantes de maneira diferente, talvez por o bairro ser constituído por muitos imigrantes.” É o lugar, portanto, e não o estatuto de cidadania ou de grupo étnico, que define o direito das pessoas a terem uma voz quanto à forma como a sua própria comunidade é planeada e desenvolvida.

O sentido de igualdade em termos de participação e de tomada de decisões foi também valorizado através da forte ênfase dada à liderança popular de base alargada dentro da comunidade e pela convicção de que todas as pessoas podem aprender competências e capacidades necessárias ao exercício da liderança, colaborando com os vizinhos e facilitando os esforços conducentes à concretização bem-sucedida dos objectivos, mesmo que elas não tenham sido previamente identificadas como líderes. Como observou May Louie, “As pessoas nas comunidades urbanas pobres têm realmente uma profunda sabedoria. Os residentes e outros intervenientes podem compreender quais as necessidades do seu bairro e isso pode funcionar muito melhor do que se tivermos simplesmente em conta aquilo que os especialistas sabem.” Juntamente com a autoridade largamente partilhada sobre todos os assuntos que dizem respeito ao bairro, ela também referiu: “Nós abordámos a questão da construção da comunidade como sendo um projecto para todos.” Tal como explicou o anterior presidente da direcção, Che Madyun, esta é uma forma de “construir o potencial da comunidade”. A DSNI organiza regularmente *workshops* integrados no seu Resident Development Institute (Instituto para o Desenvolvimento do Residente), que oferece formação em liderança e técnicas de organização para todos os que estão envolvidos activamente em comités, equipas de decisão e grupos de planeamento.

A institucionalização da inclusão de diversos subgrupos: Desde o início que os organizadores da DSNI pretenderam fazer reflectir a diversidade do bairro na sua própria infra-estrutura institucional, consagrando permanentemente várias medidas que enfatizassem a inclusão. O seu conselho de direcção, composto por 34 membros eleitos, está estruturado de forma a proporcionar uma representatividade o mais alargada possível da mistura étnica do bairro, sendo que 60% dos lugares estão afectos a residentes. Os 23 000 residentes que aí vivem são 38% afro-americanos, 29% latinos, 25% cabo-verdianos e 7% brancos, frequentemente famílias americanas, incluindo muitos idosos.



Reunião Comunitária da DSNI (Foto: Robert Haas)

Paridade de Poder entre Grupos Étnicos. A composição do conselho de direcção da DSNI exige uma representação *igual* dos principais grupos étnicos do bairro, incluindo quatro lugares para os afro-americanos, quatro para os latinos, quatro para os cabo-verdianos, quatro para os brancos e três para jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, que são normalmente também uma mistura de etnias. A DSNI tem evitado a distribuição do poder e da autoridade na organização baseada em qualquer cálculo relacionado com a regra da maioria ou da proporcionalidade numérica, assegurando que todos os segmentos étnicos da comunidade, mesmo se minorias em números comparativos, sejam igualmente representados. Ninguém poderá sentir que eles estão incluídos como símbolos ou minorias, e não como iguais. Como referiu Jason Webb, o actual Director de Operações de Pessoal, este plano foi “muito engenhoso” pois permitiu à comunidade evitar “ficar-se pela raça... queremos ter a certeza de que todos têm um lugar igual à mesa... não é o mesmo que a regra da maioria”. O organizador, José Barros, disse que este sistema assegura que “cada grupo étnico tem a possibilidade de estar ao mesmo nível e de ter os seus próprios líderes na comunidade... existe a oportunidade para que todos os grupos se tornem líderes a todos os níveis”.

Os restantes lugares do conselho de direcção destinam-se a indivíduos de outros grupos intervenientes do bairro: organizações sem fins lucrativos, sobretudo prestadores de serviços (7), proprietários de pequenos negócios (2), organizações religiosas (2), empresas de desenvolvimento comunitário (2), e residentes nomeados pelo conselho (2). Assim, o conselho de direcção da DSNI constitui, de facto, uma *coligação* de intervenientes no bairro, de diversas circunscrições, cuja missão fundamental é a de promover o diálogo e a colaboração entre estes vários intervenientes, incluindo os que representam diferentes grupos étnicos. Isto torna o projecto de trabalhar novos limites culturais e diferentes inte-

resses e de encontrar um terreno comum a tarefa organizativa fundamental do conselho, obviamente essencial à criação da coligação eficaz que tão bem planeou e defendeu o bairro.

Um bairro que comunica em várias línguas. Outro pilar-chave do sucesso da DSNI na construção da comunidade foi a sua decisão de funcionar como uma organização multilingue. O compromisso com o multilinguismo reflecte simplesmente o que é audível nas ruas e lojas locais e na principal paróquia católica do bairro, St. Patrick, que celebra missas todos os domingos em cada uma das três línguas reconhecidas pela própria DSNI – inglês, crioulo cabo-verdiano e espanhol. Na DSNI a maioria dos assuntos oficiais e a comunicação fazem-se em três línguas. Em todas as reuniões formais que envolvam público é disponibilizada tradução simultânea com auscultadores. Nos escritórios da DSNI, pode ouvir-se falar todas as três línguas ao longo do dia, em conversas presenciais e nas que ocorrem ao telefone. Visto que as reuniões, a publicidade, os eventos e acontecimentos sociais e todas as publicações da DSNI são multilingues, o funcionamento da organização e os diálogos que ela promove ao nível da comunidade são acessíveis a toda a gente.

Os primeiros organizadores empenharam-se em demonstrar as razões para este compromisso inicial com o multilinguismo. O primeiro presidente do conselho de direcção, Nelson Merced, fez notar que seria uma necessidade assegurar uma participação democrática alargada por parte dos residentes do bairro: “Tornou-se para nós bastante óbvio que vivíamos num bairro multiétnico e multi-racial e, na primeira reunião [em 1984] tivemos intérpretes. Queríamos que todos compreendessem o que estávamos a discutir e o que estávamos a acordar. Queríamos que todos compreendessem o que decidíamos e porque o decidíamos. Queríamos que todos os presentes pudessem expressar-se e emitir as suas opiniões. Para que as pessoas possam realmente dizer aquilo que pensam, têm de o fazer no seu próprio idioma.”

Esta foi uma ferramenta organizativa prática e eficaz. Os primeiros líderes admitiram que as diferenças linguísticas podiam apresentar um desafio. Se existir vontade de trabalhar com elas, o multilinguismo pode, portanto, proporcionar pontes para a participação, em vez de criar barreiras, e pode promover uma melhor identificação e receptividade relativamente às necessidades da comunidade.

É importante notar que a solução dos problemas resultantes de uma potencial desunião, de um conflito e da falta de comunicação que podem surgir das diferenças raciais, étnicas e linguísticas não passa somente pela criação de uma atmosfera mais feliz e mais harmoniosa entre os participantes para seu benefício. Em vez disso, a solidariedade foi essencial para o bairro conseguir desenvolver, mostrar

e defender a sua unidade para com os elementos vindos do exterior. Os residentes tiveram uma longa e histórica experiência de serem “divididos e governados”, de integrarem pessoas de fora e de a cidade ter colocado um bairro contra outro. Além do mais, activistas de todas as convicções foram muitas vezes acusados – por aqueles que detinham o poder e os recursos para dar, quer públicos quer privados – de não serem “representativos da comunidade”. Tal como disse Paul Bothwell, membro do conselho de direcção há muito tempo: “Um dos nossos valores está na voz colectiva e no poder do bairro, e isso significa toda a gente – grupos étnicos, culturais e linguísticos e todo o tipo de interveniente. Você vive aqui, você trabalha aqui. Se não estivermos todos juntos, o dividir para reinar, de facto, funciona.”

Construindo a Aldeia, uma comunidade que se preocupa. O objectivo da DSNI foi, desde o início, construir na sua zona urbana devastada o que os primeiros líderes chamaram uma “aldeia urbana”, uma comunidade que fosse segura, saudável, que apoiasse as famílias e os indivíduos, espiritualmente sã, com esperança e sustentável tanto a nível económico como ambiental, para além de ser politicamente empenhada naquilo que lhe trouxesse benefícios. O seu modelo de desenvolvimento também promovia o desenvolvimento económico local sustentável, em que se incluía: a criação de pequenos negócios; exigências às autoridades públicas tendentes a melhorar os serviços prestados aos residentes em termos de cuidados de saúde, educação, actividades de lazer, parques e saneamento; e estruturas adequadas à participação da comunidade no planeamento de decisões que afectassem o seu bem-estar. A introdução da visão da “aldeia” sonhada sempre foi uma preocupação humanitária e ética, e um acto de amizade de uns residentes com outros. De facto, muitos residentes estão convencidos que Dudley é um bairro único em termos de calor humano e amizade resultantes destes valores éticos.

Muitos acreditam que o sentido de posse e de orgulho no bairro que a DSNI promove, por exemplo, resulta numa vida de rua que é mais amigável e facilitada do que noutros lugares. Muitos na DSNI, tais como May Louie, descrevem-na como a “pulsção do bairro”. Tal como frisou um anterior organizador, “Agora a maioria das pessoas já se conhece e fala entre si. E parece ser mais uma família do que um bairro”. O anterior presidente do conselho de direcção, Julio Henriquez, diz que o bairro lhe lembra a pequena cidade no Panamá onde cresceu. Putnam e Feldstein relatam a conversa que tiveram com ele sobre este assunto:

Ambas são pequenas comunidades só com uma igreja paroquial, onde as pessoas conhecem os seus vizinhos. Uma rapariga avança para Henriquez. “Boa tarde”, diz ele.

Ela estabelece contacto visual, sorri e diz-lhe olá. “Quando eu mudei para este bairro”, diz Henriquez, “todos se comportavam como estranhos. Ninguém dizia bom dia a ninguém” (Putnam e Feldstein, 2003: 89).

Outra das dimensões importantes da formação da comunidade pela DSNI está evidenciada na organização das áreas levada a cabo pela equipa de funcionários – lotes de terreno vazios – onde agora estão a ser construídas novas habitações para compradores referenciados. Um ano antes de as habitações estarem concluídas e prontas a ocupar, os compradores são normalmente seleccionados por sorteio e, uma vez identificados, iniciam contactos informais, procuram saber das respectivas histórias de vida e planeiam os pormenores do bloco que irão ocupar, inclusivamente das zonas verdes. Isto foi relatado por Diane Dujon, residente no bairro e compradora de uma habitação:

Eles fizeram com que os vizinhos se conhecessem mesmo antes de se mudarem para lá. Eles promoveram reuniões e tivemos oportunidade de conhecer as respectivas famílias antes de nos mudarmos. Em dez anos, só uma família saiu do bairro! Sentimo-nos ligados. Eles fizeram com que nos sentíssemos verdadeiros vizinhos. Cuidamos uns dos outros. Preocupamo-nos uns com os outros. Na porta ao lado moram hispânicos, do outro lado da rua, haitianos e, do outro lado, afro-americanos. Somos vizinhos, partilhamos diferentes experiências e conseguimos conhecer-nos uns aos outros. Aqui, pode sentir-se o sentimento da comunidade.

Usando a Arte para Construir a Comunidade. Finalmente, é importante reconhecer que a DSNI utiliza a cultura de uma forma muito eficaz para criar uma comunhão através das diferenças e para construir uma unidade. Por exemplo, muitos dos murais existentes no bairro, grande parte concebidos e executados com a participação dos jovens locais, evidenciam e chamam a atenção dos residentes para a história do bairro, elogiam a riqueza das suas diferentes heranças culturais e desafiam os residentes a trabalhar em prol da paz e harmonia entre os diferentes grupos. Tal como Jason Webb refere:

Para os residentes, os murais são poderosos símbolos da comunidade. Eles projectam as mensagens do nosso passado e antecipam o futuro. Os jovens orgulham-se de os conceber, de os executar e sentem-nos como propriedade sua. Os nossos murais não têm *graffiti* há 30 anos! Noutros locais, os murais da C.D.C.²



O mural "Rua Dudley Peace" celebrando a harmonia inter-étnica (Foto: Tim Sieber)

dinamizados pela equipa de funcionários com reduzida participação da comunidade são grafitados na primeira semana e, quando isso se observa, podemos estar certos de que não houve envolvimento da comunidade.

Outros tipos de arte são também usados para celebrar a unidade na diferença e o poder do bairro. Na reunião anual de 2008 da DSNI, Alicia Mooltrey, uma afro-americana de 22 anos e funcionária coordenadora do programa de empregos de Verão para jovens, leu às centenas de pessoas aí presentes um poema que ela escrevera, intitulado "Quem são estas pessoas?". O seu poema reconhecia abertamente a beleza e a força da adesão multi-racial à DSNI e a sua determinação em exercer o poder no seu bairro.

.....
 Quem são estas pessoas?
 por Alicia Mooltrey

Quem são estas pessoas,
 Estas pessoas, negras, castanhas, amarelas e pálidas?
 Quem são estas pessoas
 Com esses olhos rasgados, oblíquos, escuros, brilhantes?
 Quem são estas pessoas
 Que dizem Buenos Dias, jason, bom dia, bonjour e good morning quando o Sol está a nascer?
 Quem são estas pessoas
 Com cabelo crespo, encaracolado, suave, sedoso e grisalho?
 Quem são estas pessoas
 Que enfrentam gigantes,
 Que não deixam o semelhante ficar sozinho,
 Que gritam a plenos pulmões "este é o meu poder e nem tu nem tu mo vão poder tirar"?
 Quem são estas pessoas
 Armadas como guerreiros,
 Que são gozadas pelos forasteiros que as olham como um incómodo desqualificado,
 Mas que são reis e rainhas transportando com elas poder, sabedoria e espírito, intangíveis aos olhos e mãos desses forasteiros?

Quem são estas pessoas
 Com tão grandes diferenças,
 Mas tão únicas?
 Quem são estas pessoas?
 Estas pessoas são vocês!

.....
Discussão e conclusões: o compromisso com a democracia

O tipo de construção comunitária produzido pelo modelo da DSNI no bairro de Roxbury-Dorchester em Boston funciona como um cadinho eficaz para o exercício da democracia urbana de raiz popular. Mark Purcell, entre muitos outros observadores do actual cenário urbano, reportou de forma convincente o aparente "declínio da democracia... nas cidades", especialmente a "crescente privação de direitos civis dos habitantes urbanos" que está a acontecer a um nível global (2002: 100-101), particularmente no que respeita ao controlo do espaço público.

Na DSNI, os activistas chamam ao programa de participação democrática da Initiative "democracia plena", nas palavras de May Louie, ou "actualização da democracia quarteirão a quarteirão", como o Director Executivo John Barros o denomina (Putnam e Feldstein, 2003: 97). O exemplo da DSNI pode ser surpreendente no contexto norte-americano, mas simplesmente porque as avaliações convencionais das políticas urbanas de base popular tinham ignorado esse tipo de iniciativa democrática que, efectivamente, está a aparecer cada vez mais por todo o mundo urbano a nível global. Como o antropólogo Arjun Appadurai explicou, as tendências que vão no sentido da privação de direitos civis nas áreas urbanas são o resultado da globalização, que estabeleceu um padrão "no qual as «cidades-mundiais» mais ricas cada vez mais frequentemente funcionam como cidades-estado numa economia global em rede, cada vez mais independente da mediação regional e nacional, e onde as cidades mais pobres – e as populações mais pobres aí existentes – procuram novas formas de reclamar espaço e voz" (Appadurai, 2002: 24).

Contudo, neste padrão global baseado nos seus estudos de organização entre os pobres em Bombaim, Appadurai vê um novo tipo de política com base popular a emergir, a que chama "democracia profunda", e que explica como sendo "uma nova forma de governabilidade urbana vinda de baixo", caracterizada pela inclusão, participação e transparência (Appadurai, 2002: 35). A democracia profunda é "fundamentalmente populista e antiespecializada em termos de estratégia e essência", com "métodos de organização, mobilização, ensino e aprendizagem assentes no que as pessoas pobres já conhecem e compreendem" (Appadurai, 2002: 20).

Este novo tipo de política urbana já suplantou em certos locais as noções tradicionais mais antigas

de cidadania popular. Como escreve Appadurai, estes “movimentos entre os pobres urbanos... representam esforços tendentes à reconstituição da cidadania nas cidades” (2002: 24). Uma visão do que esta nova forma de cidadania pode vir a ser é articulada por Mark Purcell, inspirando-se nas ideias prescientes do sociólogo francês Henri Lefebvre, especialmente no seu trabalho seminal sobre *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 1968). Purcell observa que, conforme argumentou Lefebvre, o poder de criar e controlar a estruturação das relações sociais, políticas e económicas na cidade acentua os direitos dos “habitantes”, muito à maneira do que acontece com os “residentes” da DSNI.

Presentemente, a concessão de direitos formais é largamente baseada na cidadania nacional. Aqueles que são cidadãos nacionais são elegíveis para participar em vários aspectos dos processos de decisão do estado. Na concepção de Lefebvre, contudo, a concessão de direitos aplica-se àqueles *que habitam a cidade*. No direito à cidade, a adesão à comunidade de pessoas com direitos civis não é um acidente de nacionalidade ou nascimento, mas antes um direito pelo facto de viverem as rotinas do dia-a-dia no espaço da cidade. O povoamento urbano confronta directamente a cidadania nacional como a base dominante para a adesão política (Purcell, 2002: 102-103).

Mesmo que nem toda a gente possa votar e mesmo que algumas pessoas não tenham documentação, os residentes *podem*, ainda assim, empenhar-se na participação política – não somente a nível cívico mas até ao nível da política eleitoral, participando em reuniões, trabalhando nas campanhas, usando emblemas e fazendo contribuições monetárias (Leal, 2002). Entidades sem fins lucrativos, como a DSNI, ganham em credibilidade por representarem a totalidade do bairro, incluindo todas as pessoas desse mesmo bairro. Os organizadores explicaram que a inclusão, pela DSNI, de todos os grupos significou que as exigências da comunidade que eles preconizavam não poderiam nunca ser declaradas como sendo as posições de uma só facção étnica e que as autoridades não poderiam usar a estratégia do “dividir para reinar” contra eles. Pode ser que iniciativas e organizações com a DSNI partilhem algo de importante com os movimentos sociais: podem organizar enormes coligações de pessoas que lutem por um propósito comum, e ter mais força a nível político do que o estatuto social e a cidadania dos seus membros, individualmente, o poderia sugerir à partida.

A manutenção deste estado de constante mobilização facilita sem dúvida o sucesso continuado da DSNI, ao procurar empenhar os residentes da comunidade a participarem nos esforços da Initiative no desenvolvimento do bairro e na defesa e ampliação dos ganhos decorrentes da sua rea-

bilitação. Noutras áreas de Boston, onde outras organizações têm uma forte história na organização da participação da comunidade, como por exemplo com o desenvolvimento da Villa Victoria no extremo Sul de Boston, Mario Luis Small detectou uma forte diminuição na participação da comunidade por parte de faixas etárias e gerações mais novas, as quais não tiveram uma sensibilização forte para a mobilização política contra a gentrificação e deslocação, como acontecera no início do projecto (Small, 2002, 2004). Além disso, a principal organização nesse bairro, Inquilos Boricuas en Acción (IBA), como refere, “é fundamentalmente uma organização prestadora de serviços sociais” (Small, 2002: 19). A DSNI, pelo contrário, adoptou uma estratégia deliberada para evitar a oferta de serviços, em vez disso define-se como uma organização de planeamento e de defesa. A sua missão principal é a organização dos residentes e não a prestação de serviços.

Outros dois factores são provavelmente também relevantes para o elevado nível de participação e envolvimento sustentados da comunidade na organização. Primeiro, a Initiative representa uma coligação de residentes, trabalhadores, empreendedores e prestadores de serviços dentro do próprio bairro e este tipo de “organização de construção comunitária” é particularmente bem-sucedida no que respeita a incentivar ao envolvimento cívico em áreas urbanas e na forma como promove ligações transversais que criam solidariedade (Small, Jacobs e Massengill, 2008: 408-409). A necessidade de um diálogo cívico activo entre diversos parceiros é deste modo construído dentro da própria estrutura da Initiative. Segundo, a DSNI, ao chamar a si a governação da diversidade étnica e linguística, também promove o diálogo contínuo e a negociação entre os grupos participantes como necessidades solidárias básicas que devem ser activamente construídas e que não se pode assumir que existam, como acontece em bairros etnicamente mais homogéneos. Como argumentam Lamont e Small, em contraste com avaliações mais pessimistas do impacto da diversidade cultural na cultura cívica (por ex., Putnam, 2007), a presença e o desafio da diversidade pode constituir uma força positiva na promoção de intercâmbio, inovação e auto-eficiência dentro da comunidade (Lamont e Small, 2010: 173-4).

O verdadeiro segredo do sucesso da DSNI é, portanto, o seu compromisso com a democracia – *não só processual mas substantivo*. Em relação à política eleitoral, mesmo que nem todos os que estejam envolvidos na DSNI tenham o direito de voto e outros direitos formais de cidadania, *é certo* que os políticos prestam particular atenção a esta organização; aparecem regularmente, falam nos eventos que esta realiza na comunidade e procuram activamente o seu apoio, porque respeitam e compreendem o poder da mobilização eficaz dos cidadãos.

E, finalmente, a democracia local e a mobilização popular – se profundamente institucionalizadas ao nível local através de uma organização adequada – podem ter poderosos efeitos. Podem proporcionar às comunidades recursos e estruturas que lhes permitam controlar e defender o espaço do seu bairro da apropriação, fragmentação e alienação por parte de interesses e forças exteriores. Podem ajudar a comunidade a criar aliados no espectro político que possam reforçar esta protecção e o controlo local. Iniciativas como as da DSNI parecem estar também ao alcance de qualquer comunidade, embora, obviamente, as possibilidades que se lhes oferece variem de acordo com os diferentes contextos nacionais e locais e exijam sempre avaliações estratégicas e uma organização criativa para serem bem-sucedidas.

Notas

¹ Esta pesquisa foi financiada através de uma bolsa da Sociological Initiatives Foundation, sob administração do Trotter Institute para o Estudo da Cultura Negra na Universidade de Massachusetts, Boston. O nosso agradecimento especial aos funcionários e à administração da Dudley Street Neighborhood Initiative, pela sua colaboração desinteressada nesta pesquisa e, particularmente, a Ros Everdell, May Louie, John Barros e José Barros.

² A CDC (*Community Development Corporation*) é uma ONG que promove habitação para populações com baixos rendimentos.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, A. (2002), "Deep Democracy: Urban Governmentality and the Horizon of Politics", *Public Culture*, 14 (1), pp. 21-47.
- BLUESTONE, B., C. C. Euchner e G. Weismann (2001), *A New Paradigm for Housing in Greater Boston*, Boston, Northeastern University Center for Urban & Regional Policy.
- BLUESTONE, B. e M. H. Stevenson (2002), *The Boston Renaissance: Race, Space, and Economic Change in an American Metropolis*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation.
- BOSTON TENANT COALITION (2000), *Turning New Growth into Affordable Housing*, Boston, Boston Tenant Coalition.
- DAVIS, J. E. (2010), *The Community Land Trust Reader*, Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy.
- DUDLEY STREET NEIGHBORHOOD INITIATIVE (2011), Dudley Neighborhood Profile. URL: http://www.dsni.org/urban_village/DudleyProfilefinal.pdf, acessado a 31 de Janeiro de 2011.
- FRUG, G. E. e D. J. Barron (2007), *Boston Bound: A Comparison of Boston's Legal Powers with those of Six Other Major American Cities*, Boston, The Boston Foundation.
- KEARNEY, A. J. (2008), "The 2008 Global Cities Index", *Foreign Policy*, 15 de Outubro, 2008.
- KERBER, R. (2008), "Mass. Globalization", *The Boston Globe*, 2 de Novembro, 2008.
- LAMONT, M. e M. L. Small (2010), "Cultural diversity and anti-poverty policy", *International Social Science Journal*, 61 (199), pp. 169-180.
- LEAL, D. L. (2002), "Political participation by Latino Non-Citizens in the United States", *British Journal of Political Science*, 32 (2), pp. 353-370.
- LEFEBVRE, H. (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos.
- MEDOFF, P. e H. Sklar (1993), *Streets of Hope: The Fall and Rise of an Urban Neighborhood*, Boston, South End Press.
- MELNIK, M., N. Dyer-Blake e A. Lima (2009), *New Bostonians 2009*. Boston, Boston Redevelopment Authority and the Mayor's Office of New Bostonians.
- PETERSON, T. (1996), "Community Land Trusts: an Introduction", *Planners Web: Planners Commissioners Journal*, 23. URL: www.plannersweb.com, acessado a 1 de Novembro de 2010.
- PUTNAM, R. D. e L. M. Feldstein (2003), *Better Together: Restoring the American Community*, Nova Iorque, Simon & Schuster.
- PURCELL, M. (2002), "Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant", *GeoJournal*, 58, pp. 99-108.
- PUTNAM, R. D. (2007), "E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-First Century", *Scandinavian Political Studies*, 30 (2), pp. 137-174.
- SASSEN, S. (1996), "Whose City Is It? Globalization and the Formation of New Claims", *Public Culture*, 8 (2), pp. 205-223.
- SIEBER, R. T. (2001), *Boston 2001, a dynamic and ever changing city*. www.symphonycity.org/01investigate/neighborhoods.html.
- SKLAR, H. (2009), "No Foreclosures Here", *Yes! Magazine*, Inverno de 2009. URL: <http://www.yesmagazine.org/issues/sustainable-happiness/no-foreclosures-here>, acessado a 1 de Maio de 2011.
- SMALL, M. L. (2002), "Culture, Cohorts and Social Organization Theory: Understanding Local Participation in a Latino Housing Project", *American Journal of Sociology*, 108 (1), pp. 1-54.
- SMALL, M. L. (2004), *Villa Victoria: The Transformation of Social Capital in a Boston Barrio*, Chicago, University of Chicago Press.
- SMALL, M., E. M. Jacobs e R. P. Massengill (2008), "Why Organizational Ties Matter for Neighborhood Effects: A Study of Resource Access through Child-care Centers", *Social Forces*, 87 (1), pp. 387-414.
- SMITH, J. F. (2010), "Globe 100 – Global Appeal", *The Boston Globe*, 18 de Maio, 2010.

REALOJAMENTO EM ZONAS DE FRONTEIRA URBANA. O CASO DA QUINTA DA VITÓRIA, LOURES¹

Rita d'Ávila Cachado

■ Investigadora no CIES-IUL, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, bolsista de pós-doutoramento FCT (rita.cachado@iscte.pt)

Resumo

Desde pelo menos o início dos anos 60 que a Área Metropolitana de Lisboa via crescer a olhos vivos os bairros de *barracas*, particularmente na sua principal linha de fronteira, a Estrada Militar. Com uma forte carga simbólica no imaginário dos moradores da capital e dos seus visitantes, os bairros de *barracas* traçavam, juntamente com as principais vias de acesso, a separação entre Lisboa e os concelhos vizinhos. Os seus moradores, destinatários principais dos estigmas associados à pobreza, viveram décadas nestes bairros.

Na AML, o município de Loures está entre os concelhos com maior número de bairros inscritos no Programa Especial de Realojamento (PER). Com início em 1993, esta política de habitação social que previa *acabar com as barracas* realojou milhares de famílias nos mesmos concelhos de residência dos moradores mal alojados. Ainda assim, muitas famílias continuam sem saber onde nem quando serão realojados.

A Quinta da Vitória é um dos núcleos residenciais do PER de Loures e a história deste bairro não pode ser contada sem olhar para a história do crescimento da cidade de Lisboa. É esse contexto específico que trarei para debate neste artigo, reflectindo sobre algumas das questões associadas à porosidade das fronteiras urbanas, tais como segregação residencial, condições para a mobilidade e crescimento urbano recente.

Palavras-chave: bairros de construção social, mobilidade residencial, políticas de realojamento, segregação residencial

Abstract

Greater Lisbon has been transformed by informal building settlements since at least the early 1960's, particularly Lisbon's municipal borderline, which coincides with the ancient Military Road. Territorially, these neighborhoods represent the separation between Lisbon and the municipalities surrounding the capital. They were inhabited by tens of thousands families throughout two to three decades.

The Municipality of Loures belongs to the Metropolitan Area of Lisbon and is one of the municipalities with a large number of impoverished informal settlements. Loures applied to the Special Resettlement Program (PER), which began in 1993, and aimed to end all shanties. PER resettled thousands of families in housing estates, although nowadays many families do not know where nor when they will be resettled.

Quinta da Vitória is one of PER's residential nuclei in Loures. The story of this neighborhood cannot be told without considering the history of Lisbon's growth. This work brings this local context into debate, and discusses the porosity of these urban frontiers, such as residential segregation, conditions of mobility, and recent urban growth.

Keywords: social housing estates, residential mobility, rehousing policies, residential segregation

Introdução

A organização do território evidencia a existência de múltiplas fronteiras espaciais e sociais. Estas têm estimulado grandes contributos para as ciências sociais e humanas, sobretudo no domínio dos estudos sobre nação e nacionalidade e, por designio, de identidade e de cultura (Donnan e Wilson, 1999). A organização dos territórios urbanos mostra também um conjunto de fronteiras, com um elevado potencial de ilusão analítica, que tem contribuído precisamente para a consolidação dos estudos da cidade a que chegámos recentemente (Cordeiro, 2010). Rápidos olhares sobre mapas, cartas, olhos de satélite, dão a ilusão de circunscrição dos espaços urbanos em bairros, em coroas urbanas, em diferentes tipologias urbanísticas; são essas fronteiras, as reais e as imaginárias, que nos conduzem, enquanto investigadores, a estudar espaços concretos como unidades territoriais, com maior ou menor grau de definição, conforme as suas fronteiras se podem definir mais ou menos. A este título os estudos sobre bairros têm dado contributos importantes para pensar a cidade. Graça Cordeiro e António Firmino da Costa (1999) destacaram a importância destas *unidades territoriais urbanas* no questionamento acerca da cidade². Não obstante, se começarmos a seguir os habitantes destes espaços, os bairros expandem-se, porque a vida dos seus moradores raramente se limita ao local de residência, ela também se expande. Assim, o movimento dos actores sociais e de expansão dos bairros onde habitam merece ser explorado de forma concreta no domínio dos estudos sobre a cidade.

A expansão dos territórios é real, e as pessoas também se movem com e nos territórios, quer num registo quotidiano, ligado aos movimentos pendulares (Baptista e Pujadas, 2000), quer no sentido das decisões de mudança de local de residência associada à suburbanização (Nunes, 2007b: 51), levando-nos a equacionar as potencialidades do conceito de mobilidade. Entre outros autores que se têm dedicado aos estudos das mobilidades, Tim Cresswell tem contribuído para a compreensão do movimento e das mobilidades, sem pudor dos seus cruzamentos, antes equacionando uma mobilidade em três dimensões – movimentos humanos, mobilidade enquanto representação e mobilidade experimentada (Cresswell, 2006: 3). De resto, a análise das mobilidades parece ter-se reencontrado recentemente nos estudos urbanos (Bonnet e Desjeux, 2000), não obstante a pluralidade de trabalhos nesta área (v. Hannam et al., 2006) ter conduzido a uma tendência que ultrapassa aquele domínio (e.g., Carmo e Simões, 2009). A mobilidade reaproxima-se, neste caso, de dinâmica, não pelo lado físico do termo (quando a mobilidade servia sobretudo para analisar socialmente a história dos

transportes e das comunicações), mas pelo lado antropológico *tout court*, das dinâmicas culturais.

Assim, por um lado, as dinâmicas culturais, sociais, territoriais são cada vez mais levadas em conta nas pesquisas urbanas; por outro lado, a crescente preponderância da utilização da etnografia em trabalhos sociológicos sublinha a necessidade de dar conta de aspectos do *terreno* que dificilmente seriam conhecidos através de metodologias clássicas da sociologia³. As realidades estudadas falam permanentemente de mudança, donde os fenómenos de metropolização⁴ e suburbanização (cf. e.g. Remy, 2000) são paradigmas de análise sobre a expansão dos territórios. Os investigadores seguem os actores sociais nas suas mudanças, e também os espaços nas suas transformações. Pode ser uma tendência – dinâmica – dos estudos das cidades e não só, mas é uma tendência que tem dado frutos ao nível da interpretação: repetem-se e renovam-se os textos académicos que procuram ultrapassar as concepções binárias (Carmo e Simões, 2009); são recorrentes os que revêem categorias que pareciam antes mais seguras, como cidades (Cordeiro, 2010), migrações (Portes, 2008⁵; Nedelcu, 2009), e mesmo bairros (Vidal, 2009). Ao mesmo tempo, em todas as ciências sociais multiplicam-se os investigadores que fazem pesquisas *multissituadas* (Marcus, 1995), por hipótese devido à percepção consciente, muitas vezes etnográfica, dos constantes movimentos dos actores sociais.

Já no que se refere à noção de fronteira, esta remete para noções de margem, de passagem, mesmo de ultrapassagem ou de restrição. É uma forma útil de pensar os dinamismos socioculturais na cidade e não só. Tendo sido um dos principais referentes para a abordagem do nacionalismo aos mais diversos níveis, as fronteiras podem ser tomadas como base para reflectir sobre os diversos limites sobrepostos na cidade, uma vez que os urbanitas precisam de franquear diversas fronteiras no acesso à cidade, seja para chegar ao local de trabalho, seja no sentido mais amplo do acesso à cidadania. No caso do bairro Quinta da Vitória, onde nos deteremos adiante, a fronteira é tanto territorial como simbólica; a delimitação do bairro pode ser vista de acordo com vários tipos de tracejamento inscritos no território, e ao mesmo tempo podemos olhar este conjunto residencial através das suas fronteiras simbólicas, sobretudo perceptíveis através da noção de segregação.

Este artigo está dividido em três partes. Começa por uma contextualização geral dos bairros de construção informal, sobretudo ao nível do território reconhecido como Área Metropolitana de Lisboa; depois deter-nos-emos num núcleo residencial no concelho de Loures, a Quinta da Vitória, onde uma apresentação pormenorizada de um bairro residencial precário permitirá questionar o papel das fronteiras

urbanas. Em seguida faremos uma revisão crítica da aplicação do Programa Especial de Realojamento (PER), a política de habitação social com maior alcance em Portugal nas últimas décadas, com o objectivo de contribuir para a percepção de uma segregação espacial acentuada decorrente daquele, situação de certa forma inesperada.

Contextualização territorial dos bairros de construção informal na AML

Como é sobejamente sabido, o crescimento dos bairros de génese ilegal resulta, por um lado, das vagas migratórias associadas à industrialização da AML que se verificou após a II Guerra Mundial e, por outro lado, da escassez de habitação, consequência das migrações das ex-colónias no período que se seguiu às independências dos países antes colonizados por Portugal, primeiro na sequência da rápida africanização dos serviços, depois devido às condições sociopolíticas complexas dos países de origem. Flávio Paiva refere que no início dos anos 80 havia cerca de 230 mil fogos clandestinos (Paiva, 1985: 113).

Esta secção designa genericamente bairros de *construção informal* vários tipos normalmente distinguidos entre bairros de génese ilegal, bairros de *barracas*, de *lata*, entre outras designações comuns. O termo parte do inglês *informal settlement* (Ascensão, 2008, cit. Huchzermeyer e Karam, 2006⁶), que também substitui termos anglo-saxónicos conotados negativamente e excessivamente mal aplicados. No contexto português esta hipótese denominativa é particularmente importante⁷; a designação genérica bairros de génese ilegal não é ajustada, uma vez que existe uma figura jurídica com o mesmo nome base, as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), assim consideradas desde o DL n.º 400/84 de 31 de Dezembro e que foram alvo de diversas iniciativas de loteamento e requalificação. São núcleos residenciais construídos sobretudo a partir dos anos 60 em diversos concelhos da Área Metropolitana, inicialmente por via das migrações internas e ao sabor da industrialização do período final do Estado Novo. Surgem assim associados à ainda que fraca industrialização na AML e à consolidação do processo de suburbanização e metropolização (Nunes, 2007b, 2010). Em grande parte são bairros caracterizados pela construção de vivendas familiares edificadas pelas mãos dos moradores, com planos urbanísticos sumários idealizados pelas associações de moradores.

Se imaginarmos um mapa da AML, as AUGI localizam-se mais para norte ao longo das linhas de água e para o interior dos concelhos limítrofes a Lisboa. Os seus habitantes vivem, assim, mais afastados do centro. Mas estes não são claramente os únicos bairros de construção informal na AML. Além destes temos também a ainda menos feliz

expressão bairros de *barracas*, que designa todo um conjunto de bairros que cresceram nas franjas da capital, em territórios mais centrais do que os primeiros, mas com menos infra-estruturas. Tanto num caso como no outro, estes bairros foram alvo de políticas de requalificação e de realojamento nas últimas décadas, que importam distinguir, no sentido de podermos analisar melhor a situação dos bairros que se localizam sobre a linha de fronteira do concelho de Lisboa.

Os *bairros de lata*, bairros de *barracas* ou bairros *degradados*⁸ – qualquer dos termos comporta uma negatividade social associada – são, sobretudo no início, tal como as AUGI, fruto de migrações internas. Contudo, os seus moradores encontram trabalho mais na construção civil do que na indústria. O crescimento exponencial destes bairros, tanto em número de núcleos como em alargamento do território ocupado por cada um deles, verifica-se sobretudo depois das independências dos países africanos ex-colonizados por Portugal. De resto, estas populações engrossam os efectivos de dois grandes tipos de habitação nas principais cidades portuguesas no pós-25 de Abril – compra e arrendamento a baixos custos, sobretudo nos subúrbios em crescimento; compra e arrendamento de terrenos de carácter incerto às portas das cidades.

Com contornos semelhantes a outras capitais europeias, a linha de fronteira entre o concelho de Lisboa e os concelhos que rodeiam a capital é um verdadeiro repto para pensar a cidade em termos de crescimento urbano, de variação e variedade populacional, representações passadas e actuais da cidade. Concretamente sobre o território do concelho de Lisboa, temos uma linha de fronteira actual que, em grande parte, foi pensada sobre uma fronteira prévia: a Estrada Militar. O surgimento de bairros de construção informal nas antigas trincheiras da Estrada Militar é uma constante naquela que poderia ser a história da construção informal na AML, sendo um facto que muitas casas puderam ser erigidas devido ao alheamento das autoridades. Assim, controlo e um certo grau de resistência parecem estar em jogo; uma antiga linha de defesa está marcada por milhares de moradores que tiveram, até ao surgimento das políticas multiculturais, um acolhimento limitado na cidade onde escolheram morar. Cabe aqui referir uma conversa com dois arquitectos que haviam realizado um levantamento da Estrada Militar, Gilberto Veiga de Oliveira e Catarina Rebelo de Sousa, onde estes apontaram para a ironia desta linha de segurança na cidade⁹. Mas além das possibilidades de interpretação simbólica sobre o que representa a construção informal sobre a antiga Estrada Militar, como podemos caracterizar esta linha?

É uma linha que em termos territoriais fica perto do centro urbano. Alguns destes bairros estão

do lado de dentro da linha, no concelho de Lisboa, outros estão em cima da linha da fronteira, mas já nos concelhos vizinhos. É o caso de vários bairros em Loures e na Amadora. De qualquer maneira, mesmo há 30 anos, os moradores destes bairros viviam mais perto do que longe do centro da capital. Este centro veio a ser ainda mais centro com o crescimento dos subúrbios. Em termos pragmáticos, antes de qualquer tentativa de interpretação, era mais fácil construir ali do que noutros sítios da cidade, devido à responsabilidade difusa destes territórios – os territórios em cima da Estrada Militar eram de responsabilidade militar ou civil? Se era difícil vigiar as populações que erigiam as suas casas noite após noite, a incerteza sobre quem era responsável contribuía para o crescimento diário destes bairros. Além disso, a maior parte destes terrenos localizava-se em quintas ou partes de quintas abandonadas. Sinal disso são os nomes dos bairros de construção informal, onde se inclui a Quinta da Vitória, tal como a Quinta da Fonte e a Quinta do Mocho, só para referir três emblemáticos casos de grandes núcleos residenciais no concelho de Loures.

Se nos anos 70 estes terrenos tinham valor de mercado reduzido, trinta ou quarenta anos depois, decorrente do processo de suburbanização e de metropolização já referidos, o valor destas propriedades é muito mais elevado e a sua posse muito mais cobiçada. De facto, a urgência por parte dos proprietários dos terrenos onde se construiu informalmente em reaver o uso das suas propriedades apenas se verificou quando a metropolização estava consolidada, ou seja, quando o centro da cidade, alastrado, provocou um aumento exponencial do valor da propriedade. Esta situação coincidiu com a execução do Programa Especial de Realojamento nos anos 90.

O bairro de construção informal Quinta da Vitória

O bairro Quinta da Vitória, na freguesia da Portela de Sacavém, concelho de Loures, é um núcleo residencial de construção informal erigido no canto oposto às antigas edificações da Quinta da Vitória, com sede no centro de Sacavém¹⁰. O caso deste núcleo residencial encaixa na caracterização geral dos bairros de *barracas* da AML mencionada antes. Está localizado sobre a fronteira com o concelho de Lisboa, assenta na Estrada Militar, e o seu maior crescimento deve-se aos imigrantes vindos das ex-colónias em vagas consecutivas desde o pós-25 de Abril até inícios dos anos 90.

No sentido de apresentar o contexto local que nos vai servir de exemplo para falar de uma dinâmica residencial na fronteira urbana, também começa pela exposição das suas várias dimensões de

fronteira, tanto ao nível das imagens que podemos simbolicamente construir como aos vários níveis territoriais. Começemos pelo segundo. Em geral, os limites dos bairros de construção informal são mais facilmente perceptíveis no território do que noutros casos de bairros urbanos; eles começam e terminam com a presença das *barracas*, começam e terminam com as ruas em terra batida e/ou a rede de esgotos deficitária. A um primeiro nível, temos uma fronteira que diferencia aquele espaço urbano do espaço em volta. Depois existe a fronteira ao nível da freguesia. A Quinta da Vitória fica no limiar noroeste da Freguesia da Portela de Sacavém, freguesia esta que é mais conhecida pela sua urbanização característica, para classe média alta, de dezenas de lotes listados a bege e branco. Finalmente temos a já referida fronteira entre os dois concelhos, Lisboa e Loures¹¹. Os moradores da Quinta da Vitória pertencem a Loures, mas é-lhes mais acessível chegar ao centro de Lisboa do que ao centro de Loures.

E do lado de Lisboa encontramos mais uma urbanização de sucesso, os Olivais (Nunes, 2007a). Assim, a Quinta da Vitória surge como um enclave entre os Olivais e a Urbanização da Portela. Os seus moradores viviam na zona das *barracas* da Portela, mas a sua situação de segregação espacial, existente, não é totalmente evidente. Neste caso, corroborando a proposta de Sako Musterd e Wim Ostendorf, que analisaram a relação entre a exclusão social e o estado do bem-estar, a segregação espacial é, muitas vezes, segregação socioeconómica (Musterd e Ostendorf, 1998). Na Quinta da Vitória, podemos dizer que há segregação espacial na medida em que os moradores, por virtude de serem na sua maioria imigrantes e de habitarem construções informais, têm um acesso limitado à cidade a que pertencem. A este propósito, Michel Laguerre (1994) propôs um conjunto de razões porventura excessivas para o facto de os membros das minorias étnicas estarem à partida em maior desvantagem face ao sistema formal¹² do que outros cidadãos: (i) porque têm de obedecer a regras que não ajudaram a criar; (ii) porque lhes falta poder e acesso a recursos através dos quais poderiam obter mudanças positivas; (iii) porque muitos membros de minorias étnicas têm menos competências devido à sua prévia socialização em famílias e comunidades minoritárias; (iv) porque mesmo quando bem-vindos ao sistema, não são de facto aceites como iguais (Laguerre, 1994: 141). A localização da Quinta da Vitória, ao mesmo tempo perto e longe do centro da capital, ecoa ainda Manuel Castells (1984), no sentido em que o centro não é uma categoria em si, mas objecto de produção simbólica, e nesse sentido, se um bairro se encontra dentro dos limites geográficos ou urbanísticos do centro da cidade, tal não corresponde necessariamente a que todo esse espaço interno a uma fronteira seja considerado

centro. A múltipla situação de fronteira da Quinta da Vitória, que contribui para a percepção de uma certa condição de segregação espacial, entra portanto na dimensão das acessibilidades. Da acessibilidade das múltiplas formas de participação, à acessibilidade física, ao princípio de mobilidade (Kaufmann, Schuler, Crevoisier e Rossel, 2004).

A história e caracterização interna do bairro fazem surgir ainda outras fronteiras, porventura a um nível mais simbólico. A Quinta da Vitória é um dos núcleos residenciais da Grande Lisboa que mais se encaixa na sobrecarregada categorização de multicultural. Ao contrário de outros bairros mais homogéneos em termos de proveniências étnicas, na Quinta da Vitória encontramos uma grande pluralidade cultural. Para além de portugueses de origem rural e de africanos de diversas origens nacionais, encontramos muitos *indianos* que, em boa verdade, deveriam entrar na categoria de africanos, uma vez que a sua proveniência migratória é Moçambique. Seguindo a tipologia utilizada comumente pelos moradores, o bairro tem *portugueses*, *africanos* e *indianos* e cada uma destas populações habita partes mais ou menos distintas do bairro. Contudo, note-se, essa distinção espacial não é absoluta; podemos encontrar famílias indianas na zona africana e vice-versa, por exemplo.

Em termos resumidos, o bairro da Quinta da Vitória cresce com a chegada das diferentes populações que o compõem. As primeiras casas são construídas por famílias portuguesas sobretudo na segunda metade dos anos 60, à semelhança do que acontece em muitos outros bairros da AML cujas primeiras construções foram erigidas por migrantes internos (Fonseca, 1990; Malheiros, 1992). Na primeira metade dos anos 70 apenas famílias de origem portuguesa habitavam o bairro. As primeiras *barracas* construídas são feitas de tábuas de madeira e chapa por famílias portuguesas provenientes de diversas zonas do país, mas sobretudo do Norte¹³. São inicialmente casas pequenas, com uma ou duas divisões. Pequenas parcelas de hortas, bem como casas já erigidas, foram vendidas pelos primeiros habitantes às populações imigrantes. Homens de origem indiana, provenientes de Moçambique, foram os primeiros moradores hindus do bairro. A população africana do bairro foi ocupando sobretudo a zona norte do bairro ao longo dos anos. Algumas famílias vieram logo na altura das independências (1975-1976), mas uma grande parte chegou em meados dos anos 80 (cabo-verdianos) e início dos anos 90 (guineenses). Como veremos de seguida, o processo de realojamento provocou grandes alterações no bairro e, com isso, a composição populacional também foi afectada. Muitos descendentes de famílias ali residentes emigraram de novo, trazendo novas fronteiras para a Quinta da Vitória, desta vez fronteiras clássicas, nacionais, com repercussões nas famílias que ficam.

Realojamentos no âmbito do PER

À semelhança de dezenas de outros bairros de *barracas* da AML, a Quinta da Vitória foi inscrita no Programa Especial de Realojamento (PER). O PER configura-se como a política de habitação social de maior envergadura a seguir ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), visando o realojamento de dezenas de milhares de famílias moradoras em casas construídas informalmente às portas das grandes cidades nas últimas décadas. O PER foi legislado no início dos anos 90 (DL 163/93 de 7 de Maio) e, após a assinatura da decisão governamental, os municípios aliaram-se ao PER através de protocolos com o Instituto Nacional de Habitação (INH), comprometendo-se a realojar as famílias mal alojadas em bairros de habitação social e a demolir as *barracas*. O município de Loures firmou o seu compromisso em 1995 e desde então realojuou 2300 agregados familiares em fogos de habitação social, especialmente construídos para o efeito, correspondendo a quase 60% da taxa de concretização¹⁴.

No caso da Quinta da Vitória assistimos a um prolongamento do programa de habitação social sem fim à vista. Em 1998 deu-se o primeiro momento de realojamento parcial do bairro. As casas localizadas junto à estrada principal impediam as obras de alargamento das vias de acesso à Expo'98 e à Ponte Vasco da Gama e, desse modo, uma primeira fatia de cerca de 60 agregados familiares beneficiaram de realojamento em habitação social, numa parceria entre o município e a construtora Lusoponte. Foram habitar casas do bairro municipal da Portela, construído a não mais de 150 metros do primeiro. Os contemplados puderam, desse modo, manter redes de sociabilidade, beneficiar da mesma rede escolar, cumprir rotinas laborais, sem alterações de maior. Após esse primeiro realojamento, apenas em 2002 se verifica o segundo realojamento parcial, que contemplou cerca de 100 famílias, numa zona contígua à Quinta da Vitória. Tal como os primeiros contemplados, estas famílias mantiveram redes de sociabilidade e rotinas, uma vez que o realojamento foi feito para um quarteirão de prédios contíguo ao bairro Quinta da Vitória. Os prédios em causa fazem parte de um conjunto residencial de 425 fogos sociais, o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde pertencente à Gebalis, inicialmente previsto para realojamentos de famílias residentes em bairros degradados de Lisboa. Mas a proximidade com a Quinta da Vitória e a necessidade habitacional dos seus moradores conduziram à celebração de um protocolo entre os dois municípios em finais de 2001. Contudo, além das famílias realojadas, em 2002 faltava ainda realojar mais de 200 famílias.

Em 2005 a solução encontrada pelo município para finalizar o processo de realojamento da Quinta da Vitória foi sugerida pelos proprietários do ter-

reno, que propuseram a indemnização das famílias inscritas no PER que continuavam a aguardar o seu realojamento em habitação social. Dezenas de agregados familiares aceitaram, mas mais de uma centena continuou à espera do realojamento para o qual haviam já esperado mais de dez anos. O município de Loures ainda esperou que as famílias se inscrevessem no programa PER-Famílias, uma figura legislativa variante do PER, que previa a compra de casas pelas famílias com uma ajuda substancial do INH, da Caixa Geral de Depósitos e dos municípios, mas os limites de preço das casas calculados para se poder aceder ao PER-Famílias eram muito inferiores aos valores reais atingidos durante a década de 2000 na AML¹⁵. Para remediar esta situação sem fim à vista, os serviços camarários sugerem ciclicamente a vários agregados familiares que estes aceitem fogos de habitação social em zonas de realojamento onde vazam casas, mas a oferta do município de Loures é para bairros muito mais segregados espacial e socialmente do que a Quinta da Vitória, e, por conseguinte, com histórias de grande negatividade associada bem conhecidas dos moradores de bairros degradados¹⁶. A mudança de casa feita de forma isolada e não em conjunto com outras famílias vizinhas também desagrada aos moradores que têm recusado esta solução. Dora-vante, os moradores são avisados de que perderão o direito ao realojamento se continuarem a recusar as soluções. Ainda assim, as *barracas* da Portela, agora cerca de 100, têm sido renovadas pelos seus novos e velhos moradores. Se a expectativa do realojamento, que foi maior no início dos anos 2000, conduziu a um certo desleixo relativamente às casas que, antes do PER, eram anualmente pintadas e retocadas, o descrédito quanto à finalização do processo, bem como a vinda de alguns novos moradores, tem conduzido recentemente a um embelezamento e cuidado nas habitações.

Os moradores da Quinta da Vitória que recusam o realojamento em habitação social noutros bairros para além do vizinho Dr. Alfredo Bensaúde não estão exactamente a recusar a habitação social *tout court*; a sua renitência em sair do sítio onde moram corresponde na verdade a uma rejeição de ir habitar bairros mal afamados. A má fama desses locais resulta, no seu entender, de uma forte estigmatização dos bairros de construção informal onde os moradores habitavam anteriormente e também devido à mistura étnica indesejada. Concretamente, os moradores da Quinta da Vitória recusam sobretudo viver em dois bairros de habitação social distintos: na Urbanização Terraços da Ponte, também conhecida por Quinta do Mocho, uma vez que os seus habitantes provieram do bairro degradado com o mesmo nome; e na Quinta da Fonte, um bairro localizado na serra de Loures, extremamente segregado face a outros conjuntos urbanos, e sem famílias indianas, para

desagrado sobretudo dos moradores indianos da Quinta da Vitória, que não teriam vizinhos conhecidos naquele bairro. A segregação espacial destes bairros, como de muitas outras urbanizações de habitação social que foram construídas em terrenos urbanos pouco valorizados, e tipicamente mais longe do centro, é um factor importante que influencia a opção das famílias que habitaram, por vezes mais de vinte anos, um bairro como a Quinta da Vitória, que, apesar de sujeito a uma certa segregação como vimos, possui fortes indicadores de centralidade.

Considerações finais

Além de pretender a *erradicação das barracas*, o PER tinha o objectivo de diminuir a exclusão social por via do acesso à habitação condigna, alcançável através da habitação social. Este objectivo parece decorrer de uma estigmatização apriorística sobre a vida e as condições socioculturais dos moradores dos bairros degradados, que sugere a sobreposição das condições habitacionais deficitárias e de supostas más condições sociais. Contudo, os habitantes dos bairros degradados revelam, como foi já sobejamente demonstrado através de sucessivos estudos produzidos tanto pelas universidades como pelos municípios, práticas socioculturais de valor idêntico a outros contextos residenciais que estejam dentro dos padrões das chamadas condições condignas de habitação. Nesse sentido, o realojamento em habitação social em bairros mais afastados dos centros urbanos vem acarretar uma segregação inesperada face às pretensões iniciais. Sob o designio da melhoria das condições habitacionais, as condições sociais parecem ter sido proteladas.

A Quinta da Vitória serviu-nos de exemplo para pensar as fronteiras urbanas e os casos de núcleos residenciais que estão, por um lado, numa situação de alguma centralidade, tendo em conta factores inequívocos como a proximidade do centro da capital ou a localização junto a bairros bem inseridos na malha urbana e valorizados. Por outro lado, num contexto de segregação, através das condições habitacionais e da possibilidade de os seus moradores virem a ser segregados espacialmente no contexto do processo de realojamento, uma vez que, após dois momentos de realojamento parcial em habitação social localizada muito perto da residência anterior, os agregados que ficaram por realojar esperaram por uma solução semelhante à que tiveram os seus antigos vizinhos.

Ao analisar o PER vimos que a sua execução tem levado as autoridades, no caso do município em análise, a optar por sugerir aos moradores alternativas que contribuiriam para a segregação socioespacial das famílias que aguardam realojamento. No caso da Quinta da Vitória, encontramos resistências a estas soluções, possíveis por duas ordens de factores. O

mais evidente é que a urgência da demolição das *bar-racas*, evidenciada no texto legislativo no início dos anos 90, parece estar sujeita a vagas de interesse, quer político, quer por parte dos proprietários. Além disso, parece que uma certa centralidade urbana deste conjunto residencial leva os seus (restantes) moradores a manterem – e melhorarem – as suas casas. A antiguidade residencial implicou redes de vizinhança, sedimentação de empregos, de rotinas urbanas, que são assim conservadas até uma nova urgência de finalização do processo de realojamento.

Notas

- ¹ Resultante do Encontro Transformação Urbana Experiências Locais, agradeço o convite à Patrícia Pereira e ao Luís Baptista a possibilidade de clarificar através da comunicação e deste artigo algumas questões levantadas na tese de doutoramento que ficaram menos explícitas enquanto argumento.
- ² Nos estudos urbanos (nomeadamente Sociologia e Antropologia Urbana) são fundamentais algumas referências clássicas, provenientes sobretudo da Escola de Chicago, em que o bairro é tomado como *locus* de observação para estudar a cidade. Entre outros, são incontornáveis Whyte (1981), Willmott (1986), Gans (1982 e 1972), Hannerz (1969). No contexto português, vejam-se Baptista (1987); Cordeiro (1997); Farina (2001); Fernandes (1998); Antunes (2002); Nunes (2007a); Cachado (2008), entre outros (v. referências).
- ³ No contexto português, Fernando Luís Machado (2002); António Firmino da Costa (1999); João Pedro Nunes (2007b); Inês Pereira (2009) (v. referências) são apenas alguns nomes que, apesar de uma formação base na sociologia, ao realizar pesquisa sobre as cidades, se dedicaram à etnografia urbana com observação participante.
- ⁴ O conceito de metrópole e outras palavras da família (metropolitano, metropolização), apesar de se constituírem como termos incorporados na literatura dos estudos urbanos, não deve ignorar o debate pós-colonial, justamente devido às potencialidades analíticas que este levanta para aqueles estudos (cf., e.g., Cabral, 2006: 180).
- ⁵ Neste caso, o autor adverte relativamente a excessos interpretativos face aos grandes efectivos populacionais emigrados; numa conferência em 2008, Portes reavaliava a relação entre migrações e mudança social, concluindo que não é certo que os migrantes alterem as sociedades de acolhimento tanto como se pensava.
- ⁶ O livro a que se refere Ascensão é *Informal Settlements: a perpetual challenge?*.
- ⁷ Uma outra hipótese seria a utilização de arquitectura popular, mas a complexidade historiográfica e epistemológica inerente ao termo povo e ao que se denomina popular provoca uma ambiguidade excessiva. Sobre arquitectura popular, v. e.g. o documentário dirigido e realizado pelo arquitecto Manuel da Graça Dias, *Arquitecturas sem Arquitectos*, Programa “Ver artes”, RTP, 1996. Sobre povo veja-se a revisão do debate por Sónia Vespeira de Almeida (2009: 250-251).
- ⁸ Na tese de doutoramento tive a oportunidade de experimentar uma avaliação ainda que limitada de algumas

correspondências entre a terminologia portuguesa e alguns termos estrangeiros, de que se destacam os termos ingleses *slum* e *shanty town*, e franceses *bidonville* e *taudis* (Cachado, 2008: 124-130).

- ⁹ Sem referências bibliográficas disponíveis, importava contudo registar a reflexão de técnicos que se detiveram sobre o terreno de uma forma extensiva.
- ¹⁰ A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) catalogou recentemente a Quinta da Vitória, de que apenas resta a Igreja de Nossa Senhora de Vitória.
- ¹¹ Noutro sítio (Cachado, 2008) analisei ainda uma hipótese de alteração do traçado da fronteira concelhia levantada em finais dos anos 90.
- ¹² A obra referida, *Informal City* (v. referências), defende precisamente a ideia de *cidade informal*, que leve em conta os sistemas informais que acontecem nos espaços urbanos; não para controlar, mas porque eles existem, e sem a sua percepção, a análise das cidades ficaria amputada de uma parte importante da sua realidade.
- ¹³ No documentário *As Operações SAAL, 2007*, realizado por João Dias, podemos ver imagens de arquivo que mostram bairros de *barracas* construídas em madeira antes do 25 de Abril. De resto, esta obra visual é de uma riqueza documental fabulosa no que toca aos ambientes discursivos, reflexivos e executores então experimentados.
- ¹⁴ No entanto, a maior parte dos realojamentos foram apenas efectuados depois de 1999. Até esse ano a taxa alcançava apenas cerca de 20% (Guerra, 1999: 72).
- ¹⁵ A tabela previa 3 zonas conforme a proximidade/distância das zonas mais caras. Para a zona III, mais afastada dos centros, os valores máximos das habitações não podiam ultrapassar, no caso de um T2, os 38 380 euros. No folheto informativo dá-se exemplos que permitiam, ainda assim, a sua execução, como viver numa barraca em Lisboa e comprar uma casa na Guarda, parecendo sugerir um retorno às terras de origem para os migrantes do interior do país.
- ¹⁶ Sobre essa negatividade de certo modo comum nos bairros sociais, Paul White adverte para a associação entre habitação social e exclusão social (White, 1998: 164) devido ao risco de os investigadores também contribuírem para perpetuar os estereótipos.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. V. (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT/FCSH/UNL, Edições Colibri.
- ANTUNES, M. (2002), *Estrela d'África, um bairro sensível. Um estudo antropológico sobre jovens na cidade da Amadora*, Tese de Doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- ASCENSÃO, E. (2008), *Informal urbanisation in a post-colonial context – the lived experience of the architecture of shanty town dwellings in Lisbon, Portugal*, Upgrade Report, Londres, King's College London.
- BAPTISTA, L. V. (1987), *Crescimento urbano e migrações internas: contrastes e alterações sócio-espaciais, e redes de interconhecimento. O Bairro do Rego*

- (Lisboa, 1900-1985), Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Lisboa, FCSH-UNL.
- BAPTISTA, L. V. e J. J. Pujadas (2000), "Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades", *Forum Sociológico* 3/4, II Série, pp. 293-308.
- BONNET, M. e D. Desjeux (org) (2000), *Les territoires de la mobilité*, Paris, PUF.
- CABRAL, J. P. (2006), "Reflexões finais", in R. Sarró e A. P. de Lima (org.), *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre produção etnográfica*, pp. 177-192.
- CACHADO, R. d'Á. (2008), *Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento. Uma etnografia na cidade alargada*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE-IUL (policopiado).
- CARMO, R. M. do e J. A. Simões (orgs.) (2009), *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajectos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CASTELLS, M. (1984), *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença.
- CORDEIRO, G. Í. (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- CORDEIRO, G. Í. e A. F. da Costa (1999), "Bairros: contexto e intersecção", in G. Velho (org.), *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 58-79.
- CORDEIRO, G. Í. (2010), "As cidades fazem-se por dentro. Desafios da Etnografia Urbana", *Cidades. Comunidades e Territórios* 20/21, pp. 111-121.
- COSTA, A. F. (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais de identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- CRESSWELL, T. (2006), *On the move. Mobility in the modern western world*, Nova Iorque e Londres, Routledge.
- DONNAN, H. e T. M. Wilson (1999), *Borders. Frontiers of Identity. Nation and State*, Oxford, Nova Iorque, Berg.
- FARINA, M. (2001), *Por uma Antropologia do Habitar. Projecto e quotidiano num bairro de habitação social em Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE.
- FERNANDES, L. (1998), *O Sítio das drogas. Etnografia das drogas numa periferia urbana*, Lisboa, Editorial Notícias.
- FONSECA, M. L. (1990), *População e Território. Do país à área metropolitana*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n.º 14, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GANS, H. J. ([1968] 1972), *People and Plans. Essays on Urban Problems and Solutions*, Middlesex, Penguin Books.
- GANS, H. J. ([1962] 1982), *The Urban Villagers. Group and Class in the Life of Italian-Americans* (Updated and Extended Version), Londres, Collier MacMillan Publishers.
- GUERRA, Isabel (coord.) (1999), *Diagnóstico sobre a implementação do programa PER nos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*, Lisboa, Instituto Nacional de Habitação.
- HANNAM, K., M. Sheller e J. Urry (2006), "Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings", *Mobilities*, 1, 1, pp. 1-22.
- HANNERZ, U. (1969), *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- KAUFMANN, V., M. Schuler, O. Crevoisier e P. Rossel (2004), *Mobilité et Motilité. De l'intention à l'action, Rapport de Recherche*, Junho de 2003, Cahier du LASUR 4, ENAC, INTER.
- LAGUERRE, M. S. (1994), *The Informal City*, Londres, MacMillan Press Ltd.
- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- MALHEIROS, J. da S. M. (1992), *Comunidades Indianas na Área Metropolitana de Lisboa. Geografia de um Reencontro*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARCUS, G. E. (1995), "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography", *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117.
- MUSTERD, S. e W. Ostendorf (eds.) (1998), *Urban Segregation and the Welfare State. Inequality and exclusion in western cities*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- NEDELCO, M. (2009) *Le migrant online. Nouveaux modèles migratoires à l'ère du numérique*, Paris, L'Harmattan.
- NUNES, J. P. S. (2007a), *À Escala humana. Planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul. Lisboa, 1959-1969*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- NUNES, J. P. L. de O. S. (2007b), *Florestas de Cimento Armado. Os grandes conjuntos residenciais e a Constituição da Metrópole. Lisboa, 1955-1981*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.
- NUNES, João Pedro Silva (2010), "Dos Subúrbios Citadinos aos Subúrbios Metropolitanos. Estrutura de povoamento e morfogenese da metrópole de Lisboa (1950-2001)", *Cidades. Comunidades e Territórios*, 20/21, pp. 123-137.
- PAIVA, F. (1985), "Condições de alojamento e carências habitacionais da população portuguesa", *Cidade e Território*, 2, pp. 109-124.
- PEREIRA, I. (2009), *Movimentos em rede: biografias de envolvimento e contextos de interacção*, Tese de Doutoramento em Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE.
- PORTES, A. (2008), "Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections", *Theorizing Key*

- Migration Debates* (Keynote Conference), Oxford University.
- REMY, J. (2000), "Métropolisation et diffusion de l'urbain: Les ambiguïtés de la mobilité", in Bonnet, M. e D. Desjeux (org.), *Les territoires de la mobilité*, Paris, PUF, pp. 171-188.
- VIDAL, F. (2009), "A mobilidade residencial como objecto da história urbana: registos, práticas e interpretações", in R. M. do Carmo e J. A. Simões (orgs.), *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajectos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 57-69.
- WHITE, P. (1998), "Ideologies, social exclusion and spatial segregation in Paris" in S. Musterd e W. Ostendorf (eds.), *Urban Segregation and the Welfare State. Inequality and exclusion in western cities*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 148-167.
- WHYTE, W. ([1943] 1981), *Street Corner Society. The social structure of an Italian Slum*, Third Edition, Revised and Expanded, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- WILLMOTT, P. ([1957] 1986), *Family and Kinship in East London*, Londres, Routledge.

O FADO DE MARVILA. NOTAS SOBRE A ORIGEM CITADINA E O DESTINO METROPOLITANO DE UMA ANTIGA ZONA INDUSTRIAL DE LISBOA

João Pedro Silva Nunes

■ ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA-CET/IUL, Investigador Ciência 2008 (joao.silva.nunes@iscte.pt)

Ágata Dourado Sequeira

■ ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Doutoranda em Sociologia (agata.sequeira@gmail.com)

Resumo

Este artigo descreve e analisa o destino metropolitano de Marvila, uma das mais antigas zonas industriais e operárias de Lisboa. Primeiro, reconstitui a história do seu território e da sua ocupação, analisa a sua ascensão e queda industrial e dá a conhecer um sentimento nostálgico que a sua situação presente gera nalguns dos seus residentes. Depois, analisa o histórico de acção pública no território da freguesia e a sua relação com os espaços, actividades e populações residentes. Em seguida, apreende duas acções inscritas na economia cultural e no meio social urbano de Marvila – Lisboa Capital do Nada e Fábrica Braço de Prata – discutindo-as à luz das propriedades dos *circuitos culturais off* e dos *creative spaces* e enquanto valia na revitalização da freguesia. No final, são objecto de reflexão os vestígios e os efeitos do passado industrial de Marvila na memória colectiva das populações, e a forma como ambas participam no destino dos seus espaços de vida quotidiana.

Palavras-Chave: Lisboa, metrópole, memória colectiva, reabilitação urbana, circuitos culturais

Abstract

This article describes and analyzes the metropolitan destiny of one of Lisbon's oldest industrial and working class districts – Marvila. Firstly, it focuses on the history of the district and its occupation, analyzes the area's industrial rise and fall, and gives an account of the nostalgia that its present condition engenders in some of its residents. Secondly, it analyses the history of public action carried out in the territory of the district and its relationship with Marvila's spaces, activities and population. Thirdly, it captures Lisboa Capital do Nada and Fábrica Braço de Prata as two elements embedded in Marvila's cultural economy and urban social milieu, discussing them from both the off artistic circuit and the creative spaces perspectives. Finally, a reflection on both the remains and the effects of Marvila's industrial past is offered, bearing on Marvila's collective memory and population, and on how they both participate in the destiny of its spaces of daily life.

Keywords: Lisbon, metropolis, collective memory, urban renewal, cultural circuits

Introdução

Em 1960, um viajante que chegasse a Lisboa de comboio deparava-se à entrada da cidade com uma paisagem facilmente reconhecível: fábricas e armazéns, maquinaria e matérias-primas, pessoas e mercadorias em circulação. Tal viajante com facilidade se aperceberia de uma atmosfera particular, constituída pela laboração industrial e portuária e pela residência operária, envolvendo os lugares

que antecederiam a sua chegada à gare de Santa Apolónia. Este percurso realizava-se por entre um “mar de chaminés e de gente” que de “Santa Apolónia a Sacavém” pouco deixava entrever que em redor das fábricas e armazéns se encontrava um *habitat* modesto, pontuado por comércios e alguns equipamentos¹. Aí, como noutras cidades europeias de então, a proximidade entre a casa e a fábrica exercia os seus efeitos nos lugares, mas também nos ritmos e nas formas como as populações residentes

se relacionavam com os bairros onde residiam e com a cidade (Magri e Topalov, 1989).

Neste texto esboçamos algumas notas que permitem compreender e interpretar o destino metropolitano de Marvila – freguesia situada na zona oriental da metrópole de Lisboa, marcada durante boa parte do século XX pela laboração industrial e residência operária. Começamos por traçar o seu curso social e urbano, analisando a sua ascensão e queda industrial e explorando o modo como hoje a memória social desses lugares é construída pelos seus residentes numa condição de “relativa invisibilidade social e urbana” (Baptista e Nunes, 2010) e através de uma relação nostálgica com a vida social passada. Em seguida damos conta de como a planificação urbana modelou o espaço, povoamento e situação urbana da freguesia, analisando o Plano de Urbanização de Chelas e o programa Viver Marvila. Por fim, apreendemos duas acções que se inscrevem na economia cultural e no meio social urbano de Marvila: Lisboa Capital do Nada e Fábrica Braço de Prata. Interpretamo-las face às propriedades dos *circuitos culturais off* (Vivant, 2008) e dos *creative spaces* (Landry e Bianchini, 1998) e discutimos a sua valia na revitalização de uma das mais antigas zonas industriais de Lisboa Oriental.

Daqui resulta uma ilustração multifacetada da não resolvida situação desta zona em relação à metrópole em que se integra. O passado industrial e portuário de Marvila surge geralmente afastado dos projectos de reabilitação para a zona. No destino da freguesia é insuficientemente valorizado o papel das populações residentes e dos sectores da economia cultural ali actuaentes. O território de Marvila, espaço de vida das populações que ali habitam e trabalham, apresenta um incerto *fado urbano*.

Origem citadina

Ao longo da segunda metade do século XIX, o crescimento da Lisboa ribeirinha oriental está intimamente relacionado com a indústria, actividades portuárias e uma crescente circulação de pessoas e mercadorias. Na margem do Tejo, vias e pontos de entrada e saída da cidade encontravam-se há muito estabelecidas. Estes nós permitiam a circulação das gentes e mercadorias que tinham a urbe como origem, destino ou ponto de passagem. Na década de 1860 foi decidida a construção da futura Estação de Santa Apolónia. Com a sua edificação, uma série de trabalhos refez a margem do Tejo e reforçou o seu cunho portuário e fabril (Folgado e Custódio, 1999). A disponibilidade de solo favoreceu a conversão das quintas, palácios e conventos da zona em fábricas, armazéns, vilas e pátios.

A via-férrea, o porto e a localização de indústrias refizeram o arrabalde oriental da Lisboa do Antigo Regime “que a revolução liberal havia esvaziado

de gente e de sentido” (Matos, 1999: 5) e que a expansão do capitalismo industrial oitocentista e novecentista repovoou e re-significou. A escala urbana e industrial de Marvila atingiu então considerável grandeza: fábricas como a dos Sabões, da Borracha, dos Fósforos, da Tabaqueira ou do Material de Guerra, armazéns de companhias como a Abel Pereira da Fonseca ou ainda sedes de empresas como a de José Domingos Barreiros são emblemáticas do curso citadino deste território. À medida que estas e outras actividades se estabeleceram, emergiu um importante centro industrial lisboeta. O relevo que Marvila e outros lugares em seu redor evidenciavam enquanto espaço industrial era bem patente aos observadores de final de Oitocentos:

O Inquérito (Industrial de 1890) revela existirem 156 ramos industriais em laboração no 1.º Bairro da cidade, no qual se integravam as freguesias de Lisboa Oriental. A pequena indústria começava a ser ultrapassada pelas grandes fábricas mecanizadas em vários sectores, albergando centenas de trabalhadores do sexo masculino e feminino. O crescimento pode ser acompanhado através do Boletim do Trabalho Industrial, desde os princípios do século XX até à expansão do porto de Lisboa, para oriente de Xabregas. Todos os autores são unânimes: na Lisboa Oriental encontravam-se os indicadores mais específicos da industrialização da capital. (Folgado e Custódio, 1999: 19)

Analisando dados disponíveis no começo da década de 1970, Matias Ferreira (1986: 468) sublinha a persistência da concentração de trabalho industrial na zona e a sua elevada “densidade operária”. Da sua pormenorizada análise à frente ribeirinha de Lisboa ressalta a especificidade da zona oriental da cidade. Argumenta o autor que a sua constituição como zona industrial é paralela e oposta à formação da centralidade metropolitana no espaço urbano da capital, salientando que:

Em três freguesias (se verifica) um facto relativamente “anormal” em relação às restantes (...): referimo-nos (a) Alcântara, Marvila e Olivais, (onde se) concentra mais de metade (66%) do emprego industrial de toda a zona ribeirinha enquanto o número de estabelecimentos que ocupa todo esse pessoal não ultrapassa 29% do conjunto de unidades dessa (mesma) zona. (Ferreira, 1986: 463)

E conclui:

Na zona oriental, o “peso operário” é particularmente significativo em sectores que implicam níveis de tecnologia mais desenvol-

vida, em especial nos sectores da “química e do vidro” e nos de fabricação de produtos metálicos (ou) equipamento de transporte. (Ferreira, 1986: 471)

Nas décadas de 80 e 90, de acordo com Barata Salgueiro (2001: 141), “o declínio industrial de Lisboa acelera-se e a cidade perde peso pelo número de empresas, empregos e Valor Acrescentado Bruto”. Revela-se assim o que a autora afirma ser a desindustrialização do centro de Lisboa, o declínio de zonas afectas a sectores produtivos tradicionais e a relocalização na periferia de antigas e novas unidades. Fenómenos que em boa medida contribuíram para que Lisboa entrasse no “período pós-industrial”, na expressão de Ferrão e colaboradores (2003: 170).

A frente ribeirinha oriental sofreu os efeitos deste processo de desindustrialização. Evidência sistemática das suas origens citadina e industrial, bem como certas marcas do seu curso recente na Lisboa pós-industrial, encontram-se na obra *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial* (Folgado e Custódio, 1999: 10). É por entre situações de “abandono” e “ruína” (recentes ou mais antigas) que os autores nos guiam à constatação de que aqui faltaram medidas de “conservação e salvaguarda de edifícios e de espólios” e de “recuperação e reconversão”. Podia ter sido evitado, argumentam, o “desaparecimento da imagem industrial de Lisboa, tão importante numa concepção cultural da urbe, tal como são os palácios, as igrejas, os conventos ou as quintas e alguns elementos do mobiliário urbano e rural” (Folgado e Custódio, 1999: 10).

“Os resistentes de Marvila”

A história da concentração de actividades industriais, locais de trabalho e famílias operárias nesta zona de Lisboa contribuiu para que se constituíssem formas específicas de relação entre os seus residentes, o meio social local e a cidade. Marvila e o Beato foram durante a primeira metade do século XX espaços de socialização urbana e de integração de populações que migravam dos campos. O *Plano Director da Região de Lisboa* (MOP, 1964) oferece boa ilustração da posição destes lugares no crescimento urbano da capital. No capítulo respeitante às zonas e sectores da cidade, esta zona é colocada entre a populosa «zona de aculturação», adjacente ao centro, e os subúrbios industriais mais afastados da urbe.

O Quadro 1 apresenta, em série, a população residente nas freguesias do Beato e Marvila entre 1864 e 1960. O ritmo de crescimento demográfico evidenciado remete para os ciclos de industrialização e para a condição industrial e portuária da zona, evidenciando também a sua quota-parte no crescimento urbano da capital.

Quadro 1 ▶ População residente nas freguesias do Beato e Marvila (1864-1960)

Freguesia	Anos				
	1864	1900	1920	1940	1960
Beato	2408	10 395	14 850	16 949	20 129
Marvila*	–	–	–	–	20 001

Fonte: INE, *X Recenseamento Geral da População*, 1960.

* Freguesia criada em 1959.

As fontes de trabalho industrial e portuário, alimentadas pelas populações que se instalavam e adjuvadas, por exemplo, pelas associações e cooperativas que mediavam a relação entre os cidadãos e a cidade, contribuíram para formar em Marvila e em seu redor uma particular “constelação” urbana (Park, 1984). A posição desta constelação na cidade foi durante boa parte do século XX sustentada pelas suas funções económicas, residenciais e de socialização urbana. A sua erosão é hoje bem patente. Perdeu-se actividade económica, apesar da luta contra os *lay-offs* e o encerramento de fábricas. Reduziu-se a vitalidade demográfica. Desagregou-se a estrutura de usos de solo (industrial e comercial, logístico e residencial) e com ela a consistência interna que sustentava a relação destes espaços com a cidade. Modificou-se a sua ligação à cidade com o desaparecimento do eléctrico. Parte significativa deste antigo “mar de chaminés e de gente” é hoje descrito como “cemitério de fábricas” e como um pequeno, envelhecido e invisível “mundo de resistentes”².

Muitas das propriedades que outrora compunham este mundo urbano e operário desapareceram. Mas alguns vestígios podem ser encontrados em condições de “relativa invisibilidade” urbana e social (Baptista e Nunes, 2010: 56). A reportagem de Alexandra Lucas Coelho (2006), intitulada “Os resistentes de Marvila”, desoculta traços e memórias desse mundo urbano. Índícios da vida citadina e industrial que modelou aquele lugar encontram-se nos depoimentos de velhos comerciantes e de dirigentes associativos locais. No texto, uma pluralidade de memórias é restituída: do movimento nas ruas ao mundo do trabalho, passando pela vitalidade dos lugares, bem expressa não só na sociabilidade dos seus antigos residentes como na oposição ao Estado Novo.

Parte da memória citadina e social destes lugares e seus residentes é tornada pública pela reportagem. O tom nostálgico da peça é duplamente significativo: eco dos depoimentos recolhidos e modo de transmitir uma particular atmosfera urbana e social que para os habitantes de Marvila e para muitos cidadãos desapareceu. Como bem sublinha Ledrut (1968), a nostalgia é indiciadora de mudanças no modo de vida colectivo, mudanças às quais

poderíamos acrescentar, em Marvila, a decomposição de um mundo social operário e as profundas transformações demográficas, económicas e culturais do meio social que ali junto ao Tejo resiste.

A urbanização programada

Na década de 60, sobre as colinas cimeiras a Marvila, uma importante mudança urbanística ganhava forma: o Estado Novo dava seguimento ao programa de edificação de Habitação de Renda Económica. A promulgação do Decreto-Lei n.º 42 454/59 deu um significativo seguimento ao programa já ensaiado em Alvalade, tendo a zona oriental de

Depois de Abril de 1974, foram em Chelas ensaiados e concretizados vários programas e políticas de habitação. A sua sequência e os seus instrumentos exerceram efeitos de triagem e fixação na composição da população residente neste grande sector da freguesia de Marvila. Assim, Chelas adquiriu uma especialização *necessária e problemática*: ser destino de famílias mal alojadas e pobres, algumas ali alojadas ao longo de várias gerações em condições miseráveis, outras recém-chegadas à urbe em condições de notória vulnerabilidade social. Este processo encontra tradução no crescimento demográfico da freguesia e no seu peso no povoamento da capital portuguesa, expresso no Quadro 2.

Quadro 2 ▸ População residente na freguesia de Marvila e cidade de Lisboa (1960-2011)

População residente	Anos			
	1960	1981	2001	2011*
Marvila (freguesia)	20 001	40 689	38 767	38 102
Lisboa (concelho)	802 230	807 937	564 657	547 631

Fonte: INE, *X Recenseamento Geral da População, 1960; Recenseamento Geral da População 1981 e Censos 2001 e 2011.*

* Dados provisórios, Censos 2011.

Lisboa sido eleita pelo município para a sua realização. Através deste programa, o governo pretendia produzir efeitos de ordem urbana e social na cidade e minorar a sublocação e a criação de bairros de lata (Nunes, 2007). Foi então criado o Gabinete Técnico de Habitação, que herdou o plano de Olivais Norte e concebeu os planos de Olivais Sul e de Chelas.

Este programa apresentava algumas semelhanças com iniciativas à época realizadas em França ou na Grã-Bretanha, onde as políticas de habitação surgiam associadas à institucionalização dos Estados-providência. Em Portugal, porém, a escala, a extensão social das populações-alvo e o volume de habitação produzido foram comparativamente menores. Todavia, a partir do trabalho realizado pelo GTH e pelos urbanistas ao seu serviço, integraram-se, formaram-se e consolidaram-se competências em arquitectura, urbanismo, engenharia e política social. Nos planos de Olivais Sul e de Chelas não foram apenas as experiências europeias que foram tidas em conta. A sensibilidade dos urbanistas e projectistas à cidade, à mudança social em curso e às suas mais carenciadas populações marcou em boa medida o seu urbanismo e a sua arquitectura (Nunes, 2007).

O *Plano de Urbanização de Chelas* (1964) deu continuidade à urbanização programada da zona oriental da cidade iniciada em Olivais Norte e prosseguida em Olivais Sul. Porém, o município carecia aí de solo municipalizado e enfrentava um grave problema de realojamento da população residente nos bairros de lata que durante a primeira metade do século XX foram ocupando as colinas e vales de Chelas (GTH, 1964).

Dos dados do *Censos 2001* relativos ao estatuto de ocupação de alojamento na freguesia de Marvila recorta-se um *efeito de estrutura residencial*³. Uma significativa parte do parque habitacional da freguesia (13 mil alojamentos ocupados) é propriedade municipal ou estatal. Dois terços do parque habitacional da freguesia são alojamentos detidos por organismos públicos, contra 12% na cidade de Lisboa. A maioria dos habitantes de Marvila é arrendatária de um alojamento social gerido por burocracias estatais ou municipais.

Ao efeito de *estrutura residencial* junta-se a composição social do povoamento da freguesia. Os dados do *Censos 2001* mostram que em Marvila se regista uma sobre-representação de activos operários com e sem qualificação (24% em Marvila, 12% em Lisboa) e de “empregados e trabalhadores dos comércios e serviços com ou sem qualificação” (51% em Marvila, 37% em Lisboa). A proporção de activos sem qualificação, dentro deste último grupo socio-económico, atingia 23%, valor que recorta uma forte representação local face à cidade de Lisboa (12%).

À diferenciação da estrutura residencial e da estrutura social da freguesia junta-se, em Chelas, uma difícil *lisibilidade* urbana (Lynch, 1990). É uma *paisagem inacabada* a que ali se oferece aos passantes, aos utilizadores e, sobretudo, aos habitantes. As formas edificadas, os vastos espaços livres por tratar e uma teia rodoviária tortuosa tornam difícil a leitura do espaço e a experiência quotidiana neste território.

Marvila enquanto território de acção pública

Várias estruturas da CML têm vindo a intervir neste território. O programa Viver Marvila, emanado de uma parceria entre o município e o IHRU, é uma das mais recentes e significativas acções. Compreende e alimenta uma série de programas locais: relativos à juventude e aos riscos sociais, à literacia informática e ao tempo livre de jovens e velhos, por exemplo. A criação de incentivos tendo em vista a localização de serviços e instituições públicas e privadas em Marvila é um objectivo perseguido⁴.

A condição simbólica do vasto e fragmentado espaço urbano de Chelas tem também sido objecto de reflexão e acção pública. A ruptura com algumas imagens jornalisticamente construídas tem sido activamente procurada. À imagem de um espaço inseguro e de conflitualidade entre residentes e a polícia e residentes entre si, propostas houve que procuraram reforçar a associação entre Marvila e os jovens originários dos bairros da freguesia que alcançaram o estrelato no mundo do futebol. Por outro lado, a transformação dos espaços públicos tem sido trabalhada: na renovação e criação de sinalética, regularização de passeios ou colocação de mobiliário urbano – acções nas quais a participação dos habitantes tem sido procurada⁵.

O grande conjunto residencial e os seus residentes enfrentam uma situação difícil na economia material e simbólica da metrópole de Lisboa. Em parte, devido à elevada especialização do solo para uso residencial, que determina uma condição urbana problemática e periférica. Porém, importa sublinhar que desde 1998 duas estações de metropolitano servem este território, sendo um recurso fulcral para uma futura qualificação do seu destino económico e social em Lisboa.

Também a zona ribeirinha de Marvila é hoje território de acção pública. “Cem milhões de euros para reabilitar a zona oriental” era o título de uma reportagem publicada em 2006 num jornal diário⁶. Aí se davam a conhecer os objectivos de uma Sociedade de Reabilitação Urbana criada em 2005 – i.e., um instrumento de política urbana concebido pelo Estado para articular e orientar investimento público e privado. No perímetro de intervenção desta SRU incluíam-se núcleos habitacionais degradados, nos quais, em Marvila e no Beato, afirmava a peça, residia população envelhecida, pouco escolarizada e com baixos rendimentos. Traços que remetem para a condição metropolitana de certas populações e que Gans (1962) tipificava como *trapped*.

Marvila e o Beato detêm hoje um legado urbano complexo e contraditório. Edifícios industriais tidos como obsoletos e abandonados, a par de espaços residenciais degradados, ali cotejam edificado com elevado valor fundiário e patrimonial: palácios e conventos, fábricas e armazéns. Os projectos de

reabilitação destinados a transformar a forma e uso de alguns destes espaços revelam a tensa *situação metropolitana* da zona: entre a sua condição presente enquanto *friche industrial e portuária degradada* e as hipóteses de uma reabilitação futura, fundada sobretudo em investimentos que pretendem aproveitar os antigos perímetros fabris e a escala do edificado para promover habitação de gama superior.

Mas, sintomaticamente, Marvila tem vindo a ser transformada por iniciativas e apropriações protagonizadas por agentes implicados de modo mais ou menos *off* (Vivant, 2008) na economia cultural lisboeta. Como noutras zonas industriais e portuárias europeias, a economia cultural das cidades tem vindo a protagonizar alguns processos de transformação.

Lisboa Capital do Nada e a Fábrica Braço de Prata

Acções de revitalização da vida cultural e artística da cidade têm vindo a ocorrer em Marvila. Lisboa Capital do Nada, evento promovido pela Associação Extramuros em 2001, é disso exemplo. A iniciativa agregou múltiplas intervenções artísticas públicas, cujo grau de sucesso, enquanto tentativas quer de aproximação da população local à sua área de residência, quer de criação de usos alternativos do espaço, foi variado. Este projecto de arte pública tinha na sua génese o propósito de “criar, debater e intervir no espaço público” (Caeiro, 2010: 168). A participação da população e uma disposição para a vontade de conhecer o *outro* eram as *linhas mestras* previstas como subjacentes às intervenções artísticas.

O projecto contou com as criações de vários artistas: algumas mais directamente visíveis no espaço social e urbano de Marvila, como a obra-jardim de Fernanda Fragateiro, *O paraíso é um lugar onde nunca nada acontece*, que consistiu no redesenho, com os habitantes, dos pequenos jardins abandonados junto ao conjunto residencial Pantera Cor-de-Rosa, em Chelas; outras mais simbólicas, como a peça de Francisco Tropa, que escolheu, com a verba que lhe foi atribuída no âmbito do projecto, mandar fazer um cilindro em ouro que entregou ao Presidente da Junta de Freguesia; outras ainda debruçavam-se sobre aspectos do quotidiano da população, como a peça *Caminhos*, de Mariana Viegas, que com um grupo de estudantes de uma escola secundária local traçou um conjunto de percursos diários que depois mapeou e apresentou numa exposição. Ainda no âmbito deste projecto surgiu a iniciativa “Sinais, a cidade habitada”, que pretendeu instituir um conjunto de estruturas de sinalética local contando com a participação da população ao nível das escolhas de *design* de equipamento.

Outro exemplo de revitalização da vida cultural e artística da cidade a ter lugar em Marvila é a

reconversão da Fábrica Braço de Prata, que entre 1908 e os anos de 1990 laborou enquanto fábrica de armamento e hoje é um espaço de acolhimento à criação artística, à sua disseminação e ao debate cultural. Espaço emblemático da zona ribeirinha oriental da cidade e da sua história industrial, situa-se na *baixa* de Marvila, perto da qualificada zona de intervenção da EXPO'98 e do rio, integrando uma zona urbana deprimida. Entre um passado de produção industrial e um futuro incerto, um grupo de cidadãos decidiu aproveitar a antiga fábrica para incentivar um tipo diferente de produção: a cultural e artística. Ali se realizam debates e tertúlias e se programam concertos, espectáculos, *workshops* e a exibição de filmes, paredes meias com uma livraria e espaços para exposições.

O curso da Fábrica Braço de Prata tem sido atribulado. Sobre este complexo cultural impenhou o perigo de desalojamento, na sequência do projecto de habitações de luxo "Jardins Braço de Prata" de Renzo Piano, planeado para essa zona e aprovado pela CML em 2008. Porém, a autoridade pública decidiu manter o *uso cultural* do edifício, permitindo assim a continuação de um projecto que celebra por esta altura o seu 4.º aniversário: "4 anos experimentados desde o início como absolutamente improváveis", de sobrevivência ao "tempo, multas e à falência do próprio país", pode ler-se no *website*⁷.

O contraste entre dois projectos tão diferentes e para a mesma zona, um de âmbito residencial de gama alta e outro de pendor cultural de circuito *off*, é ilustrativo de duas formas de fazer cidade a que corresponderão destinos diferentes. A instalação de um projecto de âmbito artístico e cultural numa zona deprimida poderá, como sugere Vivant (2009), significar uma reorganização do sistema de produção local nas actividades culturais, substituindo as indústrias do passado e sendo alternativa à residencialização selecta prevista para o local. A ênfase na actividade artística e cultural menos programada institucionalmente e, portanto, de cariz *off*, é aqui central.

Os lugares culturais *off* constituem "espaces de la créativité artistique" e "constituent à la fois une respiration dans la ville" enquanto "zones de débauches", "lieux impromptus" ou "scènes de la marginalité et des surprises urbaines" (Vivant, 2009: 80). Em boa medida, tais lugares e suas qualidades são sólidos no que diz respeito a uma revitalização urbana eficaz. A espontaneidade é aqui sintomática de vitalidade e passível de atrair novos públicos, usos e actividades que se revertem numa mais-valia económica. Algo que Vivant defende não ser de todo reproduzível através de um elevado grau de planeamento (circuito *in*). Argumenta a autora que "un cadre formaté et planifié n'autorise pas cet espace de l'impromptu", e, acerca da planificação urbana, acrescenta que um desafio se lhe coloca:

Plutôt que de concevoir une ville créative, le défi de l'urbanisme est de créer les conditions de la sérendipité et de la créativité en laissant de l'espace à cet inconnu, en acceptant qu'apparaissent en ville des pratiques non planifiées, voire non autorisées, en rendant possibles les rencontres imprévues et improbables. (Vivant, 2009: 80)

Para o planeamento da cidade é de extrema importância a história da paisagem urbana, como sublinha Hayden, pois "both citizens and planners may find that urban landscape history can help to reclaim the identities of deteriorating neighbourhoods where generations of working people have spent their lives" (1995: 43). Assim, urge um novo discurso e uma nova prática de planeamento urbano para Marvila, que não se esgotem apenas em grandes projectos arquitectónicos que têm em vista a revalorização urbana por meio da atracção de populações de alto poder socioeconómico com pouco interesse na partilha de espaços comuns com os residentes mais antigos. Em face da actual deterioração da zona, a criação de um pólo de produção artística e cultural será uma linha de intervenção com particular interesse, propiciando novas ambiências e vivências nesta zona da cidade. Uma revitalização urbana consciente da memória colectiva do lugar e dos percursos das suas populações é possível e poderá revelar-se inovadora se afirmar a importância das estruturas culturais e artísticas como qualificantes eficazes do espaço urbano. Em causa está, na formulação de Zukin (1995: 24), a criação de uma "public culture (that) involves both shaping public space for social interaction and constructing a visual representation of the city".

Num registo mais próximo à intervenção e à consultoria urbana, Landry e Bianchini (1998) advogam o fabrico de condições do que designam por *Creative City*. Entre as estruturas políticas e administrativas das cidades e a presença de meios criativos variavelmente estruturados, os autores identificam uma questão central, o acesso ao espaço, e argumentam:

A creative city requires land and buildings at affordable prices, preferably close to other cultural amenities. These are likely to be available in urban fringes and in areas where uses are changing, such as former port and industrial zones. Cheap spaces reduce financial risk and therefore encourage experiment. This has begun to happen in some old industrial areas close to city centres – for instance in the Duke Street area in Liverpool, Bradford's Little Germany and the Cultural Industries Quarter in Sheffield. (Landry e Bianchini, 1998: 30)

Como se viu, o fado de Marvila poderá compor-se por via não só do vasto património edificado existente como da sua reconversão em espaços criativos e de interesse artístico e cultural. Tal processo passaria pela regularização da situação de alguns projectos perante a estrutura político-administrativa da cidade. Assim se permitiria a estabilidade necessária para que possam desenvolver-se e contribuir de forma mais efectiva para que haja nova vida urbana nesta zona há tanto tempo deprimida e ocultada do olhar dos cidadãos. Mas tal processo passaria também por uma renovada atenção por parte dos decisores públicos relativamente às condições de emergência de “meios criativos” (Landry e Bianchini, 1998: 26-31).

Tem aqui particular significado a integração de estruturas culturais de circuito *off* no planeamento urbano (Vivant, 2008). A sua captação para este estreito enclave social e económico alfacinha é condição fulcral. Projectos efémeros, como Lisboa Capital do Nada, ou permanentes, como se desejaria que a Fábrica Braço de Prata o fosse, constituem ainda pequenas “ilhas” de actividade numa zona densa em edificado, já dotada de alguns equipamentos culturais, e com *tão poucas pessoas* para os viverem. Através da sua capacidade para captar fluxos e usos originários de residentes, utilizados e visitantes da metrópole no seu todo, estes e outros projectos poderiam fazer com que Marvila e o Beato entressem um outro fado, tornando-se freguesias vivas de cultura e pessoas, escapando à sua condição urbana expectante e indecisa em relação ao futuro e ao passado.

Discussão e notas finais

Hoje, um viajante que chegue a Lisboa de comboio tem a opção de sair na Gare do Oriente – uma importante plataforma de mobilidade na metrópole lisboeta. Em seu redor, uma paisagem facilmente reconhecível: sedes de empresas e hotéis, serviços públicos e privados de gama alta, um centro comercial e uma profusão de sinalética indicando o caminho para equipamentos, lugares de lazer e atracções turísticas. Tal viajante com facilidade se apercebe de uma atmosfera particular, constituída pelo trabalho no sector dos serviços, pela procura de serviços ali sediados e pelo lazer e consumo, não poucas vezes turístico e praticado por diferentes grupos sociais. Estas são actividades que engendram “formas de ocupação do espaço” típicas dos centros urbanos (Castells, 1984) e associadas a funções com elevada posição na hierarquia urbana. Aqui, como noutras cidades um pouco por todo o mundo, uma série de operações de “renovação de frente de água”, combinando investimento público e privado, foi orientada para o fabrico de uma nova centralidade metropolitana.

Marvila e a frente ribeirinha oriental de Lisboa apresentam, hoje como outrora, uma condição *in between*. Anteriormente, Marvila marcava posição entre a Baixa, a “zona de transição” e os núcleos suburbanos industriais mais distantes. Agora, a sua posição na metrópole joga-se entre o Parque das Nações e a Baixa, entre Chelas e o porto de Lisboa e o Tejo. No seio deste *mosaico urbano*, expressão da Escola de Chicago, uma condição de “relativa invisibilidade urbana” (Baptista e Nunes, 2010) sobreveio sobre Marvila e o mundo social dos seus residentes.

A história da urbanização programada e da acção pública que têm tido Marvila como território de intervenção exprime bem um particular regime de “economia política urbana” (Fijalkow, 2009). Foi através de um grande programa público de habitação, iniciado nos anos de 1960 com o *Plano de Urbanização de Chelas* e prosseguido em moldes diversos nas décadas seguintes, que Marvila adquiriu uma especialização *necessária e problemática* na metrópole. Constituiu-se como *território de política habitacional* dirigida às populações mais desmuniadas de recursos económicos e sociais. Hoje, as acções que integram o programa Viver Marvila e a projectada reabilitação urbana dos espaços industriais junto ao Tejo tentam modificar a distribuição de oportunidades e de recursos, que historicamente modelou a descontinuidade social e territorial que esta zona de Lisboa enfrenta.

A este propósito, Zukin (1995: 7) salienta que “the look and feel of cities reflect decisions about what – and who – should be visible and what should not, on concepts of order and disorder, and on uses of aesthetic power”. A possibilidade de Marvila e os seus espaços serem revitalizados ou, em alternativa, “reabilitados”, no sentido de tornados aptos a uma exploração económica assente na reconversão fundiária e residencial, é particularmente incidente na visibilidade, na ordem social e urbana e no uso do poder sobre a paisagem. A “reabilitação” para exploração fundiária capitalista será decerto determinante do destino deste território na metrópole de Lisboa. Mas sê-lo-ão também as hipóteses de revitalização decorrentes de iniciativas provenientes da economia cultural, e sobretudo de circuitos culturais *off*, indiciadoras da constituição de uma nova ordem urbana local.

A articulação entre as actividades culturais e os antigos espaços industriais constitui aqui sinal da emergência de *creative spaces* (Landry e Bianchini, 1998). A sua dinâmica interpela as estruturas político-administrativas da urbe lisboeta, requerendo-lhes decisões. No fundo, trata-se de saber como é que a herança industrial e operária, nas suas dimensões espaciais e materiais, sociais e simbólicas, é tornada parte do destino do território de Marvila e constituída como memória colectiva.

Em causa está conhecer os modos como a “produção do espaço” se articula com “a construção social do lugar” (Low, 2000). No pólo da construção, sabe-se que uma das características nucleares do conceito de lugar é a de lhe ser inerente uma atribuição de sentido. De entre uma variada, porém limitada, gama de significações que podem ser atribuídas ao espaço no fabrico de um lugar, as que são engendradas a partir da memória colectiva assumem particular relevo (Boyer, 1996). As condições sociais nas quais os grupos sociais residentes em Marvila podem estabelecer a partir do espaço a sua memória colectiva, e os seus traços espaciais e económicos, sociais e simbólicos, são tão precárias quanto cruciais no destino da freguesia.

A relação entre a memória dos lugares e o papel dos cidadãos no seu fabrico é central para Hayden, que afirma:

Place memory encapsulates the human ability to connect with both the built and natural environments that are entwined in the cultural landscape. It is the key to the power of historic places to help citizens define their public pasts: places trigger memories for insiders, who have shared a common past, and at the same time places often can represent shared pasts to outsiders who might be interested in knowing about them in the present (Hayden, 1995: 46).

O sentimento nostálgico que os edifícios das antigas fábricas e que o trabalho e o movimento que deram vida àquele território evocam aos “resistentes” de Marvila é reflexo de uma passiva contemplação sobre um passado que já não existe. Porém, tal sentimento é uma via para que o destino metropolitano deste e de outros lugares da frente ribeirinha oriental de Lisboa seja seguramente ancorado na memória colectiva e pública da metrópole.

Notas

- ¹ *República*, «A Lisboa que trabalha», 15 de Maio de 1940.
- ² Ver «A Lisboa que trabalha», *República*, 15 de Maio de 1940, o *site* da Junta de Freguesia do Beato, <http://jf-beato.pt/beato/historia/>, acedido a 1 de Junho de 2011, e Coelho (2006).
- ³ Fazemos uso dos dados definitivos do *Censos 2001* porque os dados provisórios disponíveis do *Censos 2011* não permitem evidenciar estes dois efeitos.
- ⁴ Informações transmitidas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, senhor Belarmino Silva, em entrevista a um dos autores, a 7 de Março de 2011.
- ⁵ Acções comunicadas e discutidas nos Congressos Marvilenses e apresentadas no *site* da Junta de freguesia de Marvila (<http://jf-marvila.pt>, no separador “Congressos”).
- ⁶ *Diário de Notícias*, 18 de Agosto de 2006, reportagem da autoria de Ana Mafalda Inácio.

⁷ <http://bracodeprata.net/> (1 de Junho de 2011).

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Luís V. e J. P. S. Nunes (2010), “Lisboa invisível. Notas sobre a desculturação de microdinâmicas metropolitanas”, in A. Dornelas, L. Oliveira, L. Veloso e M. D. Guerreiro (orgs.), *Portugal Invisível*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 53-74.
- BOYER, M. C. (1996), *The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*, Cambridge (MA), The MIT Press.
- CAEIRO, M. (2010), “Arte Crítica Urbana. De Lisboa como *Capital do Nada à Luz Boa* da Cidade... Experiências Extramuros”, in AAVV, *Arte Pública e Cidadania*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 162-182.
- CASTELLS, M. (1984), *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Presença.
- COELHO, A. L. (2006), “Os resistentes de Marvila”, *Pública*, 506, 5 de Fevereiro de 2006, pp. 44-57.
- FERRÃO, J. *et al.* (2003), “Uma metrópole em transição: novo perfil produtivo, novos espaços económicos”, in J. A. Tenedório (dir.) *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, AML, pp. 167-187.
- FERREIRA, V. M. (1986), *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- FIJALKOW, Y. (2009), “Politiques urbaines”, in J.-M. Stébé e H. Marchal (dirs.), *Traité sur la Ville*, Paris, PUF, pp. 153-205.
- FOLGADO, D. e J. Custódio (1999), *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte.
- GABINETE TÉCNICO DE HABITAÇÃO (1964), *Plano de Urbanização de Chelas*, Lisboa, CML.
- GANS, H. (1962), “Urbanism and suburbanism as ways of life”, in A. M. Rose (ed.), *Human Behaviour and Social Process*, Londres, Routledge and Kegan Paul, pp. 625-648.
- HAYDEN, D. (1995), *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*, Cambridge, The MIT Press.
- LANDRY, C. e F. Bianchini ([1995] 1998), *The Creative City*, Londres, Demos.
- LEDROUT, R. (1968), *Sociologie Urbaine*, Paris, PUF.
- LOW, S. (2000), *On the Plaza. The Politics of Public Space and Culture*, Austin, University of Texas Press.
- LYNCH, K. ([1960] 1990), *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Edições 70.
- MAGRI, S. e C. Topalov (1989), “Pratiques ouvrières et changements structurels dans l'espace des grandes villes du premier XXe siècle. Quelques hypothèses de recherche”, in S. Magri e C. Topalov (dir.), *Villes Ouvrières – 1900-1950*, Paris, L'Harmattan, pp. 17-40.
- MATOS, J. S. (1999), “Prefácio”, in Folgado, D. e J. Custódio (1999), *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 5.

- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (1964), *Plano Director da Região de Lisboa. Antepiano, volume I. Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, MOP/Conselho Superior de Obras Públicas.
- NUNES, J. P. S. (2007), *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, CML.
- PARK, R. E. ([1916] 1984), "La ville. Propositions de recherche sur le comportement humain en milieu urbain", in Y. Grafmeyer e I. Joseph (orgs.) *L'École de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*, Paris, Aubier, pp. 83-130.
- SALGUEIRO, T. B. (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta.
- TRAQUINO, M. (2010), *A Construção do Lugar pela Arte Contemporânea*, Ribeirão, Húmus.
- VIVANT, E. (2008), *Le Rôle des Pratiques Culturelles Off dans les Dynamiques Urbaines*, tese de doutoramento em Urbanismo, Paris 8.
- VIVANT, E. (2009), *Qu'est-ce que la ville créative?*, Paris, PUF.
- ZUKIN, S. (1993), *Landscapes of Power. From Detroit to Disney World*, Berkeley, UCP.
- ZUKIN, S. (1995), *The Cultures of Cities*, Oxford, Blackwell.

SPOTCITY: A ARTE E A POLÍTICA DO ESPAÇO PÚBLICO

Catharina Thörn

■ Departamento de Ciências da Cultura, Universidade de Gotemburgo (catharina.thorn@kultur.gu.se)
Tradutora: Leonor Machado

Resumo

Como cidade portuária, Gotemburgo, na Suécia, tem-se transformado nas últimas décadas e considera-se actualmente uma cidade de eventos de sucesso e do conhecimento. Neste processo, a arte tem sido utilizada como um meio para criar uma cidade mais atractiva com um agradável ambiente para compras. Simultaneamente, a cidade registou graves problemas relacionados com a pobreza e com a segregação social e étnica. Neste artigo é analisada uma intervenção artística que tem como objectivo a utilização da cultura com vista ao alargamento e expansão do espaço público para além do espaço destinado ao consumo. A intervenção, denominada SpotCity, teve lugar em Brunnsparken, que é um parque de passagem localizado no coração de Gotemburgo. Em 2007, durante três semanas, o artista Tomas Ferm apropriou-se do parque entre eléctricos, autocarros e centros comerciais em Gotemburgo, transformando-o num centro cultural ao ar livre com um palco, um quiosque de arte e um contentor destinado à exibição de filmes. O artigo analisa a forma como a *SpotCity* conseguiu usar a cultura para transformar momentaneamente um local estigmatizado num lugar de utopia.

Palavras-chave: espaço público, arte, reabilitação urbana, pós-política, utopia

Abstract

As a port city, Gothenburg, Sweden, has been transformed throughout the last few decades and is currently considered a city of successful events and knowledge. Throughout this process, art has been used as a means to create a more attractive city with a congenial shopping environment. Simultaneously, the city has experienced major problems concerning poverty, and social and ethnic segregation. In this article, an artistic intervention with the objective of using culture to extend and expand public space beyond the area designated for consumption is analyzed. The intervention denominated SpotCity took place in Brunnsparken, which is a park located in the heart of Gothenburg. For three weeks in 2007, artist Tomas Ferm appropriated the park surrounded by trams, buses and shopping centers in Gothenburg, and transformed it into an outdoor cultural center with a stage, an art kiosk, and a structure designated for showing movies. The article analyzes how SpotCity managed to use culture in order to momentarily turn a stigmatized area into a utopia.

Keywords: public space, art, urban regeneration, post-politics, utopia

Arte e espaço público

Em Setembro de 2007, em Gotemburgo, Suécia, o artista Tomas Ferm apropriou-se de um parque público, entre eléctricos, autocarros e centros comerciais e transformou-o num centro cultural ao ar livre com um palco, um quiosque de arte e um contentor destinado à exibição de filmes. O parque chama-se Brunnsparken e está localizado no coração de Gotemburgo. O parque é sobretudo utilizado como

um espaço de passagem das pessoas que circulam em Gotemburgo. É também um dos últimos lugares que restam no centro da cidade onde deambulam pessoas que não têm para onde ir, tais como os sem-abrigo e os jovens. Tornou-se, assim, um espaço estigmatizado. Tomas Ferm permaneceu durante três semanas no Brunnsparken e transformou este local de passagem e estigmatizado num lugar com animação onde as pessoas se reuniam para assistir a actuações e para tomar parte em discussões. No

sítio da internet da SpotCity, Tomas Ferm explicou quais as suas intenções em relação a este projecto:

Enquanto em todas as cidades do mundo o espaço público se reduz, o espaço privado expande-se. A SpotCity cria um local para a arte, cultura e debate dentro do centro da cidade de Gotemburgo com o objectivo de encetar uma discussão: Que tipo de cidade queremos? Será que a arte pode fazer a diferença? Como é usado o espaço público e como é que pode vir a ser usado no futuro? (www.spotcity.se [10/9-08])

A SpotCity caracterizou-se por uma forte convicção de que a arte e a cultura podem contribuir para a discussão contínua sobre o desenvolvimento da cidade. Desde há muitas décadas que o papel da arte pública tem vindo a ser examinado em pormenor e muitos têm questionado a forma como tem sido usada pelas entidades públicas. Quando Rosalyn Deutsche no seu livro clássico, *Evictions*, faz a análise da arte pública e da revitalização de Nova Iorque, refere que:

Como prática corrente nas áreas edificadas, a arte pública contribui para a produção de significados, utilizações e formas na cidade. Neste papel, pode servir para garantir a aprovação para a reconversão e reestruturação que compõem a forma histórica da última urbanização capitalista. Mas, tal como outras instituições, pode também questionar e resistir a esses processos, revelando as supostas contradições do processo urbano. (Deutsche, 1998: 164.)

Mais recentemente, o grupo de pesquisas arquitectónicas BAVO criticou os artistas contemporâneos por se converterem à prática de “Arte-ONG”. Que-

rem com isto dizer arte que “esteticiza” a injustiça social e elimina conflitos. A BAVO argumenta que os urbanistas e os promotores pedem aos artistas para desenvolverem micro-soluções criativas para a resolução de problemas sociais estruturais e para fornecerem ferramentas e manuais de “faça você mesmo” com vista à intervenção na renovação urbana. Com efeito, a BAVO afirma que os artistas passaram a estar tão perto do poder que se tornaram o equivalente cultural dos jornalistas instalados na Guerra do Iraque. E, em Novembro de 2009, alguns artistas de Hamburgo redigiram o manifesto *Not in our name* (“Não em nosso nome”), argumentando que nunca mais participariam em estratégias culturais de *branding* da cidade, escrevendo no manifesto:

Afirmamos: A cidade não é uma marca. A cidade não é uma empresa. A cidade é uma comunidade. Nós colocamos a questão social, que, nas cidades de hoje em dia, é também uma questão de luta pelo território. Trata-se de assumir o comando e defender locais que contribuem para que a vida na cidade valha a pena ser vivida, que não pertencem ao grupo-alvo da “cidade em crescimento”. Reclamamos o nosso direito à cidade – juntamente com todos os residentes de Hamburgo que se recusam a ser um factor de localização. (<http://www.signandsight.com/features/1961.html>)

Mas significará isto que a arte desempenhou nas cidades o seu papel de actividade crítica? Será que a resistência passou mesmo a fazer parte do espectáculo da cidade? Será que os artistas devem permanecer não-criativos, como argumenta a BAVO? Baseando-me numa análise da SpotCity, argumentarei que a arte pode resistir à tendência da privatização e da comercialização do espaço público e trazer questões políticas para a primeira linha do espaço público. No seu artigo *“Making public interventions in today’s massive cities”*, Saskia Sassen (2006) refere que as cidades são lugares para aplicar políticas concretas. Enquanto o Estado-nação é demasiado abstracto e dispõe de sistemas demasiado formais para as acções políticas, a cidade integra um grande número de diferentes acções políticas – manifestações, ocupações ilegais, intervenções –, a maioria das quais tem lugar e visibilidade nas ruas. E esta política ao nível da rua possibilita, afirma Sassen, que se formem novos temas políticos. Para além disso, muitas destas acções estão ligadas a questões globais. Porque a cidade também integra, de forma visível, uma mudança global nas ruas. A construção de teatros de ópera, como



Pessoas juntando-se na SpotCity

parte da imagem de marca da cidade, acontece à escala global tal como acontece com a polarização social das cidades. E isto é visível, mesmo que não seja objecto de debates políticos. Saskia Sassen afirma ainda que algumas entidades locais podem ser vistas como “micro-ambientes com dimensão global”.

A SpotCity constituiu um desses micro-ambientes e o propósito deste artigo será analisar a forma como ela interveio nas políticas de lugar de Brunnsparken e transformou um local estigmatizado num momento espacial de utopia. Mas antes de começar esta análise devo apresentar a SpotCity e o objecto da minha pesquisa, fazendo posteriormente comentários introdutórios sobre o contexto da SpotCity, ou seja, sobre a revitalização e as condições pós-políticas da cidade de Gotemburgo.

Ponto de partida

A SpotCity realizou-se no centro da cidade de Gotemburgo durante três semanas, em Setembro de 2008, e foi iniciada por Tomas Ferm. O parque onde a SpotCity se localizou assemelha-se mais a um nó de trânsito e a um espaço de passagem do que a um verdadeiro parque. Neste espaço circulam por hora 250 autocarros e eléctricos em dez paragens diferentes de autocarro/ eléctrico. O parque está localizado entre Nordstan, o maior centro comercial da Escandinávia, e um outro centro comercial mais exclusivo, o Arkaden. A Fredsgatan atravessa o Brunnsparken, onde mais de 100 000 pessoas passam diariamente, sendo a rua mais populosa de toda a cidade de Gotemburgo. Apesar de o parque ser atravessado por muitas pessoas, ele não é concebido para esse efeito – é antes um espaço para o trânsito. As pessoas que utilizam regularmente esse espaço para deambular são pessoas que não têm para onde ir – os sem-abrigo e os jovens.

Uma vez que grande parte do restante centro da cidade tem vindo a ser concebido para os consumidores abastados, este espaço tem-se tornado um lugar de refúgio para os que não têm para onde ir e que por ali permanecem. Este facto deu má reputação ao parque. A visibilidade do parque também o tornou um local popular para pequenas manifestações. Tomas Ferm escolheu o Brunnsparken por diversas razões estratégicas. Queria estar numa área que fosse definida pelo consumo e pela ausência de instituições culturais. Também teria de ser um local onde diariamente passasse uma grande quantidade de gente. E, por último, Tomas Ferm pretendia ligar a sua arte aos

desfavorecidos da cidade. A SpotCity foi um centro cultural temporário ao ar livre. Consistia em três edifícios que, em conjunto, criavam uma demarcação espacial do parque. Existia um contentor para a exibição de curtas-metragens – o contentor foi pintado pelo artista de rua Thomas Wiczac de forma a criar polémica. Existia um quiosque de arte com uma sala de convívio onde artistas ou movimentos sociais eram convidados a permanecer e um palco para actuações. A SpotCity tinha também um poço projectado por Mandana Moghaddam, uma caixa móvel usada como mesa para conversar durante as refeições e por bancos para as pessoas se sentarem. Tomas Ferm foi o promotor do projecto mas também o seu curador. A SpotCity era uma obra de arte em si mesma mas incorporava também diversas obras de arte de diferentes artistas, e ainda actuações, declamação de poesia, música, conversas e debates.

Este artigo faz parte do projecto de investigação “Who gets the right to the city? Governance, resistance and conflict in public space” (“Quem tem direito à cidade? Governança, resistência e conflito no espaço público”), sobre como as parcerias público-privadas regem e regeneram os centros das cidades de Gotemburgo e de Estocolmo. O material empírico para o projecto baseia-se em entrevistas com intervenientes em parcerias público-privadas,



Pessoas a assistir a uma performance

em documentos oficiais das empresas, tais como operações, planos de acção, declarações, avaliações, protocolos de reuniões e em relatórios de segurança, assim como em anotações de reuniões e eventos.

Neste projecto de investigação, utilizei o caso da SpotCity por um lado como uma lente, para analisar a forma como a arte pode criar espaço público no centro da cidade e, por outro, como um contrapeso relativamente ao trabalho das parcerias públicas e privadas quanto à separação e intervenção no espaço

público. Assim, neste artigo não farei a crítica da SpotCity no seu todo, uma vez que, durante essas três semanas, muitas actividades tiveram lugar. Em vez disso, identificarei algumas das actividades e analisarei, em especial, a forma como a SpotCity accionou o espaço público em diferentes escalas que designo por espaço público comum, o microespaço “glocal” e a mobilização do público.

Desta análise fazem parte várias entrevistas que fiz a Tomas Ferm, durante e depois da SpotCity. Também visitei a SpotCity quase diariamente, com algumas excepções – só por algumas horas ou durante o dia inteiro. Durante este período, tomei extensas notas. Sentei-me na audiência durante as actuações mas também após as actuações, quando a audiência culturalmente interessada já tinha saído e quando as pessoas que não tinham para onde ir usavam a área para estarem umas com as outras.

Também falei com gente que ali se encontrava e que tinha assistido às actuações. Além disso, fiz entrevistas às organizações que tinham sido convidadas para a SpotCity, como a Iwanthousing.now, e também a dois dos artistas convidados, Mandana Moghaddam e Elin Wikström.



Iwanthousing.now na sala de convívio

Gotemburgo – perfil da uma cidade pós-política

A pólis está morta. Viva a cidade criativa! Enquanto a cidade está viva e próspera – pelo menos em alguns dos seus espaços – a pólis, concebida a partir do sentido grego idealizado como o lugar para o encontro público político e para a negociação democrática, o espaço (muitas vezes radical) para a divergência e desacordo e o local onde a subjectivação política tem literalmente lugar, parece estar moribunda (Swyngedouw, 2007: 59).

No seu artigo “*The Post-Political City*” (“A Cidade Pós-Política”), Erik Swyngedouw argumenta que essas cidades se tornaram “a principal arena através da qual o consenso pós-político é construído” (2007: 66). Swyngedouw e outros, como David Harvey e Neil Smith, referiram que hoje em dia a reestruturação do espaço urbano, com frentes marítimas exclusivas, edifícios de referência, hotéis de luxo, campanhas institucionais de marcas, etc., faz parte da governação global neoliberal mais alargada que privilegia o crescimento e cria uma distribuição desigual (e injusta) desse crescimento dentro das cidades. Isto significa que o crescimento económico pode ser florescente numa parte da cidade enquanto outras partes da cidade estão a ser drenadas de recursos. Este desenvolvimento torna-se pós-político quando, tal como Thatcher uma vez referiu, “não existe alternativa”. Portanto, a “pós-política” tem tudo a ver com o ajustamento da cidade às estruturas económicas globais – tornando-a atractiva para os investidores, para competições globais, tais como os Jogos Olímpicos ou o Campeonato do Mundo de Futebol, e para o turismo. Em Gotemburgo este desenvolvimento já data da década de 80 mas cresceu a um ritmo bastante lento até 2000, altura em que o desenvolvimento se acelerou.

Em 2006, os políticos de todos os partidos democráticos de Gotemburgo decidiram que as tradicionais tendas eleitorais, o verdadeiro símbolo da democracia na Suécia, deveriam ser banidas durante algumas semanas de Agosto das campanhas eleitorais a nível nacional. A razão para esta decisão radical prendeu-se com a realização, na cidade, dos Campeonatos Europeus de Atletismo em Pista e de Corta-Mato, pelo que os políticos viram uma grande oportunidade para colocarem a cidade no mercado e para apresentarem cenas pitorescas de Gotemburgo durante a competição. Os políticos concordaram que as tendas eleitorais podiam causar uma impressão confusa na TV e perturbar a imagem da cidade. Os políticos e a democracia ficaram literalmente subordinados ao *marketing* da cidade.

A partir da década de 80, Gotemburgo passou de uma cidade portuária e industrial a uma cidade de eventos, com uma frente marítima exclusiva e com um centro cuidadosamente requalificado de forma a criar uma imagem de marca. As parcerias públicas e privadas trabalham lado a lado no sentido de criarem a atmosfera certa para a cidade, imagem essa que atraía os investidores e a classe criativa. Em poucos anos muito aconteceu – ruas renovadas, novas *design boutiques* e cafés de estilo

italiano abriram, substituindo os antigos cafés das classes trabalhadoras. A arte e o *design* passam agora a ter um papel central nesta reconstrução – algumas ruas, como a Magasinsgatan ou a Andra Långgatan, estão a ser requalificadas como ruas destinadas à camada de jovens criativos. Com vista à criação destes locais, a cidade utiliza activamente a gentrificação como uma estratégia fulcral para a renovação urbana e legítima-a fazendo referências ao seus “efeitos multiplicadores em cascata”.

Nestes processos, a cultura tem um papel central na criação de uma atmosfera impondo um enquadramento sensual ou *sensescape* no tecido urbano. Por um lado, Gotemburgo olha para esta *sensescape* como uma estratégia de saneamento que remodela e redefine os espaços públicos, que excluem as pessoas indesejadas tais como os sem-abrigo, ou os sinais visuais indesejados, como os *graffiti*. Por outro lado, existem estratégias de “*imagineering*” (imaginação técnica) que visualizam o centro da cidade como um *lounge*, com ambiente e códigos de classe média com o propósito de disfarçar a dura realidade da vida de rua dos excluídos (Thörn, 2011). Em conjunto, estas estratégias criam um ambiente no espaço público de uma certa *coolness* e de valores de classe média. Cria igualmente uma política de lugar em que alguns locais são imbuídos de propriedades carismáticas enquanto outros se tornam estigmatizados e são vistos como deslocados (Franzén, 2005). Quando o *The New York Times* chamou a atenção para Gotemburgo como a próxima cidade sueca de referência, enfatizou o contributo dos artistas para a *coolness* da cidade:

A pequena Gotemburgo – a sua população anda à volta de meio milhão – é endiabrada, resistente, criativa e com laivos de alguma impulsividade obscura e insegurança. No passado, os suecos teriam aqui tirado os seus cursos superiores (é a maior cidade universitária do país) e depois migrado. Mas cada vez mais os músicos, artistas, *designers* e os pequenos empreendedores – a cultura mais jovem que dá à cidade a sua vitalidade libertina e, eventualmente, a sua vitalidade económica – estão a ficar ou a regressar, a última vaga de suecos e não suecos a colonizar Gotemburgo para seu próprio benefício. (*The New York Times*, 23 de Setembro de 2007)

Em Janeiro de 2012, o novo hotel de luxo, o Clarion Post, será inaugurado. O hotel está situado na antiga Estação de Correios no centro da cidade e joga deliberadamente com o discurso da classe criativa. No seu sítio na internet, apresentam-se ao mercado como fazendo parte da “Nova Gotemburgo”:

O Hotel Clarion Post é um tipo de hotel de negócios completamente diferente situado

no coração da cidade. O hotel constituirá um ponto de encontro moderno e central para todos os visitantes da cidade. Para além disso, o hotel servirá de sala de estar para todos os residentes de Gotemburgo que se sentem mais confortáveis inseridos na nova imagem da cidade do que nos seus ambientes históricos do porto e da indústria pesada. (<http://www.clarionpost.com/the-new-gotenburg>, visualizado a 17-10-11)

Parte do sucesso desta transformação pode ser explicado pelo chamado *Göteborgsandan* (o espírito de Gotemburgo). Nesta cultura política de consensos que desde há muito vem dominando a cidade, os conflitos de interesses são comidos e, muitas vezes, tornam-se invisíveis (ver também Quilley, 1999, sobre Manchester). Este legado histórico (Falkemark, 2010) foi restabelecido durante a liderança do comissário municipal, Göran Johansson, desde há muito o presidente do Partido Social Democrata em Gotemburgo. Com antecedentes em política sindical, conseguiu ganhar legitimidade pelas suas políticas para a classe trabalhadora e também para a elite empresarial, com o objectivo de desenvolver um clima favorável propício aos negócios, de modo a adequar a política da cidade à globalização. Nos últimos dez anos, isto resultou num desenvolvimento da cidade relativamente rápido e na reputação de que “as coisas acontecem”. Efectivamente, esta cultura política está até inscrita na imagem de marca de Gotemburgo. Por exemplo, no sítio da internet dirigido aos investidores internacionais pode ler-se:

Gotemburgo é uma grande cidade, com uma importante comunidade empresarial, universidades, cultura, desportos e eventos. No entanto, dispõe de uma atmosfera de pequena cidade, onde existe uma cooperação ímpar e uma visão de conjunto por parte dos políticos, da comunidade empresarial e das universidades. Isto é conhecido como o “O Espírito de Gotemburgo”. O processo de tomada de decisão é fácil e pode-se chegar a acordo sem dificuldades de maior – o que é um aspecto de grande importância quando se trata de organizar eventos de larga escala. (<http://www.goteborg.com/en/Header/Meetings/About-Gothenburg/A-Meetings-and-Events-City/>)

Mesmo sendo Gotemburgo considerada um paraíso seguro e amigável, essa imagem constitui somente um dos lados da questão. A cidade tem registado recentemente cada vez mais problemas ligados à segregação, ao aumento da pobreza e ao aumento do número dos sem-abrigo. Um relatório

publicado recentemente indica que Gotemburgo se tornou uma cidade cada vez mais polarizada a nível social, com um centro abastado, com subúrbios ricos a sul e subúrbios pobres a norte (Andersson *et al.*, 2009). Mas estes problemas raramente são discutidos a nível político – em vez disso, o planeamento urbano em Gotemburgo é-nos apresentado como sendo a construção da “boa cidade”.

A construção do espaço público A criação da publicidade vulgar

Uma das pedras angulares da SpotCity foi a tentativa de criar um espaço público num local utilizado para o trânsito. Foram construídos diversos “edifícios” de forma a criar a sensação de uma zona separada onde se pudesse andar, conversar com pessoas, ver cinema ou assistir a espectáculos. A SpotCity estava aberta ao público entre as 10 da manhã e as 7 da tarde e oferecia um programa diário. Mas o mais importante era talvez o facto de que o próprio artista passava algum tempo no local e passava a conhecer as pessoas que habitualmente deambulavam pela zona. Tomas Ferm argumenta que, assim, a arte terá de funcionar em função das condições impostas pela rua. E explicou:

Este local pertence à rua, com as suas regras. Se está à espera de estar num museu em que tudo está em perfeita ordem e se espera que isso faça parte do espaço da arte, então precisa de pensar melhor.

Visto que o Brunnsparken é um local por onde andam pessoas sem-abrigo, isso também significou que a SpotCity de certo modo se intrometeu na sua zona e alterou radicalmente o seu espaço. Portanto, a confiança entre o artista e os habitantes da zona teve de ser estabelecida. Antes da abertura da SpotCity quando o palco e o quiosque de arte estavam em fase de construção e pintura, Tomas Ferm teve a oportunidade de falar para e com as pessoas sobre a SpotCity. Durante as três semanas em que decorreu a SpotCity, os sem-abrigo e os alcoólicos foram a audiência mais regular e foram eles que assistiram à maior parte das actuações de palco, tendo dado a sua opinião sobre o que viram. Os bancos aí colocados foram utilizados não só para assistirem ao que se passava no palco mas também para se sentarem e descansar, comerem “comida de plástico”, para entabularem curtas conversas com quem passava e para estarem com os amigos.

Visto a SpotCity ter durado três semanas, os visitantes regulares passaram a conhecer-se uns aos outros muito bem, do que resultou um ambiente amigoso. Visto que eu mesma fui um visitante regular e não fiz muito mais do que deambular por ali, tive oportunidade de conversar com muita gente.

Um homem, que normalmente dormia em abrigos de acolhimento, tornou-se um visitante regular desde o primeiro dia. Conversávamos alguns momentos todas as manhãs e ele tinha sempre muitos comentários a fazer sobre as actuações. Notei também que muitas pessoas contactavam Tomas Ferm frequentemente, fazendo perguntas, discutindo assuntos ou simplesmente pedindo ajuda – perguntando direcções ou pedindo dinheiro. Fiz várias entrevistas no local com o Tomas, e éramos constantemente interrompidos com questões, observações e histórias pessoais. Nesta atmosfera, tornou-se fácil falar sobre o objectivo da SpotCity – em que tipo de cidade se transformou Gotemburgo e o que podia vir a ser.

No extremo do Brunnsparken está situado um restaurante mais exclusivo que só serve almoços. Diariamente, ao meio-dia, homens de negócios de fato, em pequenos grupos, atravessavam a SpotCity para ir almoçar. Isto significou que tiveram de alterar o seu trajecto normal, tiveram de abrandar o seu andamento e zigzagear entre as pessoas que por ali andavam. O facto de eles nunca terem parado ou mesmo olhado para o que os rodeava fez com que o seu percurso diário através da zona fosse bastante notado. Na SpotCity eles tornaram-se (por escolha) os intrusos – pessoas que não pertenciam e não queriam pertencer a essa zona. Em contraste com todas as pessoas que aí se reuniam, eles insistiram em utilizar esse espaço como zona de passagem. Após algum tempo, os seus percursos através da zona quase se tornaram simbólicos e as



O Poço

peças comentavam a sua ignorância sobre o que se estava a passar na SpotCity.

Outra ocorrência importante foi a *talkbox*. A ideia era convidar para uma conversa ao almoço um funcionário público, um político ou quaisquer outras pessoas que tivessem muita influência no planeamento urbano. Alguns exemplos de pessoas convidadas foram: protagonistas do evento, tais como o director da companhia Inner City Gothenburg, que é uma empresa gerida por proprietários de imóveis e de empresas de negócios com o objectivo de fazer melhoramentos no centro da cidade, o principal responsável do Departamento de Planeamento da Cidade e o principal responsável para os assuntos culturais em Gotemburgo. A conversa teve lugar à volta de uma mesa móvel que estava colocada ao longo da rua principal por onde passa um grande número de pessoas. Não havia nem palco nem microfone, porque a intenção era manter uma conversa informal em que as pessoas pudessem intervir quando quisessem. Também devia servir para minimizar a distância entre as “pessoas comuns” e a elite do poder.

A SpotCity dispunha também de uma sala de convívio onde os movimentos sociais eram convidados a ficar e a falar sobre os problemas relacionados com as pessoas. Um desses grupos era o Iwanthousing.now, uma organização gerida por jovens que se mobilizam em torno de questões relacionadas com a habitação. Em muitas cidades suecas, em particular em Gotemburgo, existe falta de habitação a preços acessíveis, facto que é especialmente problemático para os jovens. Quando visitaram a SpotCity utilizaram um grande mapa de Gotemburgo e perguntaram aos visitantes onde queriam que fossem construídas mais habitações e de que tipo. Este mapa foi objecto de muita discussão, não só acerca da habitação mas também acerca do planeamento urbano. No fim da visita da Iwanthousing.now à SpotCity, fizeram um desvio até ao departamento governamental para entregar o mapa aos políticos.

Vários artistas foram convidados a utilizar o espaço da SpotCity. Um desses artistas foi Åsa Sonjassdotter, que elaborou o trabalho: “Se você não o saberá. Se você não o souber não o cultivará – um arquivo sobre o poder visível”. O seu trabalho trata das Directivas da UE e de como uma coisa comum, como plantar batatas pelos métodos tradicionais e vendê-las, pode tornar-se um acto ilegal na UE, visto que estes não estão registadas nem se enquadram nas regras da normalização da batata da UE (para mais informações consultar <http://www.potatoperspective.org/>). O seu projecto foi cultivar algumas destas

batatas numa pequena área do centro da cidade, a 200 metros da SpotCity, e servi-las depois às pessoas. Isto provocou uma discussão sobre as Directivas da UE mas teve também como resultado peculiar o facto de a típica audiência de arte ter de estar na fila juntamente com pessoas que só lá estavam, não pela arte, mas sim para arranjar alguma comida.

Microespaço glocal

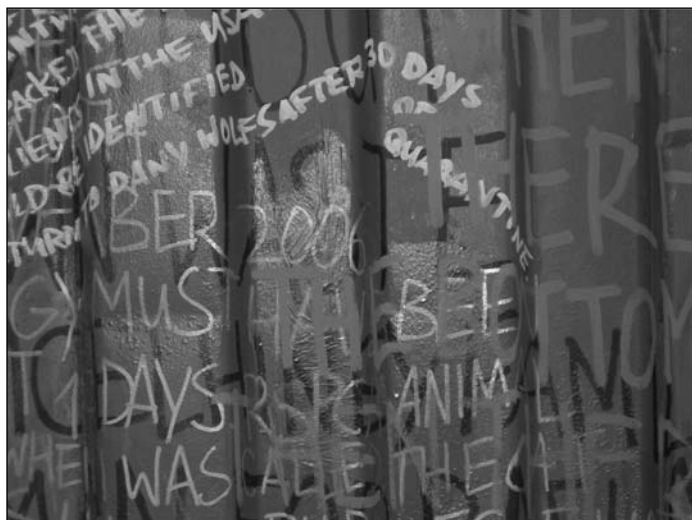
Eu argumentaria que, mesmo que a criação de um espaço público vulgar tenha sido a pedra angular da SpotCity, um aspecto importante foi o de trazer questões globais para o espaço local e para o centro da cidade – tanto literal como simbolicamente. De certo modo, o local de Brunnsparken estava disponível para estruturas globais ao relacionar a história de Gotemburgo com lugares e histórias de outros locais.

Por exemplo, foi utilizado um contentor para a exibição de filmes. Numa cidade portuária como a de Gotemburgo, o valor simbólico de um contentor é significativo. Simboliza a época dos estaleiros navais ou, quando colocado no centro da cidade, o final dessa época. Em Gotemburgo, a paisagem urbana alterou-se dramaticamente nos últimos 20 anos e a maior parte do antigo porto foi transformada num *cluster* de empresas de tecnologia de informação e em habitações de luxo. Mas o contentor também simboliza a mudança para o exterior e histórias de outras partes do mundo. O artista Thomas Wiczac foi incumbido de pintar o contentor. Escolheu o tema globalização e movimento. Nas paredes do contentor contou histórias de gatos que tinham sido fechados em contentores e transportados para todas as partes do mundo. No contentor pintou mapas mostrando o seu percurso por todo o mundo e cada gato tinha



O contentor

uma fotografia individual com a sua história pessoal. As simpáticas histórias dos gatos sendo resgatados revelaram-se uma feliz coincidência relativamente ao conteúdo de alguns filmes que foram exibidos no contentor. Os temas dos filmes foram: migrações, refugiados e contrabandistas. Três filmes diferentes retratavam as duras vidas dos imigrantes. O filme *The Short Cut* de Rafael Deugenio retratava o destino de imigrantes que eram transportados ilegalmente dentro de um contentor quando o motorista do camião teve um ataque de coração e morreu, tendo eles ficado encerrados no contentor. Ver esse filme dentro de um contentor provocou uma sensação claustrofóbica. Na altura do projecto da SpotCity, a discussão, em Gotemburgo, sobre o transporte ilegal de refugiados era muito tensa. Alguns meses antes da SpotCity, o comissário municipal, Göran Johansson, tinha proposto, através dos órgãos de informação nacionais, uma alteração da lei que permitiria deportar imediatamente todos aqueles que entrassem ilegalmente na Suécia. Este depoimento provocou um grande debate, tendo ele recuado mais tarde, declarando que só tinha sido provocador para



Um grande plano do contentor

chamar a atenção para este grave problema. Mas não tinha sido essa a primeira vez que Göran Johansson fizera declarações provocatórias sobre migrações. Tinha também sido crítico relativamente ao direito legal que assiste a quem pede asilo de viver onde quiser, sugerindo uma lei que obrigasse as pessoas a viver em cidades mais pequenas com mais para oferecer do que a cidade de Gotemburgo (Holgersson, 2011). Isto desencadeou, em Gotemburgo, um debate sobre migrações, racismo e segregação. A SpotCity trouxe este debate para o centro, concedendo espaço à organização. Ninguém está ilegal na sala de convívio. Durante três dias permaneceram no exterior da sala de convívio dando informação

sobre migrações e mantiveram-se disponíveis para responder a perguntas e promover discussões.

Mas os problemas globais foram também trazidos para a primeira linha através da obra de arte *Brunnen* (“O Poço”), de Mandana Moghaddam, uma refugiada iraniana. A ideia de *O Poço* nasceu quando ela tinha acabado de chegar à Suécia. Ao passar muito tempo numa cabina telefónica tentando contactar com a família no Irão, ela interessou-se por questões relacionadas com comunicação e exílio. Teve assim a ideia de criar a possibilidade de estabelecer uma ligação entre pessoas que estivessem em diferentes locais. A ideia foi criar poços físicos em diferentes cidades e utilizar as modernas telecomunicações para ligar os poços uns aos outros. Dessa forma, as pessoas podiam comunicar através do poço e as pessoas noutra cidade podiam responder. Isto criaria uma sensação de familiaridade entre pessoas em locais distantes. O símbolo do poço foi escolhido visto ter um grande valor icónico em muitas culturas – tanto em contos de fadas como nas religiões. Tal como ela declara, “É um símbolo dos sonhos”. E o sonho da própria artista

foi o de criar uma sensação de pertença entre cidades distantes. No Brunnsparcken, que na verdade se traduz por “O Parque dos Poços”, a artista quis abrir uma linha entre Gotemburgo e Teerão. Pediu uma licença em ambas as cidades e dois poços foram construídos. À última hora, a licença de Teerão foi cancelada. Segundo Mandana Moghaddam, as razões deveram-se ao facto de as autoridades no Irão temerem que ele pudesse ser usado pelos iranianos em Gotemburgo para difundir mensagens políticas para o Irão. Isso também podia ser entendido como paródia contra o poço sagrado do imã. Mesmo tendo sido cancelada a licença de Teerão, o poço de Gotemburgo foi inaugurado e utilizado para fomentar a discussão e a consciencialização para as condições políticas no Irão. Até hoje, *O Poço* ainda se mantém e em 2009 foi

de novo inaugurado ligando-se aos poços de Seul, na Coreia do Sul.

Mobilizando os públicos

No centro das estratégias de renovação está a regulação e o controlo sobre o espaço público. A presença visível dos sem-abrigo, da criminalidade de rua e de *graffiti* não só é vista como uma ameaça potencial à credibilidade da imagem da cidade – comercializada pelos que estão no poder – mas também como símbolo de decadência e insegurança. A consequência é o surgimento de diversas iniciativas públicas e privadas para “limpar”

os centros da cidade. Há, hoje em dia, na Suécia, vários exemplos desta tendência que tem vindo a aumentar, incluindo, entre outras, a proibição, proposta há já alguns anos mas não promulgada, de pedir esmola em Estocolmo; experiências de tolerância zero mais apertadas por parte da polícia e a criação de diversas parcerias público-privadas reforçam os interesses dos proprietários de lojas e de imóveis numa cidade comercialmente atractiva. Nos finais de 2004, o governo sueco decidiu aumentar as penalizações para aqueles que pintassem *graffiti*. O governo decretou ainda que a polícia tinha o direito de fazer “revistas corporais, preventivas”, mesmo sem ter suspeitas de algum delito ter sido cometido. Uma característica comum entre as várias propostas foi o facto de terem como ponto de partida a prevenção do crime. O crime ou simplesmente as ameaças à ordem e à segurança nos espaços públicos devem ser prevenidos antes de cometidos. Roy Coleman tem referido que o actual controlo nas cidades está “estrategicamente interligado e articulado com os espectáculos visuais que promovem formas de ver o espaço urbano como um espaço positivo, «centrado nas pessoas» e festivo” (Coleman, 2005: 132). Em Gotemburgo, o discurso político sobre os *graffiti* sofreu uma dramática alteração em poucos anos – foi mesmo visto como uma prática artística merecedora de legislação aplicável de tolerância zero. Uma regulamentação contra os *graffiti* foi produzida por uma parceria conjunta entre as autoridades locais, a polícia e os proprietários de imóveis, dizendo estes que a cidade deve ser muito restritiva quanto às autorizações legais para elaboração dos *graffiti*. E escrevem:

Existe um enorme risco de que o espaço livre para decoração seja contraproducente e induza a pinturas ilegais nas áreas circundantes. Em Gotemburgo não existe qualquer espaço em que sejam permitidos os *graffiti* ou qualquer outra decoração se o mesmo não for acompanhado pelas necessárias disposições regulamentares e conjuntas da sociedade e das autoridades, tais como escolas, serviços sociais e polícia. (“Política para uma cidade agradável”, 2007-09-17)

Seguidamente, em Setembro de 2008, a companhia do Teatro Nacional (Riksteatern) viria a Gotemburgo com o seu espectáculo *Quatro Dias de Hip Hop*. O tema do espectáculo eram os quatro elementos do *hip hop* – dj, *graffiti*, dança e *rap*. Consistia em actuações de dança, de música, *workshops*, debates, etc. Em Gotemburgo, a com-

panhia convidou um conhecido pintor de *graffiti* para pintar uma tela em frente à audiência. Esta actuação teria lugar numa tenda no exterior do teatro. No entanto, as autoridades decidiram negar a autorização para a tenda caso alguém pintasse quaisquer *graffiti* (mesmo sendo executados numa tela – que não era nem propriedade privada nem pública). Com esta decisão, o recentemente nomeado Responsável para os Assuntos Culturais apanhou de surpresa os organizadores do Teatro Nacional. O



O quiosque de arte onde as pessoas podiam informar-se sobre a SpotCity e falar com Tomas Ferm, o artista

facto de o Responsável para os Assuntos Culturais ter tomado esta decisão oficial transformou esta questão de ordem pública numa questão sobre valores culturais.

Uma vez que isto sucedeu durante a SpotCity, que tinha por objectivo provocar a discussão sobre o papel da arte e da cultura na cidade, Tomas Ferm foi rápido quer a reagir contra a decisão, quer a convidar o Responsável para os Assuntos Culturais para uma discussão na *talkbox*. Também marcou uma reunião e colocou *posters* nos edifícios da SpotCity dizendo: “Censura estética em Gotemburgo – reunião hoje às 18h”. O Responsável para os Assuntos Culturais aceitou o convite e apareceu na SpotCity. Esta conversa foi a que teve maior participação em todo o período que durou o evento. Muitas pessoas, sobretudo jovens, juntaram-se para terem a oportunidade de falar com o Responsável para os Assuntos Culturais. Apesar de ter sido uma acesa discussão, o facto de ter tido lugar na rua, no espaço público, onde os jovens podiam demonstrar as suas preocupações e evidenciar os seus diferentes pontos de vista, foi realmente muito importante. À noite as pessoas juntaram-se na SpotCity para discutirem o papel da arte na cidade e o que podia ser feito para se criar mais espaço para a arte em Gotemburgo.

Conclusão

Já tinha afirmado que a sobrevivência e alargamento do espaço público é uma questão política. O que pretendo explicar é que se trata de uma questão que está no cerne da democracia. O que é que está em causa nos espaços públicos das cidades de hoje? Porque é que se torna importante defender e alargar a noção de espaço público aberto? E qual é o papel da arte nestes processos? (Lefort, 1988.)

Actualmente, em muitos centros de cidade, os espaços públicos são vistos, cada vez mais frequentemente, como fazendo parte das estratégias de reabilitação que se focalizam no desenvolvimento da imagem positiva do centro da cidade como sendo “atractivo e seguro”. E Gotemburgo, com a sua frente marítima recentemente renovada, a reabilitação do centro da cidade e a regeneração baseada no *design*, atrai consumidores da classe média para viverem, passearem e consumirem as ruas do centro da cidade, ao mesmo tempo que são criados espaços fora do centro da cidade para os sem-abrigo.

Isto não se passa só em Gotemburgo, acontecendo também em muitas outras cidades. Os artistas são muitas vezes convidados a participar, especialmente depois da influência de Richard Florida e da sua declaração sobre a importância da classe criativa. Mas alguns artistas indignam-se contra estes desenvolvimentos e, quando isto acontece, por vezes identificam claramente estes processos como limitadores do nosso entendimento sobre o que é o espaço público. Em Hamburgo, os artistas referiram que a arte está reduzida a um factor de renovação e não é um valor em si mesma. Mas a arte também pode ter um papel central na resistência contra estas estratégias – defendendo o direito ao espaço – para a arte e também para todos os habitantes da cidade.

A SpotCity é um exemplo de uma intervenção artística que, durante três semanas, usou a cultura para abrir espaço público tornando-o mais acessível, usando-a também para organizar encontros e discussões entre as pessoas. Localizada no Brunnsparken, a SpotCity implantou-se num espaço que se baseia no movimento – entre autocarros, ou de passagem para/de centros comerciais. Poucas são as pessoas que realmente aí permanecem, à excepção das que não têm onde ficar. A SpotCity conseguiu que o movimento abrandasse e transformou a área num local de encontro sem quaisquer apelos ao consumo. O risco de um tal projecto de arte é o de afastar os habitantes da zona e promovê-lo a espaço para eventos. A SpotCity não fez isso – muito devido ao trabalho do artista Tomas Ferm. O seu intuito foi sobretudo fazer dele um projecto dirigido às pessoas que já lá estavam e posteriormente convidar quem passasse nessa zona. Desta forma a arte e a cultura podem ter um papel na reabertura e na ampliação

das utilizações e noções de espaço público. Tal como Don Mitchell disse, o espaço público não é uma coisa que exista, mas que precisa de ser criada vezes sem conta. E escreveu:

Expandir o direito à cidade requer um foco claro nas possibilidades utópicas e os perigos de procurar incessantemente reabrir e, portanto, reformar o espaço público à imagem de uma ordem urbana mais justa. (Mitchell, 2003: 236)

A SpotCity utilizou a cultura para transformar um local estigmatizado num lugar de utopia. Por breves momentos na história, uma audiência muito heterogénea encontrou-se, conversou e trocou experiências culturais. Isso não significou que as diferenças entre as pessoas tenham desaparecido – na fila, à espera de que servissem as batatas, as desigualdades entre as pessoas eram bastante evidentes. Em vez de ignorar estas diferenças ou as “esteticizar”, a SpotCity transportou-as para a frente do Brunnsparken – permitiu que as pessoas assumissem o espaço e estivessem presentes. Quando os espaços públicos nos centros de cidades se tornam mais homogéneos, a função democrática do espaço público como espaço onde a sociedade se torna visível enfraquece.

Hoje em dia, a arte desempenha um papel duplo neste desenvolvimento. Por um lado existe arte que contribui para a imagem de marca da cidade, para a publicidade positiva que anula as desigualdades e que representa o espaço público como sendo harmonioso e seguro. Por outro lado, a arte pode, tal como aconteceu na SpotCity, contribuir para a construção de um espaço público mais alargado – como um espaço de política, onde as diferenças e os conflitos ganham visibilidade pela criação de uma publicidade crítica.

Referências bibliográficas

- ANDERSSON, R. et. al. (2009), *Fattiga och Rika – Segregerad Stad [Poor and Rich – segregated City]* Stadskansliet och Social Resursförvaltning, Göteborgs Stad.
- COLEMAN, R. (2005), “Surveillance in the City: Primary Definition and Urban Spatial Order”, *Crime, Media, Culture*, 1, pp. 131-148.
- DEUTSCHE, R. (1998), *Evictions. Art and Spatial Politics*, Cambridge, MIT Press.
- FALKEMARK, G. (2010), “A study of the «Gothenburg Spirit»” in Holgersson, H., C. Thörn, H. Thörn e M. Wahlström (eds.), *(Re)Searching Gothenburg*, Gotemburgo, Glänta.
- FRANZÉN, M. (2005), “Mellan stigma och karisma. Stureplan, Sergels torg och platsens politik”, *Fronesis*, 18.

- HOLGERSSON, H. (2011), *Icke-medborgarskapets urbana geografi*, Gotemburgo, Glänta Förlag.
- LEFORT, C. (1988), *Democracy and Political Theory*, Cambridge, Polity Press.
- METCALF, S. (2007), "Sweden Unzipped", *The New York Times*, 23 de Setembro de 2007.
- MITCHELL, D. (2003), *The Right to the City. Social justice and the fight for public space*, Nova Iorque, The Guildford Press.
- SASSEN, S. (2006), "Making Public Interventions in Today's Massive Cities", *HYPERLINK* "http://www.columbia.edu/~sjs2/PDFs/sassen_publicinterventions_2006.pdf" *Static*, Issue 04, London Consortium.
- SWYNGEDOUW, E. (2007), "The Post-Political City", BAVO (ed.), *Urban Politics Now. Re-Imagining Democracy in the Neo-Liberal City*, Roterdão, NAI Publisher.
- THÖRN, C. (2011), "Soft policies of exclusion – entrepreneurial strategies of ambience and control of public space in Gothenburg, Sweden", *Urban Geography*, 32(7), pp. 989-1008.
- QUILLEY, S. (1999), "Entrepreneurial Manchester: The Genesis of Elite Consensus", *Antipode*, 31, pp. 185-211.
- Endereços eletrônicos:*
- Clarion Hotel (s.d), The New Gothenburg. <http://www.clarionpost.com/the-new-gothenburg>
- Spot City (2008). www.spotcity.se
- Signandsight (2009), Not in our name! Jamming the gentrification machine: a manifesto. <http://www.signandsight.com/features/1961.html>
- The New York Times (2007), Sweden Unzipped. <http://travel.nytimes.com/2007/09/23/travel/tmagazine/10well-goteborg-t.html>
- Go:teborg (s.d.), A Meetings and Events City. <http://www.goteborg.com/en/Header/Meetings/About-Gothenburg/A-Meetings-and-Events-City/>

REINVENTAR A RELAÇÃO CIDADE-MONTANHA NA COVILHÃ: UMA DISCUSSÃO PARA A CRIAÇÃO DE UMA NOVA MARCA URBANA

Domingos Vaz

■ Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e CesNova, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (dmvaz@sapo.pt)

Resumo

É reconhecida à Covilhã uma desqualificação formal e paisagística, firmada em paralelo com o afastamento da cidade do espaço natural e de montanha que havia moldado a sua função e feição geo-histórica. Considera-se, portanto, a necessidade de reflectir o sentido global da estruturação urbana, tendo em vista permitir uma leitura para o ordenamento qualificador desta urbe multi-secular e interrogar as razões que levaram a que um tal capital simbólico não tenha sido objecto ou apenas tido uma débil apropriação nas opções locais de planeamento urbano.

Palavras-chave: lanifícios, montanha, paisagem, universidade

Abstract

It is acknowledged that Covilhã has a formal and landscape disqualification, caused by the removal of the city from its mountain and natural space, that had shaped its features and geo-historical nature in the past. Therefore, it is essential to reflect upon the overall sense of the city's urban structure while intending to provide a text for the urban planning of this multi-secular center and investigate the reasons why this symbolic capital has not been considered, or at most mildly considered, facing the local options of urban planning.

Keywords: wool manufacture, mountain, landscape, university

O problema

As cidades portuguesas, em particular as de dimensão intermédia, registaram profundas alterações no período que se sucedeu à instauração do regime democrático em 1974. A partir de então, o reforço do poder autárquico aliado a novas práticas de planeamento deu origem a diversos processos de investimento público e privado, de cariz infra-estrutural e imobiliário, que alargaram as manchas urbanas muito para lá dos seus centros tradicionais.

Sem constituir um lugar excepcional no quadro desta temática, a Covilhã representa mesmo assim uma original situação, rara no urbanismo português, de "cidade de montanha", com a expressão de uma larga tradição industrial, firmada nas épocas moderna e contemporânea. Considera-se, portanto, a necessidade de reflectir o sentido do conjunto

da sua estruturação urbana, de forma a permitir uma visão global para o reordenamento desta urbe multissecular.

Numa povoação encastrada nas faldas de uma montanha foi-se estruturando uma cidade de meia encosta como um "enclave da industrialização". O geógrafo Orlando Ribeiro, a propósito da condição serrana desta cidade, explicaria que ela "ocupa um espaço constrangido, pesada herança das imposições do seu *sítio genético*", formado no tempo em que a lã e a torrente das ribeiras eram as determinantes de que vivia (1994: 260). A presença fabril e a sua interposição com a malha urbana levará a uma configuração de "cidade-fábrica", um perfil geo-histórico que se vai manter praticamente inabalado até à década de 1980 com o declínio dos lanifícios¹.

A montanha é atributo fundacional, e ainda hoje a apreensão da cidade, na plenitude das suas

dinâmicas e representações, não dispensa o aprofundamento do significado local, material e cultural de três referentes principais que pesquisamos no âmbito de um estudo sobre as representações urbanas locais. Destacamos o primeiro deles – a serra da Estrela –, que tem um valor ambiental e paisagístico e, por isso, centralidade na problemática objecto deste texto. O segundo é a Universidade, associada à reestruturação da cidade na época contemporânea, e o terceiro moldou a feição sócio-histórica da urbe tradicional que subsiste no imaginário local, a indústria de lanifícios (Vaz, 2004b). É, assim, evidenciada a aproximação à montanha enquanto matéria simbólica que perdura de forma marcante no imaginário local, adquirindo interesse reflectir e interpelar as razões que levaram a que um tal “capital” simbólico não tenha sido objecto ou apenas tido uma débil apropriação nas opções locais de planeamento urbano. Admite-se que esta dimensão ontológica, a aproximação à montanha, detém potencial para influenciar a forma urbana, se devidamente trabalhada para singularizar a Covilhã no contexto mais vasto.

Ao invés, a pós-“cidade-fábrica” desceu para a zona de vale de forma desconexa com a cidade antiga, sem um desenho de conjunto coerente com a topografia natural, dando lugar a uma estruturação urbana desordenada com um efeito tão devastador na paisagem que o arquitecto Teotónio Pereira acredita não ter paralelo em nenhuma outra cidade portuguesa², e que numa crítica directa à Covilhã actual a descreve como “desfigurada” no seu contorno urbano (*skyline*) e “(...) com extensões recentes desgarradas ocupando terrenos férteis e destruindo paisagens ancestrais (...)”³. Esta crítica é partilhada por outros arquitectos e urbanistas de dimensão nacional. Para José Manuel Fernandes (2009: 50): “A evolução desta área foi problemática: não se trata já de a edificação da «baixa» moderna da cidade falhar (...), mas sim de a sua consolidação urbana ter sido desqualificada, não tendo seguido um plano ordenador, e tendo-se possivelmente arrastado excessivamente no tempo”. Por sua vez, Madalena Cunha Matos (2009: 115) escreve:

Esta cidade, que foi necessária à formação do país e ao aproveitamento das potencialidades do meio natural que a envolve – pastagens para os rebanhos e águas para o fabrico –, há pouco passou a um estado de improbabilidade, pelo dizimar da beleza que a tornaria atractiva para o turismo – a mole imensa da serra, servindo como pano de fundo, e de consolo a um aglomerado com demasiados trechos desordenados, feios e rebarbativos.

Perguntamo-nos quais as razões que levaram a que os valores ambientais e paisagísticos não tenham sido suficientemente defendidos.

Tendo presente que, na maioria dos casos, cada cidade tem os seus criadores literários e artísticos que lhe imprimiram um imaginário, naquilo que poderíamos designar como reconstrutores da sua memória colectiva (Neves, 2008), tem interesse apurar a maneira como na Covilhã os registos tanto literários como pictóricos relacionam a cidade com a montanha, sobretudo em termos paisagísticos, dada a sua topografia montanhosa. Com este contributo propomo-nos, primeiro, conhecer como essa condição montanhosa da urbe é representada em registos literários mas também pictóricos, e, em segundo lugar, discutir como ela é integrada ou está presente nas figuras de planeamento urbanístico, ou seja, saber em que sentido a condição matricial serrana influencia a própria produção ou desenho da forma urbana.

Representação literária e pictórica da cidade enquadrada na montanha

Na sua colectânea *Escritores do Concelho da Covilhã*, José Mendes dos Santos (1997) identifica os autores de alguma forma ligados à cidade, encontrando-se aí algumas referências que a associam à montanha. As referências são na sua maioria de autores do século XX e enquadram-se frequentemente em publicações do período do Estado Novo, enaltecendo a “cidade neve”.

O romance *A Lã e a Neve* de Ferreira de Castro (1947), que, não sendo da Covilhã, vai dar expressão ficcional à luta dos operários dos lanifícios num emblemático documento humano onde abundam as descrições topográficas da cidade, com os seus lugares (“Ao chegar às Portas do Sol, deteve-se, um instante, a ver as obras do mercado novo”), as suas praças e as suas ruas, enquadradas na serra: “Um dia, quando os operários da Covilhã e da Aldeia do Carvalho saíram de suas casas, viram todas as encostas, todas as dobras do terreno, todos os caminhos vestidos de branco. A cidade, num esporão da serra, parecia obra de fantasmagoria, com telhados e perfis inverosímeis” (1990: 150). O processo narrativo tem como centro o drama da gente no labor fabril dos lanifícios, que vivia e morria entre a lã e a neve.

Numa certa continuidade, e também como contributo para a reelaboração da memória da cidade através da literatura, referimos o romance *Café Montalto*, de Manuel da Silva Ramos (2003), um autor nascido na Covilhã, que elabora uma “factoficção”, como ele diz, numa aproximação ao real. Desta vez a memória incide sobre os acontecimentos que vão dos anos de 1960 até 1986⁴. *Café Montalto* é o lugar simbólico da estratificação social, o café dos industriais, onde não entravam os operários da Covilhã, por isso é ocupado (ficcionalmente) no primeiro de Maio de 1974. O livro é um acervo documental notável de figuras,

Figura 1 ▶ *Covilhã, a Cidade e a Montanha*

de acontecimentos e de lugares urbanos serranos da Covilhã.

No âmbito de um outro género literário, os guias de viagem, merece destaque, no primeiro quartel do século XX, o *Guia de Portugal* dirigido por Raul Proença, obra de referência reeditada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Nele se salienta o carácter montanhoso da urbe e a sua ancestral actividade:

Alcandorada na ilharga da serra, a cavaleiro de um grandioso e obliquo enrugamento, escavado de um lado pela ribeira da Carpinteira e do outro pela ribeira de Goldra, a cidade apresenta perspectivas singulares, consoante se descobre do vale, do alto ou dos flancos. (...) As ruas são traçadas com a bonomia e aspereza de carreiros de montanha. De todos os lados se ouve, ao percorrê-las, o matraquear dos teares e variada utensilagem das oficinas. A água, abundante, desce discretamente da serra, em tubagens, para as lavandarias, enquanto no fundo dos córregos se despenham livremente os caudais das duas ribeiras, sem dúvida as determinantes da fundação da secular indústria, se não da própria cidade. (1985: 725)

No *Guia de Portugal* verificamos que esta zona das Beiras era percorrida desde tempos remotos pelos rebanhos e pelos caminhos da transumância entre a montanha e as zonas baixas, o que explica a abundância da lã e das actividades laneiras e a fama das «baetas e surrobecos» do Teixoso, na proximidade da Covilhã (1985: 732).

Miguel Torga, na sua obra *Portugal*, traça um quadro poético das regiões do país, e descreve a Beira como dominada em todos os aspectos pela força telúrica da serra da Estrela (1980). Contudo, apenas menciona a Covilhã como berço de viajantes, nunca a associando directamente à paisagem serrana.

Apesar de não serem abundantes, existem obras literárias marcantes centradas na realidade

social covilhanense com reflexos na inserção paisagística. Diz-nos M. João Matos (2010), que estudou a produção literária relacionada com os Alpes, que o facto de as descrições literárias sobre a paisagem montanhosa covilhanense serem escassas poderá explicar-se em parte pela situação excêntrica da serra da Estrela em relação à Europa, quando comparamos com a centralidade de outras cadeias montanhosas europeias, como sejam os Alpes, onde é abundante a literatura deixada por viajantes ilustres e redigida para turistas em busca de experiências estéticas. Uma realidade que não deve surpreender se lembrarmos que a serra da Estrela só em 1881 foi objecto da primeira expedição científica realizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, liderada pelo explorador Hermenegildo Capelo⁵. Uma idiosincrasia em termos de localização geográfica que parece ter prolongamento em termos culturais. Aires da Silva reforça esta tese, e dá conta das realizações, instituições e eventos de âmbito cultural com destaque na cidade, referindo áreas como o património, a arquitectura, a arte pública, a música, o teatro e a recreação, escrevendo:

A falta de monumentos e edifícios de notável valor arquitectónico deve-se à pobreza da terra, sujeita a crises da sua indústria, à interioridade, e, como se disse, à falta de Mecenas e de homens ricos voltados à cultura. O próprio granito da montanha é aqui impróprio para a cantaria e mais adequado à feitura de muralhas e castelos. E a degradação das muralhas começou, afinal, com uma ordem do próprio Rei D. José I. (1996: 129)

Da análise diacrónica e da observação da cidade actual, podemos deduzir, como escrevemos num outro momento, que “à importância económica da cidade não correspondeu um interesse arquitectónico ou artístico de especificidades notáveis” (Vaz, 2004b: 99-100). Esta é uma opinião partilhada por outros, incluindo Aires da Silva: “Salvo raras excepções, tem sido a Covilhã parca em mecenas, capazes de promover na sua terra a construção de grandes monumentos, ou sequer palácios de apreciável valor arquitectónico” (1996: 127).

A pintura, arte desde sempre ligada à paisagem de montanha e à identidade das mais belas cidades montanhosas, também é abordada por Aires da Silva. Contudo, os artistas que refere são recentes e não se dedicaram à representação pictórica da Covilhã inserida na paisagem montanhosa, mas antes a retratos ou a recantos pitorescos da cidade⁶. Confirmando esta realidade, salienta-se que mesmo no Museu de Arte e Cultura da Covilhã nenhuma das obras de pintura expostas retrata a imagem da cidade em simbiose com a montanha.

Apenas uma tapeçaria, já da segunda metade do século XX, representando diversos aspectos particulares da região, expressa essa ligação. Também nos frescos do Salão Nobre da Câmara Municipal, obra do pintor Lino António, encontramos imagens semelhantes: as gentes da serra, a pastorícia, a montanha, os desportos de Inverno. No entanto, a paisagem local, mesmo se não representada de forma directa, pode inspirar a criatividade, como o comprovam as palavras de um pintor nascido na Covilhã: “Para mim, pintar é algo de obsessivo, como que uma necessidade biológica. Sou um homem embevecido pelo espectáculo do mundo. Nasci na Covilhã e aí aprendi a olhar a paisagem. E não me canso de olhar as vastas perspectivas da minha infância.”⁷ Esse olhar sobre a paisagem será com certeza uma das pistas a seguir na reconstrução de uma imagem renovada para esta cidade que valorize os seus *belvederes*.

Aspectos da evolução urbana da Covilhã

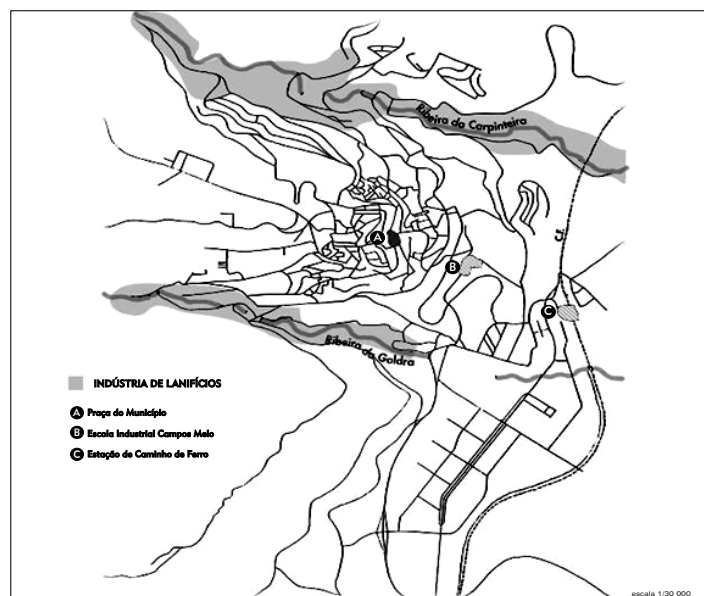
Da consulta de alguns estudiosos da historiografia local, verificamos que estes concordam num ponto: a Covilhã é uma povoação que cresceu de maneira invulgar (Pereira, 2009; Rodrigues, 2009). Na Idade Média, enquanto o arrabalde se desenvolvia a este e sudeste, o interior da cerca permanecia desabitado, facto que D. Fernando I tentou contrariar com a concessão de privilégios aos que ocupassem o interior da muralha, concessão esta logo depois revogada a pedido dos moradores do arrabalde que concorria já, em importância e densidade, com a vila intra-muros⁸.

Só no século XVI, com a confirmação dos privilégios aos moradores por D. Manuel, se densificou a ocupação do interior da cerca, “contrariando o sentido de crescimento urbano de outras vilas e cidades portuguesas que, geralmente, se expandiam de dentro para fora dos muros” (Pereira, 2009: 21-23). As construções desenvolveram-se ao longo de ruas e escadas estreitas adaptadas à topografia, ainda hoje bem presentes.

Desde cedo que o perfil económico da vila se associa aos recursos naturais da montanha. Já Gil Vicente falava, na *Tragicomédia da Serra da Estrela* (1527), “nos panos finos que se faziam lá”⁹. Pensa-se que a origem das actividades ligadas aos lanifícios se encontrará na população judaica, muito numerosa na região durante a Idade Média. Como principal núcleo de lanifícios de Portugal, a Covilhã desenvolve-se, graças, por um lado, às ribeiras afluentes do rio Zêzere – Carpinteira e da Goldra –, vindas da serra, que forneciam água para o tratamento das lãs e a força motriz e, por outro, na continuidade de uma tradição na actividade pastoril. Em 1681, D. Pedro II, conde da Ericeira, funda a Fábrica-Escola na ribeira da Carpinteira, antiga Fábrica d’el Rei D. Sebastião, mais tarde denominada «Fábrica Velha». Com a reforma do Marquês de Pombal, no século XVIII, funda-se a Real Fábrica de Panos da Covilhã junto à ribeira da Goldra¹⁰, com as pedras provenientes da demolição da muralha medieval¹¹. Em 1683 são instalados na Covilhã os primeiros teares *Jeacquard*; em 1884 é fundada a Escola Industrial Campos Melo e em 1891 inaugura-se a chegada do caminho-de-ferro, que impulsiona a indústria de lanifícios e a procura turística para os tratamentos de tuberculose e para os desportos de

montanha (Silva, 1996; Pinheiro, 1997, 2009; Domingues, 2006; Rodrigues, 2009).

Figura 2 ▸ Covilhã, áreas de incidência da antiga indústria dos lanifícios



Herdados ou não da comunidade judaica, os lanifícios foram a actividade dominante na economia local e “industrializaram” a paisagem. Os seus efeitos na evolução urbana, quer do arrabalde quer da vila intra-muros, estão associados a muitas reedificações e as consequências urbanísticas serão muito significativas do ponto de vista dos desígnios futuros da Covilhã, imprimindo-lhe um carácter original sem paralelo em nenhuma outra cidade portuguesa, deixando fortes marcas identitárias até aos anos 70 do século XX (Ribeiro, 1994; Pinheiro, 2009).

Os anos 40 do século XX, em pleno Estado Novo, marcam o início de um momento importante na transformação urbana da Covilhã. O arquitecto João António de Aguiar é designado

Figura 3 ▶ Covilhã, UBI, pólo I, antiga Real Fábrica dos Panos



para elaborar o *Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã* e o *Plano Parcial de Urbanização da Área Compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação de Caminho de Ferro*, bem como para projectar a nova Praça do Município. Amplia-se a escala da cidade com introdução de uma nova rede de vias estruturantes, unindo a zona alta à baixa da cidade, acompanhada de novos equipamentos e bairros residenciais¹².

Assiste-se nesta fase do Estado Novo a uma decisiva opção pela implantação dos chamados “bairros sociais” em núcleos isolados excêntricos relativamente ao núcleo urbano central. Um facto que, no contexto topográfico da cidade de montanha, agravou o sentido de gueto que estava na base do conceito, pois os longos e profundos vales afastaram a maior parte dos bairros da área urbana consolidada. Os primeiros destes bairros residenciais serão o Bairro Económico dos Penedos Altos (1941 e 1949-52), na colina a norte da ribeira da Carpinteira; o Bairro do Rodrigo, de moradias geminadas (1948-51), na zona baixa junto à estação; o Bairro da Biquinha (1964), no extremo poente da cidade (Fernandes, 2009: 47)¹³.

Ao contrário de outras cidades e vilas portuguesas que registaram a habitual função catalisadora da estação de comboio, sobretudo na transição dos séculos XIX-XX, a Covilhã, e certamente por razões topográficas, iria permanecer por mais algumas décadas alcandorada nas encostas da montanha, sem ter uma “baixa”. Só por volta de meados do século XX o desenvolvimento da zona baixa da cidade, desenhada em torno da estação de caminho-de-ferro, começa a ganhar definição de uma nova centralidade através da introdução do tribunal (1957), da penitenciária, de escolas e de bairros residenciais de diferentes tipologias. Todavia, com um resultado deficiente em termos de espaços públicos, a justificar uma urgente intervenção paisagística com visão global para reordenar todo o conjunto (Fernandes, 2009).

Na zona central, o plano “modernizador” de João Aguiar implicou a destruição do antigo largo, um espaço de crescimento orgânico, consolidado ao longo dos séculos, no qual sobressaía o edifício filipino dos Paços do Concelho (1614). Entre 1944 e 1958 altera-se radicalmente a configuração da área central da cidade num novo Centro Cívico à imagem do regime, intervenção que constitui um caso único na época de transformação radical da praça principal de uma pequena cidade. Para além do novo edifício da Câmara Municipal e do redesenho da praça, introduzem-se aí novos equipamentos representativos – Caixa Geral de Depósitos, Correios e o Teatro-Cine.

Figura 4 ▶ Covilhã, Largo do Pelourinho antes da intervenção do Estado Novo



O mesmo arquitecto (Fernandes, 2009: 47-49) destaca ainda a importância simbólica e funcional de outros três equipamentos do mesmo período, que marcam a paisagem urbana pela sua imponência: o Hotel Solneve, “sinal da percepção de um novo turismo de montanha”, materializado também ao estilo neoclacissizante; a Garagem de São João, de imagética inovadora (com um “mapa gigante” da Península Ibérica com a marcação das estradas e cidades principais), reflexo da generalização dos transportes rodoviários pontuando uma nova entrada na cidade; e o Mercado Municipal, equipamento comunitário emblemático encostado à antiga muralha. Importa ainda lembrar o simbólico Sanatório dos Ferroviários das Penhas da Saúde (Cottinelli Telmo, 1945), que constituirá uma marca significativa na paisagem, e se encontra hoje em processo de conversão para Pousada¹⁴. Como sintetiza Margarida Souza Lôbo:

A transformação da imagem global da cidade da Covilhã no período do Estado Novo constitui um caso paradigmático de uma intervenção que, com os meios disponíveis, marcou de forma indelével as cidades e vilas do país. Com a reconfiguração do largo central

da cidade e sua envolvente, de acordo com a linguagem identitária do regime, a sua ligação através de uma nova via com passeios amplos à Estação dos Caminhos-de-Ferro, a construção de novos equipamentos e a promoção de novos bairros de habitação social, o arquitecto João Aguiar alcança o objectivo definido por Duarte Pacheco. (2009: 38-39)

Figura 5 ▶ Covilhã, Garagem de São João



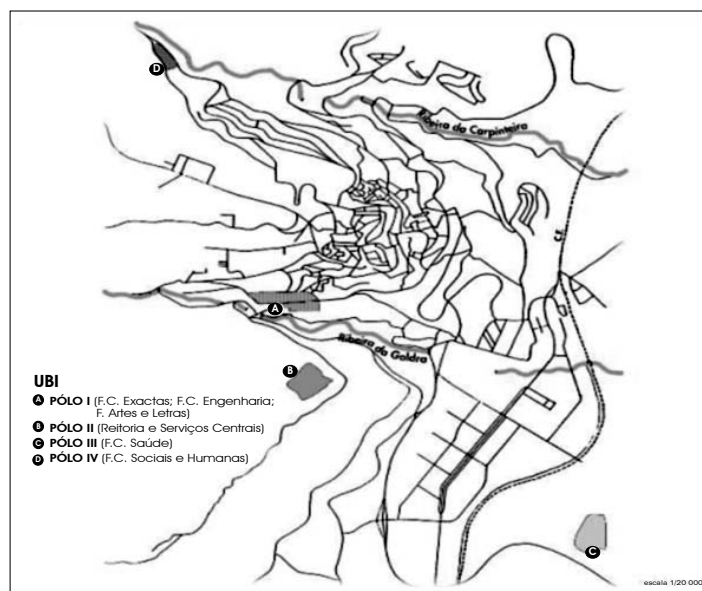
No início dos anos de 1960 a Covilhã – ainda uma cidade industrial – era uma das duas urbes mais populosas do interior do país¹⁵. O período seguinte, até à década de 70, é fraco em termos de crescimento urbano, por oposição aos “ciclos fortes” do pombalismo em Oitocentos e do Estado Novo, tendo gerado apenas alguns edifícios pontuais dignos de nota. O *Plano Geral de Urbanização*, reestruturador da cidade e subúrbios, elaborado nos anos de 1970 pela Hidrotécnica Portuguesa, nunca chegou a ser aprovado. Consequentemente, o PGU de 1957 permaneceu como instrumento de ordenamento territorial até à primeira geração de PDM (Plano Director Municipal), que na Covilhã só aconteceria em 1999, sendo já impossível pensar um perímetro urbano contido. Mesmo se alguns planos de pormenor foram sendo realizados, a desadequação progressiva do PGU resultou em consequências desastrosas para o espaço urbano, excessivamente fragmentado e descontinuo, para além da deterioração dos espaços agrícolas e naturais.

Chegados à fase da «explosão» terciária, o principal investimento corresponde à introdução do ensino superior na Covilhã. A conversão do Instituto Politécnico (1973) em Instituto Universitário (1979) e, finalmente, em Universidade (1986) veio gerar novas

sinergias na economia e na sociedade locais, atenuando os efeitos da crise profunda associada ao declínio da indústria de lanificios. A decisão de criar uma universidade na Covilhã conduziu à opção por localizar as estruturas universitárias no seio do tecido urbano, subdivididas em pólos, reutilizando-se em grande parte as antigas instalações industriais que estavam devolutas e em ruínas¹⁶. Pretendia-se que a instalação desses diferentes pólos viesse revitalizar zonas e edifícios abandonados, rejeitando-se o modelo de *campus* universitário segregado da cidade central.

A função universitária estabeleceu-se então como a principal alavanca da economia e do desenvolvimento da urbe. Dos pontos de vista urbanístico, arquitectónico e paisagístico, as transformações associadas à Universidade da Beira Interior e sobretudo à equipa do arquitecto Costa Cabral foram significativas¹⁷. Vão-se caracterizar por linhas gerais de orientação de valorização das pré-existências e da paisagem urbana. Esta postura enquadra-se no contexto geral das obras do arquitecto, na sua busca por uma expressão moderna e urbana, atenta ao lugar, onde a paisagem assume um papel muitas vezes central¹⁸. A cidade saiu revitalizada pelo novo grande equipamento, que, em contrapartida, fez disparar a expansão urbana desregrada na zona baixa, onde se assiste à estruturação da cidade linear acompanhando o eixo Tortosendo – Covilhã – Teixoso (TCT), com os hipermercados, o Centro Hospitalar da Cova da Beira, os hotéis, o parque desportivo, as zonas industriais e as novas zonas residenciais. Em 2006, concluiu-se nesta zona a construção da Faculdade de Ciências da Saúde, revelando uma atenção particular quanto à integração volumétrica no local¹⁹.

Figura 6 ▶ Covilhã, Pólos da UBI no tecido urbano



A expansão da cidade para a zona de vale desenvolve-se de uma forma desconexa da cidade antiga, sem um desenho de conjunto coerente com a topografia do território, sendo avançado como principal factor da degradação paisagística generalizada a inadequação dos instrumentos de planeamento que, quando existem, estão alheados das especificidades topográficas, paisagísticas e identitárias do território, levando à “ocultação das majestosas vistas panorâmicas que são (ou eram) uma das mais-valias da cidade”. Já o escrevemos e partilhamos as observações alertando para a degradação acelerada da paisagem urbana covilhanense sobretudo nas últimas décadas, contaminada pela construção de edifícios de fracas qualidades arquitectónicas e urbanísticas, levando ao esvaziamento de valores históricos, culturais, ambientais e paisagísticos (Vaz, 2004, 2004a, 2010; Pereira, 2005; Matos, 2009; Fernandes, 2009; Matos, 2010; Cabral, 2010²⁰).

No dealbar do milénio o Programa Polis²¹ surgiu como uma tentativa de inverter este declínio no âmbito do urbanismo, da paisagem e do ambiente, apontando para a melhoria da qualidade de vida na Covilhã e apelando para a sensibilização e participação da população local no processo. Este programa será apresentado como uma oportunidade para reconectar a cidade com o seu território, através de um diálogo equilibrado com a montanha em termos de paisagem e ecossistema. Quase em simultâneo são aprovados o PDM (1999) e o Plano Estratégico da cidade – instrumento de apoio à implementação do PDM –, aos quais se ajusta o Programa Polis (2001: 19-20). Todavia o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela só em 2009 foi aprovado, o que revela mais uma vez o atraso das medidas de protecção do património natural.

Os arquitectos J. Manuel Fernandes (2009) e Ana Milheiro (2009) afirmam que, embora o Polis aponte uma nova visão reestruturante da cidade, as obras de arquitectura e paisagismo resultantes, atribuídas a diferentes equipas, algumas externas, apresentam níveis de qualidade discrepantes. As intenções do plano são assim desvirtuadas nalguns casos. Cremos que a falta de cultura urbanística, de consciência ambiental e de sentido estético dos decisores e dos projectistas foram as principais causas da fraca qualidade de algumas obras. A deficiente execução das mesmas veio piorar os resultados.

Todavia, é impossível negar que o Polis-Covilhã veio desbravar caminho para um novo conceito de cidade e dotá-la de alguns espaços verdes de lazer qualificados, essenciais para a melhoria da qualidade de vida e dignificação da cidade. A Covilhã apresentava-se inegavelmente como uma candidata de peso ao programa: “Cidade de fronteira, com uma evolução demográfica favorável (...), constituindo um pólo universitário e defendendo um património arquitectónico desactivado de raiz industrial, pos-

Figura 7 ▶ Covilhã, Ponte “Polis” dos Penedos Altos²²



suía um forte potencial de influência sobre a região, aspecto igualmente determinante” (Milheiro, 2009: 56). O Polis-Covilhã parte da ideia de reconquista da paisagem. Centra-se na requalificação paisagística e urbana das zonas das ribeiras, implicando as propostas do Plano de Pormenor da Carpinteira e do Plano de Pormenor da Goldra²³. Propõe a introdução de jardins e parques, o enquadramento paisagístico dos edifícios existentes, a recuperação do património industrial, a articulação dos tecidos urbanos e a ligação entre as duas margens das ribeiras através de pontes pedonais. Reforçar-se-ia deste modo a importância da Covilhã no sistema urbano regional e nacional, promovendo-se paralelamente os conceitos de “cidade verde, do conhecimento e intergeracional” (Programa Polis, 2001: 9). Todavia, o urbanista que coordenou o programa lamentará dois acontecimentos que desperdiçaram oportunidades lançadas: o facto de o município não ter promovido a participação da população nos processos de decisão, e de os autores do Polis-Covilhã não terem sido consultados aquando da atribuição de alguns projectos a outras equipas, projectos esses que resultaram por vezes em soluções de fraca qualidade²⁴. Até à actualidade, de entre os projectos previstos pelo Programa Polis-Covilhã, muitos

Figura 8 ▶ Covilhã, hipermercado Serra Shopping



ainda não se realizaram. Sabendo-se que a proposta assentava na promoção da mobilidade pedonal e dos valores paisagísticos, algumas obras previstas e não concretizadas contribuem grandemente para a perda do sentido global do Polis²⁵.

Considerações finais

Mais do que grandes monumentos ou edifícios singulares, é a organicidade urbana serrana, é o conjunto e a diversidade da paisagem e ambientes que singularizam a Covilhã. A beleza e carácter singular da cidade em diálogo com a montanha, que se revela não só fisicamente, mas como referente e memória, como a descrevem os autores consultados, parece hoje ter-se diluído na paisagem urbana. Considera-se, portanto, necessário discutir as razões que levaram à escassez de planificação urbana com um efeito devastador na paisagem. Para além de uma débil cultura de planeamento urbanístico, os planos de urbanização foram demasiado morosos na elaboração e pouco eficazes da acção, sugerimos razões culturais. Parece ser muito problemática a noção cultural e simbólica do valor da paisagem que poderia servir muitas vezes como travão da descaracterização da imagem do território, desencadeada pela expansão urbana pós-industrial.

Ressalvando raras situações, a montanha ou a paisagem não surgem como inspiradoras de forma urbana ou arquitectónica. Como excepções notáveis apontam-se algumas das instalações da UBI e algumas das intervenções do Programa Polis, com obras de valor desigual mas que, no conjunto, ensaiam uma nova visão reestruturante da cidade. No extremo oposto temos a expansão urbana na planície que sugere um processo que envolve «grande desperdício imobiliário», onde sobressai o edifício do Serra Shopping, que vai buscar referências ao imaginário da montanha e se sobrepõe a tudo o resto à volta. O afastamento da cidade relativamente ao espaço natural como elemento simbólico e identitário tem o seu pior corolário, levando ao desordenamento paisagístico e funcional do espaço urbano. Não obstante, a actualidade da questão da qualificação dos ambientes urbanos e da conservação do carácter tradicional dos núcleos antigos resulta da compreensão da importância destes aspectos para a sustentabilidade das cidades. Admitimos que na Covilhã a reinvenção da identificação com o território de montanha pode constituir um ponto de partida capaz de ancorar a criação de uma nova marca urbana, daí o interesse em estimular o debate técnico-científico e cívico.

Notas

- ¹ Atendendo ao caldo social e de cultura operária produzido na cidade, particularmente a partir do século XIX e até aos anos 80 do século XX. A expressão “cidade-fábrica” tem sido utilizada para caracterizar a Covilhã desde, pelo menos, Manuel Nunes Galdes (cf. Galdes, M. N., 1880, *A Covilhã no Centenário*, Lisboa, Lallement Frères; Pinheiro).
- ² Nuno Teotónio Pereira citado por Maria João Matos (2010: 253).
- ³ Nuno Teotónio Pereira citado por Ana Vaz Milheiro (2009: 57).
- ⁴ De referir que a «Metrópole da Lã», ou a «Manchester Portuguesa», como era designada a Covilhã, possuía, antes da crise de 1960, cerca de 140 fábricas de lanifícios e seis mil operários que produziam 66% do fabrico total dos lanifícios portugueses (*Guia de Portugal*, F. C. G., 1985: 725).
- ⁵ A expedição científica composta por 36 especialistas foi “guiada” por um pastor sabugueirense. Veja-se Suzanne Daveau (1969), “Structure et relief de la Serra da Estrela”, *Finisterra*, vol. IV, n.º 7, pp. 31-63.
- ⁶ Respectivamente Eduardo Malta (1900-1967) e Alberto Roseta (1915-1990).
- ⁷ Raul Costa Camelo citado por José Aires da Silva (1996: 155).
- ⁸ Para o relato deste processo, ver Arthur de Moura Quintela (1899: 25-26), citando Padre Pina.
- ⁹ Gil Vicente – “Frágua de Amor”, *Obras de Gil Vicente* (J. Victorino Barreto Feio, J. C. Monteiro), Hamburgo, edição de Laughhoff, 1834, tomo 2, p. 442. (in J. M. Rodrigues, 2009: 10,15).
- ¹⁰ Juntamente com as fábricas no Fundão e em Portalegre.
- ¹¹ “ (...) A mesma Fabrica (...) para se pôr em prática necessitava de se applicarem à obra d'ella a pedraria dos muros arruinados d'essa Villa (...)” Carta Régia de 12 de Maio de 1769; citada por José Miguel Rodrigues (2009: 15).
- ¹² No contexto do ciclo de planeamento desencadeado por Duarte Pacheco, no que diz respeito à cidade da Covilhã, destaca-se a figura do arquitecto João António de Aguiar, responsável, simultaneamente, pela concepção do Largo do Pelourinho, pela elaboração do projecto do novo edifício da Câmara Municipal (1947), pelo *Anteplano Geral de Urbanização da Covilhã* (terminado em 1951 e com homologação ministerial de 1947) e pelo *Plano Parcial de Urbanização da Área Compreendida entre o Largo do Pelourinho e a Estação de Caminho de Ferro* (1960).
- ¹³ Para uma apresentação dos bairros ver: Hélder de Oliveira, 2005, *Descrição dos Bairros*, texto policopiado.
- ¹⁴ Nas Penhas da Saúde o esqui será praticado desde apenas 1932, data em que João dos Santos Simões e António Lopes fundaram o *Ski Clube de Portugal*. Em 1936 funcionou nas Penhas da Saúde a primeira escola de esqui. Era dirigida pelo prof. Slavicek, austriaco do Tirol (*Guia de Portugal*, 1985: 734).
- ¹⁵ A Covilhã, com 23 000 habitantes em 1960, era a mais populosa aglomeração urbana do interior do país ao norte do Tejo (incluindo Viseu), da mesma grandeza que Évora (25 000) (Orlando Ribeiro, 1994: 261).

- ¹⁶ Foram recuperadas velhas instalações fabris junto à ribeira da Goldra (Pólo I) e à ribeira da Carpinteira (Pólo IV), o Convento de St.º António (Pólo II), e o Pólo III desenvolve-se com a Faculdade de Ciências da Saúde já no início do século XXI numa área nova de expansão da cidade.
- ¹⁷ Ana Paula Dias (2006), Elisa Pinheiro (2009), Madalena Cunha Matos (2009) e Maria João Matos (2010).
- ¹⁸ Ao arquitecto Bartolomeu Costa Cabral é reconhecido um talento especial na concepção de instalações para o ensino superior, tais como o Pavilhão do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1991; a Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, Sintra, 1996-2001; a Universidade do Minho, 1986 e 1998, onde também aplica os princípios que veremos nas suas realizações para a UBI, ou na reconversão de edifícios com valor patrimonial: o projecto em Lisboa da recuperação do Teatro Taborda, Colina do Castelo (1981).
- ¹⁹ Desenhada pelo arquitecto José Carlos Loureiro.
- ²⁰ Bartolomeu Costa Cabral citado em Maria João Matos (2010: 268).
- ²¹ Liderado pelo arquitecto Teotónio Pereira, com a colaboração do arquitecto paisagista Luís Cabral, o Polis-Covilhã consubstancia uma política urbana baseada num conjunto de acções de requalificação urbanística e ambiental dos vales das duas ribeiras, polarizadoras da indústria de lanifícios, rearticulando-os com o centro urbano (2001).
- ²² Desenhada pelo arquitecto Carrilho da Graça (2009).
- ²³ Os dois Planos de Pormenor foram dirigidos pelos arquitectos Teotónio Pereira e Luís Cabral, igualmente responsáveis pelo Programa Polis.
- ²⁴ Nuno Teotónio Pereira citado por Maria João Matos (2010).
- ²⁵ Entre as obras por construir encontram-se quatro das cinco pontes previstas sobre as ribeiras, um dos dez acessos verticais mecânicos, o Museu da Cidade e o Centro de Monitorização/Interpretação Ambiental programados para a antiga Fábrica António Estrela e os dois jardins previstos para a ribeira da Carpinteira, onde se planeava a criação de "jardins temáticos botânicos de montanha" (Programa Polis, 2001: 44).

Referências bibliográficas

- CABRAL, B. C. (2005), *A Universidade e a cidade, Covilhã*, Edição da Universidade da Beira Interior.
- CASTRO, F. (1990 [1947]), *A Lã e a Neve*, Lisboa, Guimarães Editores.
- DAVEAU, S. (1969), "Structure et relief de la Serra da Estrela", *Finisterra*, IV (7), pp. 31-63.
- DIAS, A. P. (2006), "Bartolomeu da Costa Cabral a traço cheio", *Arquitectura e Construção*, 35, pp. 78-83.
- DOMINGUES, Á. (coord.) (2006), *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Argumentum, Porto.
- FERNANDES, J. M. (2009), "Covilhã, uma leitura de síntese: estrutura urbana, conjuntos edificados e arquitecturas, sua evolução", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 40-53.
- LÔBO, M. S. (2009), "Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 30-39.
- MATOS, M. C. (2009), "Ponto, linha, plano: a edificação universitária na Covilhã", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 110-119.
- MATOS, M. J. P. (2010), *Paisagens Urbanas Contemporâneas de Montanha – Para uma abordagem conceptual em Arquitectura na Covilhã*, Dissertação de Doutoramento Europeu em Arquitectura, apresentada à UBI (co-parceria Université Paris 8), Covilhã.
- MILHEIRO, A. V. (2009), "Por uma cidade amável. Espaços públicos e Programa Polis na Covilhã", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 54-61.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2001), *Viver a Covilhã. Programa Polis – Plano Estratégico*, Lisboa, Edição do Programa Polis, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.
- NEVES, F. P. (2008), "A literatura e a reelaboração da memória das cidades", in D. Vaz (org.), *Cidade e Território: Identidades, Urbanismos e Dinâmicas Transfronteiriças*, Lisboa, Celta Editores, pp. 65-72.
- PEREIRA, D. (2009), "A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 16-23.
- PEREIRA, T. (2005), "Uma ideia para a cidade da Covilhã – Candidatura ao Prémio Sir Robert Matthew. Prize Nominee UIA", Lisboa, Ordem dos Arquitectos.
- PINHEIRO, E. (1997), "O património industrial covilhã-nense: uma memória a preservar e a musealizar", *Separata de Arqueologia Industrial*, I (1-2), 3.ª série, pp. 89-110.
- PINHEIRO, E. (2009), "A Universidade da Beira Interior e o seu papel na reabilitação e reutilização do património industrial da Covilhã", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 98-109.
- PROENÇA, R. (ed.) (1985), *Guia De Portugal*, tomo II, Beira Baixa e Beira Alta, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 723-735 e pp. 891-895.
- QUINTELA, A. M. (1990 [1899]), *Subsídios para a Monographia da Covilhan*, Covilhã, Tip. d'«O Rebate».
- RAMOS, M. S. (2003), *Café Montalto*, Lisboa, D. Quixote.
- RIBEIRO, O. (1994), *Opúsculos Geográficos, V Volume: temas urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, J. M. (2009), "Covilhã: evolução urbana da cidade", IHRU *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*, 29, pp. 6-15.
- SANTOS, J. M. (1997), *Escritores do Concelho da Covilhã: Notas Bibliográficas*, Covilhã, Edição de autor.
- SILVA, J. A. (1996), *História da Covilhã*, Covilhã, Edição de autor.

TORGA, M. (1980), *Portugal*, 4.ª ed., Coimbra, Gráfica de Coimbra.

VAZ, D. (2004a), "As cidades do interior e as estratégias ausentes: uma observação a partir da cidade da Covilhã", *Cidades: Comunidades e Territórios*, 8, pp. 21-33.

VAZ, D. (2004b), *Cidades Médias e Desenvolvimento: O caso da cidade da Covilhã*, Covilhã, Edição da Universidade da Beira Interior.

VAZ, D. (2010), "Património urbano serrano: urbanismo tradicional y cultura obrera en Covilhã", *Ciudades*, 13, pp. 201-218.

URBANIZANDO PELO LAZER: O CASO DO ALGARVE

João Martins

■ Doutorando em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente na FCSH-UNL/CesNova e bolseiro FCT (joaomartins.cf@fcsch.unl.pt)

Resumo

As cidades e os espaços de natureza urbana são comumente associados a territórios que expressam formas de dinamização produtiva (indústria, serviços), populacional (crescimento natural e migrações) e sociocultural (cosmopolitismo, interculturalidade). Com base na terciarização da economia em resposta a novas demandas, compreendendo os efeitos da diminuição dos horários de trabalho e o seu alargamento a sectores sociais mais diversificados, observando a reorientação do capital financeiro no sentido do lazer; percebemos que estão criadas as condições favoráveis à mercantilização da viagem de estanciar e a sua orientação para um ambiente de natureza urbana. Pretendemos discutir este processo iniciado na década de 1960 no Algarve. Estes territórios serão analisados como áreas urbanas polinucleares de orientação turística, uma região dedicada quase exclusivamente à recepção, acomodamento e diversão dos visitantes.

Palavras-chave: Algarve, urbanização, turismo, lazer

Abstract

Cities and spaces of urban nature are commonly associated with territories where forms of productive (industry and services), population (natural growth and migrations) and sociocultural dynamics (cosmopolitanism, interculturality) are expressed.

Based in the rising importance of the service economy in response to new demands, understanding the effects of the reduction of working hours and its extension to more diverse social sectors, noting the shift in financial capital regarding leisure, we find that conditions are favorable towards the commercialization of traveling and its orientation towards an environment of urban nature. We intend to discuss this process that started in the 1960's in the Algarve. These territories will be analyzed as polinuclear urban areas oriented towards tourism, a region devoted almost exclusively to the reception, accommodation and entertainment of visitors.

Keywords: Algarve, urbanization, tourism, leisure

Introdução: Turismo e Urbanização

A apropriação territorial turística na região do Algarve levanta, segundo o nosso ponto de vista, duas grandes linhas de investigação nos estudos urbanos. Em primeiro lugar, a compreensão dos processos de territorialização do consumo e do lazer concebidos como direitos sociais nas sociedades contemporâneas, da sua centralidade e da constituição de um espaço de materialização destas aspirações. As alterações no mercado de trabalho e um aumento progressivo do tempo livre de estratos sociais cada vez mais diversificados operaram uma

alteração significativa na organização funcional e económica dos territórios urbanos, orientando-os no sentido da promoção do consumo. O turismo, o entretenimento e os usos lúdicos do território tornam-se áreas fundamentais de investimento financeiro e laboral (Baptista, 2005; Hannigan, 1995, 2010a e 2010b; Urry, 2002; Mullins, 1991; Gladstone, 1998; Gladstone e Fainstein, 1999). Face às transformações da própria actividade turística que se materializaram no desejo de contacto simbólico entre o turista e o espaço visitado, assistimos a uma especialização turística das diferentes cidades através da promoção de narrativas identificadoras das suas populações,

de um corpo discursivo que levanta a sua autenticidade, particularidade e originalidade em relação a contextos turísticos concorrentes (Gladstone e Fainstein, 1999).

Em segundo lugar, uma análise orientada para a compreensão dos processos de urbanização em Portugal e numa área específica, o Algarve, que apesar da tradição municipalista das suas principais cidades, sofreu um processo tardio e acelerado de urbanização no sentido do turismo a partir da década de 1960, acompanhando o desenvolvimento sentido na Andaluzia e restante bacia do Mediterrâneo (Brito, 2009). Sendo uma área marcada pela agricultura de subsistência, pescas e indústrias de transformação de produtos regionais até à década de 60, ao analisarmos a reconfiguração urbana destes territórios estaremos perante um exemplo de urbanização promovida no sentido da reconversão de áreas deprimidas económica e socialmente, que neste caso privilegiou um modelo baseado no aproveitamento de belezas naturais (o clássico Sol e Mar).

Este processo não está enquadrado no modelo clássico de reconfiguração produtiva industrial-turística decorrente do primeiro choque petrolífero na década de 70 e da reorientação da indústria a oriente, que assistimos em grandes cidades mundiais como Nova Iorque, Londres, Paris, Amsterdão ou mesmo, numa escala mais reduzida, Lisboa. Apesar da progressiva diminuição do parque industrial existente na região algarvia e da reconversão territorial de áreas piscatórias em espaços de fruição turística, percebemos um quadro de urbanização rápida em que os serviços, neste caso o turismo, são o seu elemento promotor. Podemos até dizer que o Algarve e a restante baía mediterrânea revelam um processo original de urbanização pelo lazer e pelo consumo, determinando a sua forma urbana e até de certa forma uma exclusividade no processo de urbanização.

Uma caracterização da região

Para poder compreender a importância desta região no contexto nacional recorremos ao *Anuário Estatístico da Região Algarve* (INE, 2010) no sentido de radiografar a região. Escolheram-se dados pertencentes a três dos quatro capítulos desta publicação: (i) Território, (ii) Pessoas e (iii) Actividade Económica. Ao mesmo tempo foi necessário cruzar estes dados com o censo de 1960 e os dados provisórios do censo de 2011, assim como à literatura existente nas áreas dos estudos urbanos e do turismo, contextualizando alguns dos resultados.

Território (i)

O indicador escolhido neste capítulo é denominado “Usos do Solo identificados em PMOT”¹, que

divide o território municipal nas seguintes categorias: “Urbano, Equipamentos e Parques Urbanos, Industrial e Turismo” (INE, 2011a: 39). Uma primeira leitura indica que 20,4% do território integrado em PMOT tinha uma orientação turística. Este valor levar-nos-ia a pensar que o peso do turismo na região não seria determinante, sendo que quase 80% do restante território não teria essa ocupação. Os contributos de Brito (2009) e Soares (1997) acerca da importância territorial do Turismo no Algarve, a observação dos territórios, do seu edificado e das suas utilizações revelam uma outra realidade, em que as utilizações turísticas do território são mais alargadas. O desencontro entre a percentagem de território dedicada directamente ao turismo e o seu peso real poderá ser explicado através da percepção de formas de urbanização no sentido do turismo de natureza não formal. Um exemplo citado pelos autores é o peso e efeito da implantação de segundas habitações em áreas residenciais (urbanas), não sendo desta forma contabilizadas e integradas no circuito formal da actividade turística. Brito (2009) vai mais longe, ao indicar que o Plano Regional de Ordenamento do Território de 1991² criou uma situação caricata, reduzindo as áreas de implantação do turismo, sendo que a actividade imobiliária continuou em áreas de natureza urbana ou, como o autor refere, em zonas dispersas em redor dos grandes centros urbanos e turísticos. Nasce aqui dois problemas: densificação e dispersão, fomentados pela ineficácia no controlo dos processos de urbanização, criando zonas urbanas (residenciais) em que a ocupação é também turística, mas sem as diferenciarem claramente. Resultante da elevada discricionariedade na atribuição de licenças de construção, surge um movimento duplo: concentração nos centros urbanos turísticos consolidados como Albufeira e a dispersão da construção nos territórios mais afastados da linha do litoral como Loulé.

Soares (1997) apresenta uma forma interessante de compreender o processo de construção de áreas de natureza urbana polinuclear. Estas são formas de alojamento que se desenvolveram em duas classes, “o alojamento turístico classificado e a residência secundária” (Soares, 1997: 26). As primeiras são reguladas centralmente pelo Governo como actividade produtiva importante, a mais relevante no que toca às exportações (implicando a entrada de capitais do exterior), com um enquadramento fiscal específico. No segundo caso, em resultado de processos de urbanização dos territórios no sentido turístico, surgem um conjunto de propostas de acomodamento dos turistas, num circuito económico paralelo, que não fazem quaisquer contribuições fiscais específicas (para além dos impostos de natureza municipal) e que estão sob a alçada das municipalidades. No nosso ponto de vista, esta duplicação do alojamento orientado ao

lazer (formal e informal) levanta um conjunto de controvérsias públicas, principalmente no debate muito mediatizado sobre o suposto *desordenamento territorial no Algarve*, nomeadamente no que se refere à utilização dos solos, à sua transformação em estrutura urbanizável e às relações entre os promotores imobiliários deste tipo de equipamentos e os reguladores públicos que os regulam. Segundo a autora, já em 1980, quase duas décadas depois do início da abertura turística da região, a utilização de residências secundárias já chegava aos 70,2%, um valor que é claramente descritivo do fenómeno existente. Em 1990 esse valor subia para 74,7% (Soares, 1997: 26).

População (ii)

Neste capítulo são vários os indicadores que nos permitem perceber mais um pouco sobre a região. No que toca aos “Indicadores de população por município” (INE, 2011a: 63) percebemos que a região apresenta globalmente uma densidade populacional baixa face ao total nacional (87,6 hab/Km² face a 115,4 hab/Km² em Portugal), mas que as cidades de Albufeira ou mesmo Faro apresentam valores muito superiores, com 266,7 hab/Km² e 290,4 hab/Km² respectivamente (INE, 2011a: 63), em nosso entender sinais de concentração de populações ligadas ao turismo por via do trabalho. No caso de Albufeira de forma directa, e no caso de Faro – capital da região e local de concentração de serviços, instituições públicas e privadas – de forma directa ou indirecta.

Ainda neste capítulo analisámos a “Proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros” que, se no país apresenta uma média de 10,8%, no Algarve sobe para 20,9%, ou mesmo 28,3%, em Albufeira. Cruzando a “População estrangeira com estatuto legal de residente em 2010” (INE, 2011a: 67) e a “População residente por Município” (INE, 2011a: 65), percebemos que a percentagem de população estrangeira face ao total regional é superior no Algarve (16,41%, sendo mais representadas as comunidades brasileira e britânica) face à média nacional (4,1%), sendo que mais uma vez é superior em Albufeira (27,8%)³. Para perceber o nível de atracção associado usámos no indicador “População estrangeira que solicitou estatuto legal de residente por 100 habitantes” (INE, 2011a: 64) que é de 1,5% no Algarve, 2,5% em Albufeira e 0,5% no total nacional. Estes dados relacionados com a imigração identificam a região como uma área de penetração de migrantes, um dos elementos fundamentais dos processos de transformação urbana no sentido do turismo, atraídos pelo alargamento da actividade produtiva e deste modo do mercado de trabalho.

No que toca ao total da população residente e agora recorrendo à comparação entre os dados

do Censo de 1960 e os resultados provisórios do Censo de 2011, percebemos algumas mudanças significativas. Em primeiro lugar, um aumento de 18% na população total nacional, que na região algarvia foi de 43%, sendo que no caso de Albufeira a população residente mais que duplicou, e em Faro esse crescimento foi de 79,4%. Este aumento populacional materializou-se no aumento generalizado dos alojamentos existentes com um crescimento na ordem dos 256,9% na região, 738,5% em Albufeira e 245% em Faro, face a um aumento ao nível nacional de 126%. No que toca aos edifícios em Portugal o seu aumento foi de 18,74% nestas cinco décadas, sendo que no Algarve foi de 55%. Mais uma vez se expressa o processo de concentração de populações em redor da região desde o início da actividade turística que assinalámos através da abertura do Aeroporto Internacional de Faro e da instalação das primeiras grandes instalações hoteleiras orientadas para o turismo na década de 1960.

Actividade Económica (iii)

Por fim analisamos os indicadores reunidos no capítulo “Actividade Económica” (iii) (INE, 2011a: 157). Os primeiros dados a ter em conta são os indicadores de contas regionais que poderão dar-nos mais algumas pistas acerca do dinamismo económico da região. A população activa da região representa 4% do total nacional, um valor de 17,8 milhões de euros *per capita* em relação a 16,19 milhões para o resto do país. Apresenta 67,04% de trabalhadores por conta de outrem, 45% com contrato sem termo (mais baixo face ao total nacional de 53,06%) e uma taxa de desemprego de 13% no 3.º trimestre de 2011, uma das mais altas no contexto português. Apresenta ainda uma remuneração média mais baixa que a média nacional (17,60/19,50 de milhares de euros), apesar de o PIB *per capita* ser superior. Face aos diferentes sectores que compõem a economia da região e usando o indicador “VAB em % do total da região”⁴ (INE, 2011a: 158), percebemos que o sector 4, que aglomera o comércio, alojamento e restauração, apresenta o valor mais alto com 34,8% dos valores apurados, o que facilmente se identifica com a actividade principal: o turismo. Ao mesmo tempo será importante ainda notar a importância do sector 3, “Construção”, com 11,8%, que poderá ser explicado pela enorme pressão construtiva vinda da opção turística, assim como o sector 7, “Actividades imobiliárias”, com 11,4%. Pegando noutra indicador, de natureza absoluta, o “VAB em milhões de euros pelas diferentes actividades” (INE, 2011a: 160), percebemos que aquelas que apresentam maiores ganhos são as “Actividades Imobiliárias” com 147,72 milhares de euros, as “Actividades financeiras e Seguros” com 97,62 milhares de euros, e as “Actividades de informação e comunicação” com 94,18 milhares

de euros. Este processo associado à construção pode igualmente ser visto através dos “Valores Médios de Avaliação Bancária dos Alojamentos”, que em Portugal são em média 1223 euros/m², sendo no Algarve 1531 euros/m².

Passemos aos dados directos referentes ao turismo (INE, 2011a: 271). Um primeiro indicador é o tráfego aeroportuário, representando a região 13,54% dos voos em 2010, sendo o seu aeroporto exclusivamente dedicado a voos com destinos europeus. Quanto à “Capacidade de alojamento por 1000 habitantes”⁵, o valor médio em Portugal é de 25,7; subindo extraordinariamente para 226,20 no Algarve e mesmo 1010,5 em Albufeira, 36,8 em Faro e 197,6 em Loulé, demonstrando a existência de uma estrutura imobiliária orientada para a recepção de turistas. Outra medida interessante está ligada ao indicador “Hóspedes por habitante”, que, se em Portugal é de 1,3, no Algarve é de 6,6. Teremos de ter em conta que estes valores não agregam toda a população que visita o Algarve, ficando de fora todos os turistas que informalmente acedem a instalações não classificadas como alojamento turístico ou alojamento local. Face à oferta formal de alojamento, percebemos que o Algarve representa 20,5%, sendo que Albufeira representa 7% do total nacional em termos de estabelecimentos. No que toca aos “proveitos de aposento” em milhares de euros, percebemos que a região representa 39,35% de todos os ganhos.

Desde as primeiras ofertas turísticas que se localizaram junto de áreas marcadas pela beleza natural (praias, montanhas) até à dispersão de casas em regime de segunda habitação, *timesharing*, ou mesmo da tipologia em apart-hotel, o caminho foi longo, alterando-se progressivamente uma das dinâmicas mais importantes neste sector, o alojamento. O Algarve apresenta-se como um caso exemplar para pensar estes fenómenos. Desde as primeiras ofertas hoteleiras descritas por Brito (2009) no seu livro *Território e Turismo no Algarve*, até à criação de pensões e albergues em zonas litorais de utilização piscatória, passando pela criação de um parque habitacional disperso e em regime de segunda habitação ou de aluguer ilegal, o território no Algarve materializa claramente a tentativa de criação de habitações com vista de mar, ou localizadas numa zona interior, mas que apresentam boas ligações às principais cidades, praias e actividades comerciais de entretenimento.

A essência urbana do turismo

Enquanto forma de mobilidade fomentada pelo desejo de viajar e de experienciar diversas formas de lazer, o turismo apresenta-se como um fenómeno central nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, esta actividade torna-se fundamental ao nível

económico através do investimento e reprodução de capital financeiro; da criação de um sector laboral marcado pela flexibilidade, polivalência e precariedade ou mesmo da substituição de sectores produtivos tradicionais como a agricultura ou as pescas pela denominada “monocultura do turismo”, criando grandes áreas de natureza urbana exclusivamente orientadas para o consumo e o entretenimento. Estas actividades têm um efeito preponderante nos usos do território e na sua natureza urbana, promovendo processos de Urbanização Turística (Mullins, 1991; Hannigan, 1995; Gladstone, 1998; Leite, 2008). Ao nível social e especificamente no que se refere aos processos de ascensão social de uma *petite bourgeoisie* (Mullins, 1991: 337), percebemos uma forte relação entre o Turismo e a criação de pequenas elites locais, que poderão ou não estar ligadas a circuitos internacionais. Como actividade de elevada rentabilidade, fomentadora de processos migratórios e de alargamento do mercado de trabalho, terá igualmente um efeito progressivo nos restantes estratos sociais, amenizando diferenças sociais e de acesso ao consumo entre os agentes, não significando que não sejam ao mesmo tempo espaços de concentração de pobreza extrema (Gladstone, 1998). Ao nível cultural, tanto a Antropologia como a Sociologia do Turismo têm produzido material extensivo acerca da orientação da actividade económica para o contexto urbano, promovendo a exploração económica do património construído e imaterial, mas também acerca da forma como se constrói a imagem das cidades (Bryman, 2009; Hannigan, 2010a e 2010b; Gladstone e Fainstein, 1999).

Para podermos pensar os processos de integração de actividades turísticas nos territórios do Algarve, necessitamos de abordar um pouco as origens dos estudos sobre o turismo. Fortuna e Ferreira (1996) avançam com a pouca preocupação que até aí a Sociologia e restantes ciências sociais deram ao fenómeno turístico, vendo-o como um fenómeno *pouco respeitável e digno* de investigação científica. A alteração desta preocupação passou pela consecutiva importância que o tempo livre e o seu uso lúdico ganharam na esfera económica e simbólica das sociedades contemporâneas. Esta dinâmica de procura de sensações turísticas encontra-se igualmente associada a uma mitologia do consumo e da mobilidade, uma cidadania que é comum a todos (porque todos têm o direito a viajar), mas que acaba por ser experienciada diferentemente por diferentes grupos sociais, uma vez que nem todos podem aceder ao turismo de gama mais elevada. Percebemos assim que há um elemento nesta equação profundamente contraditório: se por um lado as transformações *modernas* implicam uma quebra das diferenças sociais, por outro este elemento *moderno* é frontalmente desmentido através da inexistência de uma democracia económica e de distribuição da

riqueza que contraria e impossibilita a universalidade (mais um elemento supostamente associado às sociedades modernas) do acesso a esta faceta de *cidadania* e deste novo *direito social*.

Tribe (1997) levanta as características epistemológicas do conhecimento na área do turismo, procurando perceber se esta funciona como um corpo disciplinar (uma rede de conceitos, uma estrutura de investigadores em rede, se produz resultados testáveis e observáveis segundo métodos científicos), ou se é apenas uma área de estudo, um campo de observação de outros fenómenos de dimensão macrosociológica que se reproduziam nos contextos turísticos. A escolha do autor vai para esta última opção, reconhecendo que os *Tourist studies* utilizam conceitos que não lhe são exclusivos, não construindo de facto uma forma distinta de trabalho teórico. Tribe nota igualmente a enorme influência que as redes de operadores turísticos e gestores na área do turismo imprimem nos estudos sobre o turismo: satisfação dos turistas, a apetência de um local em contexto de competição com outros, a exigência da população na dinamização territorial pelo turismo (à espera da possibilidade da instalação de postos de trabalho); são factores que imprimem uma dinâmica fortemente económica e de gestão de activos em relação ao turismo. A resposta, segundo Mullins (1991), passa por avaliar e analisar a indústria do turismo e os seus protagonistas que permanecem desconhecidos: "A ignorância acerca da oferta dificulta a percepção da natureza do turismo e desse modo as forças sociais que o formam" (Mullins, 1991: 326). Ao mesmo tempo será importante apresentar o contexto desigual e segregacionista da urbanização turística através do reconhecimento de processos de *mapeamento da cidade*, da implantação dos empreendimentos turísticos em determinadas áreas urbanas, separados de determinados grupos sociais indesejados do famoso *cartão postal*.

Cidades Turísticas como territórios de consumo

Para pensar o conceito de Urbanização Turística apresentarei inicialmente o conceito de *Território Lúdico* e de *um modo de vida lúdico*, que Baptista (2005) expõe da seguinte forma:

Economicamente, o turismo (visão lúdica dos usos dos lugares experimentados a experimentar) revaloriza as economias locais na medida em que dá oportunidade às localidades, às regiões, às nações de fazerem uso do seu património de modo a dele tirarem proveito. Contudo é evidente que o mercado, e a hierarquia dos lugares turísticos, sendo altamente competitivo, promove e despromove lugares, havendo *a priori* condições distintas nas capa-

idades de dar importância aos lugares e de os publicitar. (Baptista, 2005: 55)

Penso que a citação apresenta um interesse particular quando apresenta o cruzamento do surgimento de um modo de vida, que representa os tempos livres como espaços de evasão desejada e massificada, com a forma como o espaço se reproduz e dá resposta a este anseio.

Face à importância crescente que o consumo ganhou nas sociedades pós-fordistas, parece-nos relevante reler com atenção o texto de Mullins (1991). O autor ressalta a relação assinalada por Saunders no livro de 1986, *Social theory and urban question*, em que a Sociologia Urbana e a Sociologia do Consumo deveriam ser consideradas um mesmo subcampo de disciplina, indicando igualmente que conceitos como os de suburbanização, gentrificação e cidade pós-moderna deverão ser esclarecidos de modo a podermos analisar a natureza do turismo.

O texto de Mullins, com cerca de duas décadas, foi inovador no que toca à abordagem de áreas urbanas construídas unicamente no sentido do consumo, sendo citado por vários autores que criticamente o utilizaram Gladstone (1998), Hanigan (1995) e Leite (2008). Na verdade, apesar das críticas que os vários autores levantaram ao carácter exclusivista do turismo nas *Tourist Cities* australianas de Mullins, teremos de valorizar a tentativa do autor de singularizar um conjunto de tendências, dinâmicas e especificidades destas áreas urbanas em relação a outras. A maior crítica apontada a Mullins é à utilização do seu legado é a necessidade de contextualização das diferentes cidades turísticas, sendo que algumas das características de uma cidade poderão não se reproduzir totalmente numa outra, não havendo de facto uma colagem total entre o modelo de consumo urbano apresentado pelo autor e a realidade. Não poderemos dizer que o modelo datado historicamente e orientado para a percepção da *Gold Coast* australianas possa descrever totalmente o processo urbano decorrente nestas quase cinco décadas de turismo no Algarve. Tal como Gladstone (1998) esclarece, é necessário fazer um esforço de contextualização das diferentes escolhas turísticas, percebendo que dominância económica, social e cultural o turismo apresenta em cada uma das cidades, ou se pelo contrário estas cidades integram o turismo como mais uma das suas características entre outras.

Mas do que falamos quando abordamos o conceito de consumo? Falamos do "uso que as pessoas fazem de bens e serviços, com este consumo duplamente assegurando a sua sobrevivência pessoal e a continuidade das sociedades"⁶ (Mullins, 1991: 327), integrado numa economia de mercado que promove continuamente a criação de novos bens e serviços transaccionáveis, de distribuição de

massa ou diferenciados como no turismo de natureza ou cultural, influenciando o desenvolvimento das sociedades ocidentais, introduzindo transformações na estrutura social, criando novos actores sociais, novos custos, novas relações. Até à década de 70, os desenvolvimentos mais marcantes do consumo na Europa Ocidental estavam ligados aos processos de urbanização promovidos pela intervenção pública, tanto nos campos da habitação (social), como no dos cuidados de saúde ou mesmo da educação. No caso dos Estados Unidos, este processo de expansão deu-se através da suburbanização da classe média, da aplicação de modelos de sistematização racional do trabalho, e de um consecutivo aumento nos salários, alargando as formas de consumo. As alterações nos orçamentos públicos em ambos os contextos a partir das décadas de 70 e 80 levaram a uma quebra neste tipo de investimentos de âmbito assistencialista e tendencialmente universalizante; caindo assim o sentido original do próprio conceito.

Estamos perante uma realidade urbana nova, a que Hannigan (2010a), Mullins (1991) e Gladstone (1998) chamam pós-moderna e gentrificada, implicando uma nova estrutura de acumulação do capital, novas formas de transformação do espaço, uma nova sociedade. Social e economicamente, a cidade pós-moderna é descrita simplesmente como aquela que é resultado do fim da manufatura ou mesmo da sua inexistência (como no caso do Algarve), marcada por um sistema flexível de trabalho associado ao pós-fordismo. A indústria foi substituída pela construção associada às *FIRE industries* (Finance, Insurance, and Real Estate), comércio retalhista, mão-de-obra específica, uma elite de executivos bem pagos, altos níveis de desemprego e subemprego, grandes desigualdades na distribuição da riqueza e, no caso dos EUA, elevados níveis de segregação racial. Uma marca significativa deste processo de transformação social e económica está ligada à promoção da flexibilidade funcional dos trabalhadores, operando em diferentes áreas, respondendo a diferentes escalas de intervenção, caindo assim mais um dos elementos fundamentais do fordismo: a repetição indiferenciada. Estas transformações implicam um aumento da formação dos trabalhadores, assim como dos salários, criando aquilo a que poderemos chamar uma “nova classe média” (Mullins, 1991: 329). Desta forma a cidade turística, como espaço natural e esperado de consumo, apresenta-se como a forma urbana da sociedade pós-moderna:

Noutras palavras, onde a pós-modernidade identifica, conceptualmente, o consumo massificado do prazer, a cidade pós-moderna é a forma urbana da pós-modernidade, uma forma urbana focalizada no prazer. A Urbanização Turística, então, é a mais dramática expressão

desta nova forma urbana porque aqui estão cidades inteiras construídas exclusivamente para o prazer. (Mullins, 1991: 330)⁷

O processo liderante desta transformação territorial e social (geralmente) dos centros das cidades e das suas *inner cities* dá-se através do conceito de gentrificação: nos seus termos territoriais, alterando funcionalmente as características destes espaços; mas também socialmente, operando processos de substituição de classes sociais mais baixas residentes por outras que podem aceder a patamares mais elevados de consumo.

Ao mesmo tempo, o consumo é igualmente apresentado como um símbolo de ascensão social, um símbolo distintivo entre os agentes. Estaremos aqui perante a teoria do “pão e circo”, pondo em evidência a forma como os agentes resistem ou não aos apelos do consumo, como o acesso ao consumo poderá influenciar ou não mudanças sociais, transformando-se num elemento determinante na existência de paz social. Sobre este assunto Debord e Ritzer esclarecem:

Esta sociedade que suprime a distância geográfica recolhe interiormente a distância, enquanto separação espectacular. Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como um consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que se tornou banal. A ordenação económica da frequência de lugares diferentes é já por si mesma a garantia da sua *equivalência*. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo retirou-lhe também a realidade do espaço. A sociedade que modela tudo o que a rodeia edificou a sua técnica especial para trabalhar a base concreta deste conjunto de tarefas: o seu próprio território. O urbanismo é esta tomada de posse do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se logicamente em dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário*. (Debord, 1997: 121)

As novas formas de consumo podem ser vistas como «catedrais do consumo» – isto é, são estruturadas, muitas vezes com sucesso, para terem um encanto, às vezes até um carácter sagrado, religioso. Para atrair consumidores, estas catedrais de consumo precisam de oferecer, ou pelo menos parecer que oferecem, um conjunto de bens crescente de natureza mágica, fantástica e encantada em que se possa consumir. (Ritzer, 2010: 7)

Para poder compreender o mecanismo de transformação dos territórios no sentido do turismo e de poder compreender a constituição de um espaço orientado para esta actividade no Algarve, recorreremos mais uma vez ao contributo de Mullins (1991) e das características que este associa às cidades turísticas. Tal como enunciado anteriormente, não acreditamos que estas categorias expliquem o fenómeno de turismo na região, mas poderão ajudar-nos a compreender mais um pouco da sua natureza territorial, como uma grelha de leitura da realidade urbana. Deste modo não estaremos a reafirmar simplesmente o modelo e a colá-lo à realidade que observamos, mas sim a possibilidade de pensar o território ao redor de um conjunto de variáveis, que segundo o nosso ponto de vista avançam na caracterização da região. O autor indica as sete categorias fundamentais destas estruturas urbanas orientadas para o turismo (Mullins, 1991: 331):

- (i) Estas cidades são **especialmente diferentes**, uma vez que estão construídas e orientadas para estratos sociais específicos, com formas arquitectónicas e estéticas que se associam aos destinatários finais, sendo o território *fabricado* no sentido da satisfação das possíveis orientações dos seus utilizadores finais. No caso do Algarve, a observação do território permitiu apresentar dois exemplos: Vilamoura, claramente orientada para classes sociais elevadas nacionais e estrangeiras, e por outro lado o centro urbano de Quarteira, marcado por edifícios em altura e apropriados por sectores sociais mais modestos, duas áreas que se encontram ligadas geograficamente mas que são profundamente diferenciadas.
- (ii) São **simbolicamente distintas**, usando um conjunto de ideologias como chamariz dos turistas, formas culturais profundamente marcadas por *imagens de marca* distintas em relação a outras. Para ilustrar um pouco das estratégias usadas para promover o Algarve como espaço simbólico de evasão, apresentarei uma das campanhas mediáticas desenvolvidas pelo Turismo do Algarve, entidade de natureza mista (pública e privada) que promove a actividade na região. O turismo algarvio é apresentado como diversificado, um espaço para todos. Ao mesmo tempo tenta demonstrar a visibilidade da região no mundo, relevando o reconhecimento internacional do Turismo no Algarve⁸.

Você já ouviu falar dele. De certeza que algum amigo já lhe disse coisas como: Eu fui da praia à montanha num segundo, ou dei um passeio, observei pássaros e comi marisco,

tudo na mesma tarde. É também provável que tenha lido sobre ele, que tenha encontrado numa revista um artigo a dizer que algumas das mais belas praias do mundo estão aqui e que até as estrelas do cinema já sabem disso. Ou, mais provável ainda, viu na televisão. Viu numa cadeia internacional um programa sobre a cultura, tradições e a história daquele que foi eleito **o melhor destino de golfe do mundo**.

- (iii) Como podemos perceber pela análise estatística aos números da região algarvia, estas cidades são marcadas por processos rápidos **de aumento da população e da força de trabalho**, através do crescimento natural e do incremento do fenómeno migratório resultantes da dinamização da actividade económica, dando-se um processo de especialização laboral directa e indirecta. Directa no conjunto de actividades económicas que se desenvolvem a partir do turismo, como a hotelaria e restauração, os serviços aeroportuários, a construção civil, as empresas de limpeza e jardinagem, ou as empresas de aluguer automóvel. Indirectamente, porque no momento em que as actividades ligadas ao Turismo se instalam numa região proporcionam um alargamento do mercado de trabalho, instalando-se outras actividades económicas na área dos serviços, alterando-se todo o território e as suas populações.
- (iv) A abundância contemporânea destas cidades materializa um conjunto de mudanças operadas na **estrutura produtiva**, promovendo um sistema flexível ao nível laboral e dos procedimentos, fomentando a criação de novas profissões e serviços, que se pode associar a um modelo de natureza pós-fordista. Essa transformação no Algarve poderá ser vista através do cruzamento dos Censos de 1960 e do Anuário Estatístico de 2010: diminuição de cerca de 84% dos trabalhadores dedicados à Agricultura e Pescas e aumento claríssimo no pessoal administrativo e similares (360%), assim como no que toca aos trabalhadores dedicados aos serviços e comércio (153%).
- (v) Estas cidades apresentam formas específicas de **governo local**, dotadas de alguma autonomia financeira e profundamente ligadas às redes de financiamento público e privado. No caso do Algarve, esta dinâmica não tem tanta força. Apesar da existência de alguns elementos fortes, nomeadamente o Presidente da Câmara Municipal

de Faro (que também é presidente da Área Metropolitana do Algarve, AMAL), não poderemos dizer que existe um poder regional forte em relação ao todo nacional. A inexistência deste tipo de poderes está ligada ao carácter centralista dos processos de planeamento urbano em Portugal, tardando o processo constitucionalmente inscrito da Regionalização.

- (vi) Como espaço de consumo, orienta-se para um **público-alvo**, sendo de natureza massificada para classes sociais mais baixas e diferenciador para sectores sociais mais altos. Esta dinâmica foi explicada anteriormente com os casos de Vilamoura e Quarteira.
- (vii) A constituição destes espaços de lazer implica **transformações nas populações locais**, criando uma população socialmente distinta, resultante do contacto com os viajantes e do incremento migratório, em que o uso de uma segunda língua é generalizado; marcas de cosmopolitismo e de urbanidade que tradicionalmente são associadas às metrópoles globalizadas. Olhando para os dados estatísticos da população percebemos algumas marcas: número de casamentos entre estrangeiros e nacionais mais elevados na região, assim como uma progressiva entrada de residentes de nacionalidade estrangeira que escolhem esta zona da Europa do Sul como espaço de residência, particularmente no momento da reforma.

Conclusões

Neste texto pretendemos analisar os processos através dos quais uma determinada região é orientada de forma económica, social e cultural para a satisfação dos anseios de lazer de um conjunto de viajantes. Estas áreas urbanas turísticas tornam-se assim espaços de encontro lúdico, que pelas suas condições naturais (praias ou montanhas), condições patrimoniais (uso comercial de ruínas e edifícios de interesse estético e histórico), ou da criação de pólos de dinamização cultural e lúdica (criação de museus especializados, marinas de recreio, pontos de animação nocturna, parques temáticos) se reconvertem em espaços marcados pelas dinâmicas turísticas. Desta forma, as cidades e os seus protagonistas pretendem reconverter zonas fortemente empobrecidas, assim como boa parte do seu território antes consagrado à agricultura e pescas, reorientando-os para formas de alojamento temporário. Estes processos levantam a necessidade de orientar o nosso olhar para a importância dos instrumentos de planeamento e gestão partilhada do

território, para a importância da participação pública dos vários agentes envolvidos e o desenvolvimento de processos de reconversão urbana marcados pela especialização turística.

Ao mesmo tempo foi necessário perceber os efeitos que a introdução deste fenómeno trouxe à região, implicando a constituição de territórios marcados por elementos distintivos, materializando uma nova realidade urbana.

Notas

- ¹ Os Planos Municipais de Ordenamento do Território são instrumentos de gestão territorial promovidos pelo Decreto-Lei n.º 69/90. Estes planos seriam divididos em: PDM, Plano Director Municipal; PU, Planos de Urbanização, e PP, Planos de Pormenor.
- ² Um plano construído no sentido de travar os efeitos identificados como nefastos do turismo, um plano claramente restritivo da actividade. Na opinião do autor e que partilhamos, um plano construído contra a característica funcional principal da região, que fomentou a existência de habitação dispersa na região, assim como uma concentração excessiva da oferta turística nos locais indicados pelo plano.
- ³ Ao mesmo tempo a região concentra 16,21% de todos os imigrantes no território nacional, sendo que 19,55% dos ucranianos, 23,32% dos romenos e 30,9% dos moldavos residentes legalmente em Portugal estão concentrados no Algarve.
- ⁴ Que nos indica quais são os sectores que mais contribuem para o aumento dos lucros na região.
- ⁵ Medida que nos permite calcular o número máximo de pessoas a poderem ser alojadas num tipo de alojamento numa determinada área geográfica.
- ⁶ Tradução efectuada pelo autor.
- ⁷ Tradução efectuada pelo autor.
- ⁸ Retirado de <http://www.youtube.com/watch?v=ObIFxrzOy8c> (acedido a 23 de Janeiro de 2011).

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, L. (2005), "Territórios Lúdicos", *Forum Sociológico*, 13/14, pp. 47-59.
- BRITO, S. (2009), *Território e Turismo no Algarve*, Lisboa. Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve/Edições Colibri.
- BRYMAN, A. (2009), *The Disneyization of Society*, Los Angeles, Sage Publications.
- DEBORD, G. (1997), *A Sociedade do Espectáculo*, Lisboa, Contraponto.
- FORTUNA, C. e C. Ferreira (1996), "O Turismo, o Turista e A Pós-Modernidade", Comunicação apresentada no Seminário "Reflexões sobre o Turismo", Faro.
- GLADSTONE, D. (1998), "Tourism Urbanization in the United States", *Urban Affairs Review*, 34 (1), pp. 3-27.

- GLADSTONE, D. e S. Fainstein (1999), "Evaluating Urban Tourism", in Dennis R. Judd e Susan S. Fainstein (eds.), *Places to Play: the Remaking of Cities for Tourists*, New Haven, Yale University Press, pp. 28-53.
- HANNIGAN, J. (1995), "Tourism Urbanization", *Current Sociology*, 43 (1), pp. 192-200.
- HANNIGAN, J. (2010a), "Themed Environments", in Ray Hutchison (ed.), *Encyclopaedia of Urban Studies*, Thousand Oaks, CA, Sage, pp. 805-809.
- HANNIGAN, J. (2010b), "Urban Entertainment Destination", in Ray Hutchison (ed.), *Encyclopaedia of Urban Studies*, Thousand Oaks, CA, Sage, pp. 868-871.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE, I. P. (1961), *X Recenseamento Geral da População*, Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE, I. P. (2011a), *Anuário Estatístico da Região Algarve 2010*, Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE, I. P. (2011b), Resultados Provisórios dos Censos 2011, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main (acedido a 23 de Janeiro de 2011).
- LEITE, N. (2008), *Turismo e Território: Um estudo sobre a Turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo*, Tese de Mestrado em Geografia na Universidade de Lisboa.
- MULLINS, P. (1991), "Tourism Urbanization", *International Journal of Urban and Regional Research*, 15 (3), pp. 326-342.
- RITZER, G. (2010), *Enchanting a Disenchanted World, Continuity and Change in the Cathedrals of Consumption*, Londres, Sage.
- SOARES, A. (1997), *A urbanística do lazer e do turismo no Algarve Litoral*, Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa.
- TRIBE, J. (1997), "The Indiscipline of Tourism", *Annals of Tourism Research*, 24 (3), pp. 638-657.
- URRY, J. ([1991] 2002), *The Tourist Gaze*, Nottingham, Trent University.

JOVENS (SUB)URBANOS: O IMPACTO DO *HIP HOP* NA PRODUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS¹

Leda Barbio

■ Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, doutoranda em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente pela mesma faculdade e bolsista FCT (leda**barbio**@fcs**h**.unl.pt)

Resumo

O presente artigo pretende analisar a relação entre um segmento populacional específico de um bairro de habitação social – os jovens do Bairro Amarelo/Almada – e uma manifestação cultural e/ou política – o *hip hop*. Num primeiro momento problematiza a noção de juventude e analisa a pertinência dessa categorização para a análise do social e, num segundo momento, introduz o fenómeno do *hip hop* pensando como este se pode constituir como ferramenta de construção identitária. Alicerçado na observação de terreno de um bairro de habitação social da Área Metropolitana de Lisboa, procurará, então, perceber, no caso concreto, como é que um fenómeno cultural se reveste de cambiantes políticas e de reivindicação identitária no caso de jovens (sub)urbanos.

Palavras-chave: juventude, bairro social, *hip hop*, identidade

Abstract

This paper analyses the relationship between a specific population segment of a social housing district – the youth of Bairro Amarelo/Almada – and a cultural and/or political event – hip hop. At first discusses the concept of youth and examines the relevance of this categorization for the social analysis and, second, it introduces the social phenomenon of hip hop wondering how this could constitute a tool for identity construction. Grounded in the field research in a social housing district in the Metropolitan Area of Lisbon, it will search, then, to understand how in this specific case this cultural phenomenon turns political and a symbol of identity demand in the case of young (sub)urban.

Keywords: youth, social housing, hip hop, identity

Introdução

O estudo em curso pretendia compreender os “subúrbios problemáticos” a partir do estudo de caso de um bairro concreto – o Bairro Amarelo em Almada.

Numa primeira fase da investigação pretendia-se perceber de que forma os actores sociais deste espaço concreto construíam os seus modos de vida e as suas identidades. Uma série de diferentes pistas de investigação foram-se revelando pertinentes, numa fase inicial da observação participante. Mediante as entrevistas, conversas informais e observações efectuadas no terreno, e tendo em conta as nos-

sas próprias preferências em termos de métodos e temas de investigação, pareceu-nos pertinente pegar na pista da **acção colectiva** e da **produção das identidades sociais** pelos indivíduos.

Assim, por solicitação do terreno fomos dirigindo as leituras para investigações e estudos na área dos Movimentos Sociais e em concreto do movimento *hip hop* (considerando esta manifestação cultural na sua vertente mais “politizada”). Esta manifestação cultural parece-nos consistir, com efeito, num dos modos possíveis de construção identitária de determinados segmentos de população do espaço urbano concreto que investigamos, ao mesmo tempo que parece, cada vez mais, ganhar contornos de acção colectiva.

Assim, redefinindo o nosso objecto de estudo e o objectivo central da pesquisa, poderíamos afirmar que a ideia subjacente e aquela que pretendemos desenvolver neste artigo (embora de forma ainda exploratória nesta fase) é a de:

- Problematizar, em primeiro lugar, a categoria de “jovem” enquanto categoria pertinente, ou não, de análise social²;
- Analisar as possibilidades no interior de um movimento como o do *hip hop* no sentido de dinamizar processos de construção identitária junto dos jovens.

Apresentação do Bairro Amarelo (Plano Integrado de Almada)

O Bairro Amarelo (conhecido por muitos como *Pica-Pau Amarelo*) foi o primeiro bairro de habitação social construído no concelho de Almada no âmbito do Plano Integrado de Almada, projectado ainda no Estado Novo pelo Fundo de Fomento da Habitação. Apesar de o Plano Integrado de Almada pressupor, como todos os planos integrados na época, uma visão integrada do planeamento urbano (não apenas a construção de habitação, como de infra-estruturas e a criação de condições sociais e ambientais desejáveis a uma “vida digna e plenamente integrada das populações”), com a crise económica de fins dos anos 70 e inícios de 80, acabou por se limitar à construção habitacional (não tendo, sequer, sido construídos todos os fogos inicialmente previstos).

Este bairro foi, assim, construído entre 1975 e 1976 (já em período democrático) e nele foram realojadas as populações migrantes (em grande parte provenientes do Alentejo) que se tinham fixado na zona de Almada nos anos 50/60, em condições de habitação muito precárias, em busca de um lugar numa das indústrias do concelho.

Assim, se a população do concelho de Almada está inserida numa das regiões mais desenvolvidas do país e se caracteriza por uma qualidade e nível de vida acima da média nacional, verificamos, contudo, que a população que habita o Bairro Amarelo se encontra longe desta realidade. Este espaço é, de forma semelhante a outras zonas periféricas de Lisboa, um espaço de relegação das camadas mais desfavorecidas da população, tanto das populações rurais que migraram rumo à cidade a partir dos anos 50/60 como, a partir dos anos 70/80, com a vaga de imigrantes dos PALOP e, mais recentemente, do Brasil e dos países do Leste Europeu.

A população do Bairro Amarelo é uma população jovem, com baixo nível de escolaridade e taxas preocupantes de mau desempenho e de abandono escolar. Este apresenta-se como um elemento inquietante, já que, havendo poucos jovens a estudar, maior será a probabilidade de a baixa condição social da população do bairro se manter ao longo

das gerações. Relativamente aos indicadores de emprego, verificamos, por um lado, elevadas taxas de desemprego no bairro quando comparadas com a média do concelho e do país e, por outro, uma forte prevalência de situações precárias de emprego – trabalhos não declarados e temporários. Mas é sem dúvida pelos grupos de profissão que melhor se pode apreender a baixa condição social objectiva dos habitantes deste bairro, ao apresentar quase 40% dos trabalhadores inseridos no grupo dos trabalhadores não qualificados e 25% de operários, artífices e trabalhadores semelhantes, quando os dados do concelho para esses grupos profissionais são, respectivamente, 14% e 15,4%. Outros factores que importa referir relativamente aos dados apresentados são a maior diversificação étnica que existe na zona do Plano Integrado de Almada, assim como o elevado número de famílias numerosas e a sobreocupação dos alojamentos³.

Juventude(s), Identidade(s) e hip hop

Não podemos pensar este fenómeno do *hip hop* sem problematizarmos a questão da Juventude, de como tem sido representada ao longo dos tempos pela sociedade adulta, e das teorizações sociológicas que a seu propósito têm sido levadas a cabo.

A Juventude foi muito vista, a nível das Ciências Sociais (Campos, 2010), como um “problema social”, relacionada com fenómenos de delinquência, toxicodependência, desemprego, sexualidade, entre outros. Isto é particularmente verdade no que diz respeito aos cientistas da Escola de Chicago e da Sociologia Culturalista que elaboraram, ao longo das décadas de 40 e 50, uma série de estudos que focavam a temática da delinquência juvenil (Shaw e McKay, 1942; Cohen, 1955; entre outros). Escusado será referir que este caucionar científico dos estereótipos já existentes no senso comum vem intensificá-los sobremaneira.

Não podemos, contudo, falar em Juventude mas sim em Juventudes. Com efeito, se há um critério etário que aproxima estas pessoas sob a designação de “jovens”, existem muitos critérios que os diferenciam (características sociais e económicas, políticas e religiosas, formas de transição para a vida adulta, etc.)⁴.

As abordagens culturalistas (que tiveram os seus inícios ainda na década de 20 com a Escola de Chicago, mas que viriam a ter um impulso importante nos anos 70⁵, particularmente com a Escola de Birmingham) circulam entre as noções de “cultura juvenil”, “subcultura juvenil” e, mais tarde, nos anos 80 e 90, de “tribo urbana”. Com particular preponderância surge, sobretudo a partir dos anos 40, o conceito de “subcultura juvenil”, que remete para grupos de jovens resistentes. A subcultura seria uma forma de “resistência simbólica” através

de um estilo que chocava a sociedade conservadora que desprezava os seus valores e padrões culturais de origem (pobre).

Esta abordagem teórica foi muito criticada porque apresentava uma visão de juventude muito baseada na noção de classe social; era uma teoria limitada às “culturas juvenis espectaculares” masculinas e politizadas e as suas análises eram circunscritas a um terreno limitado (Inglaterra), o que a tornou uma análise demasiado parcial (Bennett, 1999; Brown, 2004).

Novos conceitos surgiram ao longo das últimas décadas, tais como o de “estilo de vida” (Pais, 1998), “cena” e “neotribo” (Bennett e Kahn-Harris, 2004). Não sendo este o local para dissecar todos estes conceitos e a maior ou menor pertinência de cada um, interessa-nos resgatar o conceito de “tribos urbanas” e de “identidades dissidentes” pela pertinência de que se revestem para o nosso objecto de estudo particular.

Assim, com o conceito de “tribos urbanas” Machado Pais (2004) quer significar: uma “comunhão do sentido de subversão e conversão, com fortes vínculos identitários, a sensação de pertença e inclusão num colectivo de iguais”. São pessoas que se sentem diferentes da maioria, distantes dos padrões convencionais e dominantes, o que reforça os laços entre si partilhados. Já o conceito de “identidades dissidentes” remete para grupos nos quais é “como se a identidade reflectisse tensões, contradições e contestações em relação à cultura dominante ou a modos de vida esvaziados de significado” (Pais, 2004: 25).

Pensamos que podemos analisar o *hip hop* de intervenção à luz destas noções de “tribos urbanas” e “identidades dissidentes” se, a par desta “dissidência” lhe juntarmos a noção de “convergência em torno de identidades territoriais, visuais e musicais” (*idem*).

Por outro lado interessa-nos ainda a definição de “estilo de vida” apresentada por Ricardo Campos:

São empreendimentos pessoais (e, simultaneamente, colectivos) que apelam a uma manipulação de repertórios simbólicos, enriquecidos em permanência pelas indústrias culturais e pelo mercado global, sendo auto-conscientemente reflexivos, necessitando de uma constante auto-avaliação e de uma imensa capacidade de improviso. (Campos, 2010: 63)

Com efeito, pudemos verificar que estes jovens se encontram num processo de construção identitária, processo este que se baseia muito não só no que eles pensam acerca deles mesmos, como das representações sociais e expectativas dos “outros significativos”. A “identidade é hesitante, mutável, flexível, multissituada e os processos que a constroem são cada vez mais influenciados por múltiplos agentes, canais e meios de comunicação” (Campos, 2010: 64).

Assim sendo, verificamos que podemos classificar o fenómeno do *hip hop* neste contexto metropolitano tanto como “cultura”, como enquanto “subcultura”, dependendo da vertente de análise que nos interessar realçar em cada momento. Pode ser considerado cultura porque tem um conjunto de pessoas que partilha uma identidade e sentimento de pertença a um “nós”, dispõe de um vocabulário e forma de expressão específicos e dispõe de uma série de regras, valores e condutas que servem para distinguir a comunidade das restantes. Pode ser interpretado também como subcultura, já que se trata de um grupo de pessoas com uma posição subordinada ou mesmo subterrânea num determinado sistema e porque os próprios (*hip hoppers*) se representam como tal – e talvez o mais importante para se denominar algo como subcultura, conforme MacDonald (2001: 152), seja o facto de a própria comunidade se ver e agir como tal, distanciando-se do resto da sociedade.

Segundo Ricardo Campos é legítimo, ainda, utilizar tanto o conceito de “subcultura” como o de “tribo”, dependendo, mais uma vez, de que aspectos pretendemos acentuar do objecto de estudo. Se verificarmos que o nosso objecto se apresenta como um todo coerente, com uma sustentação ideológica no conflito de classes e a ênfase na questão da “identidade” permanente e estruturada em torno de um conjunto de valores e regras em comum, então neste caso ser-nos-á útil o conceito de “subcultura juvenil”. Se, por outro lado, verificarmos que o grupo social que estudamos se apresenta efémero, contraditório, unido pela ligação emocional e aparentemente despolitizado, em constante metamorfose e fusão híbridas, neste caso interessar-nos-á mais falar em “tribos” ou “neotribos” (que direccionam os actores sociais neles envolvidos para “estilos de vida” e consumos relacionados com cada “tribo”). Maffesoli fala mesmo em “comunidade emocional”, unida temporariamente de forma afectiva em torno de valores, lugares ou ideais. Aqui fala-se em “lógica de identificação” que põe em cena pessoas de máscaras variáveis em função dos valores e culturas a que se vão associando (e já não numa “identidade”, como nos retrata a subcultura juvenil).

Várias são as hipóteses teóricas para problematizar este fenómeno, dependendo da forma como este se nos for apresentando ao longo do trabalho de terreno. Será, com efeito, a partir das evidências e dos indícios que o terreno e os protagonistas do fenómeno nos forem dando que poderemos perceber, eventualmente, qual o enquadramento teórico que melhor nos permitirá compreender este fenómeno tão rico e actual da nossa sociedade.

Movimentos Sociais e o hip hop

Podemos afirmar que Alain Touraine foi um dos primeiros a investigar e teorizar sobre a questão dos movimentos sociais, teorização esta que assenta essencialmente no movimento social operário. Touraine vai explicitar quais são as características dos movimentos sociais, definindo-as com base na ideia de oposição: algo só se define e é definido pelo seu contrário (como só percebemos o que é o frio porque sabemos o que é o calor). Assim, o movimento social define-se por si mesmo, por aquilo que ele é, pelo que representa e pelos seus actores (Princípio da Identidade), mas também por aquilo que ele não é, pelo seu oposto, pelos seus adversários (Princípio de Oposição). Por fim, esta definição só será possível num determinado contexto, numa determinada sociedade que dá sentido ao movimento social e aos seus opostos/adversários (Princípio de Totalidade).

Ora, se esta definição e teorização de Touraine estava muito baseada no movimento social operário, o que sucede quando este deixa de ser socialmente relevante? Acabam-se os movimentos sociais? Para Touraine não, podemos falar de novos movimentos sociais, mas com um carácter diferente do anterior. Estes novos movimentos sociais não têm na sua origem uma classe social definida nem uma base organizada como o anterior. Enquanto o movimento social operário tinha a ambição de instaurar uma nova ordem social, os novos movimentos sociais não procuram essa imposição de um novo modelo económico-cultural, mas apenas a satisfação de direitos considerados avulsamente (à homossexualidade, à igualdade de género, ao tecto, etc.).

Nesta ordem de ideias, de lutas avulsas e singulares, seria difícil categorizar os novos movimentos sociais e descobrir uma lógica que lhes fosse comum. Nesse sentido torna-se preciosa a contribuição de Melucci (que foi, aliás, discípulo de Touraine). Este autor, pegando na contribuição do seu "mestre", vai desenvolvê-la e afirmar que os novos movimentos sociais não são totalmente singulares e diversos, podendo, de resto, identificar-se uma série de características que lhes são comuns: situam-se fora da esfera do trabalho e da produção; caracterizam-se por uma desconfiança comum em relação ao Estado (partidos e políticos); desenvolvem uma acção crítica e contestatária colocando em questão uma esfera particular da existência social e não a sua totalidade como antes; querem atingir rapidamente essa condição específica pela qual lutam, gerando uma série de práticas alternativas às normativas (exemplo da luta pelo direito ao casamento homossexual); exprimem uma nova cultura política caracterizada por valores de viver melhor, qualidade de vida, direito à diferença; não se articulam entre si, cada luta desenvolvendo-se sozinha; são dominados por

particularismos específicos, não se congregando em torno de um objectivo comum de mudança social abrangente.

A ideia de novos movimentos sociais permite, como veremos, que se passe para o centro da investigação e análise as questões identitárias. Estes novos movimentos sociais permitem, segundo Laclau (1986), criar e politizar espaços alternativos de lutas.

Os novos movimentos sociais vão trabalhar questões que antes eram apenas da esfera privada: questões de género e de orientação sexual, questões étnicas e, de uma forma geral, todas as diferenças que querem ser aceites.

É esta importante mudança na abordagem conceptual/teórica dos Movimentos Sociais que permite, pensamos, aplicar esta "arquitectura teórica" ao caso do "*hip hop underground*". Segundo Melucci, os conflitos sociais actuais já não se localizam na esfera económico-industrial, mas sim nas áreas culturais e os novos movimentos sociais "servem" para os actores colectivos revelarem, através da sua acção, os problemas da e para a sociedade. Um dos exemplos que Melucci aponta como emblemáticos desta nova geração de movimentos sociais é o dos movimentos sociais de cunho identitário.

Tendo em conta os testemunhos que fomos ouvindo e as observações que fomos fazendo no bairro em análise e, particularmente, dos actores sociais ligados ao movimento *hip hop*, o conceito de novos movimentos sociais parece-nos uma ferramenta teórica susceptível de ser aplicada com potencial de compreensão do caso dos subúrbios. Pelo *hip hop* estes jovens querem mostrar a situação de diferença em que vivem (consideram-se excluídos da sociedade que os oprime e os estigmatiza, situação essa que expõem na sua música e nos seus *graffiti*), mas também apresentar a sua visão de uma "melhor" sociedade⁷. Através deste movimento almejam, como afirmava Touraine (1990), a possibilidade de uma reconstrução identitária, de serem (re)conhecidos de forma positiva entre pares, ainda que fora dos padrões impostos pela sociedade dominante. Ora este reconhecimento e afirmação identitária fazem-se, neste caso do *hip hop*, através da afirmação desta "tribo urbana" (Pais, 2004)⁸.

O movimento hip hop

As raízes do movimento hip hop

Segundo vários autores, entre os quais Boaventura de Sousa Santos (2001), a década de 70 foi marcada pelo acirrar das condições do capitalismo em diversos países, e com este emergiram novas desigualdades e dificuldades, tanto no campo económico como no social.

Se ao poder económico juntarmos a "dominação simbólica" efectivada pelas classes do poder sobre

aqueles que não detêm o poder de se exprimirem de forma “audível”, verificamos que muitas camadas da população (especialmente aquelas mais atingidas pelas novas desigualdades sociais) sentem essa falta de controlo sobre a sua existência e o domínio económico/social/cultural que sobre si pesa.

Se a maioria dessa população, ainda assim, se mantém “em silêncio”, executando pacífica e silenciosamente o seu dia-a-dia, há outras partes dessa população que procuram de alguma forma contrariar, nem que seja de forma simbólica, esse estado de coisas. Dentro desses grupos que se manifestam encontramos o designado “movimento *hip hop*”. Este nasce numa comunidade periférica da cidade de Nova Iorque, no bairro do Bronx, onde os fenómenos da pobreza, desemprego, conflitos étnicos e desigualdade social se faziam sentir de forma premente.

O *hip hop* surge, assim, como reacção de revolta contra o modelo socioeconómico e cultural hegemónico e contra as condições de vida a que esta comunidade se sentia aprisionada. Estávamos perante uma comunidade que tinha sido realojada e cujas antigas identidades comunitárias tinham sido destruídas. Neste contexto de reestruturação do tecido urbano e de uma nova configuração em termos de comunidades e famílias presentes, vai então emergir, de uma forma alternativa, uma nova identidade colectiva, o movimento *hip hop* (Bennett, 2000, 2002; Rose, 1994).

O *hip hop* hoje

Dos anos 70 aos dias de hoje mudou muita coisa. Em primeiro lugar o fenómeno do *hip hop* deixou de ser um fenómeno de bairro, especificamente do bairro do Bronx, e passou a ser um fenómeno mundial. Temos, portanto, a “abertura ao meio exterior” (Simões, 2006) como a primeira grande mudança no fenómeno.

Em segundo lugar verificamos que esta abertura não se dá sem alterações. Verificam-se, com efeito, muitos *hip hops* diferentes, tantos quantos os locais em que ele se implanta. A segunda grande mudança é, assim, a “especificidade local” do *hip hop* actual.

Podemos abordar este fenómeno de variadas formas, do ponto de vista estético, do ponto de vista social e ainda do ponto de vista político e identitário. Será nesta última perspectiva que nos colocaremos na análise deste fenómeno, já que nos interessa, precisamente, perceber se estamos perante um movimento relevante a nível da formação de um colectivo, de uma identidade, de um movimento coerente.

Podemos falar de um movimento de luta e resistência? Será um movimento que congrega militantes com um *background* social, económico e cultural similar e que sentem a necessidade de lutar por uma sociedade diferente?

Temos, através da análise da literatura sobre o assunto, uma série de respostas diferentes para estas perguntas! Se existem autores a afirmar claramente que sim, outros afirmam que estamos perante uma “tribo urbana”, uma “subcultura”, que se trata não de um movimento social mas de um movimento cultural... E há outros autores que afirmam que depende dos casos.

Se considerarmos o *hip hop* na sua vertente *underground*⁹ (já que pegar no *hip hop* “industrializado” com todas as alterações de discurso e o seu esvaziamento em termos de reivindicação não faria sentido neste estudo devido às características do mesmo) poderemos, na nossa opinião, colocar a hipótese de estarmos perante um meio (chamemos-lhe movimento) de expressar revolta.

O *hip hop underground*/de intervenção¹⁰

Se podemos afirmar que nem todos os *hip hoppers* são pobres ou pertencentes a minorias étnicas e discriminados socialmente, podemos, por outro lado, observar, entre os *rappers*, uma elevada prevalência de jovens negros de subúrbio ou de “bairros problemáticos” em geral, com condições socioeconómicas desvantajosas e que sofrem de uma relativamente importante discriminação social e cultural na sociedade dominante¹¹.

Assim, neste *rap* específico observa-se que a “etnicidade” se encontra no próprio código genético do movimento, sendo inclusivamente uma das suas bases de legitimação e de afirmação identitária (tal como acontecia, de resto, com o *hip hop* “original” que surge no Bronx, EUA, nos anos 70). Para além de esta etnicidade estar patente na mensagem veiculada pelas músicas e na origem dos seus praticantes (maioritariamente oriundos ou descendentes de imigrantes dos PALOP), torna-se evidente pela presença de uma forte influencia, neste *rap*, da música africana e pelas muitas letras cantadas não em português, mas em crioulo.

“É necessário tugas aprendi ta ama/ Antis di niggas bem aprendi ta odeia.”¹²

(excerto de música de um jovem *rapper* do Bairro Amarelo)

Para além da etnicidade existe ainda uma forte presença das classes mais desfavorecidas e uma forte identidade baseada precisamente no sentimento de pertença a essa condição de classe.

Deste modo, “... o *hip hop* afigura-se também uma manifestação engajada «politicamente» com assumidas conotações étnicas e classistas” (Simões, 2006: 454). Este “código genético” assumido e glorificado vai fazer com que o discurso do *rap* de intervenção seja extremamente racializado (claro que variando consoante os *rappers*) e apresenta como seus principais adversários a sociedade dominante

que é, precisamente, a população branca dominante, as classes mais favorecidas, os “capitalistas e racistas” que, no seu entender, reproduzem o estado de coisas da sociedade actual e que promovem a sua exclusão social¹³.

Ka sta fixe por isso en ka sta calado
 Se for preciso en ta canta pa choca estado¹⁴
 Polícia tá ataca, tá faze rusga rusga
 Tantos bandidos com crime y registros di lei
 Justiça usa y abusa¹⁵
 (...)
 Niggaz disparam, niggaz disparam
 Niggaz não cortam, niggaz não matam
 Niggaz não roubam, só se safam
 (...)
 Fora da lei, dentro da lei
 Nigga chora por dentro eu sei
 Tenta sair do gueto ok...

(excertos da música “É na street” de jovens *rappers* do Bairro Amarelo)

Revoltado contra sistema
 Revoltado com tendência pró guerra
 Pobreza, miséria ta trazê rotina
 Rebelde sem juízo, ta sobrevivi na Monte¹⁶
 (excertos da música “Vivência” de jovens *rappers* do Bairro Amarelo)

Importa ainda referir que estes discursos classistas e etnicizados, de revolta e de crítica social, tendem a ser discursos voltados para o interior, para os seus pares. Estes *rappers* sentem que o seu dever é despertar aqueles que, estando na mesma situação de exclusão que eles, não estão disso conscientes e precisam de “acordar” e de se revoltar. Daí a sua glorificação do movimento negro dos EUA e de figuras emblemáticas como Martin Luther King, que são muito referidas nas suas letras.

Direcção di mic é para guetto
 D.G.B. representa tudo preto
 Gueto ou street
 Street ou gueto
 Gueto ou street revoluçon
 Street ou gueto comparaçon
 Dedicaçon des son
 Pa tudo niggas nhas irmons.
 (...)
 D.G.B. fala pa gueto cu sentido
 Cusa ki sta passa é cusa ki en sata fala
 En tem liberdade de espreçon
 por isso en ka Sata bem cala.¹⁷

(excerto de música de um jovem *rapper* do Bairro Amarelo)

Convém ressaltar, no entanto, que existem, neste *rap* de intervenção, excepções à regra¹⁸: *rappers* que têm um discurso transclassista e menos

virado para a comunidade negra. Existem mesmo alguns *rappers* brancos que procuram veicular essa mensagem de revolta sem se conotarem apenas com uma comunidade étnica.

A relação com o espaço

O *hip hop* consiste num conjunto de práticas que se encontram, desde as suas origens, intimamente relacionadas com o contexto do bairro, da rua, de espaços que apresentam para os seus praticantes e seguidores um elevado simbolismo e que se constitui como um elemento agregador de identidades e sentimento de pertença.

O bairro constitui, principalmente para os *rappers* de intervenção, o símbolo da sua exclusão social, da injustiça social e da degradação das condições de vida dos seus pares. Por outro lado, devido a não se sentirem parte da sociedade que os exclui, o bairro, a rua, torna-se então o espaço que eles vão querer transformar no “seu espaço”, na sua propriedade, no símbolo da sua união contra a sociedade que os discrimina. O bairro aparece, então, como o expoente máximo, tal como a sua música, de um mecanismo de “inversão simbólica”, isto é, os elementos negativamente conotados pela sociedade e cultura dominante tornam-se os elementos agregadores e construtores de uma identidade positiva destas populações excluídas e que se sentem estigmatizadas.

O espaço do bairro passa, então, para estes jovens e através do *hip hop*, de “território” – unidade territorial definida e delimitada mas vazia de significado social e cultural – para “lugar” no sentido antropológico – identitário, relacional e histórico (Augé, 1998). É um “lugar” identitário porque permite configurar as identidades em torno do espaço social e da forma como é apropriado e porque se reveste de significados culturais e de sentimentos de pertença. É relacional porque essa identidade construída na relação com o território faz-se na base das relações sociais estabelecidas e das diversas posições ocupadas pelos actores no campo relacional, nomeadamente as relações de poder e de definição do “nós” e do “outro”¹⁹. É histórico, por fim, porque resulta de uma sedimentação de traços culturais e de “estilos de vida” (Pais, 1998) entretanto criados, tal como da configuração de poderes existente e na qual o indivíduo se posiciona (tentando, consoante a sua posição no campo relacional e de poder, manter a estrutura de relações existente ou, pelo contrário, modificá-la).

O espaço tem, então, uma importância muito evidente no *hip hop*, já que todas as suas práticas são extremamente territorializadas e reflectem (principalmente nas letras da música *rap*) as vivências dos habitantes do bairro, os problemas sentidos e o dia-a-dia do bairro.

É na street nos vida ta passa
 É na street niggaz ta trabalha
 É na street qui no ta amanti nos gueto²⁰

(excertos da música "É na street" de jovens *rappers* do Bairro Amarelo)

Os territórios são, inclusive, disputados entre grupos de *hip hoppers* diferentes, tanto social como simbolicamente (situação esta particularmente relevante no que diz respeito aos *graffiti*, em que os *writers* têm espaços "seus", e se alguém "invade" o espaço de outro *writer*, conflitos podem surgir entre grupos, particularmente entre grupos de bairros diferentes/rivais).

Assim, como afirma Simões, "as relações de poder materializam(-se) no espaço tal como a apropriação do espaço se apresenta como critério de afirmação no meio, traduzível em termos do reconhecimento e do estatuto dos protagonistas" (Simões, 2006: 436).

Conclusão

Ao longo deste artigo procurámos, através da problematização acerca da(s) juventude(s) e das várias formas pelas quais esta(s) pode(m) configurar a(s) sua(s) identidade(s), assim como pela identificação das características do movimento *hip hop*, dos seus actores, dos seus cambiantes²¹ e especificidades locais, direccionar a nossa pesquisa no sentido de perceber se estamos na presença, no nosso terreno de estudo, de alguma forma de construção de uma identidade diversa e espacialmente configurada.

Pensamos que o nosso terreno de estudo, dentro da sua complexidade, compreende mais do que sujeitos passivos e resignados à sua posição de excluídos sociais e populações marginalizadas. Parece-nos que existe entre eles alguma vitalidade, um poder de construção de algo novo, diverso, de uma identidade e de uma estrutura que potencie a sua auto-estima colectiva.

Particularmente entre a população jovem, entre determinados grupos sociais dentro desta população, parece-nos haver, com efeito, um investimento muito grande na construção de uma forma de vida, de um modo de estar e de ver o mundo que os favoreça e os faça sentir parte de uma comunidade.

A questão estará em perceber, adiante neste trabalho de doutoramento, se essa identidade e essa forma de vida, se essa luta se faz tendo por base a condição juvenil, a condição de classe, de etnia, ou alguma forma específica de combinação destes elementos ou de outros que surjam como relevantes.

Notas

¹ O presente artigo foi redigido a partir de uma comunicação apresentada no Encontro Transformação Urbana:

Experiências Locais em Novembro de 2010, organizado pelo Grupo de Trabalho Mundos Sociais, Trajectórias e Mobilidades do CesNova. Resulta da pesquisa para a tese de doutoramento que a autora se encontra a realizar, pesquisa essa que se encontra ainda numa fase exploratória, no que diz respeito ao eixo de análise aqui retratado: o *hip hop* como factor identitário entre certo grupo de jovens do bairro estudado. Assim, o que aqui se exporá será uma análise exploratória aos primeiros materiais recolhidos sobre o tema.

² Já que é este grupo etário que, no bairro, representa este fenómeno social.

³ Dados recolhidos a partir dos Censos de 2001.

⁴ Neste artigo daremos conta de uma Juventude relativamente homogeneizada, situação que não reflecte, consideramos, a realidade do bairro em análise, mas que se deve ao estágio inicial da pesquisa sobre estes jovens, que não nos permitiu, ainda, dar conta da heterogeneidade dos mesmos.

⁵ A nível da teorização sociológica foi a Sociologia dos Estudos Culturais que mais pensou nesta temática da condição juvenil e fê-lo muito em torno da questão das culturas juvenis e das subculturas.

⁶ De forma bastante significativa, encontramos um *graffiti* no bairro que diz "A pobreza é muita, mas a fama ainda é mais", referindo-se, por um lado, à situação de pobreza e exclusão da população do bairro face aos padrões de vida dos "outros" (não habitantes do bairro e da zona) e, por outro, à situação de estigmatização de que se sentem alvo pelo "olhar exterior".

⁷ Como aparece exemplificado no seguinte excerto de entrevista a um jovem do bairro: "Há bué da cenas que têm que mudar. Qual tradição, qual Salazar... isso já passou, já ninguém quer saber disso! O pessoal quer é mudanças, coisas novas. Eh pá, menos esforço e mais qualidade de vida. Isso é que era. Pá, uma qualidade de vida, tás a ver?"

⁸ Não entraremos, aqui, de novo no debate nem na tentativa de definição do *hip hop* como "subcultura" ou "tribo" no sentido maffesoliano, já que não nos parece, por um lado, que a fixação da realidade a um conceito ou outro traga maior compreensão sobre o mesmo e porque, por outro, não temos ainda elementos empíricos suficientes que nos permitam fazer tal tipo de escolha conceptual.

⁹ Referimo-nos, aqui, ao *rap* produzido de forma independente e que não é objecto de divulgação no *mainstream*, mas apenas nos circuitos endógenos (virtual e não virtual) a que só os aficionados e conhecedores do meio conseguem aceder.

¹⁰ É importante desmistificar a ideia de uma oposição essencialista entre *hip hop mainstream* e *hip hop underground*. Devemos considerar estes dois "tipos ideais" como pólos definidores de um *continuum* no qual se localizam os actores sociais, já que estes não apresentam, efectivamente, uma postura irreduzível e imune às várias interferências do meio em que estão inseridos. Concretizando, sabemos que certos jovens em alguns momentos, por exemplo, cantam *rap* em locais "comerciais" para ganhar algum dinheiro e, noutros momentos, investem nas actuações entre os seus pares do *underground*.

¹¹ Ilustrando isso mesmo, temos a afirmação de um jovem do bairro: "O *hip-hop*, há bué pessoas que não curtem mesmo, porque nós falamos de coisas que se calhar eles

não querem ouvir. Não querem saber que nós tamos a pensar nestas coisas.”

- ¹² “É necessário que os Portugueses aprendam a amar/ /Antes que os pretos aprendam a odiar.”
- ¹³ Um jovem entrevistado refere, de forma bastante ilustrativa quanto ao que acabámos de afirmar: “As obras deles [referindo-se a quem projecta os bairros sociais] são espectaculares... os gajos fazem com cada obra. Ya. Isto já era problemático, metem-lhe mais zonas problemáticas... é um espectáculo, é bonito... eles querem fazer isto como o Brasil. Que é para terem moral, para chegarem e fazerem o que querem, tás a ver? «Ah isto é muita perigoso, na na na», vais queixar aonde? És bandido, és do bairro. Eles são fodidos... enquanto que se não juntassem as coisas mais problemáticas tu conhecias outros mundos, não tavas sempre ali... e depois a comunicação social também joga, a ilusão, tudo isso... engana as pessoas. Também jogam, tem tudo a ver. O que é que esses programas divulgam? Eles nem vêm aqui! Tá tudo a tramar a mesma coisa. Isto tá tudo... tem tudo um único objectivo: o lucro. Querem sempre ter lucro para alguma coisa. Quem tá mal que fique pior e quem não tá mal vai-se safar. É mesmo assim.”
- ¹⁴ “Aqui não está fixe por isso é que não estamos calados/ / Se for preciso cantamos para chocar o Estado” (tradução livre).
- ¹⁵ “Polícia está a atacar/ tá a fazer rusga, rusga/ Tantos bandidos com crimes e registos na lei/ Justiça usa e abusa” (tradução livre).
- ¹⁶ “Revoltado contra o sistema/ Revoltado com tendência para a guerra/ Pobreza, miséria trazem a rotina/ Rebelde sem juízo sobrevive no Monte [referência ao Monte de Caparica, onde fica o Bairro Amarelo]” (tradução livre).
- ¹⁷ “A direcção do mic [microfone] é para o gueto/ D.G.B. [nome do rapper] representa tudo preto/ Gueto ou street/ / Street ou gueto/ Gueto ou street revolução/ Gueto ou street comparação/ Dedicacões são/ Para todos os negros meus irmãos (...) D.G.B. fala para o gueto com sentido/ / as coisas que se estão a passar não se estão a falar/ não há liberdade de expressão/ por isso é que aqui estamos bem calados” (tradução livre).
- ¹⁸ Excepções estas que não foram, todavia, suficientemente numerosas no trabalho de campo entretanto efectuado, pelo que não nos encontramos em condições para, neste momento, conseguir debatê-las em maior profundidade.
- ¹⁹ De forma ilustrativa um jovem entrevistado afirma: “Há *hip hop* que é tipo códigos, que é tipo de zona para zona. Ya, muito jovem não percebe mas aquilo tamos a dar dicas a um bacano que toda a gente do meio conhece e ninguém apanha, enquanto não souberem a história do bacano...”
- ²⁰ “É na street que a nossa vida se está a passar/ é na street que os negros estão a trabalhar/ é na street que nós estamos a amar o nosso gueto” (tradução livre).
- ²¹ Sendo que não conseguimos ainda, no presente texto, dar conta destes cambiantes, já que a pesquisa de terreno efectuada até ao momento não nos forneceu material empírico suficientemente variado e extenso para que essa análise fosse, aqui, realizada.

Bibliografia

- AUGÉ, M. (1998), *Não lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- BENNETT, A. (1999), “Subcultures or Neo-Tribes?: Rethinking the relationship between youth, style and musical taste?”, *Sociology*, 33 (3), pp. 599-617.
- BENNETT, A. (2000), *Popular Music and Youth Culture: Music, identity and place*, Londres, Macmillan.
- BENNETT, A. (2002), “Estilos globais, interpretações locais: reconstruindo o «local» na Sociologia da Cultura Juvenil” in *Forum Sociológico*, n.º 7/8 (II série), pp. 49-67.
- BENNETT, A. e K. Kahn-Harris (2004), *After subculture: critical studies in contemporary youth culture*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- BROWN, T. S. (2004), “Subcultures, Pop Music and Politics: Skinheads and «Nazi Rock» in England and Germany”, *Journal of Social History*, 38 (1), pp. 157-178.
- CAMPOS, R. (2010), *Porque Pintamos a Cidade? Uma Abordagem Etnográfica do Graffiti Urbano*, Lisboa, Fim de Século.
- COHEN, A. (1955), *Delinquent Boys: The Culture of the Gang*, Nova Iorque, Free Press.
- FRADIQUE, T. (2003), *Fixar o Movimento – Representações da música rap em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FRADIQUE, T. (2009), “Construir sobre o vazio: a experiência da prática urbana do rap em Portugal” in *Actas do VI Colóquio Internacional de Etnocologia [Em linha]*. URL: http://www.etnocologia.org/vicoloquio/index.php?option=com_content&view=article&id=123:teresa-fradique-construir-sobre-o-vazio-a-experiencia-da-pratica-urbana-do-rap-em-portugal&catid=14:paineis-de-pesquisadores-convidados&Itemid=186 [cons. a 13 Setembro 2010].
- LACLAU, E. (1986), “Os Novos Movimentos Sociais e a pluralidade do social”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2 (1).
- MACDONALD, N. (2001), *The Graffiti Subculture. Youth, Masculinity and Identity in London and New York*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- MAFFESOLI, M. (1987), *O Tempo das Tribos – Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- MELUCCI, A. (1997). “Juventude, tempo e movimentos sociais”, in *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.ºs 5 e 6.
- PAIS, J. M. (1998), “Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução)”, in J. M. Pais (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude, pp. 17-58.

- PAIS, J. M. e L. M. Blass (coords.) (2004), *Tribos Urbanas – Produção Artística e Identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS-UL.
- ROSE, T. (1994), *Black noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America*, Middletown, Wesleyan University Press.
- SANTOS, B. de S. (org.) (2001), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento.
- SHAW, C. e H. McKay (1942), *Juvenile Delinquency in Urban Areas*, Chicago, The University of Chicago Press.
- SIMÕES, J. V. (2006), *Entre o "real" e o "virtual": representações e práticas culturais juvenis fora e dentro da Internet: o caso do hip-hop português*, Dissertação de Doutoramento (Ramo Sociologia da Cultura), Lisboa, FCSH-UNL.
- TOURAINÉ, A. (dir.) (1990), *Movimientos Sociales de Hoy – Actores y Analistas*, Barcelona, Editorial Hacer.
- TOURAINÉ, A. (2003), *Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes*, Petrópolis, Vozes.

MOBILIDADE METROPOLITANA: NÍVEIS DE MOTORIZAÇÃO E PADRÕES DE SINISTRALIDADE PEDONAL DA CIDADE DE LISBOA

Victor Meirinhos

■ Doutorando em Antropologia na FCSH-UNL/CesNova e Docente do ICPOL-ISCPSI (victormeirinhos@fcsch.unl.pt)

Resumo

A utilização individual e recorrente do automóvel particular nas sociedades contemporâneas tem promovido uma elevada fragmentação das comunidades locais bem como impactos directos na saúde pública das populações. Perante a inevitabilidade destes fenómenos tem havido forte aposta das autoridades europeias na segurança rodoviária. Neste aspecto, poderá ser considerado paradigmático o caso da baixa da cidade de Lisboa, um local de confluência dos principais movimentos pendulares de acesso à cidade de Lisboa. Perante estes resultados será de propor que a elevada sinistralidade pedonal no período em análise possa de alguma forma estar correlacionada com a elevada concentração de estabelecimentos de diversão nocturna. O presente estudo promove uma análise epidemiológica dos atropelamentos ocorridos na baixa da cidade de Lisboa, num período de quatro anos (2006-2009), de forma a aferir a influência de determinados aspectos estruturais característicos daquela área emblemática da cidade de Lisboa.

Palavras-chave: sinistralidade rodoviária, pedonalidade, mobilidade urbana, lazer nocturno

Abstract

The individual use of private vehicles is rapidly increasing in post-Fordist cities, promoting the excessive fragmentation of local communities and producing immediate impacts on public health. In 2008 more than 37,000 deaths were recorded as a result of road accidents in the U.S. and over 39,000 in the European Union. That is why road safety is currently a matter of crucial concern throughout Europe, and is therefore considered a priority area of intervention by the European Commission. In the case of the city of Lisbon (Portugal), the riverfront constitutes a place of confluence for major road infrastructures considered essential to everyday metropolitan mobility not only during the daytime, but also at night. This may lead us to hypothesize that the verified elevated number of accidents (involving not only vehicles, but also pedestrians) is directly related to several structural factors that together characterize the area of downtown Lisbon. The present study analyzes traffic accidents in this area of the Portuguese capital by providing a detailed statistical analysis and a thorough geo-referenced representation of all of the accidents involving pedestrians within this area using geographic information referring to the years from 2006 to 2009.

Keywords: road accidents, pedestrian safety, road design, leisure activities

1. Introdução

Segundo a Comissão Europeia, o envolvimento em acidentes de viação constitui a primeira causa de morte e internamento hospitalar por parte dos cidadãos da União Europeia com menos de 45 anos de idade. De facto, só no ano de 2008, os acidentes rodoviários foram responsáveis pela perda de 39 000 vidas, sendo que os custos socioeconómicos

associados ascenderam aos 180 biliões de euros (cerca de 2% do PIB da UE). O elevado impacto deste fenómeno na sociedade tem despertado uma grande preocupação não só das autoridades europeias bem como de todos os estados-membros, tendo a segurança rodoviária ascendido à categoria de área prioritária de intervenção na União Europeia (European Commission, 2010). Se, numa primeira fase, uma aposta forte da União Europeia para a

diminuição do número de acidentes e de vítimas tem permitido atingir resultados positivos na maioria dos estados-membros¹, com uma redução média na ordem dos 35% das estatísticas oficiais de sinistralidade, assumindo Portugal nesta luta uma posição de destaque, com uma redução de 50% dos números da sinistralidade rodoviária no período entre os anos de 2001 a 2009, os dados de sinistralidade evidenciam uma realidade ainda bastante problemática ao nível dos utentes mais frágeis do meio rodoviário: não só dos peões mas também dos restantes utilizadores de meios de transporte suaves (ciclistas, etc.), considerados essenciais para a promoção de uma mobilidade verdadeiramente sustentável

Constituindo um tema transversal a todas as sociedades contemporâneas, em Portugal as autoridades têm procurado incrementar medidas estruturantes de combate à sinistralidade em geral, distinguindo-se dois momentos essenciais para a convergência com as políticas europeias. A primeira fase desta intervenção iniciada em 2003 com a elaboração e implementação do Plano Nacional de Segurança Rodoviária visava reduzir em 50% o número de vítimas mortais e feridos graves até 2010. Já mais recentemente, em 2009, foi lançado um projecto mais ambicioso, a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, que teria como meta principal, num período de 7 anos, "... colocar Portugal entre os 10 países da UE com mais baixa sinistralidade rodoviária, medida em mortos a 30 dias por milhão de habitantes" (ANSR, 2009).

Tendo em conta a abrangência e a complexidade do fenómeno de sinistralidade rodoviária, nomeadamente em países como Portugal, caracterizados por uma elevada incidência de fatalidades nas estradas, consideramos que uma análise deste tema não deverá ser dissociada de uma análise prévia do fenómeno de motorização das sociedades contemporâneas assim como da evolução urbana das grandes áreas metropolitanas. Com efeito, a evolução dos níveis de motorização em diversos países da OCDE tem revelado uma correlação entre um crescimento mais acentuado da motorização e um menor rendimento *per capita* (como Portugal, Grécia e Irlanda). Sendo de prever a acentuação nas próximas duas décadas do incremento de propriedade de veículos, pelo menos até que se dê a convergência ao nível do rendimento *per capita* com a média dos países da OCDE (Dargay e Gately, 1998: 127).

Neste aspecto específico, várias investigações têm abordado, ao longo das últimas décadas, o fenómeno da motorização associando-o a diversos efeitos na sociedade e nos indivíduos, destacando-se: os impactos profundos da motorização na mobilidade global (Merriman, 2009), os efeitos de uma excessiva automobilização na sociedade urbana e suburbana (Sheller e Urry, 2000), a mobilidade diária e o tempo dispendido para a realização de

diferentes tarefas (Vilhelmson, 1999), e o futuro da mobilidade (Schafer e Victor, 2000). Num outro quadrante, e já no que diz respeito ao fenómeno da procura da mobilidade, tem havido uma especial atenção às necessidades de locomoção através do espaço social e a procura e utilização de diversos modelos de transporte, desde o caminhar até aos meios de transporte motorizados. Prevê-se assim que esta procura incessante de mobilidade possa influenciar ainda mais os padrões de mobilidade da sociedade, actualmente organizada e construída numa matriz motorizada por via de uma procura constante de mobilidade e acessibilidade por parte das populações e economias (Freund e Martin, 2007: 37).

A existência de uma matriz "profundamente" motorizada decorrente da associação entre a organização social das cidades modernas e a necessidade de espaço estará na origem do conceito de *hyper-automobility*, caracterizado por excessiva utilização individual do automóvel particular na realização de viagens diárias (em maior número e mais longas), e potencialmente responsável por um processo de fragmentação das comunidades locais, principalmente ao nível das relações humanas baseadas na proximidade, de vizinhança e comunidade. Durante as últimas décadas têm sido lançados diversos alertas quanto aos consideráveis impactos deste modelo de mobilidade sobre a saúde pública das populações urbanas, nomeadamente os decorrentes dos elevados níveis de poluição associados, da obesidade ou da elevada sinistralidade (Freund e Martin, 2007: 38).

De um ponto de vista estrutural, a utilização recorrente do automóvel no dia-a-dia das populações surge directamente associada aos novos padrões de organização das grandes metrópoles mundiais, nomeadamente na cidade de Lisboa, local em que as exigências de mobilidade e de desenvolvimento das populações residentes na Região de Lisboa e do Vale do Tejo terão produzido um impacto profundo face a importantes condicionantes de ordem estrutural, política, económica e social, que influenciaram não só a estrutura urbana e organizacional das cidades, mas também as vivências e rotinas dos habitantes dos centros urbanos, da periferia urbana e dos concelhos limítrofes (Teixeira, 1993; Salgado, 1999; Serdoura, 2008 e Baptista e Nunes, 2004: 90). Entendemos desta forma que este fenómeno poderá ser desconstruído isolando cada uma das suas dinâmicas, como a saturação do centro urbano das cidades, face a um crescimento e proliferação de actividade industrial ou de serviços, bem como uma necessidade de a população se deslocar entre os novos aglomerados populacionais e os centros urbanos da cidade de Lisboa (Salgado, 1999: 103).

Com efeito, os processos de terciarização e expansão urbana que afectaram a Área Metropoli-

tana de Lisboa (AML) nas últimas décadas exacerbaram a forte dualidade² em termos de acesso a equipamentos, infra-estruturas e serviços entre os habitantes do centro da cidade e os residentes nas suas coroas periféricas. Esta carência por parte das populações mais afastadas do centro da capital terá contribuído para uma elevada procura de mobilidade por parte de indivíduos que, residindo nos concelhos limítrofes da AML, encontrariam na cidade de Lisboa a resposta às suas necessidades mais primárias (Salgueiro, 1997: 181). Notamos assim que, do ponto de vista da estrutura, o crescimento de toda a região metropolitana não deverá ser dissociado da deslocação em massa de residentes para os concelhos limítrofes da AML, movimento também potenciado pelo crescimento das ligações rodoviárias entre as regiões periféricas e o centro da capital (Meirinhos, 2011: 98).

Mas muito para além dos impactos directos destes movimentos populacionais, acentuados nas últimas décadas com o crescimento da malha rodoviária na Área Metropolitana de Lisboa, importará analisar os impactos indirectos de uma reorganização populacional em toda a AML, notórios nos elevados níveis de saturação rodoviária na capital portuguesa (em consequência de 2,3 milhões de viagens registadas³ na cidade de Lisboa), bem como na elevada percentagem de vítimas graves e mortais ao nível dos condutores, passageiros e peões em toda a Área Metropolitana e em particular no centro de Lisboa. Sobre este último aspecto não poderemos deixar de realçar a elevada representatividade da zona da Baixa de Lisboa, um local onde, consecutivamente, se tem vindo a registar elevados índices de sinistralidade pedonal, representando 11% de feridos graves e de 28% de vítimas mortais do total registado ao nível do concelho nos anos de 2006 a 2009⁴ (PSP, 2010).

II. Desenvolvimento da Estrutura Rodoviária na Área Metropolitana de Lisboa: Breve Apontamento Histórico

O processo de expansão urbana e metropolitana, que se terá acentuado nas décadas de 50 a 70 (Salgueiro, 1997: 180), exigiu das autoridades centrais e locais um planeamento regular com recurso a mecanismos de controlo e planeamento urbano. Face a uma necessidade urgente de regulação, foram desenvolvidos os Planos Directores Municipais (instrumentos de gestão territorial que vinculasse todas as entidades públicas e ainda directa e imediatamente as particulares). Este processo teve uma primeira materialização, em 1948, com o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa – elaborado por Etienne de Gröer, durante a presidência de Duarte Pacheco. Este plano teria como principal instrumento o zonamento, a divisão

do espaço em áreas com diferentes usos às quais se aplicaria uma legislação específica. Por sua vez, já em 1977, foi efectuada uma revisão do regulamento anterior, com o Plano Geral de Urbanização de Lisboa, elaborado pelo arquitecto Meyer-Heine. O objectivo deste regulamento seria enquadrar uma nova realidade urbana, nomeadamente: o aumento do tráfego automóvel, o arranque da rede metropolitana, a construção da ponte sobre o Tejo, e o início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade.

Procurando acompanhar o processo de expansão urbana, o processo de regulação urbana terá assumido uma maior importância à medida que foram sendo atingidos, nas décadas seguintes, elevados níveis de saturação urbana, tendo havido uma necessidade de promover nova revisão do documento normativo vigente, culminando com a publicação, em 1994, do Plano Director Municipal (PDM) actualmente em vigor, mas que por várias razões está actualmente a ser alvo de um processo de revisão. Várias razões têm sido apontadas para a revisão do actual PDM (CML, 1994), destacando-se a falta de planeamento urbano e graves assimetrias estruturais que prevaleceram na cidade de Lisboa, tais como: a dicotomia centro-periferia (a necessitar de uma maior contenção e qualificação das expansões com a revitalização do centro), défices de equipamentos colectivos e de habitação (de forma a minimizar a perda e o envelhecimento da população residente), bem como a ausência de uma eficaz política de mobilidade partindo da integração dos vários modos de transporte e que, em particular, potenciase os modos de transporte ecológicos (Câmara Municipal de Lisboa, 2008).

III. A Mobilidade Contemporânea na Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa regista actualmente a maior concentração populacional do país. Esta região, constituída por dezanove concelhos, representando apenas 3,3% da superfície do território nacional, apresentava em 2001 uma taxa de ocupação de um pouco mais de 1/4 da população portuguesa, 2 662 949 habitantes, quando em 1960 esta relação que era somente de 1/6 (Tenedório, 2003).

A análise da distribuição da população da AML revelou desde logo uma tendência da evolução demográfica metropolitana: a diminuição em termos efectivos do número de residentes na capital, queda que se terá acentuado a partir de 1960, quando residiam no concelho de Lisboa cerca de 52,6% da população total da AML, um valor já consideravelmente reduzido, comparativamente aos anteriores 72,3% registados em 1960. Declínio este que nas décadas seguintes se manteve de uma forma gra-

dual, registando-se em 2001 o valor mais baixo, com apenas 20,9%, cerca de 556 797 habitantes (Tenedório, 2003).

Para este fenómeno de perda gradual de habitantes da cidade de Lisboa muito terá contribuído a terciarização do centro urbano, o aumento dos preços das habitações e a existência de melhores acessos rodoviários. Da mesma forma que outros, como a expansão da rede viária, terão potenciado o crescimento populacional nas cidades da periferia, promovendo um ainda maior afastamento entre o local de residência e o local de trabalho, geralmente associado ao sector dos serviços e maioritariamente localizados no concelho de Lisboa (Salgado, 1999: 105).

Surge assim como inevitável que um maior afastamento entre o local de residência e o local de trabalho terá acarretado não só um acréscimo das necessidades de mobilidade metropolitana, mas também um aumento no tempo despendido nas deslocações diárias dos residentes na AML, com diferenças significativas ao longo do intervalo compreendido entre os 15 minutos e os 90 minutos de tempo diário despendido nas deslocações de casa para o emprego/escola (Xerez, 2008: 11).

Neste contexto específico, de aumento acentuado da procura de meios de transporte essenciais

para as deslocações diárias num contexto de mobilidade metropolitana pendular, e face à insuficiente resposta dos operadores públicos/privados de transportes colectivos, tem havido nas últimas décadas um acréscimo significativo dos níveis de motorização dos agregados familiares desta região, assim como do número médio de viagens diárias com recurso ao automóvel particular realizadas pelos habitantes da Área Metropolitana de Lisboa.

Neste âmbito importará salientar o facto de que numa elevada percentagem de famílias residentes em Lisboa não foi identificada qualquer motorização, por outro, em concelhos como Cascais, Mafra, Sintra, Montijo, Palmela e Sesimbra registaram-se percentagens elevadas de famílias com dupla motorização. Quanto à contabilização do número médio de viagens realizadas por dia, os estudos apresentam um panorama significativamente distinto. Localidades como Mafra, Alcochete e Montijo apresentaram um número médio de 2,4 viagens por dia, enquanto em Cascais e Moita o valor registado foi mais elevado (2,9 viagens por dia), tendo sido identificado que em cerca de 14% do total da amostra foram realizadas mais de 4 viagens por dia (Carvalho e Gomes, 1996).

Tabela 1 ▶ População de várias cidades da AML tendo em conta os indivíduos que trabalham no concelho onde residem e o tempo despendido nas deslocações entre a residência e o local de trabalho

Centro da AML	Zona Norte da AML		Zona Sul da AML	
Lisboa (87,7%)	Amadora (15,4%)		Barreiro (18,5%)	
	Oeiras (18,5%)		Seixal (19,4%)	
	Sintra (23,3%)		Almada (21,3%)	
	Odivelas (16%)		Alcochete (21%)	
	Loures (19,9%)		Moita (15,8%)	
Tempo despendido	Até 15 minutos	De 16 a 30	De 31 a 60	De 61 a 90
Percentagem	31,9%	39,3%	18,9%	2,5%

Fonte: Carvalho, F. e F. Gomes (1996).

Tabela 2 ▶ População tendo em conta os níveis de motorização dos agregados familiares da AML

A Norte do Tejo	Sem Motorização	Com um veículo	Com dois ou mais veículos	A Sul do Tejo	Sem Motorização	Com um veículo	Com dois ou mais veículos
Lisboa	40%	44%	16%	Alcochete	27%	46%	27%
Amadora	27%	55%	18%	Almada	27%	55%	18%
Azambuja	26%	44%	30%	Barreiro	33%	50%	17%
Cascais	19%	47%	34%	Moita	28%	50%	22%
Loures	27%	55%	18%	Montijo	20%	45%	35%
Mafra	21%	44%	35%	Palmela	16%	50%	34%
Oeiras	23%	48%	29%	Seixal	25%	55%	20%
Sintra	18%	51%	31%	Sesimbra	22%	44%	34%
Vila F. de Xira	20%	61%	19%	Setúbal	23%	51%	26%

Fonte: *Inquéritos Gerais à Mobilidade*, 1996.

IV. A mobilidade urbana em Lisboa: Os padrões de mobilidade pendular e as infra-estruturas de transporte rodoviário em Lisboa

Os elevados níveis de motorização das famílias residentes nos vários concelhos da AML e a utilização predominante do veículo automóvel nas deslocações pendulares diárias poderão ter produzido impactos directos em determinadas zonas da capital portuguesa, mais acentuados em locais com elevados índices de viagens a pé. Neste aspecto consideramos que a área da Baixa tem assumido nas últimas décadas um papel ímpar, já que registará um dos valores mais elevados ao nível dos movimentos pedonais em toda a AML (mais de 135 000 viagens pedonais por dia). Este valor corresponderá actualmente a mais de 8% do total de viagens apuradas em todo o concelho de Lisboa, sendo que apenas 37% destas viagens serão realizadas por residentes no concelho, e as restantes 67% serão realizadas por pessoas que residem nos restantes concelhos da AML (CML, 2008).

Do ponto de vista da mobilidade urbana as deslocações no centro da cidade de Lisboa são caracterizadas por uma inevitável partilha de um espaço rodoviário particularmente congestionado. Veja-se como exemplo a Praça do Comércio onde circulam cerca de 5500 veículos/hora nas horas de maior congestionamento rodoviário, ou seja, 65 000 veículos no período compreendido entre as 07H00 e as 21H00, sendo que em aproximadamente 76% dos veículos a circular naquela área da cidade é identificado o movimento de atravessamento (não constituindo o destino final da viagem dos utilizadores), e que 42% do total destas viagens constituem deslocações para o emprego (CML, 2008).

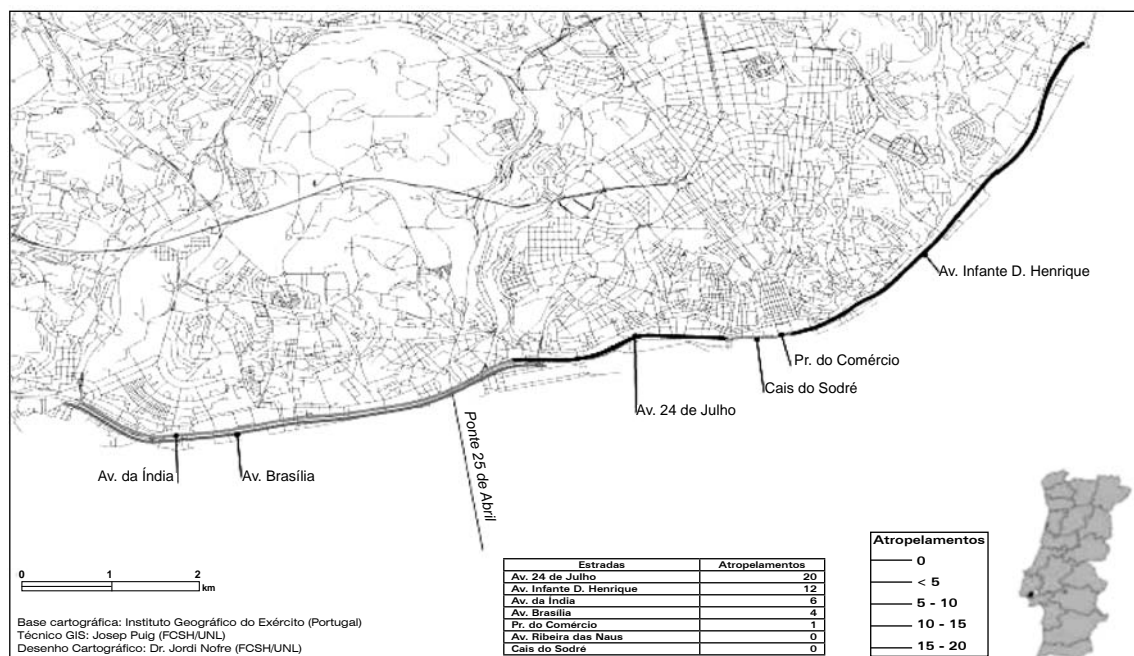
Face a um inevitável acréscimo de veículos automóveis na cidade de Lisboa, as políticas públicas de reabilitação das zonas da cidade mais afectadas⁵ têm procurado combater os elevados índices de poluição e de ruído que se registam actualmente no centro da cidade, já que, a manterem-se os padrões actuais de circulação automóvel, é expectável que o número de veículos a circular nos bairros e no centro da cidade atinja valores acima do tolerável e crie necessariamente ainda mais conflitos entre peões e veículos, bem como um incremento da taxa de sinistralidade pedonal.

Esta situação é já hoje bastante acentuada na área baixa da cidade de Lisboa, um local paradigmático da capital portuguesa que reúne um conjunto de características de mobilidade muito específicas. A elevada intensidade de tráfego registada na Avenida 24 de Julho e Avenida Infante D. Henrique, vias concebidas para um modelo de mobilidade urbana e interurbana numa *cidade fordista* (Jessop, 1992), poderá estar na origem do elevado índice de atro-

pelamentos que estas vias apresentaram no período estudado. Complementarmente, tem-se assistido nas últimas décadas a uma alteração nos padrões de consumo, ou seja, uma procura acrescida de infra-estruturas ligadas ao lazer e à diversão por parte das populações urbanas da AML (Salgado, 1999: 105). Desta forma, definiu-se como objectivo principal deste estudo a promoção de uma análise das principais características dos acidentes de viação com utentes pedonais ocorridos nesta área da cidade de Lisboa, procurando aferir a influência nestes eventos específicos de condicionantes estruturais como a reorganização dos padrões de mobilidade (pendularidade metropolitana), o crescimento de actividades económicas ligadas ao lazer nocturno, os novos padrões de consumo e comportamentos de risco associados à diversão nocturna.

Para este efeito promoveu-se a análise de todos os atropelamentos com vítimas graves e mortais, ocorridos na área em estudo no período compreendido entre 2006 e 2009, procurando-se desta forma verificar se nestas circunstâncias específicas se replicavam as tendências registadas em estudos anteriores para a totalidade do concelho de Lisboa (Meirinhos, 2010). Pretendia-se com a interpretação destes resultados lançar as bases para uma futura análise de uma correlação estatística entre os fenómenos descritos (mobilidade, acessibilidade e sinistralidade), esperando-se numa primeira fase, ao efectuar uma descrição dos resultados, identificar potenciais pontos de conflito pedonal nesta área da capital. Para este efeito promoveu-se uma análise epidemiológica dos padrões de sinistralidade pedonal localizada na área em estudo (ver mapa seguinte), com recurso a ferramentas SIG, e tendo por base as estatísticas dos acidentes de viação envolvendo peões cedidas pela Polícia de Segurança Pública de Lisboa para os anos de 2006 a 2009.

Analisando a distribuição dos atropelamentos no eixo viário, com cerca de 12,9 km, que se estende desde a Avenida Infante D. Henrique, passando pela Avenida 24 de Julho e pela Avenida da Índia, foi possível verificar que entre os anos de 2006 e 2009 houve uma elevada incidência de atropelamentos⁶ naquele local, tendo em conta o total do concelho de Lisboa (cerca de 11% do total de feridos graves por atropelamento em Lisboa e cerca de 28% do total de mortes por atropelamento em Lisboa). Foi ainda possível verificar nesta zona da baixa da cidade a existência de uma elevada incidência deste tipo de acidentes na Av. 24 de Julho e na Av. Infante D. Henrique. No total, estas duas vias apresentaram 27 feridos graves (84% do total de vítimas do eixo viário) e 4 vítimas mortais (44%).

Mapa 1 ▶ Mapa de atropelamentos no eixo rodoviário em análise (2006-2009)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Polícia de Segurança Pública (2010).

A – Estudo de caso: Avenida Infante D. Henrique

Tendo em conta as características do tráfego automóvel regista-se que, em hora de ponta, a área da Baixa de Lisboa é utilizada por cerca de 6100 veículos/hora, no período da manhã, e 6600 no período da tarde. Do total, cerca de metade utilizam a Av. Infante D. Henrique ou a Av. 24 de Julho, enquanto cerca de 25% utilizam ambas as vias, ou seja, percorrem todo o arco ribeirinho (Silva, 2009: 16). Tratando-se de um dos locais da cidade com maior índice de circulação automóvel, interessava promover um estudo desta Avenida (troço de 5,3 km) através da análise das estatísticas de sinistralidade rodoviária. Para este efeito foram analisados os dados epidemiológicos de todos os atropelamentos contabilizados pela Polícia de Segurança Pública (registados nos Boletins Estatísticos de Acidentes de Viação – BEAV) durante os anos de 2006 a 2009, no total de 12 casos, distribuídos de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 3 ▶ Vítimas de atropelamento (feridos graves e vítimas mortais) na Avenida Infante D. Henrique, no período 2006 a 2009

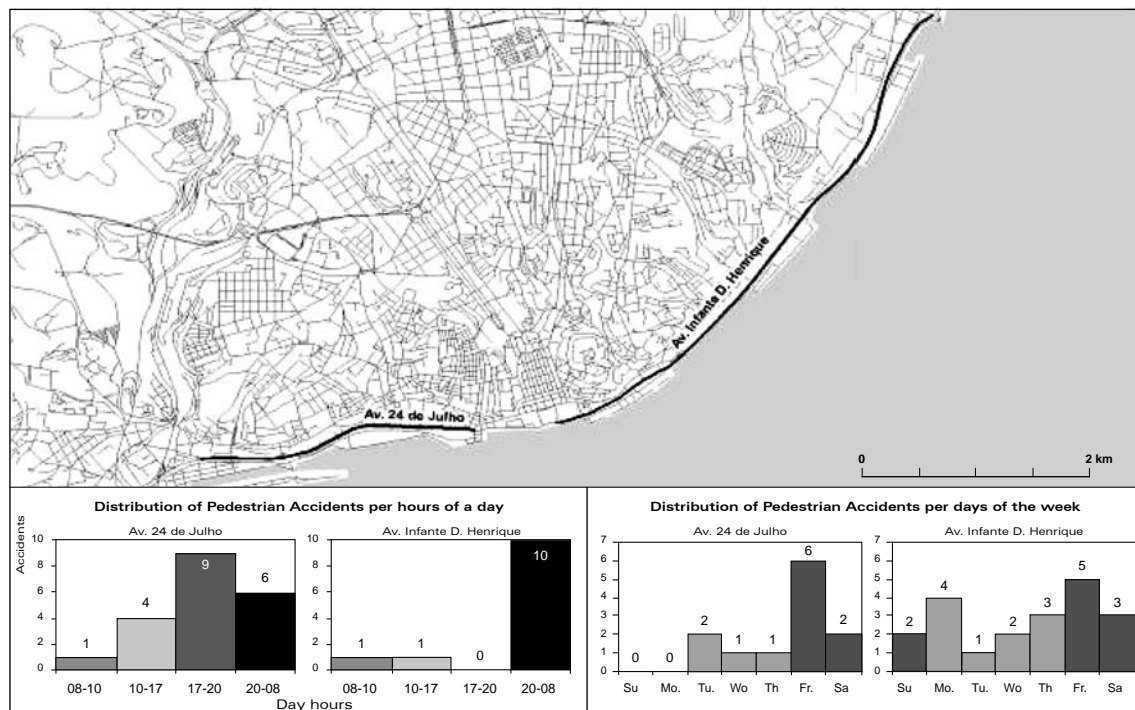
Ano	2006	2007	2008	2009	Total
Feridos Graves	3	2	2	3	10
Vítimas Mortais	0	2	0	0	2

Fonte: Polícia de Segurança Pública, 2010.

O estudo da distribuição dos atropelamentos no período em análise revelou desde logo uma tendência oposta à verificada nos dados englobando todo o concelho (uma elevada representatividade destes eventos durante os dias da semana e durante as horas de ponta da manhã e da tarde). De facto, nesta área da cidade constatou-se a existência de um elevado número de atropelamentos nos períodos de fim-de-semana, mais precisamente às sextas-feiras e sábados, períodos que, não estando directamente relacionados com os períodos de maior intensidade de tráfego, poderiam advir de uma maior disponibilização neste período de actividades ligadas ao lazer das populações residentes na cidade de Lisboa bem como em toda a AML.

Perante os dados apurados neste local e a diferença registada com o total do concelho, importava desde logo averiguar uma possível associação entre a ocorrência de atropelamentos e uma elevada representatividade de actividades relacionadas com a diversão nocturna, pelo que terá sido determinante observar neste período de quatro anos uma elevada representatividade de vítimas por atropelamento ocorrido no período nocturno⁷ (entre as 20H00 e as 08H00), representando cerca de 75% do total de vítimas para o período estudado, havendo uma distribuição homogénea nos restantes períodos do dia (8,3%). No tocante à distribuição de vítimas por género, os resultados evidenciaram uma maior representatividade do masculino (58,3%) enquanto o feminino representou 41,7% do total de casos analisados. Desta forma, e à semelhança dos padrões

Mapa 2 ▶ Mapa dos atropelamentos ocorridos na Avenida Infante D. Henrique por dias da semana



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Polícia de Segurança Pública (2010). Técnico GIS: Josep Puig. Desenho Cartográfico: Doutor Jordi Nofre (CesNova-FCSH/UNL) e Josep Puig (IHC-FCSH/UNL)

anteriores (dia da semana e hora do dia), verificou-se uma redistribuição de vítimas por género diferente do enunciado para o total do concelho de Lisboa, em que registou uma maior prevalência do género feminino e no grupo etário com mais de 69 anos de idade (37% em 2008), tendência que não se evidenciou na presente análise, conforme descrito na seguinte tabela:

B – Estudo de caso: Avenida 24 de Julho

Numa segunda etapa de análise foi efectuada uma descrição de todos os dados epidemiológicos relativos aos atropelamentos de peões na via rodoviária com o maior índice de sinistralidade pedonal em todo o eixo viário da zona ribeirinha de Lisboa. A importância do estudo deste eixo viário teria

Tabela 4 ▶ Distribuição de vítimas de atropelamento (por grupos etários) na Avenida Infante D. Henrique, no período 2006 a 2009

Grupo Etário	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	+ 69	Total
Nº de Casos	2	1	4	2	2	1	12

Fonte: Polícia de Segurança Pública, 2010.

Neste caso específico, a distribuição de casos de atropelamento por grupo etário exibiu uma maior incidência de ocorrências no escalão dos 40 aos 49 anos de idade, 4 em 12, ou seja, 33,3% do total de vítimas. Seguindo-se os grupos dos 20 aos 29 anos, dos 50 aos 59 anos, bem como dos 59 aos 69 anos com cerca de 16,7% para cada escalão mencionado.

nesta fase duas finalidades distintas. Numa primeira etapa confirmar a existência de um padrão de atropelamentos semelhante ao identificado no estudo de caso anterior, a Avenida Infante D. Henrique, o que numa segunda etapa iria permitir distanciar os resultados obtidos neste local da baixa da cidade dos resultados previamente apurados para o total do concelho de Lisboa.

Com efeito, a Avenida 24 de Julho, que se estende ao longo de 2,4 km, apresentou o maior índice de atropelamentos (cerca de 9 vítimas/km),

46,5% do total de acidentes com peões registados nos anos de 2006 a 2009 em todo o eixo (no total de 12,9 km). Ao contrário do que se verificou no estudo da Avenida Infante D. Henrique, a Avenida 24 de Julho apresentou uma diminuição da fatalidade por atropelamento nos anos 2008 e 2009. Sendo no entanto de ressaltar a inexistência de dados relativos à contabilização de mortos a trinta dias (um mecanismo que só veio a ser implementado em data posterior a esta análise, seguindo o normativo da Comissão Europeia).

Tabela 5 ▶ Distribuição de vítimas de atropelamento (feridos graves e vítimas mortais) na Avenida 24 de Julho, no período de 2006 a 2009

Ano	2006	2007	2008	2009	Total
Feridos Graves	7	2	4	5	18
Vítimas Mortais	1	1	0	0	2

Fonte: Polícia de Segurança Pública, 2010.

Foi possível notar algumas diferenças nos dados epidemiológicos da Avenida 24 de Julho, comparativamente ao estudo anterior onde se verificou uma elevada concentração de vítimas nos períodos nocturnos e nos fins-de-semana. De facto, na presente via, a distribuição de vítimas por dias da semana revelou uma maior concentração de atropelamentos às segundas e sextas-feiras (ambas com 20% do total para esta via) seguindo-se os domingos, quintas-feiras e sábados (com 15% em cada).

Já a distribuição dos atropelamentos por períodos do dia apresentou uma distribuição uniforme nos anos 2006, 2007 e 2009, com uma elevada concentração de vítimas (30%) no período das 20H00 às 08H00. É no entanto de referir que na Av. 24 de Julho, ao contrário do que se verificou na Av. Infante D. Henrique, o pico de ocorrências de atropelamento (45%) foi identificado na hora ponta tarde (17H00-20H00). Por sua vez a distribuição por género, exibiu uma maior representatividade do género masculino (65% do total de vítimas), distribuindo-se pelo género feminino os restantes 35%, tendência que se manteve durante os anos 2006, 2007 e 2009, com excepção de 2008, ano em que se registou uma percentagem igual para ambos os géneros.

Por último, na distribuição etária das vítimas, observou-se uma maior incidência nos grupos dos

30-39 anos e no grupo com mais de 69 anos, ambos com 4 casos em 20. Ou seja, registando-se em cada um destes grupos etários 20% do total. Os restantes casos foram dispersos⁸ pelos restantes grupos etários, conforme se pode observar na Tabela 6.

Independentemente do facto de os dados analisados permitirem aferir a evolução da sinistralidade apenas num curto período de tempo (de 2006 a 2009), os objectivos deste estudo seriam promover uma análise primária das principais características dos atropelamentos com gravidade, ocorridos nas duas principais vias do eixo viário em análise (que não só apresentam o mais elevado índice de fatalidade pedonal na cidade de Lisboa, como um dos mais elevados índices de circulação automóvel), e dos quais resultaram vítimas mortais ou com ferimentos graves, bem como estabelecer uma comparação com os resultados apurados através da realização de estudos prévios para todo o concelho de Lisboa (Meirinhos, 2009; 2010). Estamos certos que para além destas vítimas que sofreram danos severos, e até mesmo mortais, existirão muitas outras que diariamente serão afectadas com menor gravidade um pouco por toda a cidade de Lisboa, profundamente motorizada e na qual se movimentam diariamente milhões de cidadãos e de veículos partilhando um espaço comum mas por vezes inóspito aos que andam a pé.

V. Conclusão

Para John Urry (2002), a necessidade de mobilidade das sociedades não poderá ser dissociada do fenómeno global da motorização. De tal forma que a associação desta exigência a um simples objecto de consumo, o automóvel, produziu transformações nos conceitos de tempo, espaço e velocidade, dando origem a modificações profundas ao nível da organização das sociedades e naturalmente da própria geografia terrestre (Urry, 2002). Considerar-se-á, no entanto, que grande parte do sucesso do automóvel, quando comparado com o transporte colectivo, se deverá ao carácter individual associado a este meio de transporte (Sheller, 2004: 222), que constitui um elemento dinamizador do modelo de mobilidade pendular que caracteriza a Área Metropolitana de Lisboa. Registam-se contudo no crescimento de toda a região metropolitana algumas particularidades no decurso das últimas décadas: diferenças do nível de desenvolvimento e disponibilização de infra-estruturas registadas entre

Tabela 6 ▶ Vítimas de atropelamento (por grupos etários) na Avenida 24 de Julho, no período de 2006 a 2009

Grupo Etário	Nulo	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	+ 69	Total
Nº de Casos	1	3	1	4	3	3	1	4	20

Fonte: Polícia de Segurança Pública, 2010.

o centro e a periferia metropolitana, envelhecimento e perda de população residente na capital para as periferias e concelhos limítrofes, elevados índices de poluição associados ao congestionamento de trânsito (perceptíveis em vários locais da cidade de Lisboa), bem como elevados níveis de sinistralidade rodoviária (sobretudo pedonal). Estes constituem os principais factores apontados para o actual processo de revisão do Plano Director Municipal em vigor desde 1994 (CML, 2008).

Face a um elevado índice de motorização da população residente nos concelhos da região metropolitana (exceptuando-se Lisboa), será de salientar uma primeira tendência que se tem vindo a acentuar nas últimas décadas ao nível das deslocações dos residentes na AML, a diminuição de viagens realizadas com recurso aos transportes públicos seguida de muito perto pela duplicação dos utilizadores de transportes individuais, padrões que estarão na base do actual modelo de mobilidade pendular existente na Área Metropolitana de Lisboa, desconhecendo-se, no entanto, os efeitos na população do elevado volume de tráfego automóvel em locais caracterizados por um elevado número de viagens a pé, mais especificamente nos pontos de conflito entre utentes rodoviários (Meirinhos, 2011). Neste aspecto consideramos que a área da baixa da cidade de Lisboa apresenta características únicas dentro da capital e da própria AML, não só pelo elevado índice de circulação pedonal e automóvel nesta zona da cidade, mas também pelos valores elevados ao nível da fatalidade por atropelamentos de peões (cerca de 28% de mortes registadas em todo o concelho). Partindo do mesmo pressuposto (elevada fatalidade pedonal), foram analisadas duas rodovias estruturais no mapa viário da capital, mormente pelo seu papel determinante de confluência de acessos metropolitanos à cidade de Lisboa e elevada representatividade de interfaces de transportes públicos, a Avenida Infante D. Henrique e a Avenida 24 de Julho, que em conjunto representaram 84% de feridos graves e 44% de vítimas mortais do total registado em todo o eixo ribeirinho que se prolonga ao longo de 12,9 km. Os dados estatísticos de sinistralidade demonstraram três características principais. Em primeiro lugar, uma concentração dos atropelamentos no final da tarde e noite, e principalmente no fim-de-semana (incluindo a sexta-feira). Em segundo lugar, os dados indicam uma prevalência de vítimas do sexo masculino, predominantemente no grupo etário dos 30 aos 49 anos, tendo sido aferida uma idade média de 41 anos. Por último, uma tendência para a diminuição efectiva de atropelamentos resultando em feridos graves e vítimas mortais no período estudado e em todo o eixo viário, sendo de destacar, no entanto, que essa tendência foi interrompida em 2009, ano em que, segundo os dados estatísticos, se registou

um aumento generalizado do número de vítimas em todo o concelho de Lisboa, bem como no eixo rodoviário analisado.

Neste aspecto será importante salientar que, ao contrário do evidenciado em estudos anteriores (Meirinhos, 2009; 2010), os fluxos rodoviários com maior intensidade (horas de ponta manhã e tarde) não coincidiram, de acordo com os dados registados, com os períodos do dia e da semana em que ocorreram um maior número de atropelamentos com gravidade. Face a estes resultados, será de considerar a hipótese de que uma maior incidência de vítimas no período nocturno e aos fins-de-semana poderá indicar uma associação da fatalidade por atropelamento à disponibilização no local de inúmeros estabelecimentos de diversão nocturna, hipótese a ser explorada em estudos futuros com o apoio de diferentes ferramentas de tecnologia de informação geográfica.

Notas

- ¹ Com excepção da Roménia e de Malta, cujas estatísticas de sinistralidade sofreram um incremento de 14% e 31% respectivamente no período compreendido entre 2001-2009 (European Commission, 2010).
- ² Para Mimi Sheller e John Urry (2000), os impactos da excessiva de motorização nas sociedades contemporâneas manifestam-se, entre outros aspectos, através da segregação no seio das comunidades urbanas, nomeadamente ao nível dos acessos a infra-estruturas básicas (Sheller e Urry, 2000: 739).
- ³ Em Lisboa, são realizados diariamente cerca de 2,3 milhões de viagens com pelo menos um extremo dentro do seu perímetro (Colecção de Estudos Urbanos – Lisboa XXI – 7 da Câmara Municipal de Lisboa).
- ⁴ Dados oficiais fornecidos pela Polícia de Segurança Pública de Lisboa, registados com base nas participações de acidentes por atropelamento reportados às autoridades policiais.
- ⁵ A Proposta 1222/2008 da CML – “Plano de Mobilidade para a Baixa”, previa a separação do transporte individual do transporte público junto da frente ribeirinha da cidade de Lisboa.
- ⁶ Para o efeito foram analisadas todas as ocorrências por atropelamento ocorridas no período compreendido entre 2006 e 2009 na zona da Baixa de Lisboa (constituído pela Avenida Infante D. Henrique, a Avenida 24 de Julho, a Avenida de Brasília, a Praça do Comércio e a Avenida da Índia).
- ⁷ Do ponto de vista metodológico, para a análise da distribuição ao longo do dia foram considerados quatro períodos diários: hora ponta manhã (08H00-10H00); período diurno (10H00-17H00); hora ponta tarde (17H00-20H00) e período nocturno (20H00-08H00).
- ⁸ Do ponto de vista da metodologia, importará registar um valor nulo relativamente à idade de uma vítima de atropelamento na Avenida 24 de Julho (ver Tabela 6).

Referências bibliográficas

- ANSR (2009), *Estratégia Nacional para a Segurança Rodoviária*. Aprovada em Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2009 (de 26 de Junho), pp. 4160-4188.
- BAPTISTA, L. e J. Nunes (2004), "O contexto metropolitano e (re)classificação urbana: apontamentos sobre a cidade de Lisboa e um bairro na sua periferia." *Ciudades*, 8, pp. 87-100.
- CARVALHO, F. e F. Gomes (1996), *Inquéritos gerais à mobilidade: os casos de Porto e Lisboa. Alguns indicadores de mobilidade*, III Congresso Português de Sociologia, Oeiras, APS/Celta Editora.
- CML (1994), *Plano Director Municipal*, Lisboa.
- CML (2008), *Conceito de Circulação para a Frente Tejo, entre Santa Apolónia e Cais do Sodré*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- DARGAY, J. e D. Gately (1998), "Income's effect on car and vehicle ownership worldwide: 1960-2015", *Journal of Transport, Economics and Policy*, 33 (2), pp. 101-138.
- EUROPEAN COMMISSION (2010), *European Road Safety Action Programme 2011-2020*, European Commission, Brussels.
- FREUND, P. e G. Martin (2007), "Hyperautomobility, the social organization of space and health", *Mobilities*, 2 (1), pp. 37-49.
- JESSOP, B. (1992). "Fordism and Post-Fordism: A critical reformulation", in A. Scott e M. Storper (eds.), *Pathways to Industrialization and Regional Development*, Londres, Routledge.
- LUSOPONTE/GESTIPONTE (2010), *Distribuição de utentes das travessias rodoviárias sobre o rio Tejo (2006-2009)*, Lisboa, Lusoponte/Gestiponte.
- MEIRINHOS, V. (2009), *Pedonalidade em risco: Estudo antropológico dos atropelamentos em Lisboa*, Departamento de Antropologia, Lisboa, ISCTE-IUL. MA: 96.
- MEIRINHOS, V. (2010), "The walker and Lisbon: an epidemiological study of road accidents involving pedestrians in Lisbon in 2006 and 2007", in M. Ramos e M. Alves, *The walker and the city*, Lisboa, Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, p. 234.
- MEIRINHOS, V. (2011), "Risco e atribuição: representações dos atropelamentos em Lisboa", in M. Ramos, *Risco e Trauma nas Estradas Portuguesas*, Lisboa, Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, p. 222.
- MERRIMAN, P. (2009), "Automobility and the Geographies of the Car", *Geography Compass*, 3/2, pp. 586-599.
- PSP (2010), *Dados estatísticos de sinistralidade rodoviária em Lisboa nos anos 2006 a 2009*, Lisboa, PSP.
- SALGADO, M. (1999), "Lisboa. O rio e a renovação urbana, Expo'98. O seu papel como catalisador do rejuvenescimento de Lisboa", *Ciudades*, 5, pp. 103-113.
- SALGUEIRO, T. (1997), "Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada", *Finisterra*, XXXII (63), pp. 179-190.
- SCHAFER, A. e D. Victor (2000), "The future mobility of the world population", *Transport Research Part A*, 34, pp. 171-205.
- SERDOURA, F. (2008), "A emergência de novas centralidades: o caso de Lisboa", *Minerva*, 5 (2), pp. 187-196.
- SHELLER, M. (2004), "Automotive emotions", *Theory, Culture & Society*, 21 (4/5), pp. 221-242.
- SHELLER, M. e J. Urry (2000), "The city and the car", *International Journal of Urban and Regional Research*, 24, pp. 737-757.
- SILVA, F. (2009), *Avaliação dos impactes da interrupção da circulação automóvel na Baixa e Praça do Comércio*, Lisboa, Centro de Sistemas Urbanos e Regionais – Núcleo de Urbanismo e Ambiente, pp. 1-46.
- TEIXEIRA, M. (1993), "A história urbana em Portugal. desenvolvimentos recentes", *Análise Social*, XXVIII (121), pp. 371-390.
- TENEDÓRIO, J. (ed.) (2003), *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa.
- TRANSTEJO/SOFLUSA (2010), *Volume anual de passageiros transportados em transporte colectivo fluvial (2006-2009)*, Lisboa, Transtejo/Soflusa.
- URRY, J. (2002), "Mobility and proximity", *Sociology*, 36 (2), pp. 255-274.
- VILHELMSON, B. (1999), "Daily mobility and the use of time for different activities. The case of Sweden", *GeoJournal*, 48, pp. 177-185.
- XEREZ, R. (2008), "Dinâmicas do Território: centralidades e gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa", *VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Associações científicas portuguesas: mapeamento e caracterização

Ana Delicado, Luís Junqueira, Raquel Rego, Cristina Conceição e Inês Pereira

Introdução

- 1 As associações científicas são um dos elementos dos sistemas científicos menos conhecidos e debatidos no âmbito da Sociologia da Ciência. Perante o crescente relevo social da ciência contemporânea, o seu papel carece de ser analisado. Em Portugal, o avultado investimento em ciência nas últimas décadas tem-se traduzido num desenvolvimento das instituições de investigação e ensino, da comunidade e da produção científica, que terá também reflexos sobre este tipo de organização.
- 2 Este artigo, inserido num projecto de investigação em curso que tem por objectivo compreender o papel das associações científicas na ciência contemporânea em Portugal¹, procura fazer uma primeira caracterização geral destas entidades. Após um breve enquadramento teórico, são apresentados dados relativos à distribuição temporal, espacial e disciplinar das associações científicas. Procura-se depois aferir não só a ligação entre as associações científicas e o sistema científico nacional, mas também com outras esferas da sociedade, através das actividades que desenvolvem, da base de associados e das fontes de financiamento com que se sustentam.

Enquadramento

- 3 As sociedades e associações científicas são um tema genericamente ignorado dentro dos estudos de ciência e da sociologia da ciência em particular. Se o seu papel histórico no dealbar da ciência moderna é amplamente referido (Merton, 1938; Shapin, 1999: 140-143; Golinski, 1999) e abundam as monografias sobre as instituições mais relevantes, como a Royal Society (Lynch, 2001; Bryson, 2010), pouca atenção é dada às suas funções na ciência contemporânea. Apesar de as teorizações em torno do Modo 2 de produção de

conhecimento (Gibbons et al., 1997) pressuporem a diversificação das instituições envolvidas na ciência, as associações científicas praticamente não são referidas.

- 4 Há, no entanto, alguns trabalhos sobre associações científicas contemporâneas. Schofer (1999, 2003) tem estudado o crescimento das organizações não governamentais internacionais científicas, sintomático da globalização da ciência mas também da procura de respostas científicas a problemas sociais. Focando-se no caso de um sistema científico em particular, o estudo de Schimank (1988) sobre as associações científicas alemãs procura caracterizar as suas funções e actividades. Num âmbito mais disciplinar, Moreau et al. (2004) aplicaram um inquérito às sociedades médicas francesas com o objectivo de chegar a uma definição consensual e construir uma tipologia. Sobre associações específicas encontra-se, por exemplo, a monografia de Rilling (1986) sobre a Sociedade Alemã de Química, que demonstra a sua função importante no estabelecimento de laços entre o sistema social da ciência e os ambientes sociais externos (como canal de controlo social).
- 5 Existem ainda estudos dispersos (e produzidos sobretudo por investigadores das áreas disciplinares respectivas, mais que por cientistas sociais) sobre o papel das associações em áreas diversas. Vários autores têm-se debruçado sobre o exercício da regulação ética por parte das associações científicas, analisando os seus códigos de conduta (Bird, 1998; Bullock e Panicker, 2003) ou a promoção da integridade na publicação científica (Caellegh, 2003). O papel das associações científicas com editoras de revistas tem suscitado também outro tipo de análise, centrado, por exemplo, nos seus custos (Shad, 1997) ou na oportunidade ou ameaça que representa o acesso livre (Velterop, 2003). Um terceiro grupo de trabalhos diz respeito à participação das associações na definição de políticas públicas, em áreas como a saúde (Vesikari, 2008) ou os recursos naturais (Scott et al., 2008).
- 6 Em Portugal, a temática das associações está razoavelmente estudada, com trabalhos publicados, por exemplo, sobre associações profissionais (Freire, 2004), ONG de ambiente (Nave e Fonseca 2000), ou associações de desenvolvimento local (Melo, 2011)². Porém, no que diz respeito às associações científicas, pouco existe para além de estudos históricos sobre algumas sociedades científicas, como a Academia das Ciências ou a Sociedade de Geografia de Lisboa, ou sobre tipos específicos de associação (Matos, 1996) ou ainda referências esparsas em análises sobre a política científica portuguesa (Gonçalves, 1996: 53) e sobre actividades de cultura científica (Costa et al., 2005: 45, 82-83).

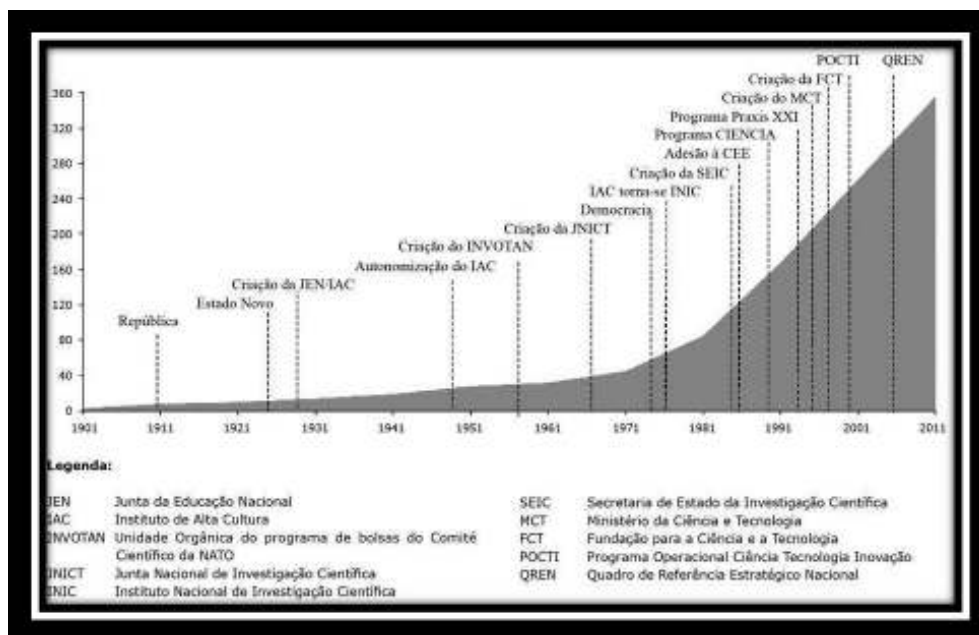
Metodologia

- 7 Os dados apresentados neste artigo sustentam-se em três diligências metodológicas: um recenseamento das associações científicas, uma análise dos estatutos das associações e um inquérito por questionário aplicado a uma amostra das mesmas.
- 8 Na ausência de uma definição estabilizada de associação científica na literatura científica ou no regime legal português (ao contrário do que sucede em outras áreas mais enquadradas institucionalmente em Portugal, como as IPSS, as associações de defesa do ambiente, de jovens, etc.) ou ainda de um registo centralizado destas instituições, o recenseamento de associações partiu da combinação de uma pluralidade de fontes disponíveis³. Foram definidos pela equipa quatro critérios primordiais de avaliação das associações: tem designação de associação científica; tem fins científicos (explícitos nos

estatutos); desenvolve actividades científicas; os cientistas são um tipo significativo de membros (em número ou nos cargos de direcção).

- 9 Com recurso a documentação e à internet, procurou-se reunir informação sobre as associações recenseadas de modo a sustentar a aplicação destes critérios. Foi assim constituída uma base de dados onde consta o nome da associação, contactos, *webpage*, data de fundação, área científica, objectivos e actividades. Esta base de dados contém actualmente 443 registos. No entanto, é importante referir que este recenseamento se baseia numa concepção alargada de associação científica, que inclui muitos casos de associações cuja área de actividade principal é outra (defesa do ambiente, promoção da saúde, protecção do património cultural, defesa de interesses profissionais, etc.) mas que estão de alguma forma ligadas ao meio científico. A par deste esforço de recenseamento, foram também recolhidos e sujeitos a uma análise de conteúdo sistemática os estatutos de 262 associações científicas.
- 10 Foi por fim aplicado um inquérito por questionário às associações científicas com o objectivo de obter uma caracterização mais completa destas organizações. O inquérito decorreu entre Outubro de 2010 e Maio de 2011, tendo sido aplicado *online* às 337 associações para as quais foi identificado um endereço de *email* válido⁴. Foram recebidas 107 respostas, correspondentes a uma taxa de 31,7%⁵.

Figura 1 Total acumulado do número de associações científicas e cronologia de eventos político-institucionais, 1901-2011



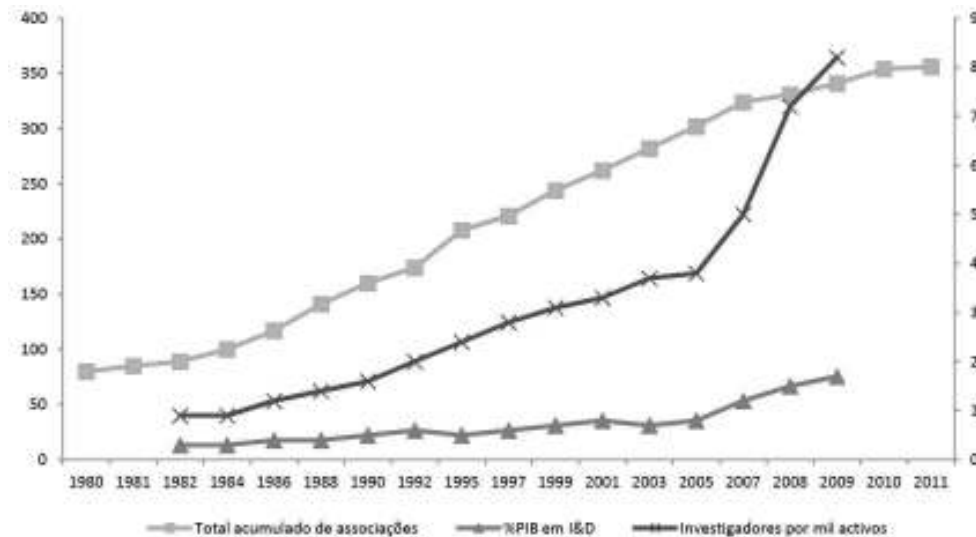
FONTE: Recenseamento às associações científicas nacionais (2011)

Mapeamento do universo das associações científicas

- 11 Um primeiro dado relevante para caracterizar as associações científicas portuguesas diz respeito ao momento de criação das associações⁶. Pode-se constatar que o crescimento das associações científicas acompanha o desenvolvimento do sistema científico português, tanto em termos de estruturação institucional (Figura 1) como de

investimento e recursos humanos (Figura 2). Assim, verifica-se que o número de associações científicas era quase irrisório até à Primeira República⁷, cresceu muito lentamente até meados do século⁸ e acelerou um pouco com o início da política científica nos anos 60, marcada pela criação da JNICT (Ruivo, 1998: 216), apesar das limitações ao associativismo e da secundarização da ciência durante o Estado Novo (Gonçalves, 2001: 177). É no entanto a partir dos anos 80 que se dá o verdadeiro arranque no desenvolvimento científico português, com a entrada da ciência na orgânica dos governos (primeiro como Secretaria de Estado, depois como Ministério) e a criação de programas estáveis de financiamento (CIENCIA, PRAXIS XXI, POCTI, QREN) (Gonçalves, 1996), com o correspondente crescimento dos recursos financeiros e humanos em investigação. Este desenvolvimento é acompanhado pela fundação de um número crescente de associações científicas e de uma organização agregadora, a Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas (FEPASC), criada no início dos anos 90 (Gonçalves, 1996) e que está hoje praticamente inactiva.

Figura 2 Total acumulado de associações científicas (eixo da esquerda), despesa em I&D em percentagem do PIB e investigadores em I&D por mil activos (eixo da direita), 1980-2011



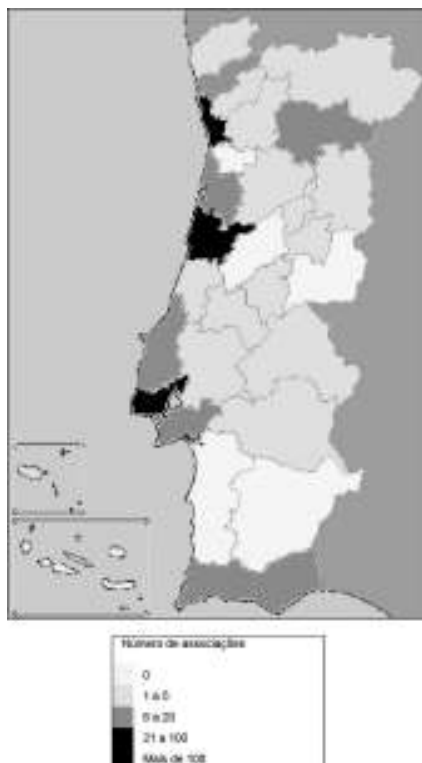
FONTE: GPEARl, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e recenseamento de associações científicas

- 12 Quanto à distribuição geográfica das associações recenseadas (Figura 3), verifica-se uma forte concentração de associações científicas em Lisboa e concelhos da respectiva área metropolitana (56%), seguida do Porto (14%), Coimbra (8%) e ainda de Braga, Setúbal, Aveiro e Algarve (4%). Tal explica-se não só pela contracção regional do sistema científico português⁹, mas também pela localização das principais universidades portuguesas. De facto, quase um terço das associações científicas indica como sede as instalações de estabelecimentos de ensino superior, laboratórios do Estado ou centros de investigação. Tal dever-se-á não só à imbricação das associações no campo científico, mas também ao controlo de custos de funcionamento das associações.
- 13 Considerando a área disciplinar das associações científicas (Figura 4), predominam as ciências médicas e da saúde (35% das associações), seguidas das ciências naturais, humanidades, ciências sociais e ciências da engenharia. Esta distribuição não tem qualquer correspondência linear com a estruturação do campo científico português, como

pode ser demonstrado através dos resultados mais recentes do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (GPEARI, 2011): a área que efectua maior despesa e congrega um maior volume de recursos humanos é a das ciências da engenharia, seguida da das ciências exactas.

- 14 O que explica a predominância das ciências médicas e da saúde no campo das associações é o facto de a sua divisão disciplinar interna se reflectir de forma mais marcada na constituição de associações científicas: enquanto nas ciências exactas uma única associação praticamente representa toda uma área disciplinar¹⁰ (por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Matemática, a Sociedade Portuguesa de Física ou a Sociedade Portuguesa de Astronomia), nas ciências da saúde existem mais de uma centena de associações divididas por especialidades e subespecialidades médicas¹¹, muitas originadas a partir da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. Tal poderá estar associado ao trajecto de especialização da medicina (Weisz, 2003), mas uma dispersão de associações semelhante sucede noutras disciplinas, como a biologia, a psicologia ou a filosofia. Para Schimank (1988), a criação de uma associação é indicador da institucionalização social da disciplina; muitas associações começam como núcleos dentro de associações mais antigas, que depois se autonomizam, quando o núcleo atinge massa crítica suficiente. Assim, o crescimento das associações sucederá eventualmente em resposta à crescente especialização disciplinar da ciência (Caraça, 2001; Barke, 2003; Schofer, 2003), mas já as razões para a concentração em algumas áreas e para a dispersão noutras terão de ser aferidas noutras fases do projecto.

Figura 3 Distribuição regional (NUTS III) das associações científicas



FONTE: Recenseamento às associações científicas nacionais (2011)

Figura 4 Distribuição das associações recenseadas por área científica



N = 443; **FONTE:** Recenseamento às associações científicas nacionais (2011)

Composição interna das associações científicas

- 15 O inquérito aplicado às associações científicas permite analisar em maior pormenor as características das associações científicas portuguesas, nomeadamente a sua composição interna.
- 16 Uma primeira constatação possível é a reduzida dimensão média das associações científicas portuguesas, inferior, por exemplo, às associações profissionais (Freire, 2004: 14). Perto de 20% das associações inquiridas tem menos de uma centena de membros, 22% tem entre 100 e 250 membros e 40% entre 250 e mil membros. Apenas 18% das associações reúnem mais de mil sócios.
- 17 Mas é na distribuição por categorias de associados (Figura 5) que se pode apreciar a forte aproximação ao campo científico: praticamente todas as associações contam com investigadores (95%) ou outros profissionais científicos e técnicos (84%) entre os seus associados e em cerca de metade dos casos estes grupos constituem mais de 25% do total de associados. É de notar que também nos órgãos sociais das associações os investigadores têm uma presença importante, fazendo parte dos órgãos de 96% das associações inquiridas. Numa proporção relevante de associações (42%) os investigadores constituem a maioria ou a totalidade dos membros dos órgãos sociais.

Figura 5 Distribuição das associações por peso dos tipos de associados (%)



N = 86; **FONTE:** Inquérito às associações científicas portuguesas (2011)

- 18 Estas associações estão também ligadas à função de reprodução do campo científico, uma vez que muitas congregam também futuros profissionais científicos (os estudantes universitários estão presentes em 57% das associações) e responsáveis pela formação pré-graduada (professores do ensino secundário em 45% das associações).
- 19 Já a ligação à sociedade é mais ténue: mais de metade destas associações (59%) não admite como associados cidadãos ou público em geral.
- 20 De facto, a análise dos estatutos das associações revelou que, entre as que referem os sócios nos estatutos (221 casos, 84% dos estatutos analisados), a maioria (83%) impõe limitações à admissão de sócios efectivos, a categoria pela qual são geralmente designados os sócios de pleno direito (com direito a participar nos processos de decisão e a pertencer aos órgãos sociais). Para além de critérios etários ou de nacionalidade, entre os requisitos mais frequentes podemos encontrar:
- a actividade ou experiência profissional numa determinada área (em 53% das associações) – Ex.: “Podem ser membros singulares os cientistas, técnicos, estudantes e outras pessoas cuja actividade se insira no âmbito de Epidemiologia” (Estatutos da Associação Portuguesa de Epidemiologia);
 - o grau académico numa disciplina (24%) – Ex.: “Podem ser admitidos como associados efectivos da APEZ os licenciados em cursos de Engenharia Zootécnica ou licenciaturas similares acreditados e/ou reconhecidos pela Ordem dos Engenheiros” (Estatutos da Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica);
 - uma habilitação profissional reconhecida (10%) – Ex.: “Podem ser Sócios Titulares todos os médicos inscritos no colégio da especialidade de ortopedia da Ordem dos Médicos que reúnam as condições e estejam em plena posse dos seus direitos civis e profissionais” (Estatutos da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia);
 - actividades de investigação científica (2%), incluindo mesmo em alguns casos a exigência de publicação – Ex.: “São associados efectivos os autores de pelo menos dois artigos científicos de Farmacologia, Farmacologia Clínica, Toxicologia, ou ciências afins, publicados em revistas científicas arbitradas e indexadas no Science Citation Index, e que tenham

apresentado pelo menos uma comunicação científica oral nas reuniões da SPF” (Estatutos da Sociedade Portuguesa de Farmacologia).

- 21 Ainda é importante notar a existência de algumas associações que apontam mais que um critério de restrição para o estatuto de sócio efectivo (20%), sendo que entre estas é mais frequente a combinação de critérios relacionados de actividade/experiência profissional com critérios de habilitações académicas (8%). Algumas associações exigem no processo de candidatura a apresentação de CV, certificados de habilitações ou mesmo a prestação de provas.

Recursos financeiros das associações científicas

- 22 A reduzida dimensão das associações científicas pode também ser aferida pelo seu volume anual de despesa. De acordo com os dados recolhidos através do inquérito por questionário, perto de um terço das associações inquiridas afirma ter tido um volume de despesas inferior a 5 mil euros durante 2009 e um quarto entre 5 e 20 mil euros. Apenas cerca de 20% das associações declara um volume de despesas superior a 100 mil euros.
- 23 Como seria de esperar, as duas medidas de dimensão das associações estão associadas: 52% das associações com uma despesa anual inferior a 5 mil euros têm menos de 200 sócios, 65% das associações com uma despesa superior a 100 mil euros têm mais de 500 sócios.

Figura 6 Distribuição das fontes de financiamento das associações (%)



N = 86; **FONTE:** Inquérito às associações científicas portuguesas (2011)

- 24 Mas é através das fontes de financiamento das associações científicas que se pode avaliar a sua base de apoio social (Figura 6). É importante notar que as associações científicas dependem sobretudo de rendimentos próprios para assegurar as suas actividades: entre as receitas das associações destacam-se as quotizações e jóias de associados, num primeiro plano (22% das associações afirma depender em mais de 70% deste tipo de rendimentos), a venda de bens e serviços de carácter científico, em segundo plano, e a

remuneração por participação em projectos e eventos, num terceiro plano. Mais de metade das associações científicas não recebe qualquer apoio financeiro público, o que contrasta com organizações do terceiro sector noutras áreas de actividade, como a solidariedade social (vide, por exemplo, Delicado et al., 2002) ou o ambiente (Nave e Fonseca, 2000), onde o financiamento estatal é predominante. Os donativos privados também são minoritários.

Actividades das associações científicas

- 25 Por fim, um outro elemento essencial para compreender o papel das associações científicas diz respeito às actividades desenvolvidas. Os poucos estudos existentes sobre associações científicas contemporâneas destacam o carácter plurifuncional das associações científicas, cujas actividades enquadram não só as funções de desenvolvimento da disciplina (comunicação e reprodução do conhecimento científico) mas também funções de natureza profissional (representação de interesses da disciplina e seus profissionais, apoio na procura de emprego) e de ligação com a sociedade (aconselhamento de políticas públicas e divulgação científica). No que respeita às associações científicas na Alemanha, Schimank (1988) identifica quatro funções principais: a função comunicacional (difusão de resultados interna à disciplina, entre profissionais), a função profissional (aconselhamento e apoio a estudantes, cursos de formação profissional, representação dos interesses junto da comunidade científica e da sociedade), a função de transferência (promover encontro entre cientistas e utilizadores dos resultados) e a função de promoção (promover projectos de investigação, contactos com centros de I&D e instituições políticas, aconselhamento em matéria de política científica, representação em decisões políticas e administrativas). Moreau et al. (2004) reconheceram cinco objectivos principais das sociedades científicas médicas francesas: desenvolvimento científico (investigar, promover, favorecer o estudo, desenvolver, difundir, dar a conhecer, coordenar, fazer progredir, publicação, informação, apresentação de trabalhos), comunicação, formação (ensino), defesa da disciplina ou profissão (representação junto das instituições), divulgação de novidades da disciplina (sobre avaliação e prevenção, qualidade, ética, educação do paciente, acreditação). Rilling (1986) salienta a plurifuncionalidade da Sociedade Alemã de Química, que opera simultaneamente como associação profissional (agência de emprego para químicos, estabelecimento de requisitos de competências profissionais, demarcação de outras profissões) e como organizadora do processo de comunicação e reprodução do conhecimento científico (proporcionando cursos de formação, editando publicações científicas, mantendo um centro de documentação, desenvolvendo actividades de cultura científica).
- 26 Os dados recolhidos pelo inquérito a associações científicas portuguesas (Figura 7) vêm confirmar que as associações científicas tenderão a constituir-se essencialmente como plataformas de comunicação e partilha de informação técnico-científica, a operar em dois registos: por um lado, o da comunicação entre pares, tendo em vista o desenvolvimento dos respectivos domínios científicos e o reforço da qualificação dos profissionais que, nos mais diversos quadros institucionais, trabalham nas áreas disciplinares cobertas por estas associações (organização de congressos, edição de publicações científicas, cursos de formação, disponibilização de informação científico-técnica); por outro lado, o da comunicação alargada, dirigida a públicos não especializados, tendo como objectivo a

promoção da educação e da cultura científica das populações, bem como, eventualmente, a criação de melhores condições para uma mais forte visibilidade pública da ciência em Portugal e uma mais recorrente utilização dos conhecimentos de base científica no apoio aos processos de decisão individual ou colectiva (aspecto mais raramente incluído nos estatutos iniciais de muitas associações, nomeadamente de cariz disciplinar, mas que parece na actualidade alvo de atenção crescente). As associações científicas têm sido um dos tipos de participantes nas actividades promovidas pela Agência Ciência Viva, como os concursos de projectos escolares (Costa et al., 2005) ou a Ciência no Verão (Conceição, 2008; 2010).

- 27 Tal não invalida que outro tipo de actividades, pese embora mais raramente referidas como regulares, conste igualmente entre o leque de funções desempenhadas por várias das associações científicas inquiridas. Entre estas contam-se o envolvimento directo em algumas actividades de investigação científica (62%) ou a promoção das mesmas, através da concessão de financiamentos, prémios ou bolsas (44%), ainda que tais funções não representem, regra geral, a principal linha de actividade destas entidades, tendendo a estar a cargo de instituições especializadas – laboratórios e outras unidades de investigação, cujas actividades conheceram, aliás, forte expansão em Portugal nas últimas décadas (GPEARI, 2007; 2011).

Figura 7 Actividades desenvolvidas pelas associações científicas



N = 105; **FONTE:** Inquérito às associações científicas portuguesas (2011)

- 28 A representação de interesses dos profissionais ligados directamente à investigação científica tem sido, nos últimos anos, uma actividade desempenhada por ligeiramente mais de metade das associações que responderam ao inquérito (54%). Podendo não constituir uma actividade primordial, esta parece ser, ainda assim, uma missão não negligenciável quando se trata de analisar o papel das associações científicas na ciência e

na sociedade portuguesas. Já a representação de interesses de outros profissionais técnico-científicos tende a ser relativamente menos frequente por parte destas associações (44%), facto que poderá estar associado à própria definição de associação científica que presidiu este estudo e que acabou por ditar a exclusão de um vasto leque de associações que se dedicam mais especificamente a este tipo de funções.

- 29 Considerando-se que as associações científicas tendem a estabelecer-se num espaço de charneira entre o campo científico, em sentido mais restrito, e outras esferas da vida social, seria certamente de averiguar em que medida a relação com as instâncias políticas (nomeadamente as encarregadas da definição de políticas públicas no campo das actividades científicas ou outras) constaria entre o leque de actividades destas associações. Os dados recolhidos através do inquérito permitem confirmar que, se é certo que muitas associações desempenham esse tipo de função, certo é também que a maioria não o fará de modo regular. Parece relativamente frequente, por parte das associações científicas, a produção de pareceres ou de documentos de aconselhamento científico tendo em vista o apoio à decisão política e à tomada de decisões administrativas (73%). Já a assunção de funções de representação em órgãos consultivos de políticas de teor científico tenderá a ser mais escassa, embora obviamente longe de irrelevante (47%). Efectivamente, um estudo de 1996 (Marques, 1996) dava conta de que este tipo de associações apenas estava representado em 6 conselhos ou comissões, com destaque para o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Educação e a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- 30 Face a estes dados poder-se-á agora questionar em que medida tal situação se deve ao facto de tais actividades serem, pela sua própria natureza, mais irregulares, ao facto de elas poderem não ser perspectivadas pelas associações como centrais no quadro da sua missão ou, ainda, a uma eventual dificuldade em aceder a estes espaços, quer esta possa advir de uma eventual fraca abertura por parte das instâncias de decisão política a este tipo de participação (cf. Gonçalves, 1996; 2001; Gonçalves e Delicado, 2009) ou do preenchimento de tais funções por parte de outro tipo de entidades a operar no campo científico (ex.: laboratórios de investigação, instituições de ensino superior, etc.). Este é um aspecto em relação ao qual se poderá vir a obter mais informação nas próximas fases do presente estudo.
- 31 Finalmente, é de referir que a prestação de serviços de consultoria técnico-científica ou outros por parte das associações científicas tende a assumir-se também como uma actividade relativamente ocasional (55%). Bastante escassos são, por seu turno, os casos de associações que operam algum tipo de transferência de conhecimento especificamente dirigida a empresas (23%), situação que se poderá considerar, em larga medida, consonante com o panorama durante largos anos registado no que toca às relações entre boa parte do tecido produtivo nacional e a generalidade das instituições científicas (GPEAR, 2011). A credenciação da actividade profissional de investigadores ou outros técnicos é também uma função raramente desempenhada por estas associações (23%), visto que é uma missão praticamente circunscrita às Ordens profissionais.

Conclusões

- 32 Os dados recolhidos permitem afirmar que as associações científicas em Portugal são um campo em forte expansão. Este tipo de organizações tem crescido a um ritmo acelerado

nas últimas décadas, acompanhando o desenvolvimento do sistema científico, espalhando-se pelo território e disseminando-se em todas as áreas disciplinares.

- 33 As associações analisadas têm, como seria de esperar, uma forte implantação no meio científico. Têm sede em instituições de investigação ou ensino superior, agregam como associados e membros dos corpos sociais uma proporção avolumada de cientistas, desenvolvem um conjunto alargado de actividades dirigidas aos actores da comunidade científica. Há que destacar a elevada apetência das associações para a organização de encontros científicos e para a publicação de revistas científicas, o que leva a crer que este tipo de actividades continua a ter alguma importância no sistema científico português, apesar do contexto de intensa internacionalização da ciência.
- 34 No entanto, é também de destacar a sólida radicação destas organizações na sociedade. Muitas admitem como sócios não só outros profissionais científico-técnicos, como estudantes e/ou ainda outros cidadãos. Quase todas promovem a comunicação com públicos alargados através de actividades de divulgação científica, tanto para a população em idade escolar como para o público em geral. Há também um número significativo de associações que mantêm alguma forma de contacto com os meios de comunicação social. É pois de admitir que as associações desempenhem um papel relevante no estabelecimento de pontes entre o meio científico e outras esferas sociais.
- 35 Outro aspecto a salientar é a relativa independência destas associações face a donativos públicos ou privados, já que a maioria das associações depende sobretudo das quotas dos associados e da prestação de bens e serviços para assegurar os seus orçamentos. Tal leva a crer que a sua actividade está sobretudo dependente de um crescimento do interesse pelo associativismo científico por parte comunidade científica em particular, mas também da sociedade em geral.
- 36 Este trabalho fica limitado pela pouca atenção que tem sido dada pela sociologia da ciência ao associativismo científico contemporâneo. A escassez de trabalhos e as características dos existentes tornam difícil realizar um trabalho de natureza comparativa, que poderia trazer uma melhor compreensão deste fenómeno, principalmente pelo enquadramento com os contextos nacionais em que concentram os principais centros de produção científica.
- 37 Outra dimensão que aqui fica por explorar é a construção de uma tipologia de associações científicas, merecedora de um artigo próprio que conjugue os resultados obtidos através do inquérito por questionário com os dados resultantes das fases seguintes de investigação, de natureza essencialmente qualitativa (estudos de caso de associações).

BIBLIOGRAFIA

BARKE, R. P. (2003), "Politics and Interests in the Republic of Science", *Minerva*, 41 (4), pp. 305-325.

BARUCH, Y, e B. Holtom (2008), "Survey response rate levels and trends in organizational research", *Humans Relations*, 61 (8), pp. 1139-1160.

- BIRD, S. (1998), "The role of professional societies: codes of conduct and their enforcement", *Science and Engineering Ethics*, 4, pp. 315-320.
- BRYSON, B. (org.) (2010), *Seeing further: The story of science and the Royal Society*, Londres, HarperPress.
- BULLOCK, M. e S. Panicker (2003), "Ethics for all: differences across scientific society codes", *Science and Engineering Ethics*, 9,(2), pp. 159-70.
- CAELLEIGH, A. S. (2003), "Roles for scientific societies in promoting integrity in publication ethics", *Science and Engineering Ethics*, 9 (2), pp. 221-41.
- CARAÇA, J. (2001), *O que é a ciência*, Lisboa, Quimera.
- CONCEIÇÃO, C. P. (2008), *Ciência Viva no Verão 2008*, Lisboa, Ciência Viva.
- CONCEIÇÃO, C. P. (2010) *Ciência Viva no Verão 2009*, Lisboa, Ciência Viva.
- COSTA, A. F. et al. (2005) *Cultura Científica e Movimento Social – Contributos para a análise do programa Ciência Viva*, Oeiras, Celta Editora.
- DELICADO, A., A. N. Almeida e J. Ferrão (2002), *Caracterização do voluntariado em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.
- FREIRE, J. (org.) (2004), *Associações profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta.
- GIBBONS, M. et al. (1997), *The New Production of Knowledge*, Londres, Sage.
- GOLINSKI, J. (1999), *Science as public culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GONÇALVES, M. E. (1996), "Mitos e realidades da política científica portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 46, pp. 47-67.
- GONÇALVES, M. E. (2001), "A importância de ser Europeu: ciência, política e controvérsia sobre o risco da BSE em Portugal", In J. A. Nunes e M. E. Gonçalves (eds.), *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial de ciência*, Porto, Afrontamento, pp. 171-207.
- GONÇALVES, M. E. e A. Delicado (2009), "The Politics of Risk in Contemporary Portugal: Tensions in the Consolidation of Science-Policy Relations", *Science and Public Policy*, 36 (3), pp. 229-239.
- GPEARI (2007), *Investigação e Desenvolvimento em Portugal – 1982 a 2003*, Lisboa, GPEARI/MCTES, http://www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/I_Dempportugal1982_2003_20092007.pdf.
- GPEARI (2011), *Sumários Estatísticos IPCTN 2008 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional*, Lisboa: GPEARI/MCTES.
- LYNCH, W. (2001), *Solomon's child: method in the early Royal Society of London*, Stanford, Stanford University Press.
- MARQUES, M. M. L. (1996), *Administração Consultiva em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social.
- MATOS, A. C. (1996), "Sociedades e associações industriais oitocentistas", *Análise Social*, 136-137, pp. 397-412.
- MELO, D. (2011), "Associativismo e sustentabilidade no quadro local" in R. Carmo (ed.), *Entre as cidades e a serra*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 115-148.
- MERTON, R. K. (1938), "Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England", *Osiris*, 4, pp. 360-632.

- MOREAU, N., C. Guérot e A. Durocher (2004), "Typologie des sociétés savantes médicales françaises", *La Presse Médicale*, 33 (12), pp. 784-790.
- NAVE, J. G. e S. Fonseca (2000), *As Organizações Não Governamentais de Ambiente*, Lisboa, Observa.
- RILLING, R. (1986), "The Structure of the Gesellschaft Deutscher Chemiker", *Social Studies of Science* 16 (2), pp. 235-260.
- RUIVO, B. (1998), *As Políticas de Ciência e Tecnologia e o Sistema de Investigação*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SCHIMANK, U. (1988), "Scientific associations in the German research system", *Knowledge in Society* 1 (2), pp. 69-85.
- SCHOFER, E. (1999), "Science associations in the international sphere 1875-1990", in J. Boli e G. M. Thomas (eds.), *Constructing World Culture*, Stanford, CA, Stanford University Press, pp. 249-266.
- SCHOFER, E. (2003), "International Science Associations, 1870-1990", in G. S. Drori, J. W. Meyer, F. O. Ramirez e E. Schofer (eds.), *Science in the Modern World Polity*, Stanford, CA, Stanford University Press, pp. 81-99.
- SCOTT, J. M., J. L. Rachlow e R. T. Lackey (2008), "The Science-Policy Interface: What is an Appropriate Role for Professional Societies?", *BioScience*, 58 (9), pp. 865-869.
- SHAD, J. G. (1997), "Scientific Societies and Their Journals", *The Journal of Academic Librarianship*, 18 (5), pp. 406-407.
- SHAPIN, S. (1999), *A Revolução Científica*, Lisboa, Difel.
- SHEEHAN, K. (2001), "E-mail Survey Response Rates: A Review", *Journal of Computer-Mediated Communication*, 6 (2); [Online] Disponível em <http://jcmc.indiana.edu/vol6/issue2/sheehan.html>.
- TOMASKOVIC-DEVEY, D. et al. (1994) "Organizational Survey Nonresponse", *Administrative Science Quarterly*, 39 (3), pp. 439-457.
- VELTEROP, J. (2003), "Should scholarly societies embrace open access?", *Learned Publishing*, 16 (3), pp. 167-169.
- VESIKARI, T. (2008), "The role of scientific societies in the decision-making process to recommend new vaccines: the example of rotavirus in Europe", *Journal of Public Health*, 16 (4), pp. 287-290.
- WEISZ, G. (2003) "The Emergence of Medical Specialization in the Nineteenth Century", *Bulletin of the History of Medicine*, 77 (3), pp. 536-574.

NOTAS

1. Projecto SOCSCI Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CS-ECS/101592/2008), em curso no ICS-UL, em cooperação com o CIES-IUL e o SOCIUS-ISEG.
2. Ver também a bibliografia temática sobre associativismo voluntário compilada por D. Melo: <http://www.forumlocal.org/base-de-dados/bibliografia/>.
3. As fontes que constituem a base de sondagem são: a lista de Sociedades Científicas que beneficiaram do Fundo de Apoio à Comunidade Científica da FCT entre 2002 e 2006 (<http://alfa.fct.mctes.pt/estatisticas/facc/>); o Roteiro de Ciência e Tecnologia (<http://nautilus.fis.uc.pt/roteiro/associacoes.htm>); a base de associações profissionais do projecto de investigação do CIES-ISCTE "Profissões em Portugal" (<http://bdapp.cies.iscte.pt/>); sectores Educação e ciência,

Engenharia e tecnologias, Saúde); a lista de associações que participaram em acções promovidas pela Agência Ciência Viva; portais e listagens *online* (Geoport, Naturlink, Psicologia.com, Universia, Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa); *website* de publicações *online* do Ministério da Justiça (actos societários de associações); pesquisas no motor de busca Google por “associação científica” e “sociedade científica” em “site:pt”; notícias de imprensa; recomendação ou conhecimento pessoal.

4. Não é porém de excluir que algumas destas associações estejam inactivas.

5. Este valor é semelhante aos encontrados na literatura da área, que oscilam entre 30% e 40% de taxa de resposta de inquéritos a instituições, tendencialmente inferior às de inquéritos a indivíduos (Tomaskovic-Devey et al., 1994). Baruch e Holtom (2008) não encontraram diferenças substanciais entre a taxa de resposta a inquéritos por *email* e por correio tradicional.

6. Ainda que apenas se tenha conseguido reunir esta informação para 81% das associações científicas recenseadas (356 casos).

7. Deste pequeno grupo fazem parte a Sociedade d Ciências Médicas de Lisboa (1822), a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), a Sociedade Portuguesa de Ciências Agrárias (1902), a Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias (1903) e a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (1907).

8. Com a criação da Sociedade Portuguesa de Química e Física (1911), a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (1918), a Sociedade Portuguesa de Biologia (1922), a Sociedade Portuguesa de Matemática (1940), a Sociedade Geológica de Portugal (1940) e algumas Sociedades Médicas.

9. Segundo os dados do IPCTN 2008, a região de Lisboa é responsável por 56% da despesa em I&D, 45% dos recursos humanos em I&D e 48% dos investigadores (GPEAR, 2011).

10. Se bem que a divisão em núcleos ou grupos internos possa nestes casos responder à necessidade de especialização subdisciplinar.

11. Moreau et al. (2004) recensearam em França 225 associações médicas.

RESUMOS

Sendo as associações científicas um tema pouco estudado dentro da Sociologia da Ciência, este desinteresse reflecte-se num conhecimento limitado da sua extensão e do seu papel no sistema científico e tecnológico nacional.

Este artigo tem por objectivo apresentar uma caracterização destas organizações, tendo em conta a sua constituição, os seus recursos e as actividades que desenvolvem, sustentada num recenseamento das associações, na análise dos seus estatutos e num inquérito por questionário aplicado às mesmas.

Os resultados obtidos mostram que o número de associações científicas tem crescido a ritmo acelerado desde os anos 80, concentrado nos principais centros de produção científica nacional. No que diz respeito à sua constituição e às actividades que desenvolvem, as associações científicas portuguesas revelam uma diversidade que nos permite caracterizá-las não só como lugares de comunicação entre pares, mas também como pontos de contacto entre a ciência e a sociedade.

Since scientific societies area a fairly under-researched subject within the sociology of science, this lack of interest is reflected on a limited knowledge of their scope and role in the national scientific system.

This paper aims to characterise these organisations in terms of their time and context of creation, resources and activities. It is based on a census of associations, an analysis of their statutes and a survey.

Our results show that the number of associations has grown steadily since the 80s and that they are concentrated in the main centres of scientific production. As to their constitution and activities, Portuguese scientific associations reveal a high degree of diversity that allows us to characterise them not just as places for fostering communication among peers but also as contact points between science and society.

ÍNDICE

Keywords: associations, science, scientists

Palavras-chave: associações, ciência, cientistas

AUTORES

ANA DELICADO

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
ana.delicado@ics.ul.pt

LUÍS JUNQUEIRA

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
luis.junqueira@ics.ul.pt

RAQUEL REGO

SOCIUS-ISEG-UTL
raquelrego@iseg.utl.pt

CRISTINA CONCEIÇÃO

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
cristina.conceicao@iscte.pt

INÊS PEREIRA

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
ines.pereira@iscte.pt

“No trilho da negligência...” configurações exploratórias de violência contra pessoas idosas

Ana Paula Gil e Ana Alexandre Fernandes

Introdução

- 1 “Envelhecer com dignidade: proteger os idosos das situações de abuso” é o lema que serviu de mote à realização de uma Conferência Europeia promovida pela Comissão Europeia, em 2008, que reuniu especialistas e responsáveis políticos, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública europeia e lançar o debate sobre as situações de abuso e violência a que estão sujeitas as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade em toda a Europa.
- 2 A questão central que se coloca às sociedades europeias envelhecidas reside na interrogação sobre o aumento do tempo de vida e sobre a emergência crescente do número de situações de dependência face a terceiros. Embora as mulheres tenham maior longevidade, quando comparadas com os homens, reportam pior saúde subjectiva e mais doença crónica, estando mais sujeitas a perda de funcionalidade e capacidades por atingirem também idades mais avançadas (Fernandes et al., 2010, Perelman et al., 2010).
- 3 Em que condições ocorrem as situações de maus-tratos e negligência contra as pessoas idosas? Como prevenir os maus-tratos contra pessoas em situação de grande vulnerabilidade física e mental é certamente uma das preocupações que o envelhecimento suscita.
- 4 Sob o ponto de vista sociológico, a violência contra as pessoas idosas é um fenómeno socialmente construído e remete para um espaço social de intervenção onde os diferentes actores que interagem utilizam formas de interpretação, categorias de entendimento e estratégias de acção que podem constituir espaços de conflito e de contradição nas práticas levadas a cabo pelos actores em jogo.

- 5 A análise destes fenómenos leva-nos a recorrer ao conceito de "campo". Pierre Bourdieu define o conceito de "campo social" como
 - um campo de forças – cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram cometidos, e como um campo de lutas no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios diferenciados segundo a sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para conservar ou para transformar a sua estrutura. (Bourdieu, 1997: 32)
- 6 Este conceito permite reconstituir os cenários de conflito e acção e identificar os diferentes agentes em confronto, como sejam os profissionais sociais e de saúde e as pessoas idosas, bem como as suas famílias. Neste contexto integramos também no campo as instituições responsáveis pela intervenção pública.
- 7 Nesta pesquisa temos como objectivo reconstituir os processos de construção social protagonizados pelos agentes que interagem no campo da protecção social, e que, pela apropriação e reprodução do conceito de "violência contra as pessoas idosas", contribuem para uma objectivação e legitimação do conceito enquanto realidade identificada e homogénea. O ponto de partida é conceptual e remete para as definições linguísticas que nos permitem aceder à realidade que nos propomos observar e analisar, a "violência contra as pessoas idosas".
- 8 Há uma grande diversidade de categorias linguísticas com significados relativamente idênticos mas de contornos pouco precisos. A que nos referimos quando falamos de violência, maus-tratos, agressões, abuso e negligência face aos mais velhos? Violência, maus-tratos, abuso, negligência são noções frequentemente utilizadas na linguagem comum, à semelhança do que acontece com a língua inglesa – "*elder abuse and neglect*" –, ou com a língua francesa – "*maltraitance*", "*violence*". Constituem representações parciais e parcelares que remetem para os mesmos fenómenos da realidade concreta. A diversidade linguística não nos permite identificar e distinguir a diversidade substantiva de relações sociais transfiguradas pelas regras do jogo social.
- 9 A definição conceptual é essencial para a identificação das configurações da realidade social que só poderemos conhecer através de categorias de entendimento previamente reconhecidas. Incorre-se em "risco de sobrestimação do fenómeno, se o conceito tem falta de objectividade, e risco de subestimação se a definição é demasiado estreita" (Hugonot, 1990:24). Estes enviesamentos ampliam-se quando se fazem comparações internacionais.
- 10 A análise etimológica dos conceitos em língua portuguesa de "maus-tratos", "maltratar", "negligenciar", "abusar" e "violentar" remete para definições com ligeiras diferenças semânticas, que concorrem em usos de utilização diferentes. Em geral podem ser definidos como "actos que provocam um dano físico ou mental, ou de negligência, a uma terceira pessoa"².
- 11 Consideramos como ponto prévio que a opção pela designação "maus-tratos" limita o campo de aplicação ao meio familiar e/ou institucional e refere-se a pessoas em situação de vulnerabilidade física e/ou mental que necessitam de cuidados de terceiros (familiares ou não familiares), pressupondo um conjunto de acções e comportamentos que resulte de uma omissão ou violação do dever de cuidar, ou de prestar assistência e auxílio, e que coloque em risco a integridade física e psíquica da pessoa que necessita de apoio.
- 12 A limitação ao campo familiar pressupõe uma biografia familiar de violência (transmissão intergeracional) ou dificuldades no exercício do papel de cuidador familiar (ausência de

competências psicológicas, sociais, físicas), falta de apoios e isolamento social, dimensões enquadradas na problemática da violência doméstica³.

- 13 Este exercício conceptual das categorias linguísticas interfere na definição de categorias estatísticas que, por sua vez, determinam não só a medição e avaliação dos fenómenos como os contornos das representações sociais e o conhecimento que construímos da realidade.

1. Identificação de um problema

- 14 Na sociedade portuguesa, o conceito de negligência não tem sido considerado como categoria estatística⁴, dado que surge sem previsão penal. Segundo o inquérito NMUME (2007)⁵, num total de 144 crimes, a violência doméstica (40,3%) é a categoria que mais se destaca no que concerne as pessoas idosas, vítimas de crime, seguida da categoria "maus-tratos" (31,3%).
- 15 Segundo a Direcção-Geral de Administração Interna (2008), a violência conjugal representa mais de 4/5 (valores superiores a 80%) do total de ocorrências participadas e a violência doméstica denunciada exercida contra ascendentes⁶ representa cerca de 7% do total das ocorrências (p. 10). Em 2009, esse valor cresce para 8,2%⁷.
- 16 As ocorrências de violência doméstica registadas pelas forças de segurança foram maioritariamente tipificadas pela grande categoria dos "crimes contra a integridade física" (93% e 83%, respectivamente na GNR e PSP), dentro da qual se encontram, e por ordem decrescente, as ofensas à integridade física voluntária simples, os maus-tratos e, com uma expressão bastante mais reduzida, as ofensas à integridade física voluntária graves.
- 17 As estatísticas da APAV (2000-2009) permitem concluir que a violência física e psicológica constituem os actos de violência mais comuns e a vitimação ocorre na esfera familiar, sendo sobretudo os cônjuges/companheiros, seguido dos filhos, maioritariamente do género masculino, os principais perpetradores destes actos às pessoas idosas (cujo tipo mais frequente é o das mulheres, com idade <75 anos, reformadas, a residir em meio urbano). As estatísticas permitem-nos uma abordagem multidimensional do problema (física, psicológica, sexual e patrimonial) (APAV, 2000-2009), mas quando comparamos as estatísticas nacionais entre si (APAV, MAI), a negligência é uma dimensão ausente numa bateria de indicadores pouco homogénea entre os organismos, facto que condiciona o conhecimento do problema.
- 18 A noção de negligência é integrada no conceito de maus-tratos, preconizado pela declaração de Toronto de 2002 (OMS). Neste documento o conceito é definido como "qualquer acto isolado ou repetido, ou a ausência de acção apropriada, que ocorre em qualquer relacionamento em que haja uma expectativa de confiança, e que cause dano ou incómodo a uma pessoa idosa. Estes actos podem ser de vários tipos: físico, psicológico/emocional, sexual, financeiro ou, simplesmente, reflectir actos de negligência intencional, ou por omissão"⁸.
- 19 Conceptualmente, a negligência apresenta-se como negligência activa quando envolve um acto deliberado que provoca um dano físico e psicológico (supõe intencionalidade) e negligência passiva quando se refere à não satisfação das necessidades quotidianas e falta de cuidados (supõe atitude psicológica negativa). Para a negligência passiva podem contribuir vários factores, como sejam (i) exaustão física e psicológica; (ii) afastamento

social do cuidador; (iii) falta de apoio na prestação dos cuidados; (iv) desconhecimento (para identificar sintomas e necessidades) ou ainda falta de competências sociais e psicológicas para o desempenho da função de cuidador (Gil, 2010). No seu extremo, a negligência, ao nível da prestação dos cuidados, pode constituir um problema de saúde pública. Há vários estudos que referem a negligência passiva e activa como uma das formas de violência identificada e referida com maior frequência (Lachs et al., 1997; O'Keefe et al., 2007; Garre-Olmo et al., 2009).

- 20 Ainda que haja o risco de dimensionar a pessoa maltratada/negligenciada como uma categoria social assente na percepção das vítimas, isto é, como alguém com idade avançada e com "necessidade de protecção" (Harbison, 1999: 65), os inquéritos internacionais mais recentes são consensuais relativamente ao perfil da vítima, como sendo alguém em idade avançada e em situação de alguma dependência face a terceiros.
- 21 Actualmente, os dados sobre a prevalência da violência⁹ têm permitido, em alguns países, conhecer a amplitude do fenómeno. Os seus valores têm variado entre 2,6% e 5,6% (Quadro 1). Esta oscilação das estimativas depende quer da sua conceptualização (da sua definição, dos tipos, forma de questionar), do perfil de agressor (tipo de relação), ou da própria vítima (>60 anos, >65 anos ou 65-84 anos), quer das metodologias adoptadas.
- 22 Um dos estudos mais recentes sobre prevalência da violência contra as pessoas idosas foi desenvolvido na Grã-Bretanha (2007) a partir de um inquérito representativo realizado na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Este inquérito envolveu 2100 pessoas com mais de 65 anos, estimando-se uma prevalência de 2,6% (correspondendo a 227 000 pessoas) a habitarem a sua própria casa e que referiram ter vivenciado alguma forma de maus-tratos por parte de um membro da família, um amigo ou de um cuidador formal ao longo dos 12 meses que antecederam o inquérito. Neste estudo a negligência afecta 11 pessoas em cada 1000 habitantes, o abuso financeiro 7 pessoas/1000, a psicológica 4/1000, a física 4/1000 e a sexual 2/1000.
- 23 Esta investigação revelou ainda que 51% dos maus-tratos, durante o ano anterior, envolveram um cônjuge/companheiro, outro familiar (49%), um profissional (13%) ou um amigo (5%). O abuso interpessoal (físico, psicológico e o sexual associado) é perpetrado maioritariamente por homens (H-80%; M-20%) (O'Keefe et al., 2007: 4).
- 24 Muito embora o estudo tenha revelado uma taxa de prevalência de 2,6%, valor que é próximo do encontrado noutros estudos internacionais, verificamos um aumento para 4% quando incluímos entre os agressores os "vizinhos" e "outros".
- 25 A pertinência deste estudo reside no rigor da metodologia adoptada e nos resultados alcançados ao nível dos objectivos ao permitir identificar e avaliar os dois principais problemas: a negligência e o abuso financeiro.

Quadro 1 Prevalência da violência estimada a partir de inquéritos, em alguns países

País, Ano	Boston, USA 1986	Canadá, 1990	Amesterdão, Holanda, 1994	Grã-Bretanha, 1992	Grã- Bretanha, 2007
População-alvo	Último ano/ /Desde 65 anos	Último ano/ /Desde 65 anos	Último ano/ /Desde 65 anos	Recentemente	Último ano/ /Desde 65 anos

Negligência	0,4 (UA)	0,4 (UA)	0,2 (UA)	NA	1,1%
Financeiro	NA	2,5 (desde 65 anos)	1,4 (UA) 4,8 (desde 65 anos)	1,5	0,7%
Psicológico/ verbal	1,1 (UA)	1,1	3,2 (UA)	5,4	0,4%
Físico	2,0 (desde 65 anos)	0,5 (desde 65 anos)	1,2 (UA) 3,9 (desde 65 anos)	1,5	0,4%
Sexual	NA	NA	NA	NA	0,2%
Múltipla	NA	0,8 (desde 65 anos)	0,4 (UA)	NA	-
Outro	2,6 (UA) 3,2 (desde 65 anos)	4,0 (desde 65 anos)	5,6 (UA)	NA	
Tamanho da amostra	2020	2008	1797	593	2100

Fonte: ADAPTAÇÃO DO QUADRO DE O'KEEFE ET. AL. (2007), *UK STUDY OF ABUSE AND NEGLECT OF OLDER PEOPLE – PREVALENCE SURVEY REPORT*, NATIONAL CENTRE FOR SOCIAL RESEARCH AND KING'S COLLEGE LONDON, P. 11, DISPONÍVEL EM WWW.NATCEN.AC.UK (EXCEPÇÃO PARA A ÚLTIMA COLUNA) UA – ÚLTIMO ANO NA – NÃO APLICÁVEL

- 26 A preocupação pela qualidade dos cuidados prestados às pessoas idosas em situação de fragilidade física e/ou mental é uma das questões que preocupa a maioria dos cidadãos europeus. O estudo “saúde e cuidados a longo prazo”, com base no Eurobarómetro (2008), revelou que perto de metade dos europeus considera os maus-tratos e a negligência às pessoas idosas como um problema comum nos seus países (47%), valor ligeiramente menor em Portugal (43%).
- 27 Um quarto dos europeus considera serem os filhos das pessoas idosas os principais autores dos maus-tratos (23%). Este valor sofre um aumento ligeiro em Portugal, pois os cidadãos portugueses consideram os filhos como os potenciais agressores (25%), ou as pessoas que trabalham nos lares (25%), pessoas conhecidas (17%), pessoal ligado aos serviços de apoio domiciliário (15%), *staff* oriundo do hospital (8%), cônjuges (8%) e irmãos (5%) (CE, 2008: 5-6).
- 28 A avaliação negativa sobre os serviços para população idosa agudiza-se no caso de Portugal: 63% dos portugueses consideram que os cuidados prestados nestas instituições são insuficientes, percentagem acima da média europeia (45%). A desconfiança face às instituições de velhice pode ser explicada não só por se considerar que ainda compete à família a prestação de cuidados, como pelos exorbitantes custos económicos que surgem, quase sempre, associados aos cuidados. Para além disso, existe uma clara desconfiança relativa ao fraco desempenho destas instituições, com manifestas deficiências de ordem

organizacional, relativamente aos serviços prestados, agudizando-se nos lares de idosos (Gil, 2010).

- 29 A avaliação da negligência a partir dos cuidados prestados leva-nos, por um lado, para as representações dos profissionais, que agem tendo em conta os seus quadros de referência e as condições em que decorre a acção e, por outro lado, para as práticas e as ambivalências geradas em torno de actuações e "comportamentos, por vezes reprováveis", mas legítimos sob o ponto de vista profissional.

2. O método

- 30 Com o objectivo de identificar e analisar as situações de maus-tratos contra as pessoas idosas fomos procurar reconstituir as representações que os interventores sociais, profissionais de saúde, acção social e outros, têm do fenómeno, assim como os factores de risco que propiciam o seu surgimento e as estratégias de intervenção¹⁰ que consideram adequadas face ao conhecimento que têm do problema.
- 31 Para a recolha de dados foram utilizadas duas técnicas complementares aplicadas em duas etapas:
1. Numa 1.ª fase recolhemos informação sobre a regularidade da ocorrência dos maus-tratos bem como a descrição qualitativa das situações. Para obter esta informação aplicámos um questionário de autopreenchimento a uma população composta por 113 profissionais de diferentes áreas. Foi-lhes pedido que identificassem a regularidade da ocorrência dos actos cometidos em meio familiar bem como a descrição qualitativa das situações¹¹. Dos participantes no inquérito, 81% eram pessoas do sexo feminino, com média de idade de 34 anos, recrutados nas áreas profissionais da Acção Social (serviço social, psicologia), profissionais de saúde (enfermeiros e técnicos de reabilitação) e forças policiais (GNR e PSP).
 2. Numa 2.ª fase utilizámos a técnica de *focus group* para procurar identificar os factores de risco da vitimação e as estratégias para intervenção. Para o efeito foram formados 3 grupos heterogéneos, constituídos por profissionais recrutados entre os inquiridos, com o objectivo de retirar o máximo de consensos a partir do método de discussão grupal.

3. Análise dos resultados

- 32 A análise dos resultados indica-nos que as representações de maus-tratos às pessoas idosas são essencialmente de natureza financeira (59,3%), negligência ao nível dos cuidados prestados – higiene pessoal (57,5%), saúde/medicamentos (46,9%), da alimentação (46,0%). Os maus-tratos psicológicos (54,9%), físicos (40,7%) e o abandono e o isolamento (44,2%) constituem formas percebidas e retratadas pelos interventores sociais nos quotidianos das práticas profissionais (Gráfico 1).

Gráfico 1 Tipos de maus-tratos referidos pelos profissionais a partir do conhecimento que têm destas situações (N=113)



Fonte: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO A PROFISSIONAIS DE DIFERENTES ÁREAS

- 33 Os casos de abuso financeiro colocam todos os dias em risco os direitos sociais das pessoas mais idosas, por vezes com o consentimento e a inércia das instituições, dos profissionais e das próprias famílias. Os resultados deste estudo permitiram ilustrar os contornos do problema, na esfera familiar, ao conseguir captar as representações dos profissionais sobre os maus-tratos e que remetem, no essencial, para casos de pessoas idosas em situação de dependência de terceiros.
- 34 Quando analisamos a frequência de cada um dos casos de maus-tratos referidos pelos profissionais, conclui-se que (Quadro 2):
- 57,5% dos entrevistados consideram que a negligência ao nível da higiene pessoal ocorre de forma permanente e contínua;
 - 46% dos inquiridos considera que a negligência ao nível da saúde e da alimentação ocorrem de modo frequente e permanente;
 - 44,2% dos casos identificados pelos técnicos como sendo de isolamento ocorrem de forma permanente e crónica (64%), estas últimas já há vários anos.

Quadro 2 Frequência de ocorrências da negligência referidas pelos profissionais

	Pontual	Frequente	Recorrente/ /Permanente	Crónico	
Higiene pessoal	13,8%	32,3%	43,1%	10,8%	100%
Alimentação	17,3%	34,6%	34,6%	13,5%	100%
Vestir	24,0%	44,0%	24,0%	8,0%	100%

Saúde	15,1%	35,8%	37,7%	11,3%	100%
Isolamento	14,0%	22,0%	44,0%	20,0%	100%

Fonte: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO A PROFISSIONAIS DE DIFERENTES ÁREAS

- 35 Conforme observado anteriormente, 59,3% identificaram nas suas práticas profissionais casos de abuso financeiro e conclui-se que destas situações identificadas pelos técnicos ocorrem em 60% de forma permanente e crónica no dia-a-dia (Quadro 3).

Quadro 3 Frequência de ocorrência de outras formas de maus-tratos

	Pontual	Frequente	Recorrente/ /Permanente	Crónico	
Física	30,4%	34,8%	21,7%	13,0%	100%
Psicológica	9,7%	35,5%	37,1%	17,7%	100%
Financeira	23,9%	16,4%	38,8%	20,9%	100%
Sexual	50,0%	50,0%			100%

Fonte: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO REALIZADO A PROFISSIONAIS DE DIFERENTES ÁREAS

- 36 Mas mais do que o peso do número de casos referidos, a análise do discurso que resultou da discussão grupal reforça a ideia, já um pouco difundida, de que a violência contra as pessoas idosas assume contornos preocupantes na sociedade portuguesa.
- 37 No quadro de síntese apresentado em anexo (Anexo, Quadro 1), procuramos categorizar os tipos de negligência e maus-tratos identificados pelos profissionais entrevistados e que remetem para exemplos de casos referidos.
- 38 A negligência, ao nível das actividades da vida diária, nomeadamente na alimentação, é referida como desnutrição associada à ausência de apoio nas refeições (Anexo, Quadro 1). Em certos casos as pessoas com maiores dificuldades acabam por ficar longos períodos de tempo sem se alimentar. Estes casos são mais frequentes na ausência de uma rede de suporte familiar, em horário laboral. Foram também referidos casos relativos a pessoas com limitações na locomoção e, por essa razão, com dificuldade em prover a sua alimentação. A desadequação das dietas (variedade, quantidade), a alimentação pouco diversificada, desadequada e insuficiente ou a inexistência de horários para as refeições geram casos de desnutrição e desidratação, a necessitar de cuidados hospitalares.
- 39 É referido também que a negligência, ao nível dos cuidados pessoais (higiene pessoal, vestir), faz-se sentir na recusa e/ou inadequação da assistência dos apoios prestados, no caso de pessoas dependentes de terceiros, com repercussões nas patologias associadas (escaras) e promotoras da dependência (p. ex., o uso excessivo da fralda), a constituírem um atentado à dignidade da pessoa (Anexo, Quadro 1).
- 40 É também identificada falta de assistência médica e medicamentosa que coloca em risco a saúde física, agravando a situação clínica das pessoas idosas, ignorando necessidades

terapêuticas, desprezando sintomas ou, simplesmente, o abandono terapêutico por razões de ordem económica. Para além disso, a administração da medicação, sem prescrição médica, ou a gestão imprópria da mesma constituem diferentes formas de negligência ao nível da saúde.

- 41 Apesar da tipificação de certas práticas, que foram identificadas pelos profissionais como formas de maus-tratos e negligência, em contexto familiar, é de salientar que algumas destas práticas não são consideradas, pelos mesmos, como actos violentos ou abusivos, fazendo até mesmo parte dos normativos e procedimentos profissionais. Este ponto de vista por parte dos profissionais contribui para a legitimação de interesses e posições profissionais nas organizações com repercussões na identificação das situações, também na esfera familiar.
- 42 Partiremos de alguns exemplos ilustrativos identificados durante a discussão grupal, como é o caso da contenção física e a sobredosagem de medicamentos.
- 43 A contenção física é definida como "qualquer acção que restringe a liberdade física e/ou psicológica da pessoa idosa" (Hantikainen e Käppeli, 2000: 1199), através de restrições mecânicas (coletes, lençóis, faixas que amarram a pessoa à cadeira ou à cama, atar os pulsos ou os tornozelos, mesas que se colocam à frente de cadeiras de rodas travadas, grades na cama, ou limitar a pessoa ao quarto) ou químicas (uso abusivo de sedativos). É usada pelos profissionais com o argumento de promover a segurança, a protecção ou o controlo comportamental do doente, em situações hospitalares agudas, pós-operatórios, estados confusionais, prevenindo possíveis quedas. Esta técnica pode ser perspectivada ainda como um procedimento de rotina no meio hospitalar ou institucional, justificado eticamente e legitimado profissionalmente pelo "interesse do doente".
- 44 Do ponto de vista profissional, o uso da contenção física não é considerado, na maior parte das vezes, um comportamento violento, explicado pela protecção e prevenção contra qualquer forma de lesão. Contudo, se a contenção física não for utilizada de acordo com os procedimentos de uma "boa prática", temporária e moderadamente, pode ser abusiva e violenta, podendo ir contra a autonomia da pessoa, quando esta se torna uma prática banalizada em meio institucional e/ou familiar, em que as pessoas ficam contidas horas sucessivas ou dias inteiros.
- 45 Até que ponto esta ambivalência é colocada pelos cuidadores e profissionais de saúde? A alternativa coloca-se entre amarrar a pessoa ou sujeitá-la a um risco de queda ou a autoferimento. É consensual entre os profissionais de enfermagem que é preferível aceitar o sofrimento psicológico causado pela contenção física do que aceitar um ferimento físico causado por uma queda. Interrogações legítimas que têm subjacentes constrangimentos organizacionais bem como sistemas punitivos face ao desempenho profissional.
- 46 Outra questão problemática diz respeito à sobredosagem de medicação em doentes com demência em estádios de grande agitação, a fim de evitar fugas, comportamentos agressivos. Estes casos evidenciam a complexidade inerente à intervenção nestes territórios movediços onde se intersectam normas, procedimentos e interesses profissionais. Ambos os exemplos são considerados como formas de violência física e química (Glendenning, 1999) e, como demonstram alguns estudos, o uso destes dois procedimentos pode aumentar o risco de quedas graves, agravar estádios confusionais e ter efeitos físicos e psicológicos graves nos próprios doentes (Hantikainen e Käppeli, 2000).

- 47 Estes dois exemplos revelam ambiguidades em actos considerados tecnicamente aceitáveis em meio hospitalar e/ou institucional, ou comportamentos moralmente reprováveis por serem abusivos e violentos dependendo do ponto de vista de quem avalia. As fronteiras entre a "má prestação de cuidados" que podem ser insuficientes, deficientes, e os designados cuidados negligentes, como uma forma de maus-tratos, como analisámos, tornam-se difusas e corre-se o risco de a promoção de equipamentos e serviços para a população idosa se tornarem, nestas circunstâncias, verdadeiras "fábricas" de produção de dependência e aniquilamento da identidade da pessoa.
- 48 Para esta dualidade concorrem vários factores intervenientes que poderão justificar a fragilidade das fronteiras do que é considerado um cuidado inadequado: as dificuldades organizacionais; a ausência de procedimentos tipificados/protocolados dos cuidados a prestar; a ausência de uma política de avaliação da qualidade; a falta de uma política de formação aos cuidadores formais; o desconhecimento e a indiferença.
- 49 O isolamento e o abandono de pessoas idosas são outro dos exemplos referidos de atentados à integridade física e psíquica, à liberdade e à autodeterminação: pessoas confinadas a certas dependências da habitação ou a viverem no mesmo domicílio sem partilhar o espaço comum com os restantes familiares. Há casos de pessoas sequestradas em "sua casa", trancadas e privadas de qualquer contacto social motivado pela indiferença ou pela "diferença" ou ainda pelas barreiras arquitectónicas.
- 50 O abuso financeiro, ao constituir um atentado à autonomia individual e à cidadania, contempla actos que podem ir desde a usurpação da pensão de reforma ou parte desta, de bens económicos/móveis/património imobiliário pelos familiares, até obrigar a pessoa a assinar documentos/procurações, a atribuir direitos a essa ou a terceira pessoa, passando por furtos e roubos (retirar dinheiro ou ficar com objectos sem o seu consentimento), ou obrigar a fazer donativos ou a fazer testamento.
- 51 Como factores de risco associados ao perfil das vítimas e dos agressores, identificados pelos técnicos, destacam-se as razões de ordem socioeconómica, a solidão e o isolamento e o ciclo geracional de violência, os problemas de saúde mental e dependências, factores culturais e o designado stress do cuidador, pela falta de formação e de apoio às famílias.
- 52 Estes factores vão ao encontro dos oito factores de risco identificados por Lachs et al. (1997): o estado precário de saúde e deterioração funcional e cognitiva; o abuso de substâncias ou doença mental do cuidador; o agressor depender da vítima; a coabitação; os factores de *stress* (eventos, problemas económicos, *stress* do cuidador); o isolamento social e a história de violência.
- 53 A ausência de recursos e de respostas para as vítimas, o medo dos potenciais agressores e consequentes represálias, fazem com que o problema seja, por vezes, desculpabilizado por profissionais, de saúde e da área social, com o argumento de que não existem "provas". Aqui imperam duas formas de abordagem profissional: a que designaremos como a "aleatoriedade da intervenção" e aquela a que chamamos a técnica de "fechar os olhos".
- 54 A primeira é feita com base no empirismo e no bom senso técnico, quase sempre com poucas respostas e sem uma linha de diagnóstico e de intervenção estruturada. A segunda é o reconhecimento da ausência de respostas e a periclitante capacidade de intervenção face à complexidade do problema, contribuindo indirectamente para a invisibilidade do mesmo.

- 55 A intervenção pública restringe-se assim à detecção do problema, à apresentação da denúncia¹² e ao encaminhamento para outras estruturas competentes tornando-se uma intervenção social fragmentada e pouco articulada entre os actores envolvidos.
- 56 Nesta encruzilhada da intervenção face ao problema da violência emergem também dilemas no campo profissional. O primeiro diz respeito à apresentação da denúncia, colocando um problema ético que é sujeitar uma pessoa em idade avançada, por vezes em situação de grande fragilidade física e/ou mental, a uma exposição pública e a dois confrontos: a punição da família, o confronto com um processo de ambivalência emocional (acusar um familiar implica rupturas, perdas e ficar só) e o confronto com o poder judicial. Este facto remete para outra questão que é a de saber: "e depois da apresentação da denúncia?" É o regresso ao domicílio e à coabitação com o potencial agressor ou a passagem temporária por uma "casa de abrigo", por vezes pouco adaptada à população idosa, ou a entrada num lar de idosos.
- 57 O reconhecimento social do problema passa por uma profunda reflexão sobre as práticas profissionais e institucionais, bem como sob as estratégias de prevenção e intervenção a implementar. Os técnicos, alvo do estudo, são consensuais sobre a necessidade de implementar uma estratégia nacional de combate ao problema, não só através da criação de uma Comissão Nacional de Protecção dos Direitos das Pessoas Idosas, como de uma plataforma de apoio e acompanhamento aos técnicos e às instituições, passando por um trabalho multidisciplinar de parcerias entre os vários actores sociais.

4. Novo campo de intervenção: problemas, dilemas e contradições

- 58 A ausência de estudos epidemiológicos em Portugal que possam objectivamente responder à questão "qual a dimensão do problema?" torna a sua avaliação uma tarefa difícil porque é sempre um problema complexo de ser reconhecido, quer pela vítima, quer pelos próprios agressores. A crença "de que de um filho não se faz queixa" ou "é uma vergonha ir a tribunal denunciar um filho ou um cônjuge" está de tal forma enraizada que a vítima, ela própria, sente culpa pelo laço de parentesco, silenciando e isolando-se, perdendo-se na esfera familiar ou negando a própria vitimização (Gil, 2010).
- 59 Hörl (2007) alerta-nos para que na reconstrução da violência, como problema sociológico, exista, por um lado, um equilíbrio entre as definições utilizadas no campo científico e na *praxis* e, por outro lado, que reflectam a realidade social e os sentimentos das pessoas verdadeiramente envolvidas no problema. Para superar esta dualidade propõe diferentes estratégias metodológicas, que podem ir desde a análise de o problema incidir na relação de reciprocidade entre vítima e agressor (Hörl, 2007) ou a partir da análise de *focus group* abrangendo pessoas idosas (Áustria, Hörl, 2007; Corral, 2004; França, Thomas et al., 2005), ou profissionais (em Espanha, Bazo, 2001; na Suíça, Plamondon et al., 2003).
- 60 Nesta pesquisa partimos da perspectiva dos técnicos que, inseridos no campo profissional, constroem e legitimam uma realidade complexa e multidimensional. A metodologia utilizada permitiu evidenciar uma tendência para uma certa naturalização da violência como um problema social, e para o qual não existem *a priori* adequadas respostas de intervenção. A variação das fronteiras conceptuais do que significa um acto de violência e um cuidado considerado "deficiente", "inadequado", depende não só da posição social ocupada pelos actores como das percepções socialmente construídas sobre o problema.

Como se concluiu, as fronteiras do que significa um acto de violência podem variar de acordo com os interesses profissionais, legitimados pelo campo profissional.

- 61 A ausência de instrumentos de avaliação adequados e objectivos que contemplem a multidimensionalidade do fenómeno reflecte-se na dificuldade em avaliar a dimensão do problema, ou seja, identificar os casos de maus-tratos em ambiente familiar e/ou institucional.
- 62 Por fim, a título de conclusão, não deixamos de referir algumas das recomendações propostas pela União Europeia (CE, 2008) orientadas para (i) a produção de legislação punitiva dos agressores, como familiares ou profissionais; (ii) um maior controlo com fiscalização e supervisão por parte do Estado, à semelhança do que ocorre na infância, com a defesa dos direitos da criança; (iii) um maior investimento na formação dos cuidadores (informais e formais); (iv) políticas de família de apoio à dependência, e uma melhor qualificação (recompensas remuneratórias e formativas) para os cuidadores profissionais.
- 63 Consideramos que para promover a melhoria das condições em que decorre a protecção social das pessoas idosas em situação de dependência é necessário proceder a um conjunto de mudanças estruturais na área dos equipamentos que prestam cuidados, tendo em conta as necessidades das famílias e abrindo o debate para alterações na legislação do trabalho e da segurança social propiciadoras de maior e melhor colaboração entre prestadores públicos e cuidadores familiares.

Quadro 1 Tipificação das situações de negligência e maus-tratos identificadas pelos participantes do grupo focal

<p>Alimentação:</p> <p>Desnutrição, má nutrição, nutrição deficiente</p> <p>Usar a restrição de alimentos como forma de castigo</p>	<p><i>"Idosos doentes que chegam muitas vezes ao hospital em estado de total desidratação e desnutrição"</i> (Q. 108)</p> <p><i>"Ausência de algumas refeições diárias, nutrição muito pobre ou ficam sem comer (até ao dia seguinte)"</i> (Q. 75)</p> <p><i>"Castigos (p. ex., não comer) como retaliação se o idoso se «comporta mal»"</i> (Q. 98)</p>
<p>Higiene pessoal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desprezo pelas necessidades básicas, tal como a higiene pessoal • Falta de mobilização/mudanças de posição das pessoas acamadas • Deixar a pessoa acamada só durante o dia 	<p><i>"Deixar as pessoas idosas acamadas sujas dias inteiros... inclusive ao fim-de-semana"</i> (E. 102)</p> <p><i>"Acontece muitas vezes os idosos que usam fralda serem obrigados a reutilizá-la e permanecerem grandes períodos sem mudar (com marcas no corpo)"</i> (Q. 99)</p>
<p>Vestir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Brutalidade na forma de vestir, impondo mo- vimentos bruscos e falta de respeito pelo ritmo pessoal • Deixar a pessoa sem roupa parte do dia ou uso de roupa desadequada 	<p><i>"Vestir de modo brusco e sem respeito pela dignidade da pessoa"</i> (Q. 102)</p> <p><i>"Deixar a pessoa em pijama todo o dia, deixando com roupa suja e urinada"</i> (Q. 76)</p> <p><i>"Deixarem os idosos sem roupa parte do dia"</i> (Q. 68)</p>

<p>Condições de saúde:</p> <p>• Ignorar necessidades e desprezar sintomas ou sinais de doença; Não acompanhamento/vigilância da terapêutica</p>	<p>"O idoso é sedado para permanecer «calmo» durante o dia e para dormir toda a noite" (Q. 86)</p> <p>"Idosos com excesso de sedativos" (Q. 100)</p> <p>"Idosos sedados para não darem muito trabalho às filhas" (Q. 43)</p>
<p>Abandono e Isolamento</p>	<p>"Idosos com demência fechados em quartos e presos à cama...porque os familiares têm que ir trabalhar" (Q. 57)</p> <p>"Idosos a residir em anexos (sem claridade) sem condições de saneamento e com barreiras habitacionais" (Q. 102)</p> <p>"Idosos limitados a áreas da habitação e com um contacto social limitado" (Q. 66)</p> <p>"Pessoa em situação de dependência a viver num pombal" (Q. 23)</p>

Quadro 2 Tipificação de outras formas de maus-tratos identificadas pelos participantes do grupo focal (físico, psicológico, sexual e financeiro)

<p>Maus-tratos físicos</p>	<p>"Idosos que após o fim-de-semana aparecem com diversos hematomas no corpo, mais usual na face. Suspeitamos que sejam empurrados pelas escadas..." (Q. 68)</p> <p>"Filhos que, enquanto principais cuidadores, exercem violência física (encontrões, apertões, empurrões)" (Q. 88)</p> <p>"Empurrão, pontapé, bofetada" (Q. 78)</p> <p>"Idosos com sinais de agressão como arranhões, pulsos negros ao serem apertados" (Q. 86)</p>
<p>Maus-tratos psicológicos</p>	<p>"Conhecimento de diversas famílias que infantilizam os seus idosos, gritam e desvalorizam as suas competências, reduzindo a sua auto-estima" (Q. 97).</p> <p>"Idosos que se queixam de serem maltratados verbalmente com gritos, berros, ameaças de serem institucionalizados em lares" (Q. 88)</p>
<p>Abuso sexual</p>	<p>"Abuso sexual pelos filhos a mãe acamada consequência de acidente de viação e posteriores AVC" (Q. 89)</p> <p>"Continuação da vida sexual sem o consentimento do idoso com demência, como um direito permanente do cônjuge" (Q. 102)</p>

<p>Abuso financeiro</p>	<p>"(...) expulsos da sua própria casa pelos filhos e que têm que alugar um quarto..." (Q. 92)</p> <p>"Usurpação da reforma assegurando em contrapartida os cuidados mínimos dos mais idosos. Isto é crónico" (Q. 95)</p> <p>"Filhos induzem a assinar procurações que permitem o levantamento de pensões e a venda de imóveis" (Q. 88)</p> <p>"... pretendem ficar com a residência dos pais, para proveito próprio, obrigando o idoso a ser institucionalizado" (Q. 85)</p> <p>"Institucionalização forçada, a privação da gestão doméstica própria e a perda do direito à autodeterminação" (Q. 98)</p>
-------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

BIBLIOGRAFIA

- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ((2000-2009), "Pessoas idosas vítimas de crime e de violência", Estatísticas APAV 2010, Lisboa: Unidade de Estatística. Disponível em: http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas_2010_pessoas_idosas_vitimas_crime_violencia.pdf.
- BAZO, M. T. (2001), "Negligencia y malos tratos a las personas mayores en España", *Revista Española de Geriátria y Gerontología*, n.º 36 (1), pp. 8-14.
- BERGER, P. e T. Luckmann (1985), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, P. (1994), *Razões Práticas - sobre a teoria da acção*, Oeiras, Ed. Celta.
- Código Penal, in http://www.cidm.pt/www_vd/legis3.htm (12/07/09).
- COHEN, M. (2008), "Research assessment of elder neglect and its risk factors in a hospital setting", *Internal Medicine Journal*, n.º 38, pp. 704-707.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (2008), "Maus-tratos a pessoas idosas", (2008/C 44/24) *Jornal Oficial da União Europeia*, C 44/109 de 16 de Fevereiro de 2008.
- COMMISSION EUROPÉENNE, DG Emploi, Affaires Sociales et Égalité des Chances, Document de réflexion (2008), "Que peut faire l'Union européenne pour protéger la dignité des personnes âgées et prévenir leur maltraitance?". Disponível em ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=3739&langId=fr.
- CONFÉRENCE EUROPÉENNE, Bruxelles, 17 mars 2008 "Protection de la dignité des personnes âgées - Prévention de la maltraitance et de la négligence envers les personnes âgées", in http://ec.europa.eu/employment_social/spsi/elder_abuse_fr.htm.
- CONSELHO DE EUROPA (2002), *Recomendação 1582 (2002) I (1)*.
- CORRAL et al. (2004), "Estudio cualitativo SEGG-IMSERO: la perspectiva de los mayores españoles sobre el maltrato al anciano", *Rev. Esp. de Geriátria y Gerontología*, n.º 39 (2), pp. 72-93.

DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2008), *O registo da violência doméstica pelas forças de segurança - análise do período de 2000 a 2007*, Lisboa, Direcção de Serviços de Planeamento Estratégico in <http://www.dgai.mai.gov.pt>.

FERNANDES, A., J. Perelman e C. Mateus (2010), *Health and Health Care in Portugal. Does Gender Matter?*, Lisboa, Edição do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA), Col. Estudos Científicos.

GARRE-OLMO, J., X. Planas-Pujol, S. López-Pousa, D. Juvinyà, A. Vilà, J. Vilalta-Franch (2009), "Prevalence and risk factors of suspected elder abuse subtypes in people aged 75 and older", *Journal of the American Geriatrics*, n.º 57, pp. 815-822.

GIL, A. P. M. (2010), *Heróis do Quotidiano: Dinâmicas Familiares na Dependência*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

GLENDENNING, F. (1999), "Elder Abuse and Neglect in Residential Settings: the need for inclusiveness in elder abuse research", *Journal of Elder Abuse and Neglect*, vol. 10 (1/2), pp. 1-11.

HANTIKAINEN, V. e S. Käppeli (2000), "Using restraint with nursing home residents: a qualitative study of nursing staff perceptions and decision-making", *Journal of Advanced Nursing*, 32 (5), pp. 1196-1205.

HARBISON, J. (1999), "The changing career of «Elder abuse and neglect» as a social problem in Canada: Learning from feminist frameworks", in *Journal of Elder Abuse and Neglect*, vol. 11 (4), pp. 59-80.

HÖRL, J. (2007), "The social construction of violence in old age", *The Journal of Adult Protection*, volume 9, Issue 1, Pavilion Publishing, pp. 33-38.

HUGONOT, R. (1990), *Violences contre les vieux*, Toulouse, Erès.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2002), *Prevenção da violência institucional perante as pessoas idosas e pessoas em situação de dependência*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.

LACHS, M.; C. Williams, S. O'Brien, L. Hurst e R. Horwitz, (1997), "Risk factors for reported elder abuse and neglect: a nine-year observational cohort study", *Gerontologist*, vol. 37, n.º 4, pp. 469-474.

NAHMIASH, D. (1995), "Quelques réflexions sur les mauvais traitements et la négligence exercés à l'endroit des personnes âgées", *Service Social*, vol. 44, n.º 2, pp. 111-128.

O'KEEFE, M., S. Biggs, A. Hills, M. Doyle, C. McCreddie, S. Scholes, R. Constantine, A. Tinker, J. Manthorpe e B. Erens (2007), *UK study of abuse and neglect of older people - prevalence survey report*, National Centre for Social Research and King's College London (eds.), disponível em www.natcen.ac.uk.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - Rede internacional para a prevenção do maltrato aos idosos (2002), "Voces ausentes. Opiniones de personas mayores sobre abuso y maltrato al mayor", *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, n.º 37 (6), pp. 319-331.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2002), *Toronto Declaration on the global prevention of elderly abuse (OMC2002)*, in www.who.int/ageing/projects/elder_abuse.

PERELMAN, J., C. Mateus e A. A. Fernandes (2010), "Gender equity in treatment for cardiac heart disease in Portugal", *Social Science & Medicine*, Volume 70, Issue 12, pp. 1867-2098 (June).

PLAMONDON, L., S. Lauzon e H. Rapin (2003), *Abus et négligence chez les personnes âgées tel que perçu par les intervenants dans des services à domicile*, Université de Genève in http://rhonealpes.sante.gouv.fr/social/cdmaltraitance/Chapitre_2/1/Rifvel_abus_a_domicile.pdf.

THOMAS, H.; Scodellaro, C.; Dupré-Lévêque (2005), "Perceptions et réactions des personnes âgées aux comportements maltraitants: une enquête qualitative", *Études et Résultats*, n.º 370, pp. 1-11.

ANEXOS

Anexos

NOTAS

2. Os maus-tratos são definidos como "um delito praticado por quem põe em risco a vida ou a saúde de uma pessoa que está sob a sua dependência ou guarda, privando-a de alimentos e cuidados indispensáveis, ou exercendo sobre ela qualquer forma de violência (física ou psicológica)". Cf. Porto Editora, 2009, *Dicionário da Língua Portuguesa 2010*, Porto, Porto Editora, p. 1034.

O verbo maltratar (mal tratar) significa tratar mal, agredir, espancar, bater, danificar, estragar, insultar e vexar. Este surge em oposição ao verbo *tratar*, que implica cuidar de si próprio (alimentar-se, receber cuidados médicos), mas também a relacionar-se, estar em relação com. Enquanto o verbo tratar tem implícita uma dimensão relacional, maltratar pressupõe uma relação de poder desigual face ao outro (a vítima).

O abuso vem do latim *abūsu* e significa "utilização demasiada de algo", ou seja, mau uso, uso excessivo ou injusto, excesso de poder, ultraje ao pudor e insulto. O abuso pressupõe, por um lado, uma conotação de autoridade, de poder numa relação interpessoal, de confiança, de direito, e, por outro, uma conotação sexual, definida como o "conjunto de actos ou comportamentos que ameaçam sexualmente outra pessoa" (Cf. Porto Editora, 2009, *Dicionário da Língua Portuguesa 2010*, Porto, Porto Editora, p. 27).

A violência vem do latim *violentia*, que significa a "qualidade ou estado do que é violento, a força empregada contra o direito natural de outrem, ou seja, uma acção em que se faz uso da força bruta, com intensidade, veemência, tirania e coacção" (*Idem*, p. 1645).

3. É considerado autor de violência doméstica: "quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) A pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite" (artigo 152.º do Código Penal Português).

4. Referimo-nos às estatísticas produzidas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), pela Direcção-Geral de Administração Interna (2008), e ainda pelas Estatísticas sobre idosos vítimas de crime/Inquéritos realizados pelas equipas NMUME (Núcleo Mulher e Menor, projecto da Guarda Nacional Republicana) (2007).

5. www.tsf.pt/storage/ng1069784.pdf.

6. Considera-se que a vítima é ascendente - inclui situações em que a vítima é mãe/pai/avó(ô) / tio(a)/sogro(a)/tutor(a)/padrasto/madrasta do denunciado(a). Cf. Direcção-Geral de Administração Interna (2008), *O registo da violência doméstica pelas forças de segurança - análise do*

período de 2000 a 2007, Lisboa, Direcção de Serviços de Planeamento Estratégico, p. 14. in <http://www.dgai.mai.gov.pt>.

7. Direcção-Geral de Administração Interna (2009), *Violência doméstica 2007-2008*, Lisboa, DGAI, p. 40 in <http://www.dgai.mai.gov.pt>.

8. Cf. *Toronto Declaration on the global prevention of elderly abuse* (OMC2002)([HP://www.who.int/ageing/projects/elder_abuse/alc_toronto_declaration_en.pdf](http://www.who.int/ageing/projects/elder_abuse/alc_toronto_declaration_en.pdf)).

9. "A prevalência fornece uma indicação da amplitude do problema e não pode ser utilizada para prever o número de casos que surgirão no futuro. A incidência resulta da frequência de novos casos durante um dado período no seio de um grupo em risco onde os seus membros não foram vítimas de violência ou negligência", in Nahmias, (1995), "Quelques réflexions sur les mauvais traitements et la négligence exercés à l'endroit des personnes âgées", *Service Social*, vol. 44, n.º 2, p. 114.

10. A recolha de informação foi possível graças à colaboração da Câmara Municipal de Sintra (Divisão de Saúde e Acção Social), em especial à Dr.ª Isabel de Sousa, que tornou possível a organização de um *Workshop* – "Violência contra os idosos – problemas, dilemas e desafios". Também agradecemos a todos os alunos do I e II Mestrado em Saúde e Envelhecimento da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

11. O questionário teve por base os tipos de maus-tratos (físicos, psicológicos, financeiros, sexuais) e negligência (higiene pessoal, alimentação, vestir, medicamentosa e de saúde, o isolamento e o abandono), assim como a frequência da ocorrência (ocasional, frequente, recorrente ou crónica), contemplados no documento do Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Prevenção da violência institucional – perante as pessoas idosas e pessoas em situação de dependência*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social, p. 46. A terminologia utilizada nesta publicação é a de violência.

12. A violência doméstica, em Portugal, é considerada um crime público, podendo ser denunciado por qualquer pessoa. Segundo o art.º 152.º do Código Penal, sobre os maus-tratos e infracção de regras de segurança, "quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda (...), sob pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e (a) lhe infligir maus-tratos físicos ou psíquicos ou a tratar cruelmente, é punido com pena de prisão." Cf. Código Penal, in http://www.cidm.pt/www_vd/legis3.htm (12/07/09).

RESUMOS

A violência contra as pessoas idosas está associada às condições de vulnerabilidade física e psicológica das pessoas que envelhecem tornando-as susceptíveis a situações de dependência extrema face a família e outros. A violência na esfera familiar e institucional tem vindo a apresentar contornos preocupantes na sociedade portuguesa. Esta perspectiva foi assumida pelos participantes de um grupo focal no âmbito de um estudo empírico que envolveu profissionais de saúde, acção social e representantes policiais, que a partir das suas práticas profissionais admitiram a existência de situações de violência contra os mais velhos. Os resultados deste estudo dão relevância a dois tipos de problemas: a negligência associada aos cuidados na dependência e o abuso financeiro. Este estudo permitiu também evidenciar alguns dilemas e contradições com que os profissionais se confrontam no quotidiano num campo de intervenção onde existem divergências claras de interpretação que podem influenciar o conhecimento sobre o mesmo.

Violence against the elderly is related to the conditions of physical and psychological vulnerability of older people becoming susceptible to situations of dependency and disability in the family and others. Violence in the family sphere and institutional boundaries has been showing concern in Portuguese society. This view was taken by participants in a focus group as part of an empirical study involving health professionals, social work and police representatives, who, from their professional practice, admitted the existence of situations of violence against the elderly. The results of this study provide two important kinds of problems associated with neglect in the care dependency and financial abuse. This study indicated some contradictions and dilemmas that professionals face in their daily lives in a field of intervention where there are clear differences in understanding that may influence knowledge about it.

ÍNDICE

Keywords: elderly, violence, abuse, family, institutions

Palavras-chave: pessoas idosas, violência, maus-tratos, família, instituições

AUTORES

ANA PAULA GIL

DEP – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge Esta pesquisa foi iniciada no âmbito do POS-DOC (SFRH/BPD/46014/2008), projecto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no CesNova – Faculdade Ciências Sociais e Humanas da UNL. E no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto.

paugil2@gmail.com

ANA ALEXANDRE FERNANDES

ISCPS/UTL/CESNOVA

ana.alexandre@iscsp.utl.pt

Da ética artificial e da moral de estado

António Pedro Dores

O “cuidar de si” é um dos fundamentos éticos da modernidade, segundo Michel Foucault, 2004.

A Hermenêutica do Sujeito

“Não perguntem o que a América pode fazer por vocês. Perguntem antes o que vocês podem fazer pela América.”

J. F. Kennedy

“The American Sociological Association recognizes the freedom of all peoples (...) and reaffirms the principles of ethical scientific conduct (...) respecting the rights, dignity, and worth of all peoples (...)”, declaração de 12 de Agosto de 2009.

<http://www.asanet.org/galleries/Governance/Council%20Statement%20on%20Human%20Rights%20%28August%202009%29.pdf>

- 1 Historicamente criou-se a esperança de a Revolução Francesa ter sido capaz de elevar as sociedades a formas igualitárias e pacíficas, mobilizando para tal as liberdades garantidas pelos direitos individuais. A Humanidade seria a sua herdeira e os Direitos Humanos a sua garantia. É, pois, com perplexidade que se assiste actualmente a políticas de troca de liberdade por segurança, desrespeito generalizado pelos contratos sociais constitucionalmente consagrados nos países do centro, à indução intencional do empobrecimento como política de expiação conduzida por uma *classe política* privilegiada e guardiã dos privilegiados, cf. Osborne (2008). Está criada uma sensação de derrocada civilizacional, em que à instabilidade crescente da vida dos mais desfavorecidos, oficialmente 23% dos europeus, se junta a instabilidade das classes médias e o enriquecimento continuado de uns poucos.
- 2 A sociologia, enquanto ciência, promoveu o sentimento de segurança nas virtudes pacifistas da civilização, por exemplo com Norbert Elias (1990), e da igualdade potencial dos indivíduos, atribuindo-se a si própria como uma das suas principais tarefas monitorar os níveis de desigualdade social, de que o último excelente exemplo é Wilkinson e Pickett (2009). Poderá, nas actuais circunstâncias, manter-se como mera observadora da concretização da modernidade? Não arrisca comportar-se como os teólogos aquando da

queda de Constantinopla? Não será útil abrir oportunidades de emergência a formas de pensar a sociedade onde se dê prioridade a análises das violências vernáculas – como a procura de explicações para a permanência da guerra ou sobre a extensão gigantesca e geralmente ignorada da violência doméstica – e ao trabalho contínuo de produção intencional de desigualdades sociais – como seja o produzido nas penitenciárias em todo o mundo – em vez de reforçar a invisibilidade destes fenómenos com estratégias epistemológicas que não os desafiam?

- 3 Os limites da teoria social para a análise empírica das realidades sociais têm sido notados por diversos autores. Por exemplo, quando mostram a relevância actual das redes de computadores, como Manuel Castells (2003), ou do sistema prisional, como Loïc Wacquant (2000). Outros autores apontam as causas epistemológicas desses problemas, como Bruno Latour (2007) ou Philip Zimbardo (2007). O primeiro denuncia a autolimitação dos sociólogos quando chega a vez de observar os usos das tecnologias que saturam o nosso *habitat*, reduzindo o social às abstractas interações entre humanos, sem mediações não humanas. Como se uma das características diferenciadoras da espécie humana não fosse a criação de utensílios. O segundo, por seu lado, mostra como nos escapa a observação do *efeito Lúcifer*, mesmo quando – e sobretudo quando – somos seus criadores e fautores: os estados de espírito perversos são experimentalmente reproduzidos e institucionalmente induzidos nas pessoas como se fosse uma imposição moral. Eventualmente de boa consciência.
- 4 A teoria social fechou-se e fixou-se nas suas tarefas tradicionais. Em tempos de profunda transformação social, naturalmente, necessitará de se abrir a novas possibilidades e oportunidades para ser capaz de se actualizar e acompanhar as mudanças no mundo. Esse trabalho inclui ultrapassar repugnâncias disciplinarmente desenvolvidas, nomeadamente contra tecnologia e contra a observação das perversidades promovidas e utilizadas pelas instituições modernas.

A evolução do papel modernizador da sociologia

- 5 Apesar da ideologia dos vencedores individualizados, herdeira das sagas heróicas adaptadas à vida e sucessos burgueses e empresariais, a coesão dos grupos sociais nunca deixou de ser e continua a ser decisiva. Isso foi apontado por Tocqueville, na sua *A Democracia na América* da primeira parte do século XIX, como nos países mais desenvolvidos na segunda metade do século XX por Fukuyama (1996). Formas de coesão cuja eficácia não pode ser explicada no quadro ideológico individualista e, por isso, são alvo de teorias da conspiração – referência à existência de seitas e sociedades secretas descritas como malélicas e largos poderes de influência, de que a globalização seria a concretização intencional –, de teorias securitárias – análise de riscos e classificação de campos de intervenção prioritária, com fins punitivos e terapêuticos ou preventivos sobretudo contra eventuais reacções da população –, de teorias sobre relações internacionais e estratégicas – que tratam das alianças entre Estados para fazerem a diplomacia e a guerra. Tanto a nível internacional, das classes dominantes e das classes populares, a ideologia da sociedade moderna como sociedade de indivíduos expulsa do campo da sociologia a questão da formação de solidariedades, espontâneas e organizadas, para disciplinas como as relações internacionais, a história, a criminologia, a ciência política, reduzindo o campo de intervenção sociológico a um território especial e exíguo, dentro das paredes idealizadas do nacionalismo metodológico¹.

- 6 Da proposta imperialista do positivismo de fazer da sociologia o lugar da confluência de todas as ciências, resta hoje a realidade da dispersão hiperespecializada do campo das ciências sociais, divididas em disciplinas e subdisciplinas com pouco ou nenhum contacto entre si².
- 7 A sociedade actual aparece representada por um magma de fenómenos sociais erráticos, orientados por mercados abertos à participação de indivíduos pacificados, civilizados, autocontrolados, competitivos, mas cada vez menos livres e menos iguais entre si, ao contrário do que era a promessa modernizadora, cf. Sennet (2006).
- 8 Enquanto houve esperança de a modernidade significar progresso, isto é, mais liberdade e mais igualdade, o papel da sociologia poderia ser o de ajudar a encaminhar para os canais de integração social institucionalmente desenhados o magma social, anotando as características pessoais e sociais dos integrados e dos excluídos como causas auto-referenciadas da sua integração e da sua exclusão. Quando essa esperança se perde, cf. Young (1999), à manutenção das mesmas práticas sociológicas corresponderão significados sociais distintos. Para que a sociologia continue a pugnar pelos valores tradicionais da modernidade terá de rever e actualizar o seu lugar no quadro das disciplinas científicas e na sua relação com as instituições e as sociedades.

Os direitos humanos são contraditórios com o capitalismo³

- 9 Os direitos humanos surgiram nos anos mais recentes como um novo campo de especialidade da sociologia. Acompanhou a viragem das atenções dos activistas desta área para o que se estava a passar no Ocidente.
- 10 O movimento dos direitos humanos iniciou-se como uma forma de expandir o exemplo das sociedades ocidentais ao resto do mundo. A partir dos anos 90, sentiu necessidade de virar a sua atenção também para a degradação moral das instituições nos países ocidentais.
- 11 Tomemos como caso de reflexão a renovação do interesse pelos estudos prisionais, descoberto o *gulag* ocidental, nos EUA, cf. Christie (2000). Loïc Wacquant (2002) e Michelle Alexander (2010) apresentam o hipermoderno sistema prisional, altamente tecnológico e competitivo e em parte privatizado, como continuidade das instituições escravocrata e segregacionista. De facto, as explicações individualizantes não explicam nem o aumento exponencial do número de presos (quase 10 vezes nas três últimas décadas) nem a percentagem desproporcionada de afro-americanos presos⁴. Mais do que um problema de anomia episódica a recuperar com o tempo, o que houve no país mais moderno do mundo foi a organização de uma vontade social de discriminação traduzida sistematicamente em intenções policiais e judiciais coordenadas pelas classes dominantes para excluírem e, ao mesmo tempo, se guardarem das potenciais reacções dos excluídos, como propõe a noção de sociedade penitenciária de Wacquant (2000).
- 12 As práticas repressivas modernas, tradicional e institucionalmente apresentadas como reactivas para manutenção da ordem e da justiça democráticas, sofreram uma profunda alteração nas últimas décadas. Trata-se hoje de reduzir riscos. No campo da criminalidade, cf. David Garland (2001), institucionaliza-se a finalidade preventiva de excluir do convívio social as pessoas com perfil de risco, escolhidas entre as populações

historicamente estigmatizadas, nomeadamente através de penas de morte, de prisão perpétua, de inibição de direitos políticos mesmo após o cumprimento de pena.


- 13 Este radicalismo aplica-se de forma invertida no campo dos negócios, onde a tolerância às práticas ilegais é endémica, cf. Woodiwiss (2005). O que se tornou evidente durante a crise financeira de 2007/8, sem que nem o *gulag* para os excluídos nem a impunidade para os dominantes tenha mudado ou esteja previsivelmente a mudar.
- 14 Em Portugal, além da justiça para pobres e para ricos, da inoperância da luta contra a corrupção, das dificuldades da luta contra os crimes de colarinho branco, o sistema penitenciário, embora longe de se poder comprar com o dos EUA, está outra vez em processo de sobrelotação. As estimativas apontam para 50% de presos serem filhos de outros presos, 60% de presos deram entrada na prisão por mais de uma vez⁵, 80% de presos foram institucionalizados pela primeira vez antes dos 16 anos em instituições de acolhimento de menores⁶. Semelhantemente ao que ocorre nos EUA, fica-se com a impressão de ser apenas uma fracção muito específica dos grupos sociais excluídos que é atingida pelo encarceramento. Também por cá, apesar das grandes diferenças, a selecção institucional das populações-alvo para fins de encarceramento pode ser tão importante que o comportamento individual só terá um peso relativo como causa eficaz do encarceramento.
- 15 No dizer dos especialistas, o sistema penitenciário como forma de reinserção social fracassou. E o reconhecimento desse fracasso pode ser o seu sucesso. Alimenta-se de reincidentes produzidos desde pequenos, os chamados pré-delinquentes, pelos serviços sociais do Estado. O que transforma as portas das prisões num sistema giratório. Como perguntaram Jakobs e Meliá (2003), não será preferível separar o direito penal em três? Um para os empresários, que funcionaria no sentido moderno que lhe deu Durkheim: sem penas de prisão e apenas com multas. Outro para os cidadãos comuns, que poderiam ser objecto de penas de prisão, caso cometessem crimes. Um terceiro, sobretudo para os estrangeiros e terroristas, considerados inimigos, a quem o direito não se aplica, como acontece em Guantánamo, nas prisões de tortura secretas pelo mundo fora ou nos centros de detenção de sem-papéis⁷.
- 16 Poderá a sociologia permanecer neutral face à divisão *manu militari* das sociedades modernas em sociedades de castas? Pode continuar-se a pensar que a força das armas está sob controlo civil e os interesses económicos das classes dominantes são compagináveis com os interesses económicos das outras classes, sob a tutela de cada Estado Nacional? Está o Ocidente em condições objectivas de manter o seu próprio respeito pela democracia, pelo estado de direito e pelos direitos humanos?

Mudança de paradigma

- 17 A emergência de um sentimento social de fim de ciclo é acompanhada pelos economistas. Disputam publicamente o valor das teorias neoclássicas, malthusianas, keynesianas, marxistas entre outras, e descobrem como as escolas de economia foram transformadas nas últimas décadas em centros difusores dos dogmas neoclássicos. No campo da sociologia, os nacionalismos ou individualismos metodológicos, institucionalismos ou realismos críticos, estruturalismos ou interaccionismos simbólicos não provocam qualquer eco mundano. Com a crítica do imperialismo sociológico, a teoria social deve submeter-se a um lugar cognitivo subalterno no concerto científico? Ou, ao contrário,

deve procurar evoluir afirmando as suas potencialidades, nomeadamente quando se trata de ajudar a organizar as consciências leigas, especialmente numa altura tão crítica como aquela que a Europa atravessa?

- 18 Se há momentos propícios a mudanças de paradigma científico, cf. Khun (1970), nas ciências em geral e nas ciências sociais em especial, esses são quando a instabilidade social é mais evidente e sentida. Balizar cognitivamente essa transformação naturalmente induzida pela vida social exige abertura de espírito e reconhecimento dos limites próprios dos paradigmas anteriores, a superar.
- 19 Os sociólogos, por hipótese, podem estar acantonados num mundo social idealizado e fechado em si mesmo, excluídos da política, da economia – aliados sobretudo das pragmáticas administrativistas próprias do Estado Social – bem como auto-excluídos da observação das violências institucionais⁸ e das formas de promover socialmente sentimentos de justiça⁹.
- 20 O grosso da sociologia como que se refugiou dentro das instituições do estado moderno e aí se burocratizou, em especialidades segundo as oportunidades, perdendo de vista os contextos mais amplos onde se jogam as transformações sociais.
- 21 O estudo das instituições exige previamente um melhor entendimento das respectivas finalidades, nomeadamente a melhor interpretação do que sejam os seus estatutos expressos à luz das dinâmicas sociais e do espírito de promoção, resistência ou marginalidade institucionalmente adoptado em relação a elas. Podemos estar a viver num tempo onde aquilo que se diz e se pensa, anomicamente, corresponde àquilo que se pensou poderem ser bons propósitos, quando na prática o que valem são outros propósitos bem distintos e que dispensam a explicitação dos respectivos objectivos. A ter em conta a emergência dos debates sobre mentiras, crimes e corrupção na vida política, o que parece interessar mais actualmente são as estratégias de encobrimento e não as de clarificação e esclarecimento. Estas últimas continuarão a ser prosseguidas pela ciência e, portanto, pelos sociólogos. Mas não se devem deixar iludir pelo não dito, pelo não visto, pelo que está escondido, tanto ao nível quotidiano como ao nível do poder.

Quadro 1  Organizar o sistema AGIL dentro da tipologia de níveis sociais

	Economia	Política	Sociedade	Cultura
Nível de cima	Sistema-mundo	Cibernética	Inteligência social	Espiritualidade
Nível do meio	Mercado	Instituições	Burocracia	Profissões
Nível de baixo	Quotidiano	Tecno-estrutura	Família	Bem-estar

- 22 A hipótese avançada por Durkheim de a divisão de trabalho social, e portanto a economia e a política (bem como a aplicação da justiça correspondente), ser a concretização de um tipo de consciência colectiva etérea (não consciente) anteriormente adoptado continua a ser estudada nas introduções à sociologia. Mas não está a ser considerada pelos sociólogos para pensar a transformação actual.
- 23 A exploração de algumas hipóteses abandonadas pelas orientações dominantes da sociologia contemporânea é fonte de inspiração para a tarefa, necessariamente

voluntarista, de adaptar – transformando – a sociologia aos tempos de mudança profunda em que estaremos embrenhados nos próximos anos. Por exemplo, a substituição das dimensões funcionalistas – economia, política, cultura e social – por outras focadas nos movimentos sociais – o capitalismo, o industrialismo, o controlo social e as relações bélicas internacionais – proposta por Giddens (1985); ou a extensão do conceito de sociedade às estruturas e recursos tecnológicos que caracterizam cada sociedade – proposta por Latour (2007); ou a extensão cibernética das relações entre a vida e as máquinas em inteligência colectiva – proposta por Bateson (1987) e por Minsky (1985).

- 24 Numa fórmula extremamente sintética proporemos sujeitar as dimensões sociais AGIL¹⁰, verticalmente justapostas em sistema, à prioridade de referências horizontais a três tipos de níveis de realidade: os níveis do meio (similares àqueles utilizados vulgarmente pela sociologia, em que só factos sociais podem explicar factos sociais, na expressão de Durkheim que faz apelo ao fechamento disciplinar em que efectivamente temos em grande parte vivido); os níveis de baixo, que ligam o social puro, digamos assim, com realidades mais vernáculas (como por exemplo o quotidiano e a família, instituição muito diferente das outras, mas associada a elas à falta de melhor solução); os níveis de cima, que ligam o social puro à imponderabilidade daquilo que é etéreo (por exemplo, a espiritualidade tratada por Durkheim (2002) como fundamento da teoria social e da solidariedade – nomeadamente a distinção radical do sagrado e do profano – na prática remetido para a pouco influente subdisciplina da sociologia das religiões).
- 25 Tal como no sistema AGIL, os três tipos de nível social são aplicáveis a qualquer objecto, a qualquer nível de realidade. O nível de cima abre o objecto de estudo a realidades superiores, no sentido em que o Direito se abre aos valores. O nível do meio fecha em sistema o alvo da nossa atenção. O nível inferior abre o foco da nossa atenção a realidades inferiores, vernáculas, como as necessidades biológicas da existência.
- 26 Ao profano corresponde o nível inferior. Aquele que nos relaciona com a nossa herança evolutiva – a terra, a água, o ar, os outros seres vivos. Ao sagrado corresponde o nível superior. Aquele que nos relaciona com as nossas ocupações pós-materialistas. A modernização aparece como uma tenaz capaz de apartar um do outro estes dois níveis, tornando-os irreais. A normalização da vida moderna, o seu carácter desencantado, para usar a expressão weberiana, resulta do hiperdesenvolvimento do nível intermédio, institucionalmente construído e mantido. Fecha-se sobre si próprio, criando e delimitando ambientes cada vez mais complexos, especializados e estanques. Modernização que também fechou num espaço demasiado limitado a teoria social e com o qual nos cabe romper.
- 27 Do mesmo modo que as cidades, entretanto, se tornaram metrópoles, feitas de e imaginadas como redes de condomínios fechados em mancha de óleo e interstícios de exclusão em luta por uma ascensão social ou simplesmente pela sobrevivência, também as ciências sociais perderam a sua originária aspiração unitária e se metamorfosearam em disciplinas e especialidades, banhadas num magma de gente formada e respeitosa (mais do que utilizadora) dos saberes assim produzidos. Saberes isolados entre si e isolados das populações, com as dificuldades inerentes de lhes acompanhar as frustrações e as esperanças.
- 28 A política e a economia estão a falhar. Qual é ou pode ser o papel da sociedade, nesta conjuntura? A democracia, o estado de direito e o respeito pelos direitos humanos devem ser abandonados, por não serem mais suportáveis pelas instituições e pela economia que

as alimenta? Ou serão as instituições e a economia que devem ser alteradas para que os direitos humanos sejam respeitados?

A justiça como instrumento de harmonização

- 29 A sociedade humana tem características herdadas evolutivamente de outras espécies e, ao mesmo tempo, características que lhe são próprias, como o raramente citado mimetismo proposto por Tarde (1993), confirmado pelos biólogos que descobriram uma quantidade de células fusiformes muito superior nas pessoas do que nos outros primatas. A sociedade humana, antes de ser objecto de conhecimento científico e de investimento de intenções de poder próprios da sociedade ocidental individualista actual, é uma mediação entre a evolução da vida, de que somos como espécie um traço (e como indivíduos meros espécimes) e o infinitamente grande que nos acolhe eternamente (para vidas tão exíguas quanto as nossas).
- 30 A esta luz, a improvável mas desejável harmonização dos diferentes níveis de realidade pode ser apontada como a tarefa mais urgente da humanidade actual. A sociedade harmoniosa depende dela própria, bem como das mediações que venham a ocorrer com níveis superiores e inferiores – verdade equiparável a um axioma matemático que propomos passar a ser usado pelas ciências sociais, abertas entre si e a outros conhecimentos, à procura da sabedoria que melhor possa servir a humanidade.
- 31 Convém, porém, distinguir nível superior de realidade social – como o carácter nacional ou o tipo de solidariedade vigente – do que sejam os poderes instituídos. Estes últimos, afinal, por muito poderosos que sejam – e são – dependem sempre, para o seu funcionamento, de mínimos de legitimidade social que dependem, na prática, das sociedades e dos seus comportamentos potencialmente instáveis.
- 32 O estudo da normalidade e do moderno como modelo ideal foi consagrado pelo estrutural funcionalismo. A crítica deste modo de fazer sociologia não tem sido suficientemente apta para romper com a visão horizontal e burocrática do papel do sociólogo em sociedade. Provavelmente menos por falta de profundidade nas críticas do que por impossibilidade de organizar uma alternativa epistemológica face à intensificação das patrulhas de bons costumes nas fronteiras disciplinares e subdisciplinares. Com um impulso exterior, promovido pelas mudanças sociais em curso, a sociologia será, mais uma vez, obrigada a reposicionar-se.
- 33 A justiça, na perspectiva de harmonização, deixará de ser olhada meramente como uma instituição horizontal entre outras, com o seu prestígio próprio, as suas próprias cultura e economia política, fora do quadro de difusas mas eficazes e potentes relações de poder ao “nível de cima”. A justiça poderá passar a ser reconhecida como a principal estratégia de humanização e controlo das tecnologias, cf. Supiot (2002), mobilizada para descobrir os tipos de consciência social actuais, cf. Durkheim (1984). A justiça é, para as pessoas, ao mesmo tempo um resultado e um instrumento de harmonização social com a vida e o cosmos, muito para além, portanto, do funcionamento mundano das instituições judiciais e repressivas.
- 34 A consciência colectiva, como o conhecimento em geral, produz tanto factos quanto segredos sociais, ao mesmo tempo reconhecidos e desconhecidos das pessoas, emocionais e racionais, que a sociologia está habituada a mostrar e revelar (e também a ignorar ou mesmo esconder). A concretização da justiça comum (i.e., autorizar a circulação da

verdade – oficial – e desvalorizar aquilo que se lhe oponha), como satisfação das necessidades de harmonização das pessoas, grupos e sociedades entre si, foi institucionalmente cooptada por uma elite aristocratizada e corporativamente defendida¹¹. Através da burocratização, que se tornou característica das sociedades modernas (burocratização que também atingiu a sociologia encarcerando-a nos tipos de “níveis do meio”), a justiça apresenta-se, na prática, tão distante quanto pode das partes em litígio, fazendo por esconder as suas próprias inclinações, seja através do segredo de justiça no processo, através do segredo de Estado ou através de obscuras linguagens disciplinares. Na prática, a justiça serve os poderosos do momento (em caso de democracia, as maiorias) e coopera com os outros poderes de Estado, dos quais de resto depende. Fá-lo, por exemplo, reduzindo a casos particulares, irrepetíveis e sobretudo isolados, cada situação que lhe seja presente, nomeadamente: a) mostrando-se incapaz de relevar as diferenças de poder económico, político e cultural dos arguidos; b) afastando as vítimas do conflito; e c) actualizando sistematicamente o poder do Estado, através das decisões judiciais apoiadas nas polícias, nos cárceres e nas conjunturas políticas do momento.

- 35 (Na prática observam-se duas justiças: a que é aplicada aos pobres e a que é aplicada aos ricos, espécie de distorção socialmente induzida independentemente das intenções dos magistrados e da normatividade a favor da igualdade de tratamento. Mais de dois séculos depois de a paixão democrática dos povos europeus ter feito do Ocidente uma referência moral para todos os seres humanos, em nome da liberdade e da igualdade e dos instrumentos doutrinários e económicos para fazer valer tais valores, será tempo de se verificar como a liberdade continua a ser apenas para alguns e a fé na igualdade está a esmorecer.)
- 36 Aqui chegados, cabe aos sociólogos interessados na modernização prática das sociedades deitar a cabeça de fora do seu campo habitual de actuação e, por exemplo, juntarem-se aos esforços dos que pugnam pelos Direitos Humanos, virarem-se para o interior dos países mais modernos – contra a guerra, a tortura, as prisões extra-judiciais, a injustiça e o secretismo que recobre tais práticas. Isso implica um repúdio mais enérgico da ideia do progresso teleológico moral automático a partir da evolução da civilização ocidental, bem como da alegada neutralidade que caracterizaria a ciência burocrática normalizada, que mais não é do que a forma de auto-enquistamento defensivo contra os incómodos que sempre implica a procura da verdade.

A justiça como instrumento de harmonização identitária, pessoal e nacional

- 37 A justiça é um exemplo de expressão polissémica que tanto representa a) um estado ideal de harmonia social, a humanidade, como b) o reconhecimento da vernácula instabilidade moral da vida, nomeadamente o desejo de vingança. Entre uma e outra justiça há mediações, como a de poderes divinos, estatais, paternos ou outros. Entre a esperança de harmonia social e as necessidades de afirmação identitária há contradições insanáveis, há impulsos irresistíveis, há decisões inevitáveis e há, também, recurso a formas especiais de mediação e de estabilização, através da mobilização de níveis superiores da realidade.
- 38 Quando alguém pede ou reclama justiça, está a declarar-se incapaz de agir contra a situação vigente e, ao mesmo tempo, incapaz de não reagir. Perante o dilema, para evitar as consequências geralmente violentas da sua própria neutralização enquanto agente

social (ou da neutralização da alegada causa do mal-estar), porque se tratará em breve de um problema que afectará gente actualmente alheia à questão, em nome da harmonia social, apela-se ao sentido comum de justiça e, nesse sentido, às formas institucionalizadas encarregues de o determinar e anunciar.

- 39 Tomemos o caso de José Luís Jorge dos Santos, cidadão português de origem norte-americana capturado pela polícia portuguesa em Sintra, 40 anos depois de ter fugido de uma penitenciária norte-americana. O Estado norte-americano reclamou junto das autoridades portuguesas a sua extradição para acabar de cumprir a pena a que tinha sido condenado. A justiça portuguesa negou a extradição, sobretudo com base no reconhecimento da legitimidade da nacionalidade portuguesa e, portanto, na ilegitimidade de entregar cidadãos nacionais a países terceiros.
- 40 O debate público centrou-se sobre a prescrição das penas, mesmo quando se trate de crimes graves. Na perspectiva de a finalidade da justiça penal ser a reintegração social dos condenados, a prescrição justifica-se a partir do tempo em que a penalização do crime deixará presumivelmente de ter efeitos sociais. Porém, se a finalidade da justiça for a incapacitação dos condenados, como passou a ser o caso nos EUA e na Grã-Bretanha nas últimas décadas, segundo David Garland (2001), quem comete um crime grave deve ser definitivamente afastado da sociedade. E, coerentemente, nos EUA não há prescrição de crimes: os seus autores são criminalmente responsabilizáveis a todo o tempo.
- 41 O caso envolveu o assassinio de um veterano de guerra, dono de uma estação de gasolina, durante um assalto em que o jovem George Wright participou. Mas envolveu também a segregação racial que se vivia então nos EUA, a negociação judicial prévia ao julgamento entre um advogado oficioso e o Ministério Público sobre a pena a aplicar – nomeadamente a atribuição da autoria do homicídio a George em troca do afastamento da perspectiva da pena de morte – e a luta pelos direitos cívicos dos afro-americanos em que George acabou por se envolver na prisão. Foi a organização militante que lhe facilitou a fuga da cadeia e que lhe proporcionou a fuga para África – através do desvio de um avião.
- 42 Quarenta anos depois, nos EUA, os outros envolvidos na morte do gasoleiro estavam em liberdade, após cumprimento das respectivas penas. Na Europa, o resto do grupo que desviou o avião estava também em liberdade – embora sem possibilidade de visitar os EUA – após cumprir penas impostas por tribunais europeus. O único que escapou ao cumprimento de pena completo foi George, aliás Jorge.
- 43 A filha do assassinado faz campanha pela extradição por entender que assim se faria justiça. O cumprimento do resto da pena por parte de Jorge, afirmou, seria bom para ela própria e para a sua família, como também para a própria família do afro-americano nacionalizado português.
- 44 Este exemplo mostra como o nível do meio da análise social, no qual a sociologia actual está autolimitada, é apenas um dos níveis a considerar. A este nível o processo burocratiza-se, especializa-se e torna-se mesmo opaco para o leigo. Como diria Max Weber, a gaiola de ferro da burocracia judiciária, por um lado, assegura a racionalidade dos processos, no sentido mais processual que substantivo; por outro lado, formaria uma caixa preta obscura para o observador não especializado e, na verdade, para qualquer observador.
- 45 Está em causa, a nível superior de análise, se os condenados devem ser excluídos da sociedade ou se se devem fazer esforços para os integrar.

- 46 Ao nível inferior pode apreciar-se como a filha do assassinado alega ter vivido 40 anos a angústia da morte violenta do pai e que a prisão de Jorge a satisfizes. E, por isso, continua a luta pela sua extradição para os EUA. Ao mesmo nível vernáculo podemos apreciar o que significou para Jorge viver um segredo, enquanto construía uma família saudável, tendo de sofrer a revelação pública da história intencionalmente esquecida (e temida) na condição de recluso.
- 47 Cada uma das partes viveu o tempo dos processos judiciais em que se litigou de forma oposta, como é de esperar pelo respectivo papel no processo. O fim dos processos judiciais pode não satisfazer nenhuma das partes, por razões distintas. E o processo pode não ser um fecho do assunto, já que, neste caso, o empenhamento dos EUA, como única superpotência global, decorre de políticas securitárias que actuam para além dos julgamentos judiciários, a um nível superior.
- 48 A análise dos níveis superiores do caso mostram como os conceitos institucionais de justiça vigentes em Portugal limitam no tempo a vigência politicamente legítima do sentimento de vingança, digamos assim. Em contraste com o que ocorre nos EUA, onde tal tipo de sentimento tem reconhecimento judicial permanente. É sobre as entranhas da natureza humana que se constroem as práticas judiciais, muito diferentes entre si.
- 49 O desenvolvimento da análise do nível inferior revela-nos a importância e a influência directa do nível superior de análise, que na prática atravessa, de cima para baixo, toda a questão (como a biopolítica atravessa a mesma questão, mas em sentido contrário). O conceito de justiça punitiva norte-americano é não apenas incapacitante para quem esteja a cumprir pena. Caracteriza-se ainda por ser discriminatório não só dentro dos EUA mas também fora do seu território, nomeadamente pelo facto de sistematicamente o governo federal ratificar os tratados internacionais relativos aos direitos humanos com a salvaguarda de em território norte-americano e para julgar cidadãos norte-americanos em qualquer parte do mundo serem os tribunais norte-americanos os únicos competentes, sem reconhecimento de nenhuma tutela judicial internacional.
- 50 Aquilo que os EUA jamais admitiriam para um cidadão seu, reclamaram a Portugal. Neste caso, embora nunca fosse claramente explicitado, dadas as relações de forte dependência entre Portugal e os EUA, esteve em causa a própria dignidade da identidade nacional portuguesa. Foi, sem dúvida, com alívio que os comentadores portugueses unanimemente declararam como boa a decisão dos tribunais portugueses de negarem o pedido de extradição.
- 51 Precisamente a mesma dependência entre estados faz com que a filha do assassinado mantenha a esperança e a campanha contra Jorge e este, por sua vez, se mantenha inseguro, na expectativa de onde possa vir o próximo golpe, incluindo por meios extraleais que têm caracterizado a política externa norte-americana.
- 52 Na verdade, a sociologia pode tomar cada caso judicial no estrito âmbito reconhecido pelo processo – neste caso, um pedido de extradição para cumprir pena interrompida por fuga – ou dar-se a si própria o direito de escolher o escopo da sua própria análise sociológica. Se o fizer poderá dar-se conta de muitos e importantes fenómenos sociais sem os quais o processo jamais teria sido construído, mas que estão fora do âmbito do processo, de modo intencional.
- 53 Neste caso concreto, seria incompreensível a sanha persecutória sem se saber como o Estado norte-americano tratou policialmente, de forma clandestina, a organização política dos negros no tempo dos movimentos dos direitos civis. E como continua a

prosseguir políticas herdeiras das de então¹². No quadro das quais cabem as despesas feitas pelo Estado norte-americano para punir Jorge dos Santos. Assunto que se mantém tabu, mesmo quando é expressamente referido pelos *media*¹³.

- 54 Do mesmo modo que no tempo de Salazar a censura impunha, a nível nacional, formas de referência a assuntos tabu de forma oblíqua – ficou famosa, por exemplo, a *História da Ida à Guerra* de Raul Solnado –, o poder da actual superpotência impõe autocensura na sua área de influência política, incluindo Portugal.
- 55 O processo foi desenhado para ter sucesso, por parte de quem o promoveu. Quereriam apresentar serviço no âmbito de uma velha guerra, afinal tão actual que se pode resumir, de forma brutal, em meter pretos na cadeia, cf. Wacquant e Alexander já citados. Anunciava-se uma decisão em quinze dias e intimidou-se os defensores (assim se queixaram os próprios publicamente). Não se falou da pendência de um processo judicial contra o desvio do avião, que poderia valer a pena de morte – outro tipo de prática intolerável à luz da ordem jurídica portuguesa. Na prática, porém, a decisão veio a ser desfavorável à extradição e, nessa circunstância, entraram em campo as pressões políticas de um movimento de cidadãos norte-americanos, encabeçados por um senador, para reclamar do governo português a extradição.
- 56 Isto é, quando Jorge dos Santos declarou que Obama está a esquecer-se de que foi a luta de gente como ele próprio que possibilitou e facilitou o seu sucesso político pessoal, quando um simples arguido se dirige como um igual, como um ancestral, como um ser moralmente superior ao homem mais poderoso do mundo, o que está em causa não é nem a economia, nem a política, nem a cultura. O que está em causa é a denúncia pública da dessincronização, a distorção, da falta de harmonia entre os níveis superiores e inferiores da vida no Ocidente: a continuação de novas versões da escravatura no porão, as festas multiculturais na piscina e nos salões, e a ignorância intimidada de cair borda fora – caso insista em tomar conhecimento das imoralidades –, própria das classes intermédias e das instituições.

Identidades explícitas e implícitas; velhas e novas identidades

- 57 A defesa de uma alegada neutralidade da sociologia na actual conjuntura inibe e reprime o avanço da ciência paradigmática, como lhe chamou Khun. A ciência normalizada dificilmente pode adaptar as suas práticas científicas às novas necessidades humanas e às novas realidades sociais. Nomeadamente, manter a centralidade das referências normativas à igualdade e à liberdade na sociologia e na sociedade actuais reclama, nesta fase histórica, não apenas oposição à violência institucional – como as perseguições criminais internacionais e também a indução da pobreza e da desorientação de certos grupos nacionais (como os PIGS na Europa) como forma de intimidação dos povos, o que só por si não pode ser feito sob o signo da neutralidade –, mas também a mobilização de críticas à violência humana em geral e ao Holocausto em particular, o que não foi feito pela sociologia, cf. Bauman (1997) e Joas (2005), nem na sequência da obra monumental de Gaston Bouthoul (1991).
- 58 Como trabalhar para evitar a violência sob qualquer forma, mesmo aquela que é institucionalmente organizada a pretexto de manutenção ou imposição da paz? Eis um

problema que não deve continuar a ser evitado pela sociologia, expurgado e espartilhado para a criminologia, a ciência política ou as relações internacionais.

- 59 A globalização expõe os povos ocidentais a circunstâncias novas, em particular ao levantamento de algumas das barreiras que os defenderam das violências em que viveram outros povos, desde logo aqui ao lado em África. Esta abertura à dureza da vida humana já vivida noutras partes do mundo, o que alguns autores têm chamado as experiências de Sul no Norte, deve ser acompanhada pela sociologia.
- 60 Fazer sociologia, nesta perspectiva, é, com certeza, mapear os diferentes recursos das diferentes dimensões sociais – ultimamente mais favoráveis à economia e à política do que à sociedade e à cultura – mas também é reconhecer e medir os desequilíbrios existenciais sentidos por muita gente, seja a nível ideológico seja a nível das simples possibilidades de existência. Fazer sociologia neutral em tempos de risco de derrocada civilizacional representa uma proposta de capitulação em nome de um respeito burocrático pelo lugar institucional da sociologia no concerto das ciências sociais hiperespecializadas.

Da ética artificial e da moral do Estado

- 61 É a sociedade e a solidariedade uma coisa boa? Mesmo para os milhões de crianças e velhos que morrem anualmente por falta de acesso a água potável? Serão tais crianças e tais velhos da *nossa* sociedade? A mesma pergunta se poderá fazer pensando no que ocorre na Grécia nestes últimos meses: a solidariedade da União Europeia contra a Grécia é uma coisa boa?
- 62 O mero registo da degradação dos indicadores socioeconómicos e políticos locais não nos dão conta do balanço social correcto. A crise civilizacional não pode ser observada desse modo.
- 63 As desarmonias local, europeia e global, provocadas por actos políticos punitivos contra certos povos, incluindo Portugal, são acompanhadas pelo obscurecimento do papel das instituições na representação das soberanias em causa. O nacionalismo metodológico que tem orientado as diferentes sociologias nacionais, antes ainda de haver uma prática europeia da sociologia, revela-se uma estratégia desadequada ao momento. Falta, por outro lado, uma base de legitimidade europeia suficientemente forte para congregar as diferentes sociologias nacionais.
- 64 Falta sobretudo capacidade sociológica para observar os temidos efeitos Lúcifer, a transformação da urbanidade em combates porta-a-porta com os vizinhos. Como falta a capacidade de denunciar os segredos tecnológicos que permitem a instituições poderosas mobilizarem-se contra os povos, como acontece cada vez mais na guerra e aconteceu no Holocausto.
- 65 Dos sociólogos pode esperar-se mais do que uma tomada de posição defensiva neste debate, nomeadamente contra quem desminta a própria existência da solidariedade social (*“there is no such thing as society”*, Mrs Thatcher *dixit*). Espera-se investigação e desenvolvimento de competências racionais e emocionais capazes de favorecerem a difusão de novas éticas pan-europeias e globais, pacíficas e humanistas, uma vez identificados e denunciados os seus inimigos. Umas e outras são éticas artificiais, voluntaristas, variadas, mas que podem ser sujeitas à crítica sociológica em nome de ideais humanitários que sempre caracterizaram a sociologia. Para o que as declarações

sobre direitos humanos serão uma referência normativa útil, precisamente na medida em que são ao mesmo tempo altamente abstractas – e idealistas – e radicalmente oponíveis a quotidianos indignos, independentemente das identidades sociais que se construam em cima de tais indignidades.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, M. (2010), *The New Jim Crow – Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*, Nova Iorque, The New Press.
- BARBELET, J. (2008), *Weber, Passion and Profit*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BATESON, G. (1987), *Natureza e Espírito: uma unidade necessária*, Lisboa, Dom Quixote.
- BAUMAN, Z. ([1989] 1997) *Modernidad y Holocausto*, Madrid, Sequitur.
- BLAU, J. e A. Moncada (2009), *Human Rights – a primer*, Boulder&Londres, Paradigm Publishers.
- BOLTANSKI, L. (1990), *L'Amour et la Justice comme compétences*, Paris, Métailié.
- BOUDON, R. ([1995] 1998), *O Justo e o Verdadeiro – Estudos sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento*, Lisboa, Piaget.
- BOUTHOU, G. ([1961] 1991), *Traité de polémologie – Sociologie des guerres*, Paris, Payot.
- CASTELLS, M. (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* em 3 volumes, Lisboa, FCG.
- CHERNILO, D. (2006), “Social Theory's Methodological Nationalism: Myth and Reality”, *Journal of Social Theory*, 9 (1), pp. 5-22.
- CHRISTIE, N. (2000), *Crime Control as Industry – Towards Gulags, Western Style*, Londres, Routledge.
- COLLINS, R. (2008), *Violence: A Micro-sociological Theory*, Princeton, Princeton University Press.
- DURKHEIM, É. ([1893] 1984), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença.
- DURKHEIM, É. ([1912] 2002), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Oeiras, Celta.
- ELIAS, N. ([1939] 1990), *O Processo Civilizacional* (Vols. I e II), Lisboa, Dom Quixote.
- FOUCAULT, M. ([2001] 2004), *A Hermenêutica do Sujeito*, São Paulo, Martins Fontes.
- FUKUYAMA, F. (1996), *Confiança – Valores Sociais e Criação de Prosperidade*, Lisboa, Gradiva.
- GARLAND, D. (2001), *The Culture of Control – Crime and Social Order in Contemporary Society*, Oxford, Oxford University Press.
- GIDDENS, A. (1985), *The Nation-State and Violence – Vol II: A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Cambridge, Polity Press.
- JAKOBS, G. e M. C. Meliá (2003), *Derecho Penal del Enemigo*, Madrid, Cuadernos Civitas.
- JOAS, H. ([2000] 2005), *Guerra y Modernidad – estudios sobre la historia de la violencia en el siglo XX*, Barcelona, Paidós.
- KHUN, T. S., (1970), *La structure des révolutions scientifiques*, Paris, Flammarion.
-

- LATOUR, B. (2007), *Changer de société, refaire de la sociologie*, Paris, La Découverte.
- MINSKY, M. (1985), *The Society of Mind*, Londres/NI/Toronto/Sidney, Simon & Schuster Paperbacks.
- OBORNE, P. (2008), *The Triumph of the Political Class*, Londres, Pocket Books.
- PRETO, J. (2010), *Estado Contra Direito – flagrantes do assédio à liberdade de expressão*, Lisboa, Argusnauta.
- SENNETT, R. (2006), *The Culture of the New Capitalism*, Yale University Press.
- SUPIOT, A. (2002), “Travail, droit et technique”, *Droit Social*, pp. 13-25.
- TARDE, G. (1993), *Les Lois de l'imitation*, Paris, Éditions Kimé.
- WACQUANT, L. (2002), “From Slavery to Mass Incarceration – Rethinking the «race question» in the US”, *New Left Review*, 13.
- WACQUANT, L. (2000), *As Prisões da Miséria*, Oeiras, Celta.
- WIEVIORKA, M. (2005), *La Violence*, Paris, Hachette Littératures.
- WILKINSON, R. e K. Pickett (2009), *The Spirit Level – why more equal societies almost always do better*, Londres, Penguin.
- WOODIWISS, M. (2005), *Gangster Capitalism: The United States and the Global Rise of Organized Crime*, Londres, Constable & Robinson.
- YOUNG, J. (1999), *The Exclusive Society*, Londres, Sage.
- ZIMBARDO, P. (2007), *The Lucifer Effect: understanding how good people turn evil*, Nova Iorque, Random House.

NOTAS

1. Sobre a questão, ler, por exemplo, Daniel Chernilo (2006).
2. Bernard Lahire anunciou ir publicar um livro, no primeiro semestre de 2012, sobre como a organização da produção da sociologia, como ciência, resultou no autocentramento ultra-especializado e cognitivamente inócuo.
3. “Neoliberalism is one logic in the world today; human rights is the other”, Blau e Moncada (2009:15).
4. 55% dos afro-americanos de Chicago não podem votar mais na vida por terem cometido crimes. Na Califórnia há 12 vezes mais afro-americanos presos por posse de marijuana do que brancos. Ver outros números, por exemplo, em <http://www.drugwarfacts.org/cms/node/64>.
5. Estimativas divulgadas por Manuel Almeida dos Santos, visitante de décadas das prisões portuguesas e ex-presidente da sessão portuguesa da Amnistia Internacional.
6. Estimativa apontada por um recluso, confirmada como verosímil por vários guardas prisionais.
7. Uma lei do final de 2011 nos EUA incluiu os próprios cidadãos norte-americanos alvos potenciais enquanto *inimigos*. Podem ser presos pelas forças armadas sem direito a nenhum recurso legal.
8. Explicitamente é esse o caso de Wieviorka (2005) e implicitamente de Collins (2008).
9. As discussões sobre o sentido da justiça, em Boltanski (1990) e em Boudon (1998), por exemplo, mostram como a sociologia tem uma ampla margem de desenvolvimento para percorrer neste campo.
10. Adaptation (economia) Goal Attainment (política) Integration (sociedade) Latency (cultura).

11. Sobre o caso português, ler Preto (2010).
 12. Cf. <http://www.icdc.com/~paulwolf/cointelpro/churchfinalreportIIIc.htm>.
 13. Cf. http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2131659.
-

RESUMOS

A crise civilizacional que se sente estarmos a viver ainda não está a ser acompanhada por um questionamento moral que é de esperar vir a ocorrer, no quadro de um processo de transformação mais vivo e abrangente do que aquele que hoje já vivemos. Este artigo procura abrir brechas para os debates que irão emergir, procurando encontrar formas racionais de articular as mudanças sociais em curso e as mudanças necessárias à actualização da teoria social.

The civilization crisis one is living these days is not yet followed by a moral explicit questioning. Moral questioning is expected to happen one day when the social transformation process do become more intense and general than today. This paper shows emerging angles of debate. It tries to merge social change, and social theory, in a rational manner looking forward to more harmony between what sociology says and real life experiences.

ÍNDICE

Keywords: ethics, morals, State, social theory

Palavras-chave: ética, moral, Estado, teoria social

AUTOR

ANTÓNIO PEDRO DORES

Professor no Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL e investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia ISCTE-IUL

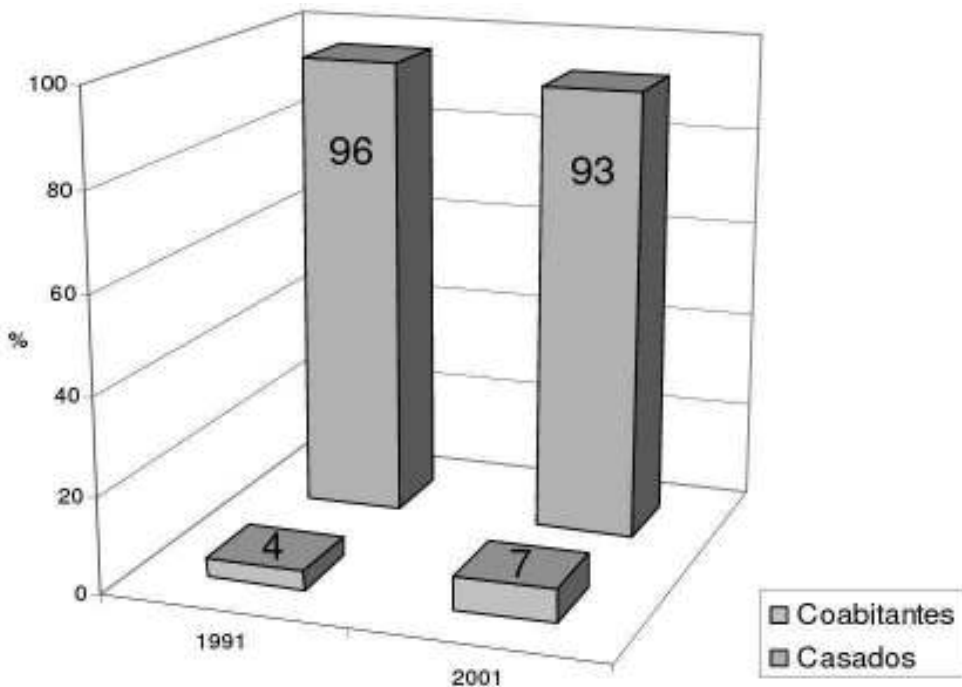
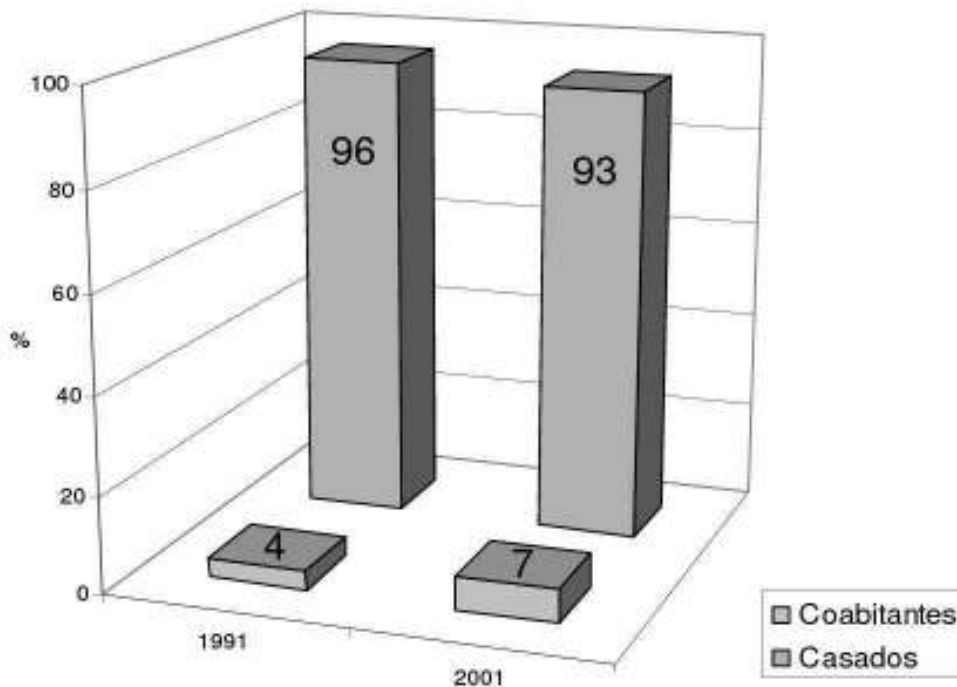
antonio.dores@iscte.pt

Perfis de coabitação em Portugal¹

Filomena Santos

1. Introdução

- ¹ Domínio ainda pouco conhecido e estudado da vida familiar, embora de importância crescente no contexto das transformações ocorridas em Portugal nas últimas décadas, a coabitação conjugal, ao mesmo tempo que faz parte integrante do movimento de modernização da sociedade portuguesa, é também um bom revelador das descontinuidades e continuidades dos valores e comportamentos face ao casamento, à sexualidade e às relações de género.
- ² São hoje mais de 380 mil o número de coabitantes e a coabitação duplicou no período de 10 anos, de 1991 para 2001. O Gráfico 1 mostra que os coabitantes representavam 7% do total de pessoas que viviam em casal em 2001.

Gráfico 1  Coabitantes e casados no total de pessoas a viverem em casal

- 3 Apesar de os casais coabitantes serem em Portugal uma minoria estatística, quando comparados com os seus congéneres europeus, principalmente do Norte e Centro Europeu, já que o acesso a uma vida a dois e a formação da família se faz maioritariamente pela porta do casamento (Aboim, 2006; Torres, 2002), a tendência é para o crescimento das uniões de facto. Dados recentes sobre os nascimentos fora do casamento comprovam, mesmo indirectamente, esse crescimento³.
- 4 À medida que crescem as “uniões sem papéis”, diminuindo a estigmatização social que até há pouco tempo pesavam sobre elas, nomeadamente na legislação portuguesa, o fenómeno tende a tocar todos os meios sociais, quer como primeira união, quer como segunda união a seguir a um divórcio (Wall, 2005). Muito embora a união de facto existisse no passado, sobretudo como expressão da exclusão social de grupos com dificuldades de acesso ao casamento (Bandeira, 1996), actualmente os significados sociais da coabitação conjugal mudaram profundamente.
- 5 A mudança social e de valores que acompanha as transformações recentes na paisagem conjugal e das relações familiares na maior parte dos países ocidentais, a que Portugal não é alheio (aumento da coabitação e recuo do casamento, crescimento do divórcio, dos nascimentos fora do casamento, das famílias monoparentais, das famílias recompostas e das pessoas a viverem sozinhas), tem como pano de fundo um movimento entrecruzado de desinstitucionalização e de privatização do casal e da família (Bozon, 1991; Roussel, 1989), bem como de individualização da vida social (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993; Giddens, 1992).
- 6 Esse complexo movimento pluridimensional descrito quer pelos sociólogos da família, quer pelos historiadores das mentalidades (Ariès, 1973, Shorter, 1977), inscreve-se num tempo longo, isto é, nos grandes processos de transformação histórica que acompanham o desenvolvimento da modernidade⁴. O seu impacto nas mudanças da vida familiar

acentuou-se na segunda metade do século XX, sendo precisamente uma das suas facetas mais visíveis o declínio normativo do casamento e o crescimento das uniões informais.

- 7 Quando se compara a nossa dinâmica interna com a de outras sociedades europeias, desde o início da década de 60 (Almeida et al., 1998; Wall et al., 2011), observamos que todas essas tendências de transformação da vida familiar, em particular no que toca às relações de género no casal, ocorrem também em Portugal mas mais tardiamente. Fortemente influenciadas pela ruptura institucional do 25 de Abril de 1974, as mudanças sociais em Portugal, com especial incidência na esfera familiar, têm lugar num espaço de tempo relativamente mais curto, subitamente, de uma geração para a outra. A família em Portugal tem vindo a distanciar-se de um modelo família instituição assente no papel do homem enquanto ganha-pão e figura de autoridade, bem como na indissolubilidade dos laços familiares (Torres, 2002; Wall, 2005; Wall et al., 2010).
- 8 Num contexto nacional de forte inserção feminina no mercado de trabalho⁵, há quem defenda (Almeida, 2003) que o epicentro das mudanças reside precisamente na transformação da situação social das mulheres, incluindo a elevação do seu nível de escolaridade, na mesma linha de alguns autores que analisam outros contextos e países (Berrington, 2001; Bozon, 1991; Roussel, 1989; Segalen, 1993).
- 9 O objectivo principal do trabalho de investigação que serviu de base ao presente artigo consistiu na análise do significado sociológico das experiências de coabitação na diversidade das suas formas e na sua relação com os processos de mudança familiar na sociedade portuguesa que alguns chamaram de modernidade inacabada ou de desenvolvimento semiperiférico (Machado e Costa, 1998).
- 10 Será a coabitação em Portugal uma prática de matriz tradicionalista, ainda que reactualizada, ou de matriz fundamentalmente modernista? É possível encontrar uma pluralidade de perfis de coabitação cujos significados remetem para uma combinatória de dimensões modernas e tradicionais?
- 11 A observação de dados estatísticos (Aboim e Ferreira, 2002) e a tentativa de captar diferentes perfis de coabitação através de critérios quantitativos (Aboim, 2005) pouco ou nada nos dizem sobre o significado da coabitação do ponto de vista dos actores sociais. Quais as razões que levam os homens e as mulheres a viver juntos sem casar? Quais os contextos sociais da coabitação de carácter permanente e da coabitação transitória?
- 12 Procurou-se indagar até que ponto a coabitação resulta de uma crescente desvalorização do vínculo formal e perene associado à instituição matrimonial, de acordo com as tendências de sentimentalização, privatização, desinstitucionalização e individualização assinaladas pelos sociólogos da família. Esta é uma hipótese tanto mais pertinente quanto se sabe que em Portugal a coabitação é, na sua maioria, transitória (Aboim, 2005; Aboim e Ferreira, 2002). Face ao proposto, importa então perceber também em que contextos da coabitação se verifica o desapego mais acentuado face ao vínculo formal da conjugalidade.

2. Objectivos, pressupostos e perspectivas teórico-metodológicas

- 13 Pretendemos com este artigo contribuir para mostrar a complexidade do desenvolvimento da coabitação no Portugal contemporâneo e, simultaneamente, mapear a pluralidade dos seus significados.

- 14 Tal como salientam outras análises, dentro e fora da realidade portuguesa, coabitação e casamento são, actualmente, duas práticas que se conjugam na vida dos indivíduos, sinalizando diferentes fases das suas trajectórias conjugais e familiares, sem constituírem realidades radicalmente opostas em termos ideológicos (Aboim, 2005; Kaufmann, 1993; Prinz, 1995). Nesta linha de ideias, a coabitação de matriz modernista estaria assim profundamente implicada no processo de individualização da vida familiar, tornando-a cada vez mais privada e flexível de acordo com a diversidade de escolhas, trajectórias e biografias individuais.
- 15 Esta perspectiva, que nos remete para uma interpretação modernista do fenómeno coabitação, não é, quanto a nós, incompatível com uma outra que salienta a diversidade interna das experiências de coabitação (Kaufmann, 1993), ao mesmo tempo que procura descrever e interpretar diferentes modelos ou tipos de coabitação relacionando-os com diferentes contextos sociais de classe (Aboim, 2005; Bawin-Legros, 1988; Smart e Stevens, 2000; Villeneuve-Gokalp, 1990) e grupos socioculturais específicos (Roussel, 1986 e 1989).
- 16 Por outro lado, a tese da individualização – que pressupõe um reforço da autonomia pessoal (a que não são alheias as mudanças relacionadas com a emancipação das mulheres), uma maior liberdade dos indivíduos para inventarem a sua vida privada face ao declínio de códigos sociais rígidos, fundados na religião ou em papéis de género tradicionais – terá de ter em conta distinções em função do género e da classe social. Estas são coordenadas sociais que têm sido salientadas em diversos trabalhos de investigação portugueses como principais eixos diferenciadores de comportamentos e representações familiares (Aboim, 2006; Cunha, 2007; Torres, 2002; Wall, 2005; Wall et al., 2010).
- 17 Sabendo que em Portugal os fenómenos de pobreza e exclusão social são extensos (Capucha, 1998), não parece ser difícil presumir que em relação aos coabitantes oriundos dos segmentos da população mais desqualificados da sociedade portuguesa o movimento de modernização em direcção a uma maior igualdade de género, de individualização e de autonomia pessoal, em particular das mulheres, terá mais dificuldade em se impor.
- 18 De acordo com a nossa hipótese, as experiências individuais da conjugalidade informal não se realizam no vácuo social mas transportam em si desiguais recursos materiais e simbólicos constitutivos dessas mesmas experiências. Propomos com esta pesquisa identificar diferentes perfis de coabitação recorrendo a um modelo de análise que inclui o género, a classe social e os percursos biográficos dos protagonistas da coabitação⁶. Para além destes três eixos explicativos principais, analisámos as relações de género produzidas no casal (mais igualitárias ou menos igualitárias) a propósito da divisão do trabalho (doméstico e profissional) e das práticas e normas de coesão conjugal em diversas dimensões do funcionamento quotidiano do casal⁷.
- 19 Com o propósito de distinguir diferentes perfis de coabitação, teve-se em conta, para além das dimensões relativas à organização do casal, as razões masculinas e femininas para coabitar, os projectos e intenções dos coabitantes face à formalização da união e à parentalidade, as suas atitudes e representações face ao casamento e à coabitação⁸. Na construção dos perfis foi dada especial importância à dimensão representacional, ou seja, aos diferentes significados atribuídos a esta forma de união conjugal tal como foi ou é vivida pelos homens e pelas mulheres que entrevistámos. Em particular, e no seguimento de algumas propostas de tipologização que definem diferentes finalidades e orientações normativas associadas à coabitação (Bawin-Legros, 1988; Roussel, 1986 e 1989; Smart e Stevens, 2000), procurámos conhecer e interpretar as justificações dos actores sociais

para coabitar em vez de casar, para ter filhos dentro ou fora de uma união formalizada, para permanecer em coabitação ou, pelo contrário, casar após um período de vivência informal.

- 20 Em termos metodológicos optámos por uma pesquisa qualitativa, privilegiando a relação aprofundada com os actores sociais. A entrevista em profundidade assumiu uma importância estratégica fundamental e constituiu o procedimento metodológico principal. A escolha deste tipo de metodologia, de carácter flexível e versátil, foi entendido como o mais adequado por permitir o acesso às experiências subjectivas dos coabitantes, às interações, dinâmicas e contextos da conjugalidade coabitante.
- 21 O trabalho de campo implicou o recurso à rede de amigos, conhecidos e familiares da investigadora, bem como à dos próprios entrevistados que foram indicando outros potenciais entrevistados, numa verdadeira “bola de neve”. Apesar de a selecção dos coabitantes não ter sido orientada por critérios de representatividade estatística, tentou obter-se uma população com um número equivalente de indivíduos de ambos os sexos, num total de 48, distribuídos por diferentes grupos sociais, uma vez que o género e a classe social, de acordo com as nossas premissas, são vistos como variáveis que têm uma influência fundamental na forma como se vivem e encaram as experiências de coabitação.
- 22 As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2006 junto de entrevistados que residiam na Área Metropolitana de Lisboa, incluindo Lisboa Centro e Margem Sul (Almada, Seixal, Setúbal)⁹.

3. Perfis de coabitação

- 23 Partindo do pressuposto da diversidade de situações, de contextos, de percursos, de concepções e de modelos de funcionamento conjugal associados às práticas de conjugalidade informal, propomos uma análise da coabitação segundo uma tipologia de perfis com vista à caracterização da pluralidade das experiências de coabitação: o perfil moderno, o perfil de transgressão, o perfil de experimentação e o perfil de tradição¹⁰.
- 24 Procuraremos nesta secção descrever de forma sintética os traços distintivos de cada perfil, acompanhados de extractos de entrevistas¹¹, remetendo parte da discussão dos resultados para os comentários finais.

Perfil Moderno

- 25 No perfil moderno a coabitação surge “naturalizada”, na perspectiva dos actores sociais, como resultante de um relacionamento íntimo e como o prolongamento do namoro. Enquanto uns não excluem o casamento, outros, mesmo com filhos, são mais reticentes face à ideia de oficializar a relação conjugal, considerada por alguns como uma ingerência ilegítima.
- 26 A coabitação moderna representa o culminar de uma evolução histórica que passa pela construção do «casamento por amor» ao «amor sem casamento» (Segalen, 1993), através do acento colocado na privatização do casal e na desinstitucionalização dos laços conjugais e parentais. Neste perfil, associado a meios intelectuais e científicos, torna-se bastante evidente o modelo modernista de formação progressiva do casal e da família, assinalado por vários autores (Kaufmann, 1993; Manting, 1994), e, também, de maior simetria do ponto de vista das relações de género.

- 27 Este perfil de coabitação diz, sobretudo, respeito a casais solteiros numa primeira união mas pode ser também encontrado em casais menos jovens em que pelo menos um dos membros já viveu uma conjugalidade anterior, formalizada ou não.

Coabitação prolongamento do namoro

“Acho que foi uma evolução natural (...). O namoro foi...meses... foi o Verão do ano lectivo... depois, pronto, ela começou a viver comigo.”

Desafecção face ao casamento

“Nem eu nem ela fazemos questão, não é?... nunca foi motivo forte (...). É burocracias a mais. Não vejo necessidade absolutamente nenhuma. Acho uma formalidade, o sentimento é o mesmo, as responsabilidades são sempre as mesmas. (...) Acho que jamais gastaria um cêntimo numa festa de casamento, podendo usufruir por exemplo para viajar. Isso diz tudo.”

Casar depois de ter filhos?

“Talvez daqui a uns tempos se o miúdo nos começar a perguntar porque é que não casamos e isso, talvez a gente o faça para oficializar, pronto. Não quer dizer que seja, não é, em termos de regalias é tudo igual não é? (...) Talvez ... por um filho fazia isso. Mas acho que não há esse tipo de problema também, e tudo depende da forma como os educamos.”

Privatização dos afectos/visão da coabitação

“Porque é como te digo, não tem de haver um papel, assinaturas, o sentimento é o mesmo. É uma relação que pode durar perfeitamente sem casamento.”

Planos/projecto de parentalidade

“Planos para nós era viver juntos, o casamento nunca foi um objectivo. O nascimento da criança, tudo bem, já se falou nisso, não queria prolongar muito mais (...) sempre pensámos ter uma criança pelo menos.”

Filipe, professor de Educação Física, 34 anos, junto há 3 anos com Cristina, professora, um filho bebé, que nasceu após 2 anos de coabitação.

(Grande Lisboa/Almada)

Perfil Transgressão

- 28 A importância atribuída, desde o início da pesquisa, aos percursos biográficos dos coabitantes, eles próprios moldados pela pertença social, em termos de classe, pelo género e pelo tempo social, saiu reforçada quando confrontada com a realidade empírica. O perfil de transgressão constitui um bom exemplo.
- 29 Este perfil, com a sua lógica modernista e simultaneamente contestatária – a marca que o distingue de todos os outros –, simboliza a mudança rápida de valores e de comportamentos que sucedeu na sociedade portuguesa, de uma geração para a outra, no período que se seguiu ao 25 de Abril. A preocupação em construir o relacionamento do casal e fundar a família em moldes diferentes, rejeitando as referências valorativas do casamento instituição («para toda a vida» e assente na desigualdade de estatutos e papéis sexuais), faz-se sentir nas narrativas de vida dos coabitantes deste perfil que tendem a pertencer a meios diplomados.
- 30 À semelhança do perfil moderno, a duração da relação conjugal é vista como estando inteiramente dependente da dinâmica dos sentimentos. O acento é colocado no compromisso de amor privado e na desvalorização dos laços jurídicos e institucionais. A recusa em submeter a relação a ingerências externas e a tentativa de preservar a intimidade através da negação dos rituais ligados ao casamento, considerados não apenas desnecessários, como até hipócritas, são traços salientes do discurso “transgressão”.

Entrada em casal e contexto social

“Eu comecei a viver com ele com 17 anos, era portanto muito jovem. Nasci numa

família de classe média alta, a minha mãe era uma das donas de uma empresa (...) Com a Revolução do 25 de Abril começaram a surgir os *hippies* portugueses (...).”

Coabitação de contestação

“Quando iniciei a minha vida com Eduardo, para mim era importante não ser casada, fazia questão disso (...). Na altura queria ser diferente, era uma forma de contestação.”

Contra o casamento/privatização dos sentimentos

“Eu sempre achei os rituais do casamento uma palhaçada, talvez pelas relações a que eu assistia e aquela questão da hipocrisia. Achava ridículo ir perante um padre ou perante um juiz fazer uma declaração de intenções e assinar um papel. Isto tem a ver com o achar que é uma relação privada (...). O verdadeiro contrato é as pessoas estarem juntas enquanto se gostam, o resto não interessa para nada.”

Coabitação como forma de preservar a autonomia feminina

“Eu valorizo muito a minha autonomia. A coabitação ajuda a isso (...). Depois o facto de não ser casada dá-me mais independência e posso bater o pé.”

Procura de igualdade no casal/partilha das tarefas domésticas

“Eu partilho, mas (...) tenho tido uma luta lá em casa (...).”

Inês, 41 anos, licenciada, assistente de investigação, junta há mais de 20 anos com Eduardo, 4.ª classe, negociante de obras de arte, uma filha de 21 anos.

(Lisboa Centro)

Perfil Experimentação

- 31 O perfil de experimentação diz respeito tanto a uma coabitação transitória sem filhos, numa primeira conjugalidade, como a uma coabitação transitória, numa segunda conjugalidade, que dá lugar ao nascimento de filhos comuns durante a fase de vivência informal. Todos os entrevistados deste perfil têm em comum o facto de terem casado após um período, mais curto ou mais prolongado, de coabitação.
- 32 Mas enquanto na experimentação de recomposição familiar o projecto de ter filhos surge primeiro que o projecto ou a decisão de oficializar a união conjugal, os entrevistados numa primeira conjugalidade preferem casar antes de ter filhos e evitam a parentalidade fora dos laços institucionais. Para os casais numa segunda união, sobretudo dos sectores operários e executantes, ter filhos é mais importante do que casar para consolidar a união e o casamento representa uma dupla confirmação da solidez da relação conjugal.
- 33 A questão dos filhos e da classe social joga um papel importante na configuração dos perfis de coabitação e no estabelecimento de linhas divisórias no interior do próprio perfil de experimentação. Tal como referem outros estudos, nos meios populares o casamento não é um requisito necessário à formação de uma família com filhos (Aboim, 2005; Villeneuve-Gokalp, 1990).
- 34 A ideia de experimentação conjugal como finalidade intencional da coabitação – traço distintivo deste perfil – surge de forma saliente nos entrevistados desses sectores sociais, sobretudo entre aqueles que vivem uma segunda conjugalidade. Através da coabitação nem sempre se pretende testar apenas a relação conjugal mas também as potencialidades do parceiro como pai dos filhos de casamentos anteriores. A coabitação surge, neste caso, como uma estratégia de entrada prudente, passo a passo, numa nova união. A coabitação de ensaio é, nestes meios, socialmente aceite e legitimada como forma de evitar o divórcio.
- 35 Apesar de transversal, do ponto de vista social, os resultados indicam que é, por um lado, nos sectores intermédios medianamente escolarizados e, por outro, nos sectores

operários e executantes que tende a desenvolver-se a coabitação de experimentação e não nos meios academicamente mais qualificados.

- 36 A “experimentação” assume nesta pesquisa um significado diferente daquele que lhe foi atribuído no inquérito às famílias portuguesas com base em critérios quantitativos (Wall, 2005). Nessa pesquisa, a “experimentação” diz exclusivamente respeito a um estilo de coabitação transitório sem filhos que predomina “entre as mulheres com escolaridade superior e entre os casais de grupos socioprofissionais mais qualificados” (Aboim, 2005: 105; Aboim, 2006: 128).
- 37 Apesar da proximidade com o perfil moderno, em aspectos como a formação progressiva do casal e a ênfase colocada nas suas dimensões relacionais, a ideia de experimentação conjugal está completamente ausente dos discursos “modernos”. Além do mais, a “experimentação” é, segundo os dados desta pesquisa, mais heterógenea, em termos de classe social, e, mesmo quando se prolonga para além do nascimento dos filhos, é, também, de carácter transitório. O perfil moderno está mais de acordo com as tendências de individualização e privatização da vida familiar já que, diferentemente da “experimentação”, surge associado a trajectórias menos lineares e mais incertas. O desapego mais acentuado em relação ao casamento e a tendência para ter filhos fora dos laços institucionais, por um lado, e a sua ligação, por outro, às classes médias com elevados capitais escolares e profissionais corroboram esta perspectiva¹². É certamente devido à sua maior coerência interna do ponto de vista social que o perfil moderno se apresenta também mais igualitário em comparação com a maior variedade observada nos outros perfis em termos de modelos de organização do casal.

Experimentação conjugal/evitar o divórcio

MR: “Primeiro realmente pensei em juntar, antes de ter outro divórcio em cima, então quis-me certificar que realmente era uma coisa que ia dar certo.”

Projecto de parentalidade prioritário/projecto de casamento secundário

A: “(...) logo que a gente se juntou, pronto, vá lá, talvez passado um aninho pensámos em ter um filhote nosso. (...) quando nasceu a Beatriz [*filha comum*] depois então é que começámos a pensar em casar. Temos de levar as meninas ao casamento e aproveitamos e damos o nozinho (...)”.

Divisões de género/partilha do trabalho doméstico

A: “(...) se venho mais cedo faço o jantar, pronto, faço tudo o que tenho de fazer em casa, se ela vem mais cedo faz ela (...)”

MR: “A gente isso sempre dividiu muito bem, felizmente ele ajuda imenso em casa. (...) mesmo quando as miúdas eram pequenas (...)”.

A: “Eu mudava fraldas, dava o biberão, deixava de manhã uma na ama e outra no infantário (...), era muito eu.”

Alberto, operário, 49 anos, 6.º ano/básico, casou com Maria do Rosário, cabeleireira, após 7 anos de coabitação, uma filha comum (hoje com 20 anos) e uma filha de cada um do primeiro casamento.

(Setúbal/cidade)

- 38 O caso de Alberto e Maria do Rosário, socialmente localizado em meios populares de origem operária, mostra também a importância dos capitais femininos e das biografias individuais na pesquisa sobre a igualdade de género na conjugalidade.
- 39 Neste casal, escolhido como exemplo da “experimentação”, podemos observar um modelo de divisão do trabalho doméstico tendencialmente igualitário que se destaca, pelo seu contraste, dos identificados em contextos de classe semelhantes e em casais mais jovens, incluindo do perfil de experimentação. Alberto, após o divórcio, foi viver sozinho e durante cinco anos aprendeu a ser autónomo em relação às tarefas domésticas. O

percurso de vida de Alberto, combinado com a posição socioprofissional mais favorecida da mulher – foi ela que no casal protagonizou a trajectória ascendente a partir do momento em que se instalou como cabeleireira independente e passou a usufruir de rendimentos superiores aos do cônjuge –, contribui para explicar uma maior igualdade em matéria de divisões de género no casal.

Perfil Tradição

- 40 A coabitação que chamámos de tradição, precisamente para assinalar a presença na sociedade portuguesa de uma prática anterior ao movimento modernista de expansão do fenómeno, surge, no presente, muito ligada à precariedade socioeconómica. A sua classificação corresponde também ao sentido que lhe é dado pelos actores sociais quando referem, recorrendo às memórias familiares, que a coabitação já era uma prática frequente na geração dos seus pais e avós.
- 41 A união de facto de longa duração observada no seio de grupos urbanos desclassificados é vista, pelos seus protagonistas, como um substituto do matrimónio (este último identificado com a “cultura escrita”). Este “casamento dos pobres” é profundamente assimétrico e reproduz informalmente uma ordem institucional perene e sexualmente diferenciada.

Percurso de vida

“Quando comecei a viver com a Adelaide tinha 17 anos e era vendedor ambulante em mercados e feiras. Ela também. Os pais dela já andavam nessa vida (...).”

Entrada em casal

“Fomos aos pais dela e ainda não tínhamos feito nada, só uns beijos. Ela quis ficar comigo, eu aceitei-a, não fiz nada com ela e depois perguntei-lhe se queria ir para ao pé dos pais e ela disse que não, que queria ficar comigo eternamente, para o resto da vida e pronto, ficou assim, juntámo-nos.”

Razões para coabitar

“(...) também isto já vem de tradição porque o meu pai e a minha mãe também não são casados, vivem juntos como eu. (...) os meus avós (...) e os meus tios também não são casados, está tudo junto. Para nós é uma coisa normal. Embora, como lhe disse, se tivesse uma vida como deve ser até era capaz de casar com a minha mulher. (...) nós temos oito filhos (...).”

“Na nossa tradição é assim, é a mesma coisa, só não fomos à igreja nem nada, é como os ciganos por exemplo. O cigano não tem papel nem tem nada...”

Divisão conjugal do trabalho/assimetria tradicional

“(...) Se eu pudesse a minha mulher nem trabalhava aqui, antes queria que ela estivesse em casa para tratar dos filhos e da lida da casa.”

Guilherme, 41 anos, 4.ª Classe, vigilante, junto há 24 anos com Adelaide, empregada de limpeza, oito filhos.

(Almada, morador num bairro social)

- 42 A coabitação de tradição mostra que as causas do crescimento recente das práticas informais de conjugalidade são diversas e nem sempre assentam na crescente igualdade de género, individualização e autonomia feminina.
- 43 A coabitação não pode ser lida como um fenómeno unidimensional automaticamente associado à modernidade e que traduz inequivocamente individualização e igualdade.
- 44 Nos segmentos da população pobre e em famílias com muitos filhos (perfil de tradição), a desigualdade de género na conjugalidade é muito saliente. Apesar das condições difíceis em que vivem, os homens conseguem sair mais beneficiados que as suas mulheres (e à custa delas) na construção de espaços de autonomia e de gratificação pessoal: nos lazeres,

nas saídas e convívios com amigos e na menor sobrecarga de trabalho face à dupla jornada das suas companheiras. A autonomia existe mas é uma autonomia moldada pela diferenciação e desigualdade de género de tipo tradicional. Recordemos a este propósito as palavras de Guilherme:

- 45 “Ela não tem tempos livres, ela não gosta de estar parada (...). Ela trata dos filhos, ela vai às compras (...). Ela arranja tudo, ela é uma mulher de armas. (...) Eu saio mais é nos fins-de-semana. (...) ela nunca sai. (...) normalmente eu tenho os meus amigos que ela nem sequer conhece.”

4. Comentários finais

- 46 Na investigação sobre a coabitação na sociedade portuguesa procurámos **articular diferentes perspectivas teóricas**, baseando-nos quer nos autores que colocam a ênfase nas dimensões simbólicas e comportamentais do fenómeno de coabitação relacionadas com a mudança social e de valores nas sociedades contemporâneas, nomeadamente no que se refere ao movimento de desinstitucionalização do casamento (Bozon, 1991; Roussel, 1989), de privatização (Ariès, 1973; Shorter, 1977) e individualização da vida social e familiar (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993; Giddens, 1992), característicos da modernidade; quer naqueles que têm tentado mostrar a diversidade do fenómeno, ligando diferentes perfis ou tipos de coabitação com classes sociais e/ou subpopulações específicas (Aboim, 2005; Bawin-Legros, 1988; Roussel, 1986; Smart e Stevens, 2000; Villeneuve-Gokalp, 1990).
- 47 Ambas as abordagens – a primeira relaciona coabitação e modernidade e a segunda coloca o enfoque na diversidade interna da coabitação – revelaram, no curso desta pesquisa, uma imagem compósita da sociedade portuguesa, onde **o tradicional e o moderno aparecem, de facto, combinados e sobrepostos**.
- 48 Os resultados mostram a pluralidade de significados e contextos associados às experiências informais de conjugalidade. Uma das principais conclusões refere-se, pois, à existência, que já antes suspeitávamos, de uma **variedade de perfis de coabitação** conjugal no Portugal contemporâneo.
- 49 Embora não haja uma colagem linear entre perfis de coabitação e **contextos sociais de classe**, foi possível detectar algumas conexões que um estudo extensivo poderá ou não vir a confirmar, sobretudo quando se trata de apurar tendências predominantes. Assim, a coabitação de tradição está claramente associada às franjas mais desfavorecidas das classes populares; a coabitação moderna e a de transgressão surgem ligadas às classes médias mais qualificadas em termos académicos e profissionais; a coabitação de experimentação, de recorte transitório, revelou-se mais transversal do ponto de vista social, albergando, sobretudo, os sectores intermédios de escolaridade mediana, os empregados executantes e o operariado misto.
- 50 Conforme tínhamos previsto inicialmente, a maior ou menor valorização do laço jurídico e formal da relação conjugal adquire um sentido diferente consoante o género e os contextos sociais da coabitação.
- 51 Para os entrevistados mais qualificados identificados no perfil moderno e de transgressão, a coabitação é, acima de tudo, uma relação de compromisso de amor privada. Esta concepção, umas vezes mais vincadamente ideológica contra o casamento (perfil de transgressão), outras de carácter mais pragmático (perfil moderno), não deixa de ter

alguns pontos de contacto com a visão dos entrevistados dos grupos operários, afastando-se da visão mais normativa e estereotipada encontrada no perfil de experimentação quando localizado nos sectores intermédios¹³.

- 52 No plano das representações, os entrevistados oriundos dos sectores operários e os entrevistados das classes médias mais diplomadas tendem a aproximar-se. Ambos os grupos, em contraste com os sectores intermédios, não fazem distinção entre coabitação e casamento¹⁴: ao nível dos sentimentos, do compromisso entre o casal, do sentido da responsabilidade, da divisão dos papéis de género, da autonomia e da liberdade de que cada um dispõe, e da avaliação da probabilidade de ruptura.
- 53 Para os operários a valorização do laço institucional assenta, fundamentalmente, numa visão pragmática ligada à economia conjugal e à protecção dos filhos, principalmente por parte das mulheres, mas está também relacionada com aspectos simbólicos das relações de género.
- 54 Para os entrevistados do sexo masculino de todos os grupos sociais a conexão simbólica entre casamento e filhos é, de uma maneira geral, uma âncora identitária que prevalece forte. Para as mulheres, com uma visão mais relacional e menos institucional da conjugalidade, ter filhos é uma forma, ou uma estratégia, tão ou mais importante do que casar para consolidar o casal e fundar uma nova família, sobretudo a seguir a um divórcio e em casais com menores recursos escolares e profissionais. Ter filhos numa primeira conjugalidade representa, também, para os coabitantes mais qualificados do perfil moderno a confirmação simbólica da solidez da relação amorosa que torna dispensável o recurso à instituição.
- 55 A questão da coabitação como factor de **desinstitucionalização da conjugalidade** não deixou de revelar alguma ambiguidade, especialmente na “experimentação” dos grupos sociais de escolaridade baixa e intermédia: a aceitação da coabitação e a sua popularidade (sobretudo nas fases iniciais de construção do casal e da família), sinal de modernização, é cúmplice de uma concepção da coabitação como forma de evitar o divórcio que revela a aceitação mais difícil da dissolubilidade dos laços familiares, sinónimo de valores mais institucionalistas. Em contraste, os entrevistados do perfil moderno e de transgressão colocam a ênfase na **desvalorização do vínculo formal e perene associado ao casamento**. Nestes perfis foi possível observar uma dupla desvinculação entre, por um lado, casamento e entrada na conjugalidade e, por outro, entre casamento e entrada na parentalidade que exprime um forte desapego face à instituição matrimonial.
- 56 A análise em profundidade das entrevistas, que procurou apreender o significado da coabitação do ponto de vista dos actores sociais, permitiu introduzir novas *nuances* nas conclusões baseadas no inquérito às famílias portuguesas que associam os meios mais qualificados à **coabitação transitória** de carácter **experimental e sem filhos** (Aboim, 2005; Aboim, 2006).
- 57 A expansão progressiva da coabitação como fenómeno de entrada na conjugalidade no nosso país não exclui a importância da coabitação como fenómeno de entrada na parentalidade numa primeira e numa segunda união. **Ter filhos fora dos laços institucionais** é, de acordo com os dados desta pesquisa, característico tanto dos grupos socioprofissionais mais qualificados que vivem uma primeira conjugalidade (perfil moderno e de transgressão), como dos operários e empregados executantes que passaram pela experiência do divórcio e pretendem testar as potencialidades de uma nova relação conjugal (perfil de experimentação). Estes resultados alinham com as tendências

verificadas noutros países no que concerne à importância crescente da informalização dos vínculos conjugais e familiares, sinalizadora da ideia de modernidade, do divórcio e das práticas de recomposição familiar (Prinz, 1995; Roussel, 1989).

- 58 A investigação realizada veio também mostrar que a **união de facto de carácter permanente**, embora possa ser considerada minoritária na sociedade portuguesa (Aboim, 2005; Aboim e Ferreira, 2002), reveste-se afinal de significados diferentes (perfil de tradição e de transgressão), e não pode ser exclusivamente conotada com a pobreza e com os valores familiares mais institucionalistas. O perfil de transgressão, embora se apresente como alternativa duradoura ao casamento, aproximando-se neste aspecto do perfil de tradição, desenvolve-se em meios qualificados e afasta-se radicalmente de uma lógica tradicionalista.
- 59 Os dados evidenciam que na coabitação, tal como no casamento, há perfis muito variados de **organização conjugal**.
- 60 A resposta à questão do reforço da **igualdade de género** associado à coabitação aponta para alguma complexidade. Se não surpreende encontrar papéis de género mais indiferenciados e dinâmicas de interação mais igualitárias no perfil moderno, de transgressão e de experimentação dos meios mais qualificados, já a relativa igualdade – observada onde menos se espera – na experimentação de um casal em que o elemento masculino tem uma profissão operária não pode ser explicada recorrendo unicamente à variável classe social, individualmente considerada, e muito menos ao vínculo informal da conjugalidade. As variações encontradas, até mesmo no interior de sectores sociais idênticos, dependem muito dos percursos e das biografias individuais, e dos “capitais” das mulheres, principalmente quando está em jogo uma posição social superior ou ligeiramente mais favorecida que a do cônjuge.
- 61 O **impacto do movimento de individualização**, pressupondo a valorização do indivíduo e das suas escolhas, a afirmação de valores de autonomia e de realização pessoal assentes na paridade entre indivíduos, não se faz sentir com a mesma intensidade em todos os contextos sociais da coabitação nem segundo o género dos coabitantes. Mais ainda, os resultados mostram que a individualização moderna não é a causa de todas as formas de coabitação.
- 62 Especialmente na coabitação associada a grupos sociais desfavorecidos (o perfil de tradição), as escolhas são fortemente condicionadas pela precariedade socioeconómica. As práticas informais de coabitação são justificadas pela tradição e pela falta de condições económicas para casar. Tal como referem outras pesquisas (Aboim, 2006; Bawin-Legros, 1988), trata-se de um tipo de coabitação em meios laicos e desqualificados que revela alguma continuidade com o passado mas num contexto generalizado de ausência de estigmatização social e de menor controlo sobre os comportamentos privados.
- 63 Para finalizar, saliente-se que os perfis desenhados não são fechados mas pensados em termos dinâmicos, uma vez que admitem mudanças de sentido ao longo do percurso conjugal, isto é, a passagem de um perfil de coabitação a outro, bem como a divergência quanto ao seu significado na perspectiva masculina e feminina. O carácter dinâmico dos perfis implica, pois, pensar em termos de itinerários individuais, masculinos e femininos, transições familiares, recomposições, rupturas e contextos sociais da coabitação.

#Notes

1 Este artigo resulta da investigação desenvolvida para a preparação de uma dissertação de doutoramento defendida em 20 de Julho de 2008 e orientada pela Professora Doutora Karin Wall.

2 Por razões que se prendem, por um lado, com limitações de espaço e, por outro, com objectivos específicos do presente texto, optámos por apresentar quatro perfis da tipologia resultante do trabalho de investigação mais amplo que serviu de base a este artigo. Esta pesquisa recorreu a 48 entrevistas em profundidade e chegou a uma tipologia de oito perfis: a coabitação moderna, de transgressão, de experimentação, de noivado, circunstancial, masculina, de tradição e instável (cf. Santos, Filomena (2008), *Sem Cerimónia nem Papéis – um estudo sobre as uniões de facto em Portugal*, Universidade da Beira Interior, <http://ubithesis.ubi.pt/hdl.handle.net/10400.6/654>).

3 Em 2009, quase 40% das crianças nasceu fora do casamento; em 79,3% dos casos eram filhos de casais que viviam em coabitação (Wall et al., 2011: 19).

4 O movimento de privatização aliado à crescente sentimentalização do casal e da família (o sentimento amoroso passa a ser o fundamento da união e os filhos tornam-se “objectos afectivos”) significa, por um lado, o declínio da regulação exterior exercida pela comunidade, pela vizinhança e pela rede de familiares, e, por outro, a progressiva importância do indivíduo nas relações sociais, a valorização das suas escolhas e da sua realização pessoal e afectiva (Ariès, 1973; Shorter, 1977). Esta é uma dinâmica central do processo de modernização das sociedades ocidentais que alguns autores entendem como “individualização” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Elias, 1993).

5 Em 1995, segundo dados do Eurostat, Portugal era o sexto país da União Europeia com níveis mais altos de presença feminina no mercado de trabalho, logo a seguir à Dinamarca, à Suécia, à Finlândia, ao Reino Unido e à Áustria (Almeida et al., 1998: 57). Uma das especificidades da sociedade portuguesa é o trabalho a tempo inteiro das mulheres em idades de forte entrada na conjugalidade e na maternidade, situação que contrasta com a dos anos 60, em que eram as mulheres mais jovens e solteiras que mais trabalhavam, normalmente antes do casamento e do nascimento dos filhos (Wall et al., 2010: 203; Wall et al., 2011: 26-44).

6 A análise do percurso de vida dos entrevistados incluiu os momentos mais significativos das suas narrativas individuais, desde a vivência e saída de casa dos pais ou família de origem (explorando, entre outras dimensões, os modelos vivenciados em termos da divisão dos papéis de género), vivência (ou não) a sós em alguma fase da vida (antes de entrar pela primeira vez em casal ou após um divórcio ou separação, explorando, entre outras questões, os hábitos de trabalho doméstico), história afectiva (namoros anteriores e experiências de conjugalidade), até às trajectórias escolares e profissionais.

7 A coesão conjugal refere-se ao tipo de laço que une internamente o casal. Trata-se de uma categoria analítica usada na construção de tipologias de conjugalidades de inspiração interaccionista (Wall, 2005; Wall et al., 2010; Roussel, 1989) no sentido de observar a ênfase ou, pelo contrário, a desvalorização colocada na preservação da individualidade face ao “nós casal” e ao “nós família”. Os ideais e as práticas de coesão (nem sempre coincidentes) podem variar entre dois extremos, e segundo vários arranjos, que vão desde a autonomia individual (masculina, feminina ou ambas) até uma organização conjugal de tipo fusional na qual os parceiros pretendem partilhar e fazer tudo em conjunto. No nosso estudo, a análise do funcionamento do casal (normas e práticas), incluiu a coesão conjugal, a divisão dos papéis de género, no que toca ao trabalho doméstico e profissional, e, ainda, a divisão conjugal dos lazeres.

8 No plano das representações procurámos saber também se os entrevistados faziam (ou não) distinção entre casamento e coabitação em relação a vários aspectos da conjugalidade.

9 Os quatro perfis que são objecto de análise no âmbito deste artigo correspondem a 29 entrevistas (14 homens e 15 mulheres): 12 da coabitação moderna, 10 da “experimentação”, 4 da “transgressão” e 3 da “tradição”.

10 A selecção dos perfis aqui apresentados prende-se com o objectivo principal do artigo, o de mostrar a pluralidade dos significados e contextos das experiências de coabitação na sociedade portuguesa e, mais especificamente, a coexistência de perfis de matriz modernista (moderno, transgressão e experimentação) e de perfis de matriz tradicionalista, como é o caso do perfil de tradição.

11 Na apresentação dos resultados optámos, devido a limitações de espaço, por seleccionar apenas um caso ilustrativo dentro de cada perfil. A preocupação em mostrar as singularidades das biografias individuais e os aspectos considerados mais significativos de cada caso resultou aqui numa selecção de extractos de entrevistas que não segue exactamente critérios uniformes nem se refere sempre às mesmas dimensões de análise. No entanto, no trabalho de análise em profundidade das entrevistas, a identificação dos perfis de coabitação resultou da aplicação das mesmas dimensões de análise a cada uma das entrevistas. Para uma análise mais pormenorizada dos discursos dos entrevistados e dos respectivos perfis de coabitação, que por razões de espaço não coube nesta edição, ver “Perfis de Coabitação” (Cf. Santos, Filomena (2008), “Perfis de Coabitação” in *Sem Cerimónia nem Papéis – um estudo sobre as uniões de facto em Portugal*, pp. 190-464. <http://ubithesis.ubi.pt/hdl.handle.net/10400.6/654>).

12 No perfil moderno (12 casos) as trajectórias dos casais mostraram-se mais flexíveis: só dois eram casados no momento da entrevista e oito tiveram filhos durante a coabitação. Casarão eles um dia? Para os “modernos”, o casamento é uma formalidade que eles não ambicionam a menos que constrangimentos externos a venham revelar necessária ou mais vantajosa. O casamento é, para aqueles que casaram (2 casos), uma mera formalidade a que os indivíduos se submetem de boa vontade para corresponder ao desejo e às expectativas dos familiares ou simplesmente para fazer a vontade ao parceiro (visão pragmática). Em comparação, os entrevistados do perfil de transgressão têm uma atitude mais desfavorável face ao casamento e a coabitação representa uma forma de contestação social. A avaliar pelas suas atitudes valorativas, intenções e projectos, é pouco provável que venham a casar um dia. A distinção, do ponto de vista simbólico, entre as duas formas de união presente nos entrevistados mais diplomados (2 casos em 10) da “experimentação” (consideram a coabitação uma relação de menor compromisso, com uma probabilidade de ruptura mais elevada, associada a uma maior liberdade e autonomia individual e uma etapa transitória na vida do casal) pôde ser observada, ainda com maior nitidez, nos coabitantes dos sectores intermédios de escolaridade mediana que preferem casar primeiro antes de ter filhos, quer na coabitação de experimentação, quer, também, na coabitação de noivado e circunstancial (perfis também eles de recorte transitório que não foram aqui objecto de análise pelas razões já apontadas).

13 Os entrevistados do sexo masculino dos sectores intermédios, com uma visão mais normativa e institucional da conjugalidade, tendem a desvalorizar a coabitação e só se vêem a si próprios como fazendo parte de um casal a partir do momento em que transitam para o casamento.

14 A excepção vai para os entrevistados das classes médias diplomadas do perfil de experimentação transitório sem filhos, numa primeira conjugalidade, que se afastam assim dos seus pares do perfil moderno e do perfil de transgressão que entraram também pela primeira vez em casal.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, S. (2005), “A Formação do Casal: Formas de Entrada e Percursos Conjugais”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais, pp. 85-116.
- ABOIM, S. (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS.
- ABOIM, S. e P. M. Ferreira (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, 163, pp. 411-446.
- ALMEIDA, A. N. (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS, pp. 50-93.
- ALMEIDA, A. N., M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres e K. Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa, (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 45-78.
- ARIÈS, P. (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- BANDEIRA, M. L. (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BAWIN-LEGROS, B. (1988), “Nouvelles Formes de Conjugalité et de Parentalité”, in *Familles, Mariage, Divorce*, Liège-Bruxelas, Pierre Mardaga, pp. 153-170.
- BECK, U. e E. Beck-Gernsheim (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.
- BERRINGTON, A. (2001), “Entry into parenthood and the outcome of cohabiting partnerships in Britain”, *Journal of Marriage and the Family*, 63, pp. 80-96.
- BOZON, M. (1991), “Le mariage: montée et déclin d'une institution”, in François de Singly (dir.), *La Famille: L'État des Savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 47-57.
- CAPUCHA, L. (1998), “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades” in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 209-242.
- CUNHA, V. (2007), *O Lugar dos Filhos – Ideais, práticas e significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS.
- ELIAS, N. (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.
- GIDDENS, A. (1992), *The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love and Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- KAUFMANN, J.-C. (1993), “Mariage et cohabitation. Le couple à petits pas”, in *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 49-64.
- MACHADO, F. L. e A. F. Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social”, in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.

- MANTING, D. (1994), *Dynamics in Marriage and Cohabitation*, Amesterdão, Thesis Publishers/ Netherlands Graduate School of Research in Demography (PDOD).
- PRINZ, C. (1995), *Cohabiting, married or single: portraying, analyzing, and modeling new living arrangements in the changing societies of Europe*, Inglaterra, Aldershot, Avebury.
- ROUSSEL, L. (1986), "La Cohabitation sans Mariage: des faits aux interpretations", *Dialogue «De L'Union Libre»*, 92, pp. 41-52.
- ROUSSEL, L. (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- SEGALEN, M. (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin.
- SHORTER, E. (1977), *La Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil.
- SMART, C. e P. Stevens (2000), *Cohabitation Breakdown*, Londres, Family Policy Studies Centre.
- STRAUSS, A. (1992), *La trame de la négociation. Sociologie Qualitative et Interactionnisme*, Paris, L'Harmattan.
- TORRES, A. (2002), *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*, Oeiras, Celta.
- VILLENEUVE-GOKALP, C. (1990), "Du Mariage aux unions sans papiers: histoire récente des transformations conjugales", *Population*, 2.
- WALL, K. (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais.
- WALL, K., S. Aboim e V. Cunha (coord.) (2010), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, CITE.
- WALL, K., S. Aboim e M. Leitão (2011), *Observatório das Famílias e das Políticas de Família*, Relatório 2010, Lisboa, ICS/CIES.

RESUMOS

Com base num estudo qualitativo que teve como suporte empírico dados recolhidos através de entrevistas em profundidade realizadas na região da Grande Lisboa, analisamos a coabitação conjugal segundo uma tipologia de quatro perfis: o moderno, o de transgressão, o de experimentação e o de tradição.

Este artigo tem como objectivo identificar os traços principais associados a cada perfil e apresentar algumas conclusões sobre a coabitação na sociedade portuguesa, nomeadamente quanto à diversidade de significados, contextos, trajectórias e dinâmicas da conjugalidade conectados com a coabitação².

In a qualitative study drawing on in-depth interviews with cohabiting men and women living in metropolitan Lisbon, we distinguished the following patterns of conjugal cohabitation: the modern, the transgressive, the experimental and the traditional.

The aims of this article are to identify the main features and characteristics of each pattern and to put forward some conclusions on cohabitation in Portugal, in particular on the diversity of meanings, contexts, trajectories and dynamics of conjugality associated with cohabitation.

ÍNDICE

Keywords: cohabitation, conjugality, gender, social class, biographical trajectories

Palavras-chave: coabitação conjugal, género, classe social, biografias individuais

AUTOR

FILOMENA SANTOS

Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/IUL
namesantos@sapo.pt